



E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

26

▪ Abolicionismo e memória das relações raciais ▪
Industrialização e desigualdade racial no emprego:
o exemplo brasileiro ▪ Cor e mobilidade social no
Brasil ▪ Uma nota sobre "raça social" no Brasil ▪
Humor negro ▪ Estado e destino do gueto:
retraçando a linha da cor urbana na América pós-
fordista ▪ Brasil-Estados Unidos: um diálogo que
forja nossa identidade racial ▪ O Brasil e a China: a
cooperação em ciência e tecnologia em perspectiva
histórica ▪ Eleições na África do Sul: uma visão de
primeira mão ▪

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES



ISSN 0101-546x

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

26

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
Carlos A. Hasenbalg

E S T U D O S

AFRO-ASIÁTICOS 26

Setembro de 1994 • Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos CEEA
Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor

Candido Mendes

Editores

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

Coordenação Editorial

Marcia Lima

Conselho Editorial

Beluce Bellucci, Caetana Maria Damasceno, Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Edson Borges, Giralda Seyferth, José Maria Nunes Pereira, Kabengele Munanga, Marcia Lima, Marcelo Bittencourt, Marcos Giesteira, Nelson do Valle Silva, Olivia Maria Gomes da Cunha, Peter H. Fry, Ronaldo Vainfas, Roquinaldo A. Ferreira e Yvonne Maggie

Conselho Consultivo

Beatriz Góes Dantas, Carlos Moreira Henrique Serrano, Climerio Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Colin Darch, Eduardo J. Barros, Ernani Teixeira Torres Filho, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Luisa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta, Robert W. Slenes, Severino Bezerra Cabral Filho e Tereza Cristina Nascimento Araújo

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Secretaria de Redação

Hamilton Magalhães Neto

Serviços de Tradução

Anne Marie Millon, Carlos Alberto Medeiros e Diane Groszklaus

Produção Gráfica

Hamilton Magalhães Neto (coordenador); Luiz Carlos Palhares (revisor); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (compositoras); Roberto Amêndola de Sá (arte-finalista)

Capa e Projeto Gráfico

Alba D'Almeida

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

We ask for exchange

Price: Single Copies: (in Brazil) US\$ 15.00; (overseas) US\$ 20.00

Annual Subscription (two issues): (in Brazil) US\$ 30.00; (overseas) US\$ 40.00

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to)

Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Rua da Assembléia, 10/ Conj. 501, Tel. 531-2000/R.259, Fax (021) 531-2155

20119-900 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINEP

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da Fundação Ford e do

SUMÁRIO

Abolicionismo e memória das relações raciais 5

Celia Maria Marinho de Azevedo

Analisa como os abolicionistas representavam as relações entre brancos e negros e reflete sobre o legado dessa memória abolicionista para o imaginário contemporâneo.

Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro 21

Edward E. Telles

Examina a variação da desigualdade racial no emprego conforme os níveis de industrialização em 74 regiões metropolitanas brasileiras.

Cor e mobilidade social no Brasil 53

Elisa L. Caillaux

A partir das informações contidas nos suplementos de 1976 e 1988 da PNAD, e com enfoque na mobilidade ocupacional intergeracional, analisa a diferenciação dos ganhos alcançados por grupos sociais específicos.

Uma nota sobre “raça social” no Brasil 67

Nelson do Valle Silva

Discute o conceito de *raça social* e sua utilização na análise da identidade racial no Brasil; ressalta a associação entre a forma em que os indivíduos são classificados quanto à sua cor e suas características socioeconômicas.

Humor negro 81

Luiz Carlos R. Sant’Ana

Realiza algumas reflexões sobre a imagem do negro produzida/reproduzida em episódios dos programas humorísticos de televisão *Os Trapalhões* e *Programa legal*.

**Estado e destino do gueto: retrazando a linha da cor urbana
na América pós-fordista 99**

Loic D. Wacquant

Analisa a transformação do gueto negro norte-americano na última metade deste século como produto de uma transformação da articulação política de raça, classe e espaço na realidade objetiva e no discurso.

**Brasil-Estados Unidos: um diálogo que forja nossa
identidade racial 141**

Antonio Sergio Alfredo Guimarães

Resenha do livro *African-American reflections on Brazil's racial paradise*, de David J. Hellwig, reunindo 27 artigos de autoria de afro-americanos que relatam e refletem sobre suas experiências e vivências no Brasil

**O Brasil e a China: a cooperação em ciência e tecnologia
em perspectiva histórica 149**

Paulo Roberto de Almeida

A partir de uma digressão histórica sobre a natureza do desenvolvimento e os requisitos sociais do progresso tecnológico, discute sobre as possibilidades e condicionamentos da cooperação entre o Brasil e a China e as bases de uma política nacional de desenvolvimento.

Eleições na África do Sul: uma visão de primeira mão 159

Fernando Rosa Ribeiro

Testemunho e reflexões livres sobre as reações dos sul-africanos e da comunidade internacional presente na África do Sul às primeiras eleições amplas no país e à posse de Mandela no governo.

Abolicionismo e memória das relações raciais*

Celia Maria Marinho de Azevedo**

**Versão condensada deste artigo foi publicada em D. O. Leitura, São Paulo, 7 de outubro de 1988, p. 6-7. Recebido para publicação em maio de 1994.*

*** Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*

Este artigo tem dois objetivos: analisar como os abolicionistas representavam as relações entre brancos e negros e refletir sobre o legado dessa memória abolicionista para o imaginário contemporâneo.

As abordagens abolicionistas das décadas de 1870 e 1880 se distinguem num ponto essencial em relação aos escritos emancipacionistas da primeira metade do século XIX: enquanto estes alertavam para o perigo de uma guerra de raças, aqueles enfatizavam a ausência de uma questão racial no Brasil.

A ênfase dos abolicionistas em rebater visões alarmistas visava não só assegurar a viabilidade de uma política pacífica de transição da escravidão para o trabalho livre, como também combater a possibilidade de expansão de outros abolicionismos à margem da lei e contrários aos interesses da grande propriedade. Os abolicionistas que se empenharam em manter sua campanha estritamente dentro da lei representavam a si próprios como redentores da "raça negra" e alertavam para que a propaganda contra a escravidão não acordasse o escravo, visto como bestial, de sua letargia.

As idéias desses abolicionistas acabaram por constituir a memória vencedora do abolicionismo e estão presentes ainda hoje em muitos escritos sobre a abolição. Ao mesmo tempo, silenciou-se a memória de outros abolicionismos, mais radicais, menos legalistas, e com início bem antes da década de 1880.

Palavras-chave: abolicionismo, abolicionista, abolição; emancipacionismo, emancipação; raça, questão racial, paraíso racial, guerra de raças; medo; escravo, escravidão; negro, branco.

Este artigo tem por objetivo examinar o modo como as relações entre brancos e negros eram pensadas pelo abolicionismo, bem como o legado dessa memória abolicionista para a produção historiográfica contemporânea e o imaginário social em termos mais gerais.

Essa preocupação surgiu a partir da constatação de um contraste marcante entre as abordagens abolicionistas dos anos de 1870 e 1880 e as abordagens emancipacionistas da primeira metade do século XIX sobre as relações raciais. Enquanto para estes a questão racial ocupava o centro de suas análises, era comum que os abolicionistas minimizassem e mesmo negassem a existência de tal questão.

Embora a denúncia de preconceitos e discriminações raciais do negro pelo branco tenha por vezes constado das falas abolicionistas, a tendência mais geral parecia ser a de negar que o racismo pudesse vir a se configurar em grande problema nacional uma vez terminada a escravidão.

Ao contrário dos norte-americanos – e é interessante assinalar que os Estados Unidos figuravam sempre como contraponto para a imagem de um Brasil tolerante –, os brasileiros estariam a salvo de uma *guerra de raças*. Portanto, o grande problema a ser enfrentado era o da escravidão ou das relações sociais viciadas de dependência e servilismo que impregnavam a sociedade brasileira como um todo. Uma vez abolida a escravidão, o caminho estaria aberto para que os brasileiros construíssem uma sociedade livre, de iguais no plano jurídico e franqueada à ascensão social de todos os cidadãos, fossem eles brancos ou negros. O paraíso racial brasileiro já existiria potencialmente em tempos de escravidão.

Imagens do Inferno

A questão racial foi um tema recorrente na fala dos primeiros reformadores sociais que desde o início do século XIX, e sobretudo após a independência, debateram a possibilidade de extinção da escravidão. Centenas de livros, de folhetos, panfletos, artigos de jornais, correspondência oficial e privada e projetos de lei foram escritos tendo como tema básico a delimitação do lugar que o negro em liberdade deveria ocupar na sociedade brasileira.

Nesses inúmeros documentos históricos, o leitor atual pode captar não só as imagens que as elites brancas ou embranquecidas faziam do negro, como também a presença insinuante de um mesmo sentimento – o medo. Medo de insurreições escravas, medo de ataques de quilombolas, medo de possíveis alianças entre escravos, índios e pobres livres. Medo, em suma, de que tudo isso junto pudesse levar a uma inversão do poder, com os negros se apossando das riquezas de uma minoria branca e proprietária das terras e dos meios de produção.

De todo esse imaginário do medo produzido ao longo do século XIX, ressalta uma visão de um país dividido em raças ou partes heterogêneas, sem povo que sustentasse seus governantes, com imensas riquezas acumuladas sobre uma base pantanosa e incerta.

Essa visão lúgubre, responsável por previsões bastante pessimistas, é particularmente nítida entre os emancipacionistas que escreveram logo após a proclamação da independência em 1822. O legado da colonização portuguesa, que instituíra a escravidão africana, parecia pesar como um fardo sobre esses homens de letras que se sentiam responsável pelo destino do novo país. Um fantasma em especial os perseguia: o exemplo de São Domingos, colônia onde os escravos, aliados ao segmento dos *mula-*

tos livres, se insurgiram em massa, mataram ou expulsaram os grandes proprietários escravistas e proclamaram a independência em 1804.

Desde meados do século XVI, quando os primeiros africanos começaram a ser traficados para o Brasil, os colonizadores enfrentaram inúmeras revoltas coletivas ou simplesmente individuais, além dos ataques constantes de quilombolas. O temor, a insegurança e a instabilidade de vida eram uma constante, sobretudo em uma colônia onde os negros fugidos haviam conseguido criar e manter por quase cem anos um quilombo de proporções tão gigantescas como o de Palmares. A revolução haitiana, porém, estava a demonstrar a possibilidade de um novo tipo de ação por parte dos africanos e seus descendentes nas Américas: não mais uma retirada para as florestas, em locais não ocupados pelos colonizadores brancos, mas uma tomada dos próprios espaços habitados por estes, o que significava expropriá-los de suas riquezas e de seu aparato de poder.¹

Previdentes, os emancipacionistas não quiseram esperar por outro Haiti, sobretudo diante do ciclo de movimentos revolucionários que acometeu o Nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século, todos eles contando com a ativa participação de escravos e negros livres. Por isso, suas propostas apontaram para três possibilidades em termos do destino a ser dado aos ex-escravos. Alguns autores pretendiam que a emancipação se fizesse por meio de libertações individuais de escravos, combinadas com a concessão de meios para que eles pudessem se estabelecer por si mesmos. Outros nem mesmo isso concederiam aos negros e preferiam reformar a escravidão por dentro, transformando os escravos em servos ou colonos a serviço dos grandes proprietários. E, por fim, houve quem expressasse uma tendência pouco pesquisada,

mas ao que parece nada incomum na época: a deportação dos ex-escravos para a África.²

Desse conjunto de propostas que visava a uma emancipação gradual é preciso assinalar a constância com que aparece o tema da heterogeneidade racial, verdadeiro ponto de partida para se pensar nos perigos acenados pela possibilidade de uma abolição súbita da escravidão.

Ao contrário dos abolicionistas que, conforme veremos adiante, negavam enfaticamente a existência de conflitos raciais, esses primeiros emancipacionistas nunca deixavam de se referir à presença de raças heterogêneas e inimigas. Não se tratava simplesmente de uma luta de classes, entre senhores e escravos, mas sobretudo de uma luta de raças, entre brancos e negros, com o risco adicional de estes últimos contarem com o apoio solidário dos mestiços e índios.

É verdade que já existia um certo empenho entre alguns emancipacionistas em distinguir os mestiços dos negros e uma certa esperança em contar com a solidariedade daqueles. Mas o tipo mestiço – ou para usar a expressão depreciativa da época, o “mulato” – como possível aliado do branco não era tema central de suas análises. Era, sim, o tema da divisão racial, de heterogeneidade da população nacional, que figurava como preâmbulo necessário às propostas emancipacionistas tendentes não só a extinguir gradualmente a escravidão, como a forjar uma nacionalidade homogênea e harmoniosa.

Os projetos emancipacionistas deixavam entrever a possibilidade de se atingir uma certa harmonia sociorracial, à medida que a ação enérgica do Estado conseguisse congrega todos em uma sociedade de trabalho em que a igualdade formal perante a lei asseguraria a convivência pacífica de proprietários e não-proprietários.

Entretanto, a questão da diferença de raças ficava mal resolvida. Valorizava-se o branco, sonhava-se em obter uma padronização dos costumes, crenças e valores, sempre no sentido da chamada civilização européia. Mas como alcançar esse embranquecimento cultural se o país tendia fisicamente a enegrecer, tal o crescimento de sua população negra e mestiça?³

Enfim, os debates iniciais em torno da extinção da escravidão não se colocavam apenas em termos de uma *transição* para o regime de trabalho livre, mas expressavam, sobretudo, preocupação com a formação da nacionalidade. É quanto a esse aspecto que a questão racial, ou as relações entre brancos e negros, adquire especial relevância.

A escravidão moderna foi simultaneamente sistema de trabalho, fundamento sobre o qual se erigiram uma classe dominante distinta e um modo de dominação racial. Embora os dois primeiros aspectos dessa observação de Eric Foner (1988) já tenham sido bastante explorados por diversos estudos sobre a escravidão, o terceiro tem passado quase despercebido entre nós, como se o nosso passado se caracterizasse apenas por uma dominação de classe. De certo modo, persiste a idéia de que a grande questão enfrentada pelos abolicionistas nos anos de 1870 e 1880 se restringia à dominação do escravo pelo senhor e de que o Brasil, ao contrário de outros países escravistas, teria estado a salvo de antagonismos raciais.

Em minha opinião, as abordagens abolicionistas e seu legado para a produção de uma memória histórica podem nos esclarecer por que a historiografia das relações raciais no Brasil ainda se encontra em fase tão incipiente, não obstante o impulso inicial dado pela chamada Escola de São Paulo a partir de meados da década de 1950.

Imagens do Paraíso

A história da abolição, tal como ela tem sido contada, tem certamente muito a nos dizer sobre a ficção do Brasil como uma espécie de paraíso racial, onde negros e brancos só não viveriam em paz devido à divisão social imposta pela escravidão. Pois o fato é que ainda ressoa com muita força a afirmação de um dos abolicionistas mais citados (Nabuco, 1963, p. 193) de que, no Brasil, a escravidão era “uma fusão de raças”, enquanto nos Estados Unidos era “a guerra entre elas”.

Com isso o advogado pernambucano Joaquim Nabuco queria dizer que, enquanto nos Estados Unidos a divisão irremediável entre brancos e negros teria crescido a ponto de rebentar em violenta guerra civil (1861-1865), no Brasil a ausência de uma questão racial havia possibilitado uma solução pacífica para o término da escravidão.

Ao enunciar essa tese alguns anos após a abolição, Nabuco não fazia mais do que retomar uma das idéias mais frequentemente repisadas por ele durante toda a sua campanha abolicionista. Em seu livro *O abolicionismo*, ele citava os dois objetivos maiores dos abolicionistas: reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade (Nabuco, 1883, p. 19).

Esses dois objetivos estavam intrinsecamente ligados, uma vez que, enquanto perdurasse a escravidão, grande parte da população brasileira, constituída de negros e mestiços, continuaria submissa aos ditames de uma minoria branca de grandes proprietários. Em consequência, as raças viveriam desunidas e em constante animosidade.

Entretanto, embora reconhecesse que, tal como o trabalho livre, a harmonia racial era um objetivo ainda a ser alcançado, Nabuco se esforçava em provar aos seus lei-

tores que a união das raças era uma possibilidade já em parte realizada no Brasil. Felizmente, a escravidão nunca havia chegado ao ponto de criar entre as duas raças um ódio recíproco. Em sua opinião, isso ficava plenamente demonstrado na ausência de preconceitos com relação aos "homens de cor", os quais, uma vez fora da escravidão, sempre encontravam "todas as avenidas abertas diante de si" (Nabuco, 1883, p. 23-5).

Essa ênfase na ausência de preconceitos raciais e, ao mesmo tempo, a veemência com que Nabuco previa a possibilidade de uma vingança "bárbara e selvagem" por parte dos escravos podem ser compreendidas à luz de sua tática de luta estritamente parlamentar. Desde o início de sua trajetória abolicionista, como deputado e dirigente da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada em 1880, no Rio de Janeiro, Nabuco batalhou por uma conciliação de classes. Por isso, nada melhor do que difundir a idéia da inexistência de uma questão racial no país, provando com esse argumento que a atuação parlamentar abolicionista poderia por si mesma conduzir a uma solução pacífica, sem prejuízo para os interesses da classe dominante.

A luta pela abolição deveria ser travada, cuidando-se, porém, para que os ânimos não se exaltassem além da conta, o que explica a oposição de Nabuco a quem quer que acenasse com outro caminho – o da conquista da abolição à margem da lei:

É assim no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade. Em semelhante luta a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da

humanidade toda. (Nabuco, 1883, p. 26.)

Essa tranquilidade com que Nabuco atribuía aos abolicionistas o papel de redentores, que teriam inclusive uma "procuração" ou um "mandato inconsciente" dos escravos para lutar por eles, explica-se pelo modo como eles os representavam. Eram seres humanos embrutecidos, moralmente mutilados pelo cativeiro e atrasados no seu desenvolvimento mental. Não poderiam, portanto, reconhecer seus próprios interesses e agir de acordo com a lei. Para isso havia os abolicionistas que conheciam a lei, tinham acesso ao Parlamento e estavam dispostos a advogar em seu favor.

É interessante observar como, ao mesmo tempo que esse abolicionista acusava a escravidão de perpassar a sociedade brasileira por inteiro, causando-lhe o atraso e a ruína, ficava salvaguardada, e merecia respeito, a lei engendrada por essa mesma sociedade, regida pelos interesses dos senhores escravistas. É que se reconhecia nessa sociedade aspectos positivos nos espaços reservados à liberdade. Na convivência entre livres, até mesmo os escravos alforriados eram integrados e ganhavam o *status* de cidadão, enfatizava Nabuco.

Nessa postura de Nabuco de salvaguardar a lei da sociedade escravista, percebe-se o objetivo propagandístico intrínseco de levar o leitor a fazer uma opção pela reforma. A pregação em torno do respeito à lei ou da garantia de que a escravidão poderia ser abolida dentro da legalidade de um país escravista, iniciando-se em seguida um tempo de trabalho livre e de progresso, tinha como esteio a idéia do Brasil como um futuro paraíso racial.

O apelo à reforma era enfático: a paz era possível, já que no Brasil, ao contrário de outros países, os abolicionistas tinham de se preocupar tão-somente com os con-

flitos de classe entre senhores e escravos. Decretado por lei o fim da escravidão, negros e brancos viveriam amistosamente, uma vez que a tendência já demonstrada era de integração racial.

Democracia racial

Essa mesma preocupação de Nabuco em manter o movimento abolicionista dentro da legalidade foi expressa por vários outros líderes abolicionistas. E em todos eles encontramos a mesma ênfase em afirmar a ausência de preconceitos raciais, argumento que em geral ganhava força quando contrastado ao exemplo violento dos Estados Unidos.

Várias explicações estavam sendo elaboradas nessa época a fim de convencer o público leitor de que o Brasil era essencialmente distinto dos Estados Unidos em matéria de raças. Embora ambos tivessem experimentado a escravidão – o que tinha significado o deslocamento forçado de milhares de negros da África para trabalhar em grandes propriedades agrícolas fundadas por europeus no continente americano –, o relacionamento entre as raças havia evoluído de modo diverso. O abolicionista Rui Barbosa (1884, p. 18-20), por exemplo, acreditava que, ao contrário dos Estados Unidos, onde os negros sofriam perseguições violentas, o Brasil contava com proprietários de “índole benigna” e “hábitos de humanidade”.

Por outro lado, os abolicionistas que haviam aderido à doutrina positivista do filósofo francês Auguste Comte procuravam explicações para essa paz racial na índole benigna dos escravos. Miguel Lemos, presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, descartava enfaticamente as objeções daqueles que encaravam a abolição como uma ameaça à paz interna, em seu

folheto *A incorporação do proletariado escravo*, publicado em 1883. Para ele, os negros eram dotados de características raciais que os faziam primar pela resignação, passividade e submissão.

O Africano é, naturalmente, venerador, e por isso submete-se; não é o medo, nem o interesse, que o mantém na escravidão, é o amor para com os senhores, que eles reputam seus superiores. A submissão do africano é análoga à submissão do soldado ao general; repetimos, é fruto da veneração, e não interesse. (Lemos, 1884, Apêndice 3, p. 60.)

Também o jornalista fluminense José do Patrocínio enveredava por explicações que ainda hoje encontram ressonância. Em artigo publicado na *Gazeta da Tarde*, em 5 de maio de 1887 (“O grande projecto”), ele sustentava que a colonização portuguesa havia assimilado “as raças selvagens” ao invés de as destruir, “preparando-nos assim para resistir à invasão assoladora do preconceito de raças”.

O mais interessante é que Patrocínio era filho de uma quitandeira negra e de um padre-fazendeiro branco, que por sinal nunca reconheceu legalmente a sua paternidade. Essa sua ascendência africana deu ensejo a que os adversários de sua campanha abolicionista se esmerassem em lhe desferir improperios racistas. Isso, porém, não abalou a sua crença de que o caráter peculiar da colonização portuguesa havia criado condições propícias para que o Brasil caminhasse rumo a uma democracia racial após a abolição da escravidão.

Do mesmo modo, o engenheiro baiano André Rebouças não parece ter se impressionado muito com as discriminações sofridas por ele, por seu pai – um eminente político do Império – e seu irmão, também

engenheiro. Segundo Leo Spitzer (1980), em sugestivo ensaio a respeito da assimilação racial, Rebouças, assim como seu companheiro de lutas José do Patrocínio, era um mestiço já perfeitamente integrado no mundo dos brancos.

Como afro-brasileiros assimilados, tanto Rebouças como Patrocínio pertenciam a uma elite ilustrada, o que significava frequentar casas de brancos, ter amigos brancos, trabalhar em ofícios de brancos, vestir-se e pentear-se como brancos e até mesmo ser servido por escravos. O mundo dos negros, com seus costumes e crenças afro-brasileiros, era ignorado e mesmo desprezado por eles. Em uma palavra, eles haviam assimilado a cultura européia tanto quanto qualquer outro branco de estirpe.

Por isso, a esperança desses afro-brasileiros assimilados era de que a abolição pudesse ocorrer em paz para que a porta do mundo dos brancos se abrisse em seguida aos negros. A integração destes como homens livres apagaria com o tempo as diferenças raciais e, com elas, a divisão entre o mundo dos brancos e o mundo dos negros. Nos sonhos humanitários de Rebouças, projetava-se um Brasil com espaço para todos os brasileiros, "brancos, mulatos, negros (...) todos iguais, todos irmãos" (Spitzer, 1980, p. 43).

Abolicionismos

Todas essas falas apaziguadoras de abolicionistas brancos e negros, esperançosas igualmente de um futuro racial harmonioso, convergiam para assegurar a viabilidade de uma política de transição pacífica da escravidão para o trabalho livre.

Mas tantas afirmações em um mesmo sentido, tanta ênfase em marcar um caráter distinto do Brasil em relação a outros países que também haviam experimentado a

escravidão, deixam a suspeita de que talvez, mais do que a realidade, essas falas expressassem desejos. Desejos de que a questão racial não evoluísse para a explosão de antagonismos tão graves quanto em outros países.

Nesse ponto, impõe-se a seguinte questão: por que esses abolicionistas se preocupavam tanto em manter seu movimento dentro da lei? Havia quem não concordasse e o quisesse fora da lei?

Podemos encontrar a resposta com um desses abolicionistas já citados. Preocupado com a imprevidência dos políticos conservadores, que, com sua habitual resistência à emancipação, afastavam a possibilidade de reformas políticas, Rui Barbosa denunciava o perigo revolucionário representado por um outro tipo de abolicionismo, ou seja, "o abolicionismo inconsciente". Segundo Barbosa, esse abolicionismo sem consciência das necessidades futuras da nação era aquele que não se importava com o futuro dos grandes proprietários. Por isso, não tinha como meta assegurar a permanência dos negros nas fazendas através de política que transformasse os escravos em assalariados. Era, em suma, "o abolicionismo, na sua expressão mais absoluta, mais devastadora" (Barbosa, 1884, p. 18-20).

Essa denúncia é, sem dúvida, de grande importância para que pensemos no abolicionismo não como um movimento uno e uniforme, mas sim como um movimento de opiniões múltiplas que levavam a distintas políticas e ações. E o fato de uma dada política ter conseguido se impor historicamente não nos impede de também estudar a história sob outros ângulos como, por exemplo, o ângulo daqueles cuja memória se apagou com o tempo e sobretudo por força da narrativa daqueles que venceram politicamente.

Diante, muitas vezes, da ausência de documentos que atestem a memória dos que

não conseguiram fazer valer suas opiniões, o historiador tem como recurso perscrutar a memória dos vencedores. Já vimos antes como os abolicionistas defensores de uma abolição legal se empenharam em convencer políticos, proprietários e o público em termos mais gerais acerca da ausência de divisões raciais tão sérias que não pudessem ser extirpadas juntamente com a escravidão. E agora, através da denúncia de Rui Barbosa, podemos também pensar na existência de outros tipos de abolicionismo cuja trajetória passava perigosamente ao largo do mundo dos senhores brancos.

A denúncia de que este último tipo de abolicionismo poderia se impor consta do manifesto de fundação de uma das mais importantes organizações antiescravistas, a Confederação Abolicionista. Fundada em 12 de maio de 1883, no Rio de Janeiro, a confederação reunia 12 grupos de abolicionistas e mais a redação do jornal *Gazeta da Tarde*. José do Patrocínio e André Rebouças, dois de seus mais importantes líderes (Nabuco aderiu pouco tempo depois), redigiram o "Manifesto aos representantes da nação brasileira". Antes de ser encaminhado a esses representantes — os membros do Parlamento —, o texto foi lido em sessão pública no Teatro D. Pedro II, perante cerca de duas mil pessoas.

A figura do *ingênuo*, isto é, os filhos das escravas que desde a decretação da lei de 1871 nasciam livres, porém com a obrigação de servir aos senhores de suas mães até os 21 anos de idade, destacava-se como uma das preocupações centrais desse documento. A questão era saber se o *ingênuo* teria a "resignação" necessária para viver esses longos anos de cativo e respeitar o prazo definido pela lei hoje nossa conhecida com o nome de Lei do Ventre Livre. Para os autores desse documento, tudo levava a crer que não. Ao *ingênuo*, criado como qualquer outro escravo no ambiente das

senzalas, separado da mãe e analfabeto, faltavam-lhe noções mínimas de moral, de bondade, de civilização. E que não se esperasse dele uma compreensão sociológica das dificuldades de mão-de-obra enfrentadas pelos proprietários.

Portanto, vista a situação do ângulo do *ingênuo*, não havia altos interesses em jogo, mas tão-somente a visão de seus pais vergados pelo trabalho no campo, torturados, famintos e tudo isso como recompensa por terem produzido a riqueza do país. Enfim, embora lhes faltasse moralidade, seus autores reconheciam que a "dignidade do gênero humano" não o deixaria esperar muito tempo para tomar a "posse de si mesmo".

Dois opções se abriam aos deputados: ou eles se empenhavam em realizar a abolição de acordo com a lei, ou então deixavam "a obra da civilização", isto é, o fim da escravidão, efetuar-se, cega e fatalmente, sob o signo da "anarquia".⁴

O escravo bestial

O modo como esse manifesto abolicionista expressa a imagem do *ingênuo* é bastante representativo da postura desse abolicionismo legalista em relação ao escravo. Vimos como Joaquim Nabuco repudiava quaisquer ações antiescravistas que escapassem ao Parlamento, espaço onde as elites podiam atuar dentro das regras estabelecidas por elas mesmas. Observamos também o modo como ele representava o escravo, muito semelhante aos termos desse manifesto em relação ao *ingênuo*.

O escravo era representado como um ser humano corrompido desde o nascimento, embrutecido pelo cativo, sem moral, sem cultura e até mesmo sem família e outros laços sociais. O escravo era, em suma, o *outro*, uma espécie de inimigo acorrentado, vergado pelos açoites, resig-

nado muitas vezes, mas de todo imprevisível, uma vez que seus atos de vingança eram terríveis.

Em carta a Joaquim Nabuco, o romancista e abolicionista francês Victor Hugo definia o ser escravo como "o homem transformado em besta dentro do próprio homem". E se alguma inteligência sobrevivia ainda nesse ser "animal", isso se devia ao capricho ou à vontade do senhor. O que em sua opinião explicava as "cenas abomináveis" da escravidão.⁵

A figura do escravo bestial, espécie de homem-besta, ou ser irracional incapaz de reagir a não ser por violência, sem meta e sem sentido, e que por isso mesmo só podia inspirar compaixão e boa dose de apreensão, aproximava os abolicionistas dos dois lados do Atlântico. Eles se visitavam, trocavam idéias e cartas, realizavam banquetes onde levantavam brindes à liberdade. Juntos eles ansiavam pela realização urgente de reformas sociais, antes que os escravos se pusessem em movimento e colocassem em risco o modo de vida das elites dominantes do país e de além-mar, unidas por mútuos interesses econômicos, políticos e culturais.

Joaquim Nabuco marcou de forma muito expressiva essa distância que ele, assim como muitos outros abolicionistas, sentia em relação aos escravos, ao fazer sua adivisa de outro abolicionista europeu: "Não acordeis o escravo que dorme, ele sonha tavez que é livre." E concluía advertindo que a propaganda abolicionista não deveria se dirigir aos escravos em hipótese alguma.⁶

Idéias insuspeitas

Vimos até agora como as idéias da ausência de preconceitos e do escravo bestial impregnaram profundamente o pensamento de vários abolicionistas, fundamentando

seus apelos no sentido de manter a luta antiescravista dentro da legalidade. E convém, neste ponto, chamar a atenção para a presença dessas mesmas idéias em muito do que se escreve ainda hoje sobre a escravidão e a abolição. São idéias já de senso comum, acima de qualquer suspeita e que por isso mesmo nos impedem de pensar no tema das relações raciais a partir de outros enfoques que não aqueles que nos foram legados pelos abolicionistas mais conhecidos de nossos compêndios escolares.

Sim, porque uma boa parte do que sabemos hoje sobre o movimento abolicionista tem sua origem nas versões deixadas por esses abolicionistas de renome, homens de elite, em sua maioria filhos de grandes proprietários de terra ou bem relacionados com eles, gente, enfim, bem situada socialmente e com nenhuma dificuldade para registrar seus pontos de vista em jornais, livros, documentos oficiais.

Não estou com isso querendo dizer que os escritos desses abolicionistas não nos servem. Pelo contrário, seus textos tiveram e têm imenso valor não só como fonte documental, mas também porque, pela primeira vez em nossa história, um movimento nacional de elite reconheceu publicamente – em panfletos, jornais, tribunas parlamentares e manifestações de rua – a violência dos colonizadores brancos contra as populações africanas e seus descendentes na América.

Pena que toda aquela veemência dos abolicionistas ao denunciarem a dominação do senhor sobre o escravo, ou do branco sobre o negro, tenha se esvaído tão rapidamente após a abolição. E hoje o exemplo dessa veemência bem que poderia nos servir. Como negar que aquela mesma violência nas relações entre brancos e negros ainda esteja presente em nossa sociedade, disfarçada, porém, em novos trajes?

Mas, apesar do reconhecimento de que a relação entre senhores escravos era pautada pela opressão e exploração, os abolicionistas de elite, por força de sua própria posição social, viam o escravo do mesmo ângulo dos senhores. Ou seja, de cima; ou, então, de fora. Os abolicionistas escreviam e falavam *sobre* os escravos, a quem consideravam como seres embrutecidos pelo cativo, incapazes de agir e de pensar por si mesmos. Nisso eles coincidiam plenamente com os escravistas mais empedernidos.

Mas, é claro, sabemos que um mesmo argumento pode servir a fins diferentes. Enquanto os escravistas defendiam a continuidade da escravidão, com base precisamente na incapacidade do negro para a vida em liberdade, os abolicionistas clamavam pela abolição, alegando que o negro precisava ser livre para poder começar a agir racionalmente. Além disso, introduziam na discussão um dado de otimismo, ao assegurar que o negro livre se integraria rapidamente à sociedade, dada a ausência de uma questão racial no país.

Assim, sabemos muito sobre a escravidão vista do ângulo de quem na época vivia no seio da elite e ainda bem pouco do ângulo de quem foi efetivamente escravo e negro. Mas o fato de sabermos pouco ou mesmo se alguém nos lembrar que os escravos, e também os negros livres e pobres que viveram durante a escravidão, não deixaram livros e artigos com o registro de sua memória não nos obriga a assumir o ponto de vista abolicionista tal como ele nos foi legado.

Outras histórias

Em suas memórias escritas alguns anos após a lei que decretou o fim da escravidão, Joaquim Nabuco previa o surgimento de várias histórias sobre a abolição, tal o

montante de paixões políticas envolvidas nesse período. Por isso, deixou claro que queria assinalar bem a sua contribuição, oferecendo datas, fatos e nomes que pudessem situar os historiadores do futuro dentro da sua própria versão desse acontecimento histórico.

A data de 1879 foi apontada por Nabuco para historiar o início do movimento abolicionista. Esse ano foi associado por sua vez a um evento-chave: o discurso proferido, em 5 de março, pelo deputado Jerônimo Sodré, da Bahia, na Câmara Geral do Império. Nesse discurso, o deputado reivindicou a abolição rápida e total da escravatura, alertando para o fato de que a sociedade brasileira se encontrava como que sobre um vulcão prestes a explodir.

Essa data, bem como o fato que a acompanha, não foi escolhida por acaso. Nabuco não escondeu suas intenções e julgou mesmo necessário explicitar seu significado:

É reivindicar para a Câmara, para o Parlamento, a iniciativa que se lhe tem querido tirar nesta questão, dando-se-a ao elemento popular, republicano (...).
(Nabuco, 1963, p. 197.)

Embora Nabuco não descartasse a importância do movimento popular, tendo mesmo incluído com grande apreço o nome de José do Patrocínio dentre aqueles que associava à corrente revolucionária, ele esclarecia que o "germe" do abolicionismo fora parlamentar. Ele reconhecia ainda que outros já vinham lutando pela abolição antes do discurso de Sodré, mas que a grande largada, o início de fato do movimento abolicionista, devia ser datado a partir desse ato parlamentar, ao qual ele próprio, também enquanto deputado, aderira pouco tempo depois.

Os esforços de Nabuco em reivindicar para a Câmara dos Deputados a iniciativa

do movimento abolicionista, contrapondo-se àqueles que produziam uma outra versão da abolição – republicana e popular –, foram bem recompensados. Nestes mais de cem anos passados desde a lei de 13 de maio de 1888, conhecida hoje como “Lei Áurea”, a versão de Nabuco, bem como a de outros companheiros de tendência monarquista, conseguiu se impor como verdade histórica.

Por muito tempo os historiadores ignoraram o papel do movimento popular no processo abolicionista, centrando suas pesquisas em eventos parlamentares e nas leis decorrentes, como a Lei de Abolição do Tráfico (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a própria Lei da Abolição (1888).

Algumas vezes os populares, ou seja, aqueles que não tinham direitos de representação no Parlamento, eram incluídos nesses relatos. E mesmo os escravos mereciam alguma lembrança. Mas sempre como personagens menores, a reboque, despertados de sua letargia pela ação vigorosa e reidentora dos abolicionistas.

Nos últimos anos, porém, novos ventos políticos motivaram novas linhas de pesquisa, resgatando-se do esquecimento a participação de escravos, negros pobres livres e imigrantes humildes no movimento abolicionista.

Entretanto, a data proposta por Nabuco para periodizar a emergência do abolicionismo ainda influi fortemente para que as pesquisas se restrinjam à década de 1880. Também a idéia do escravo bestial, sem consciência de classe, incapaz de lutar por seus próprios interesses a não ser quando dirigido pelos abolicionistas, continua a marcar sua presença em pesquisas interessadas em resgatar a resistência negra. E, por fim, a idéia de que inexistia uma questão racial a interferir nas atitudes de abolicionistas e escravos fundamenta uma outra

tese presente em estudos contemporâneos. Trata-se da tese de que entre abolicionistas e escravos existiria uma espécie de aliança incondicional, a ponto de os escravos reconhecerem naqueles os seus dirigentes máximos.

As lutas autônomas dos escravos, tais como o crescente número de assassinatos de feitores, senhores e respectivas famílias na década de 1870, revoltas coletivas nas fazendas e manifestações urbanas nos anos de 1880, ainda aguardam muitas pesquisas.⁷ Em seu próprio tempo, porém, essas lutas alarmaram as imaginações não só de escravistas, emancipacionistas e imigrantistas, como dos chefes do abolicionismo legal. Conforme se viu, foi muito grande o empenho desses abolicionistas em diferenciar a sua própria via para a abolição ante o outro caminho que já vinha sendo assinalado pelo “abolicionismo inconsciente” ou “abolicionismo devastador”.

Caminhos da negritude

Além dos escravos, também ficaram esquecidos aqueles que se posicionavam a favor desse movimento autônomo. Esse foi o caso do ex-escravo e advogado baiano Luis Gama, ativo abolicionista desde meados dos anos de 1850 e cuja figura polêmica e erudita marcou época tanto entre as gentes de elite, quanto entre escravos e pobres livres.

Durante seus funerais, em 24 de agosto de 1882, São Paulo parou: uma imensa multidão percorreu a pé todo o transcurso que vai do bairro do Brás, onde ele morava, até o cemitério da Rua da Consolação. Esse acontecimento em honra de um abolicionista morto abriu em São Paulo o ciclo das manifestações de rua em prol da abolição. E nele já podemos distinguir os vários caminhos acenados pelo abolicionismo, perceptíveis na presença simultânea de autori-

dades governamentais, abolicionistas de elite, abolicionistas populares e na simbologia dos gestos de negros que exigiram o direito exclusivo de carregar o caixão.

Entretanto, com exceção de uma biografia publicada nos anos de 1930, quase nada mais se escreveu a respeito de Gama (Menucci, 1938). Possivelmente isso se deve ao fato de que a memória de sua presença inconformada, radical, sarcástica, pouco se ajusta às versões daqueles que colaboraram para que a abolição se fizesse nos moldes da conciliação política e da permanência da mesma estrutura de profundas desigualdades sociais e raciais.

Filho de um senhor branco de Salvador e de uma africana livre, Luiza Mahin, Gama foi vendido aos dez anos de idade por seu pai, depois que sua mãe, envolvida na revolta baiana conhecida como Sabinada, teve que fugir da polícia. Foi embarcado em um navio rumo a São Paulo, onde serviu como escravo doméstico até os 18 anos de idade.

Ao longo de uma vida cheia de aventuras – ele conseguiu alfabetizar-se, fugir, provar sua condição de livre, servir como soldado, publicar um livro de poesias, fundar vários jornais e tornar-se advogado, tudo isso em menos de 20 anos –, Gama destacou-se como ferrenho crítico e opositor da escravidão.

Além das atividades de propaganda abolicionista, e também republicana – como, por exemplo, as conferências proferidas no Círculo Operário Italiano –, Gama exerceu advocacia, tendo como objetivo principal a libertação de escravos.

Temido por seu grande conhecimento das leis e por sua oratória vibrante e irre-

verente, esse abolicionista de primeira hora defendeu escravos que haviam matado seus senhores, apelando para a tese de legítima defesa. Com isso, atraiu sobre si tantos rancores que em 1870, antes de partir para o interior do estado de São Paulo, onde atuaria em um julgamento desse tipo, deixou uma carta de despedida para seu filho, certo de que acabaria assassinado. Nela, aconselhava-o a afastar-se dos “grandes Homens”, a quem considerava “como o oceano que aproxima-se das costas para corroer os penedos”. Recomendava também que ele se fizesse republicano e lutasse “para que este país em que nascemos, sem rei e sem escravos, se chamasse Estados Unidos do Brasil”.

A via apontada por Gama – república e abolição –, já em meados dos anos de 1860, não encontraria respaldo entre os congressistas que fundaram o Partido Republicano Paulista em 1873. O PRP, assim como a Igreja e o Exército, só se posicionou pela abolição quando não havia mais jeito, em fins de 1887 (Santos, 1942).

Também não encontrariam muita simpatia seus poemas, publicados em 1859, e cujo sarcasmo atingia em cheio políticos, burocratas, acadêmicos, clero, militares, magistrados, senhores de escravos, as senhoras da alta sociedade. Maior estranheza ainda causava quando o poeta não perdia a chance de proclamar com orgulho a sua condição de “orfeu de carapinha” e denunciar com desprezo os “mulatos esfolados”. Com isso, trazia à tona a visão de uma sociedade racista em que o negro só ascendia socialmente na medida de seu embranquecimento físico e cultural e do correspondente auto-esquecimento de suas origens africanas.

*Se os nobres desta terra, empanturrados,
Em Guiné têm parentes enterrados;
E, cedendo à prosápia, ou duros vícios,
Esquecem os negrinhos seus patrícios:
Se mulatos de cor esbranquiçada,
Já se julgam de origem refinada,
E, curvos à mania que os domina,
Desprezam a vovó que é preta-mina:
Não te espantes, ó Leitor, da novidade,
Pois que tudo no Brasil é raridade!*

(Gama, 1861.)

Devido à sua morte prematura, bem antes que as lutas pela abolição tomassem o vulto de grandes manifestações urbanas, a pregação de Luis Gama pôde ser mais facilmente esquecida. É que os caminhos do republicanismo radical e da negritude eram por demais imprevisíveis para agradar àqueles que se empenhavam na defesa da abolição dentro da lei.

NOTAS

1. Ver a respeito Eugène Genovese (1983).
2. Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque (1888) formulou um plano de deportação em *Memória analítica a cerca do commercio d' escravos e a cerca dos males da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro, Comercial Fluminense, 1837, reeditado em *Memórias sobre a Escravidão*, com introdução de Graça Salgado. A prática de deportação de africanos foi demonstrada por Cunha (1985) e Reis (1985).
3. O chamado problema do enegrecimento da população brasileira foi enfrentado pelos imigran-
tistas, que, sobretudo a partir de finais da década de 1870, conseguiram se impor como uma sólida corrente política em São Paulo e, em menor grau, no Rio de Janeiro e outras regiões brasileiras. Como resultado, milhares de imigrantes europeus substituíram, como trabalhadores livres, não só os escravos, mas também os negros e mestiços que já viviam em liberdade durante a escravidão. As propostas emancipacionistas, imigran-
tistas e abolicionistas foram analisadas em detalhe em Azevedo (1987a).
4. Trechos desse manifesto são citados por Duque-Estrada (1918). Desde que escrevi este artigo, os outros abolicionismos que não o abolicionismo parlamentar foram tema de importantes trabalhos. Ver, em especial, Machado (1991). Essa tese será publicada em breve sob o título *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994. Ver também Gomes (1992), especialmente o Capítulo 3, sobre os quilombos nos anos da agitação abolicionista. Essa tese também será publicada em breve. Astenho-me de citar todos os trabalhos relevantes que foram publicados nestes últimos anos. Ver, a respeito, Barcelos, Cunha e Araújo (1991).
5. Essa carta de Victor Hugo foi enviada a Nabuco para que este a lesse em banquete em Paris em comemoração à abolição no Ceará em 1884 (Nabuco, 1883, p. 122).
6. Nabuco (1883, p. 31). Em minha pesquisa de doutorado (Azevedo, 1993, especialmente o Cap. 3), descobri que nem todos os abolicionistas representavam o escravo como bestial. Os abolicionistas dos Estados Unidos projetaram a imagem do escravo-irmão vítima de senhores bestiais.
7. Ver a respeito Azevedo (1987a e 1987b). Sidney Chalhoub (1990) mostrou como os escravos da cidade do Rio de Janeiro souberam se apropriar das leis vigentes durante a escravidão e usá-las em seu favor, abrindo com isso novos caminhos para a liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Célia M. M. (1987a). *Onda negra, medo branco – O negro no imaginário das elites (séc. XIX)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (1987b). *Crime e escravidão – Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo, Brasiliense.
- (1993). "On hell and paradise: abolitionism in the United States and Brazil, a comparative perspective". Tese de doutorado apresentada à Columbia University. Nova Iorque, maio.
- BARBOSA, Rui (1884). *Elemento servil*. (Discurso preferido em 28 de julho de 1884.) Rio de Janeiro, Nacional.
- BARCELOS, Luiz Claudio; CUNHA, Olivia Maria Gomes da; ARAÚJO, Tereza Cristina Nascimento (1991). *Escravidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual – 1970-1990*. Rio de Janeiro, CEEA.
- BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cezar (1988). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional; Brasília, Fundação Petrónio Portella, Ministério da Justiça.
- CHALHOUB, Sidney (1990). *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia da Letras.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (1985). *Negros, estrangeiros – Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense.
- DUQUE-ESTRADA, Osório (1918). *A abolição (esboço histórico), 1831-1888*. Rio de Janeiro, L. Ribeiro.
- FONER, Eric (1988). *Nada a não ser a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GAMA, Luis (1861). "A gente do Grande Tom". *Primeiras Trovas*. Rio de Janeiro, Pinheiro.
- GENOVESE, Eugène (1983). *Da rebelião à revolução*. São Paulo, Global.
- GOMES, Flávio dos Santos (1992). "Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – séc. XIX". Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, dezembro.
- LEMONS, Miguel (1884). *O positivismo e a escravidão moderna*. Rio de Janeiro, Sociedade Positivista.
- MACHADO, Maria Helena P. T. (1991). "Estrela e cometas: movimentos sociais na década da abolição". Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo.
- MENUCCI, Sud (1938). *O precursor do abolicionismo no Brasil – Luis Gama*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional.
- NABUCO, Joaquim (1963). *Minha formação*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- (1883). *O abolicionismo*. Londres, Abraham Kingdom.
- REIS, João José (1985). *Rebelião escrava no Brasil – A história do Levante dos Malês (1935)*. São Paulo, Brasiliense.
- SANTOS, José Maria dos (1942). *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo, Livraria Martins.
- SPITZER, Leo (1980). "Assimilação, marginalidade e identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig". *Estudos Afro-Asiáticos* (3):35-62. Rio de Janeiro, CEEA.

SUMMARY

Abolitionism and memory of race relations in Brazil

This article has two objectives: to analyze how abolitionists represented relations between Blacks and Whites; and to reflect on the legacy of this abolitionist memory in contemporary imagery.

The abolitionist approaches of the 1870's and 1880's distinguished themselves from the emancipationist writings of the first half of the 19th century in one essential way: while the latter were concerned with a war between the races, the former emphasized the absence of a racial question in Brazil.

The emphasis of the abolitionists on combating alarmist viewpoints served not only to reinforce the possibility of a peaceful transition from slavery to free-labor, but also to counter the pos-

sible growth of other unlawful abolitionist movements which would work against the interests of property-owners. Those abolitionists who worked strictly within the law presented themselves as redeemers of the "Negro Race", and warned against the possibility that anti-slavery propaganda could awaken the slave, viewed as a beast of labor, from his lethargy.

Our current predominant memory of abolitionism ended up coming from these abolitionists, and is still present in many studies of abolitionism. By the same token, the memory of other more radical, less legal abolitionist tendencies, which were in existence before 1880, has been silenced.

RÉSUMÉ

Abolitionnisme et mémoire des relations raciales au Brésil

Cet article a un double objectif: analyser la façon dont les abolitionnistes représentaient les rapports entre blancs et noirs et organiser une réflexion sur ce que cette mémoire abolitionniste a légué à l'imaginaire contemporain.

Les approches abolitionnistes des années 70 et 80 du siècle dernier se distinguaient des écrits émancipationnistes de la première moitié du XIX^{ème} siècle sur un point essentiel: alors que ces derniers lançaient des alertes contre les dangers d'une éventuelle guerre entre races, les premiers mettaient en avant l'inexistence d'une question raciale au Brésil.

Par leur rejet insistant de toute position alarmiste, les abolitionnistes visaient non seulement à assurer la viabilité d'une politique pacifique de transition entre l'esclavage et le travail libre mais aussi à combattre les possibilités d'expansion

d'autres abolitionnismes, en marge de la loi et en opposition aux intérêts de la grande propriété. Les abolitionnistes qui s'efforçaient de maintenir strictement leur campagne dans les limites de la loi se représentaient eux-mêmes comme les rédempteurs de la "race noire". Ils lançaient des avertissements contre la propagande antiesclavagiste capable, selon eux, de réveiller les esclaves - en qui ils voyaient des êtres bestiaux - de leur léthargie.

Ce sont les idées de ces abolitionnistes qui ont constitué en définitive la mémoire dominante de l'abolitionnisme. Elles sont présentes encore de nos jours dans de nombreux écrits concernant l'abolition. Parallèlement, la mémoire d'autres mouvements abolitionnistes, plus radicaux, moins légalistes et dont le début se situe bien avant les années 80 a été mise sous silence.

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

Notícias Africanas é um clipping semanal sobre os países africanos de língua oficial portuguesa, contendo recortes de jornais portugueses e outras publicações internacionais, precedidos de comentários de pesquisadores do Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Você não vai encontrar outra publicação no Brasil com essas características.

É fácil assinar.

Ligue (021)531-2000, ramal 259, ou escreva para o CEEA.

Preços especiais para pesquisadores.

NOTÍCIAS AFRICANAS 20

A violência cotidiana como legado do 'apartheid'

Tome nota

NESTA EDIÇÃO

CAPO VERDE
 • Fala de Cabo Verde estreia ASF (Pág. 2)

GUINÉ-BISSAU
 • Saída "paz ao armar" a Bissau (Pág. 3)

MOCÁBIQUE
 • Notícias de Moçambique "subterrâneas" (Pág. 3)
 • Brigadas-terra sobre o "subterrâneo" de Moçambique (Pág. 3)
 • Outras notícias nas páginas 2, 4 e 5

ÁFRICA DO SUL
 • The end of the beginning (Pág. 5)
 • LIT 7 obter os laços de Saldanha (Pág. 6)
 • Outras notícias nas páginas 6 e 8

ANGOLA
 • Angola: paz honesta? (Pág. 7)
 • Vagor no sul: público cresceu 3,2% (Pág. 8)
 • 129 portugueses mortos até 1979 (Pág. 8)
 • Congo (8)
 • Espectro do Anátema Moçambique (Pág. 9)
 • O que se passa no sul de Angola (Pág. 10)
 • O que se passa no sul de Angola (Pág. 10)
 • O que se passa no sul de Angola (Pág. 10)

Outras notícias nas páginas 9, 10, 11 e 12

Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro*

Edward E. Telles**

**Publicado na American Sociological Review, em fevereiro de 1994, volume 59, p. 46-63. Recebido para publicação em abril de 1994.*

***Professor associado de sociologia da Universidade da Califórnia, Los Angeles.*

No Brasil, a relação entre industrialização e desigualdade racial foi essencial para a discussão das relações entre as raças após a abolição, pois o país conheceu níveis elevados de desigualdade, de par com uma industrialização rápida, porém desigual.

Neste texto, analiso a variação da desigualdade racial no emprego conforme os níveis de industrialização em 74 regiões metropolitanas brasileiras em 1980. Verifico que as áreas industrializadas têm, de maneira geral, desigualdade ocupacional mais baixa, especialmente em ocupações manuais; num nível ocupacional mais elevado, no entanto, a desigualdade racial se acentua, ou não é afetada pela industrialização. Esses resultados persistem apesar do controle feito em relação à porcentagem de não-brancos na população e à desigualdade educacional.

Assim, este estudo endossa a visão convencional de que, com o aumento do desenvolvimento industrial, a classe se torna mais relevante do que a raça, mas apenas em trabalhos não-especializados; no que diz respeito aos empregos de nível administrativo, a desigualdade ou não é afetada ou até aumenta com a industrialização. Os efeitos do aumento das oportunidades educacionais sobre a desigualdade são semelhantes aos da industrialização. São analisadas as implicações para as relações raciais no Brasil.

Palavras-chave: raça, relações raciais; branco, não-branco; desigualdades racial, educacional e ocupacional; industrialização; emprego; oportunidades educacionais.

Há muito que os sociólogos discutem a relação entre industrialização e desigualdade racial. Junto com a industrialização, vem a profunda reestruturação das posições no mercado de trabalho e existe um potencial de oportunidades sem precedentes para os grupos raciais subordinados. Uma perspectiva convencional afirma que as mais amplas oportunidades e a maior competitividade associadas à industrialização reduzem a desigualdade racial, porque os empregadores são forçados a remunerar o trabalho com base em critérios universalistas (Turner, 1951; Van den Berghe, 1967; Fernandes, 1965; Souza, 1968). Outras discordam, alegando que a industrialização perpetua a desigualdade, pois os empregadores industriais continuam a tirar proveito da manutenção da ordem racial tradicional (Blumer, 1965; Wilson, 1978; Hasenbalg, 1979). O caso do Brasil oferece uma oportunidade de reexaminar o debate.

Segundo estudiosos da sociedade brasileira, as mudanças nas relações raciais foram especialmente grandes nas regiões Sudeste e Sul do país, onde "a dinâmica da industrialização, a rápida urbanização e a imigração européia maciça transformaram profundamente as relações raciais" (Van den Berghe, 1967, p. 70; ver também Bastide, 1965; Fernandes, 1965; Ianni, [1970] 1987; Hasenbalg, 1979). Segundo Van den Berghe (1967), nessas regiões as relações raciais tenderam a adotar um modelo competitivo, afastando-se do modelo paternalista existente em outras áreas, onde o trabalho é dividido segundo as raças e, portanto, a desigualdade racial é elevada.

Embora reconheçam que a composição racial, a urbanização e o perfil da imigração são fatores que influenciam as diferenças regionais, os analistas muitas vezes apontam a industrialização como fator-chave para o surgimento de variações regionais

nas relações raciais e na desigualdade racial (Fernandes, 1965; Ianni, 1987; Hasenbalg, 1979). No entanto, se forem baseadas apenas em evidências limitadas, provenientes de um número reduzido de áreas, essas conclusões não podem ser aplicadas ao Brasil com segurança.

Examinemos o modo como os níveis de industrialização e outros fatores correlatos influenciaram os padrões de desigualdade racial no emprego em 74 das 75 maiores regiões metropolitanas do Brasil em 1980. No Brasil, os níveis de industrialização variam muitíssimo e nas últimas décadas não houve praticamente nenhuma intervenção do Estado em questões raciais, constatando-se número muito reduzido de ações coletivas baseadas na raça e a ausência de mercado de trabalho segmentado por raça. Assim, a falta dessas variáveis mediadoras faz do Brasil um laboratório social particularmente bom para pesquisar a maneira como as características de áreas metropolitanas, tais como a industrialização, afetam a desigualdade racial. Adotei um enfoque multivariado sincrônico, primeiramente, porque não existe, ao menos nas estatísticas do governo, uma série de dados históricos adequados para analisar o período industrial do Brasil.

Histórico

Industrialização e desigualdade racial

A perspectiva convencional — Segundo a perspectiva convencional, pode-se esperar que a industrialização destrua gradualmente as ordens sociais tradicionais das sociedades pré-industriais, nas quais, após a escravidão, os sistemas sociais patriarcais continuaram a manter os negros e mulatos em posições inferiores, definidas pela raça (Turner, 1951; Van den Berghe, 1967; Fernandes, 1965). Teoricamente, o novo

sistema econômico industrializado desloca pessoas de suas antigas posições sociais e força novas relações entre raças; correlativamente, a concorrência ativa substitui a dominação estruturada do velho sistema paternalista (Van den Berghe, 1967). As oportunidades de emprego são maiores para todos e a competitividade por demais elevada exige que os empregadores industriais avaliem os trabalhadores em função de sua produtividade, e não do grupo a que pertencem. Além disso, o sentimentalismo é substituído pela racionalidade e o *status*, enquanto as relações contratuais e impessoais tomam o lugar das interações pessoais (Blumer, 1965). Essa perspectiva se baseia, em grande medida, na afirmação de Durkheim ([1893] 1964) de que as sociedades modernas realocavam a mão-de-obra de maneira racional, com base nas características que os trabalhadores conquistavam, e não nas que lhes eram atribuídas. Segundo essa visão convencional, a desigualdade racial na educação diminui em função do maior universalismo geral.

A industrialização foi essencial para o trabalho sobre as relações raciais no Brasil, especialmente na década de sessenta, quando tal trabalho se concentrou na integração dos negros à economia brasileira, recentemente industrializada. Fernandes (1965) afirmava que o racismo era um legado da escravidão, mas que o capitalismo e o desenvolvimento industrial transformariam o Brasil numa sociedade moderna, baseada na identificação de classes, que finalmente substituiria a atribuição racial. O mesmo autor alegava que a hostilidade dos brancos e as "deficiências sociais" herdadas do sistema desumanizante da escravidão¹ haviam evitado que os afro-brasileiros concorressem com os brancos; no entanto, sustentava ele, esses efeitos estavam começando a desaparecer. Outros analistas afirmavam que a industrialização destruiria as barreiras ra-

ciais no mercado de trabalho, mas aumentaria o racismo interpessoal, pois os membros do grupo dominante procurariam manter a antiga ordem racial no novo mercado de trabalho (Bastide, 1965, p. 18; Van den Berghe, 1967).

Além de transformar relações sociais e valores, a industrialização ocasiona mudanças organizativas específicas que corroboram a visão convencional. E tende a concentrar trabalhadores em fábricas, de forma que a contratação, a dispensa e a promoção são mais impessoais e, muitas vezes, decididas por diversos supervisores. Os donos das empresas, ausentes, estão interessados em obter o máximo retorno de seu capital e só podem se preocupar com a produtividade, concentrando-se, assim, apenas no capital humano que os trabalhadores trazem para o posto de trabalho. Num ambiente cada vez mais competitivo, até o empresário mais racista é obrigado a contratar os trabalhadores mais produtivos de que pode dispor. Os grandes investimentos de capital exercem pressão similar sobre os empresários. O aumento da especialização e da complexidade industriais também assegura a maior mobilidade dos trabalhadores, oferecendo maiores oportunidades para os grupos sub-representados. O mesmo fenômeno pode ocorrer nos setores de serviços modernizados, que também se tornam cada vez mais competitivos e, muitas vezes, subsidiários do manufatureiro. É o que diz a visão convencional.

A perspectiva de Blumer - Herbert Blumer (1965) e, mais tarde, Hasenbalg (1979), com respeito ao Brasil, contestaram a visão convencional relativa à industrialização. Blumer, embora reconhecesse a grande influência transformadora da industrialização, apresentou a hipótese de que ela pode, na verdade, reforçar a ordem racial tradicional. Nos lugares onde os

grupos subordinados estão altamente diferenciados e marginalizados, as organizações industriais podem auferir vantagens mantendo a ordem racial, como, por exemplo, o fato de evitar conflitos trabalhistas em que grupos dominantes de trabalhadores se beneficiam com o afastamento de membros do grupo subordinado, os quais potencialmente concorrem pelos mesmos empregos (Blumer, 1965; Hasenbalg, 1979). Assim, a industrialização reforçaria a ideologia racial predominante, assegurando a perpetuação da desigualdade racial: o efeito da industrialização seria neutro, embora o fato de pertencer a um grupo racial possa ter adquirido novo significado e função. No caso brasileiro, a negação do racismo por grande parte da elite e da classe média (Hanchard, a ser publicado) pode reforçar a percepção de que não há problema a ser corrigido, fixando ainda mais a velha ordem racial.

Os defensores da visão de Blumer frisaram a especial importância do papel do Estado. Blumer (1990, p. 165) afirmou que só a política social poderia intervir no sentido de afetar a ordem racial.² Numa perspectiva similar, Wilson (1978) demonstrou que as normas raciais da época pré-industrial mantiveram, de maneira geral, as desigualdades pré-industriais após a industrialização, enquanto, por sua vez, a continuidade das desigualdades reforçou as normas. O mesmo autor observou que, nos Estados Unidos, foi o Estado que, agindo em resposta a pressões políticas, teve poder suficiente para mudar as normas raciais. Deve-se ressaltar a aprovação pelo Estado norte-americano da Lei Jim Crow e, mais recentemente, a adoção de políticas de ação afirmativa (Wilson, 1978). Da mesma maneira, em países como os Estados Unidos e o Brasil, o Estado implementa a maior parte das reformas e desenvolvimento educativos, independentemente da industrialização.

Uma terceira perspectiva — Além da perspectiva convencional e da de Blumer, proponho uma outra: a de que a industrialização pode, na verdade, *aumentar* a desigualdade racial em pontos específicos da estrutura ocupacional. Num país com um viés racial forte, o aumento da competitividade fortalece as práticas comerciais que restringem a entrada de membros dos grupos subordinados a posições de *status* elevados. Isso é especialmente verdade numa sociedade como a brasileira, onde os consumidores de quase todos os produtos mais básicos são membros do grupo dominante e onde o Estado não faz esforço algum com vistas a corrigir as práticas discriminatórias.

Uma pesquisa oficial do estado de São Paulo sobre a maneira como eram feitas as contratações mostrou que os empregadores oferecem resistências a contratar afro-brasileiros como funcionários administrativos (Andrews, 1991). O estudo constatou que muitos empregadores acham que a reputação da empresa é prejudicada quando ela tem funcionários negros em cargos de alta visibilidade. Os empregadores querem evitar que os empregados negros supervisionem os brancos e também desejam minimizar sua própria interação com negros (Andrews, 1991). Os anúncios muitas vezes exigem “boa aparência”, o que normalmente é interpretado como “branco” (Eccles, 1991; Andrews, 1991; Hasenbalg, 1979).

Evidências históricas de duas fábricas de São Paulo mostram que, com a industrialização e o fim da imigração européia, a discriminação racial pode ter aumentado no setor administrativo, ao mesmo tempo que diminuía a segmentação racial no setor manual (Andrews, 1991). Assim, o efeito da industrialização pode ser misto: aumentar, manter ou reduzir a desigualdade, dependendo do setor ocupacional específico.

O contexto brasileiro

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil começou a implementar um plano de substituição de importações. O objetivo do plano era modernizar a economia e acentuar o crescimento econômico, reduzindo sua dependência de bens manufaturados no exterior. A economia brasileira se baseava, principalmente, em apenas alguns produtos primários de exportação, como o café. O crescimento industrial foi elevado durante a maior parte do período pós-guerra, tendo, no início da década de setenta, as exportações brasileiras sido compostas de uma proporção maior de bens manufaturados do que de café (Evans, 1979, p. 66).

O crescimento econômico foi particularmente intenso entre 1968 e 1974, atingindo uma média de 13% por ano (Baer, 1979, p. 95), fazendo com que em 1980 o Brasil fosse considerado a sétima economia do mundo capitalista. No entanto, a industrialização se concentrou em determinadas áreas, gerando grandes diferenças regionais (Baer, 1979; Haller, 1982). Enquanto isso, a alta taxa de fertilidade e o êxodo rural acarretavam um rápido aumento populacional, variando bastante a capacidade que tinham as diversas regiões de absorver o número crescente de pessoas em empregos do setor moderno (Merrick e Graham, 1979). Áreas modernas e altamente industrializadas como São Paulo registravam resultados muito melhores que Fortaleza e Teresina, com suas economias informais enormes e quase nenhuma industrialização. A partir de 1981, ano de crescimento negativo, o ritmo da industrialização diminuiu dramaticamente em todo o país.

A industrialização aumentou as oportunidades de educação, particularmente em nível universitário. Ao longo da década de setenta, foram criadas universidades fede-

rais e estaduais nas principais cidades de todas as regiões brasileiras (Castro, 1985; Durham e Schwartzman, 1989). Entretanto, a educação superior de qualidade se concentrava nitidamente nas regiões industrializadas: em 1982, nenhuma das 20 melhores universidades (medidas em termos de publicações pelos professores, gerais e *per capita*) se situava na região Nordeste do Brasil (Castro, 1985).

Antes da industrialização, a ordem racial mudara um pouco. À época da abolição da escravidão no Brasil, 1888, os negros e mulatos já eram, em sua maioria, trabalhadores livres (Degler, [1971] 1986; Skidmore, 1974). Os não-brancos ocupavam a maioria dos postos de trabalho manual em todo o país; muitos não-brancos também haviam-se tornado artesãos e empresários. Durante a escravidão, muitos negros libertos, sobretudo mulatos, ocupavam cargos altamente especializados, inclusive na produção de açúcar (Schwartz, 1992).

Entretanto, da época da abolição até quase 1930, ocorreu a imigração de grande número de europeus para o Brasil, com incentivo do Estado brasileiro e recebendo subsídio temporário do estado de São Paulo, num esforço explícito de *embranquecer* a população, que, em grande medida, não era branca. Esses europeus logo invadiriam os mercados de trabalho do estado de São Paulo e, em menor escala, dos estados do Sul, introduzindo uma concorrência racial sem precedentes na disputa pelo emprego (Skidmore, 1974; Hasenbalg, 1979). Os imigrantes muitas vezes substituíram os trabalhadores locais negros e mulatos, pois os empregadores preferiam nitidamente os europeus pouco especializados (Van den Berghe, 1967; Hasenbalg, 1979; Andrews, 1991). Na década de vinte, com o declínio da imigração maciça, os imigrantes e seus filhos já dominavam muitos cargos eleva-

dos. Só então os não-brancos começaram a conseguir empregos na economia que se estava industrializando (Andrews, 1991).

Desde o início deste século, época em que foi incentivada a imigração europeia, o Estado brasileiro não implementa políticas especificamente voltadas para a questão racial. A única outra exceção ao envolvimento do Estado com questões raciais foi uma lei de 1951, revista na Constituição de 1988, que torna ilegal a discriminação racial. Infelizmente, a lei raramente tem sido usada e só se recorre a ela nos casos mais gritantes de racismo (Eccles, 1991; Andrews, 1991).

Não há dúvida de que uma razão para a falta de intervenção estatal é a ideologia comumente defendida de que o Brasil é uma *democracia racial* – ideologia que nutre a ilusão de que a raça não afeta significativamente as oportunidades na vida (Skidmore, 1974; Hanchard, a ser publicado). Embora um movimento pequeno, porém crescente, de consciência negra a questione,³ essa ideologia continua a ser senso comum na maior parte do país. A força da idéia da democracia racial se enraíza nos níveis comparativamente elevados de interação racial, ao menos entre os pobres (Telles, 1992 e 1993), e numa glorificação do componente negro da cultura nacional (Hanchard, a ser publicado). No entanto, num contexto em que trabalhadores brasileiros de todas as raças ainda não têm os mais elementares direitos civis, os trabalhadores não-brancos são ainda mais discriminados por motivos raciais e não podem recorrer à proteção legal (Eccles, 1991; Hanchard, a ser publicado).

Dados e categorias raciais

Os dados são do censo brasileiro de 1980. As unidades de análise são 74 regiões metropolitanas do Brasil com população

superior a 100 mil habitantes.⁴ Como só há dados disponíveis para as regiões metropolitanas das dez cidades maiores (publicados ou à disposição do público em amostras de microdados), contratei o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para que criasse um conjunto de dados incluindo mais regiões metropolitanas (Vetter, 1988) a partir da totalidade da amostragem de pessoas que responderam ao censo de 1980 em formulário completo (aplicado a 25% da população).

Analisei a desigualdade ocupacional em função da raça entre brancos e as populações não-brancas, ocupacionalmente subordinadas, das regiões metropolitanas. Combinei pretos e pardos numa única categoria – não-brancos –, devido à reduzida diferença de renda entre eles (Silva, 1985; Lovell, 1989) e a razões decorrentes da categorização racial do Brasil. As categorias raciais se baseiam na auto-identificação dos pesquisados pelo censo, que se incluem em quatro categorias por cor da pele: branco, preto, pardo e amarelo (asiático). A auto-identificação normalmente é feita na presença de um recenseador, o que reduz a probabilidade de desvio do fenótipo do pesquisado. A categoria pardo inclui, basicamente, pessoas de raça mista, com diversas proporções de origens africana, europeia e indígena, mas também compreende a reduzida população indígena brasileira. Essa heterogênea categoria de pardos é freqüentemente criticada como uma excessiva simplificação da composição racial brasileira, uma vez que, no Brasil, muitas vezes são usadas numerosas outras categorias para identificar pessoas de raça mista (Harris, 1964; Hutchinson, 1957). Excluí a categoria “amarelo” desta análise porque, juntamente com um grupo pequeno de “outro” e “não-declarado”, abrange apenas 5% da população de qualquer região metropolitana e porque o *status* social dos

asiático-brasileiros é muito mais semelhante ao dos brancos que ao dos pardos ou pretos.

Embora a cor da pele tenha sido fundamental para a escravidão e continue a influenciar as oportunidades na vida brasileira, as categorias raciais nunca foram impostas, ao menos desde o período colonial (Carneiro, 1983; Castro e Guimarães, 1992). Assim, a categorização racial se tornou um tanto flexível. A raça é definida sobretudo pela cor da pele (a pergunta do censo é "Qual é a sua cor?", e não "Qual é a sua raça?"). Há uma preferência social pelas categorias mais claras. Um *status* elevado, em particular, muitas vezes permite que uma pessoa seja classificada como mais clara do que seu fenótipo indicaria. O uso de uma única categoria para os não-brancos é justificado como medida de raça, porque a identificação racial tende a ser mais flexível entre pardo e preto do que entre branco e pardo – supostamente por causa de uma forte resistência a se identificar como *preto* (Degler, 1986; Wood, 1991). Também pode haver grandes diferenças regionais em relação à identificação como preto, em particular no Nordeste, onde pardo é composto de maior número de categorias de cor, enquanto preto é apenas uma categoria situada na extremidade de um espectro contínuo de cores.⁵

Variáveis, medidas e modelos

Desigualdade racial nas ocupações

A desigualdade racial nas ocupações pode ser conceituada como a vantagem ocupacional líquida de um grupo em relação a outro ao longo de uma escala de grupos ocupacionais hierarquizados. Usei o índice de diferença líquida – *ND*: *net difference* (Liebersohn, 1975; Fossett, 1984) –

para medir a desigualdade. Intuitivamente, a diferença líquida pode ser interpretada como a probabilidade que têm os indivíduos de um ou outro grupo racial de estar nos grupos de *status* ocupacional mais elevado quando são formados, aleatoriamente, pares compostos de pessoas dos dois grupos raciais. Calculei escores de diferença líquida para homens (acima de 10 anos de idade) empregados em ocupações não-agrícolas. Neste estudo,

$$ND = 100 (\sum W_i CN_i - \sum N_i CW_i)$$

onde W_i e N_i são as proporções de homens brancos e homens não-brancos na ocupação i , e CW_i e CN_i são as proporções cumulativas de homens brancos e homens não-brancos em ocupações classificadas como inferiores à ocupação i . Os valores da *ND* podem ir de 100 a -100, sendo que 100 significa que todos os homens brancos estão em ocupações com *status* mais elevados que os homens não-brancos; -100 significa que todos os homens não-brancos estão em ocupações de *status* mais elevados que os homens brancos; e 0 significa que brancos e não-brancos estão distribuídos igualmente.

A *ND* se baseia em três grupos de ocupações. De cima para baixo, esses grupos são: (1) ocupações gerenciais/profissionais liberais (empregadores, gerentes, profissionais de alto nível); (2) ocupações intermediárias (semiprofissionais, trabalhadores de escritório, vendedores, manuais especializados e trabalhadores em transporte); e (3) ocupações manuais não-especializadas (trabalhadores manuais não-especializados e trabalhadores em serviços pessoais).⁶ Os escores de diferença líquida só foram estabelecidos para esses três grupos ocupacionais claramente hierarquizados porque há pouco consenso quanto a como classificar as ocupações intermediárias (Semyonov, Hoyt e Scott, 1984a, p. 268).

A desigualdade também pode derivar da relativa rigidez dos limites críticos da estrutura ocupacional, tais como os que existem entre ocupações manuais e administrativas ou entre ocupações manuais especializadas e não-especializadas. Para avaliar a extensão dessas diferenças, elaborei mais três índices de desigualdade, baseados em probabilidades (definidas na Tabela 2). A *ND* pode ser o melhor índice isolado para captar a desigualdade geral, mas também pode ser excessivamente sensível às diferenças da estrutura ocupacional em nível local.

As probabilidades, que são invariantes marginais, medem especificamente o acesso a ocupações independentemente da estrutura ocupacional (embora sejam limitadas, porque medem a diferenciação entre apenas duas categorias). Por outro lado, as probabilidades são problemáticas quando o significado do acesso varia em função das margens da distribuição ocupacional. Por exemplo, se uma determinada categoria ocupacional representa os 5% superiores de todos os empregos numa região metropolitana e os 20% superiores dos empregos em outra, o acesso diferencial a essa ocupação normalmente não significa a mesma coisa nas duas regiões – na primeira, significa acesso a uma posição de elite, ao passo que na última significa acesso a um emprego mais *médio*. Embora sejam consideradas como medidas de diferenciação, as probabilidades se tornam medidas de desigualdade quando duas categorias são hierarquizadas, como neste estudo.

Apesar do debate realizado em *Demography* a respeito da utilidade de um certo número de medidas de desigualdade e diferenciação, os autores que participaram da discussão chegaram ao consenso de que tanto a diferença líquida quanto as probabilidades são medidas particularmente boas quando suas limitações são compreendidas

(Semyonov, Hoyt e Scott, 1984a e 1984b; Fossett, 1984). Finalmente, os níveis de desigualdade baseados em categorizações ocupacionais abrangentes como as deste estudo podem subavaliar a verdadeira desigualdade racial no Brasil, devido às amplas variações de *status* ocupacional dentro desses grupos ocupacionais e porque os não-brancos tendem a ganhar menos que os brancos dentro da mesma ocupação (Oliveira, Porcaro e Costa, 1983; Lovell, 1989).

Variáveis independentes e modelos

As variáveis independentes são definidas na Tabela 2. Estimo a extensão da industrialização pela porcentagem da mão-de-obra total empregada na indústria manufatureira. Também incluímos outras variáveis independentes nos modelos de regressão, porque brancos e não-brancos variam em relação a outros fatores que também podem influenciar a desigualdade.

Utilizei quatro modelos na análise. O primeiro modelo faz a regressão de escores de diferença líquida na industrialização (percentual no setor manufatureiro) e duas variáveis de controle. Dado que, no Brasil, brancos e não-brancos podem ser nativos da região ou migrantes, criei um controle para a probabilidade relativa de brancos e não-brancos serem migrantes. Ficou demonstrado que esse fator é especialmente importante no Nordeste, onde os migrantes brancos predominam nos empregos de alto nível (Castro e Guimarães, 1992); no Sudeste, os migrantes dominam nos empregos de baixo nível, mas nesse caso eles tendem a ser racialmente heterogêneos. Utilizo uma variável *dummy* para avaliar se uma área metropolitana está ou não no estado de São Paulo, porque este apresenta algumas características peculiares (Andrews, 1991;

Merrick e Graham, 1979) e porque suas áreas metropolitanas são muito próximas umas das outras geograficamente, situação que pode levar a erros correlatos.⁷

O segundo modelo acrescenta um controle da porcentagem da população total que é não-branca, representada por uma transformação quadrática destinada a dar conta de seus efeitos curvilíneos.⁸ Dado que a industrialização e a composição racial apresentam uma correlação nítida em nível regional, o que acarreta as diferenças regionais de desigualdade social pode ser a porcentagem de não-brancos, e não a industrialização, como geralmente se supõe (Fernandes, 1965; Ianni, 1987; Hasenbalg, 1979). O grande número de casos (N = 74) deste estudo reduz a correlação elevada que seria obtida analisando-se poucas regiões. (O Apêndice apresenta a matriz completa de correlação que mostra uma correlação de -0,532 entre a porcentagem no setor manufatureiro e a porcentagem não-branca.)

Também se espera que a composição racial afete a desigualdade ocupacional por raça, embora a direção e as razões desse efeito variem muitíssimo. Com base na estrutura dos Estados Unidos, alguns pesquisadores afirmaram que há uma relação positiva entre a proporção da população que é não-branca e os níveis locais de desigualdade racial (Turner, 1951; Glenn, 1964; Blalock, 1967; Frisbie e Neidert, 1977; Galle *et al.*, 1988). Alegam que, à medida que aumenta o tamanho proporcional dos grupos subordinados, os membros do grupo dominante percebem mais os subordinados como uma ameaça econômica e política, estando, assim, mais motivados para discriminá-los.⁹

Outros, contudo, esperam um efeito de fila, no qual ocorre uma relação negativa entre tamanho do grupo subordinado e discriminado. Quando o grupo subordinado é

grande, os membros do grupo são mais capazes de mobilizar recursos econômicos e políticos (Lieberson, 1980; Semyonov *et al.*, 1984a; Tienda e Lii, 1987). Nesse caso, a comunidade apoiará os profissionais não-brancos e aumentará as oportunidades dos empresários (Lieberson, 1980). Maior proporção de não-brancos pode até gerar um efeito de *transbordament*, em virtude do qual os não-brancos devem preencher cargos elevados, porque não há brancos suficientes para ocupá-los. Esses ganhos eclipsariam todas as ameaças ao grupo dominante decorrentes do tamanho de população.

O fato de as regiões metropolitanas brasileiras serem compostas de até 85% de não-brancos (Teresina, por exemplo) significa que o efeito de transbordamento de não-brancos pode afetar até as posições ocupacionais mais elevadas. Finalmente, no Brasil pode não haver uma relação entre a porcentagem da população que é não-branca e a desigualdade, porque não se costuma perceber que as pessoas não-brancas atuem como grupo social único ou unificado, ou que sequer constituam um grupo assim. Esse fator prejudicaria a hipótese de ameaça.

Meu terceiro modelo inclui variáveis para controlar o fator educação. Ao menos um estudo sugere que a desigualdade ocupacional na indústria brasileira moderna é devida a diferenças educacionais, e não à discriminação no emprego (Castro e Guimarães, 1992), sugerindo que, se a industrialização afetou a desigualdade no Brasil, isso ocorreu via educação. Usei duas medidas de probabilidades para avaliar a desigualdade educacional nos níveis de quarta e quinta séries. Também foi incluído o número médio de anos de escolaridade, porque os níveis educacionais são vitais para os resultados ocupacionais.

Por fim, o quarto modelo inclui tanto a porcentagem de não-brancos como as variáveis educacionais.

Resultados

Distribuição ocupacional por raça no Brasil

A Tabela 1 mostra a distribuição ocupacional média em quatro categorias importantes de homens empregados, com 10 anos de idade ou mais, por raça, em 74 regiões

metropolitanas do Brasil. A categoria intermediária descrita antes é dividida em ocupações administrativas e ocupações manuais especializadas. Os brancos (14,6%) têm cerca de quatro vezes mais probabilidade que os não-brancos (3,7%) de ter um emprego no grupo ocupacional superior. No grupo ocupacional inferior, categoria manual não-especializada, os não-brancos têm o dobro da probabilidade dos brancos de estarem empregados (29,7% de brancos contra 50,6% de não-brancos). Nas ocupações intermediárias, os brancos (33,5%) estão mais bem representados em ocupa-

TABELA 1

Porcentagens médias de homens empregados, com 10 anos de idade ou mais, em quatro grupos ocupacionais, por cor da pele, em 74 regiões metropolitanas do Brasil - 1980

GRUPO OCUPACIONAL	COR DA PELE			
	BRANCA	NÃO-BRANCA		
		TOTAL	PRETA	PARDA
● Ocupações de gerência/Profissões liberais (Empregadores, ger., profis. alto nível)	14,6	3,7	2	4
● Ocupações intermediárias				
– Administrativos (semiprofissionais, burocratas, vendedores)	33,5	21,3	16,6	22,2
– Manuais (especializados e do setor de transporte)	22,4	24,4	23,5	24,6
● Ocupações manuais não-especializadas (manuais não-especializ. e serv. pessoais)	29,7	50,6	58	49,1
Total	100,2	100	100,1	99,9
Número de casos	74	74	74	74
Composição média de áreas metropolitanas	61,5*	37,5*	5,3	32,2

(*) Os asiáticos e outros totalizaram uma média de 1% e não foram incluídos.

ções administrativas que os não-brancos (21,3%). Como já relatamos, os pardos tendem a ter empregos melhores que os pretos, mas essas diferenças são reduzidas se comparadas às diferenças que existem entre brancos e não-brancos. Juntamente com evidências de outros estudos (Silva, 1985; Oliveira, Porcaro e Castro, 1983; Lovell, 1989), esse resultado justifica ainda mais o uso de um grupo único de não-brancos para fins de análise, o que faço daqui em diante neste artigo.

Para ajudar o leitor norte-americano a entender a posição da população afro-brasileira na estrutura ocupacional do Brasil, pode ser útil comparar a distribuição ocupacional por raça no país com seu equivalente nos Estados Unidos. No Brasil, a presença dos não-brancos em ocupações superiores é ainda mais reduzida que nos Estados Unidos; entretanto, no Brasil os brancos têm mais probabilidade que nos Estados Unidos de partilhar ocupações manuais não-especializadas com os não-brancos.

Segundo Farley e Allen (1987, p. 264), nos Estados Unidos os homens brancos tinham uma probabilidade cerca de 80% maior que os negros de pertencer a uma categoria gerencial/profissional (31,4% de brancos, contra 17,4% de negros), ao passo que o número de brancos na categoria inferior dos grupos ocupacionais urbanos era a metade do de negros (14,5%, contra 28%).

Entretanto, em comparação com os Estados Unidos, a estrutura ocupacional do Brasil é nitidamente menor no ápice e repousa sobre uma base muito maior. As pessoas que têm ocupações tipo gerente/profissional liberal constituem um grupo mais de elite no Brasil do que nos Estados Unidos, por causa do tamanho relativamente menor da categoria ocupacional e porque a renda média dos gerentes/profis-

sionais liberais é cerca do dobro da renda das ocupações administrativas intermediárias. Em contraste, nos Estados Unidos não há mais que 30% de diferença entre a renda dos grupos ocupacionais comparáveis (Jorge, Izhaki, Oliveira, Porcaro e Costa, 1984; Farley e Allen, 1987, p. 272).

Descrição das variáveis

Na Tabela 2, as médias e desvios padrões das variáveis dependentes nas 74 regiões metropolitanas aparecem na coluna "Total". Os valores médios dos escores de diferenças líquida revelam que, quando se formam pares aleatórios de empregados brancos e não-brancos do sexo masculino, os brancos têm 25,6% a mais de probabilidade do que os não-brancos de estar em grupos com *status* ocupacional superior. As probabilidades indicam que as diferenças raciais são nitidamente mais acentuadas no ápice da estrutura ocupacional. Especificamente, os brancos têm 5,3 vezes mais chances de estar em empregos do tipo gerencial/profissional liberal do que os não-brancos, com variação substancial (d.p. = 2,4); sua probabilidade de estar num emprego administrativo é 2,9 vezes maior; e sua probabilidade de estar num emprego manual especializado relativamente a todos os trabalhadores manuais (especializados e não-especializados) é 1,6 vez maior, com pouca variação (d.p. = 2). Uma média de 20,6% de toda a mão-de-obra das regiões metropolitanas trabalha no setor manufatureiro, mas um desvio padrão de 12,1 indica variação substancial. A porcentagem média de não-brancos, apresentada em valores não transformados, é de 37,5% e varia amplamente (d.p. = 24,1).

A segunda e terceira colunas da Tabela 2 mostram as médias e os desvios padrões de todas as variáveis para áreas com maio-

TABELA 2

Definições. Médias e desvios-padrão de variáveis dependentes e independentes para regiões metropolitanas (total, maioria branca e maioria não-branca), Brasil - 1980

VARIÁVEL	TOTAL	REGIÕES METROPOLITANAS	
		MAIORIA BRANCA*	MAIORIA NÃO-BRANCA*
● VARIÁVEIS DEPENDENTES**			
- Diferença líquida ocupacional	25,6 (5,1)	26,1 (4,6)	24,6 (6,0)
- Probabil. (branco/não-branco) de estar em ocupações gerenciais/profis. liberais	5,3 (2,4)	6,2 (2,4)	3,7 (1,2)
- Probabilidade (branco/não-branco) de estar em ocupações administrativas	2,9 (0,6)	3,1 (0,5)	2,6 (0,6)
- Probabilidade (branco/não-branco) de estar em ocupações manuais especializadas sobre todas as ocupações manuais	1,6 (0,2)	1,6 (0,2)	1,5 (0,2)
● VARIÁVEIS INDEPENDENTES**			
- Porcentagem da mão-de-obra total empregada no setor manufatureiro	20,6 (12,1)	24,4 (13,3)	13,6 (4,4)
- Estado de São Paulo (1, se no estado de São Paulo; 0, caso contrário)	0,3 (0,5)	0,4 (0,5)	-
- Probabilidade (branco/não-branco) de ser migrante, sobre população total	1,0 (0,3)	0,9 (0,3)	1,3 (0,2)
- Porcentagem da população total que não é branca (não-transformada)	37,5 (24,1)	21,5 (10,5)	67,0 (10,1)
- Probabil. (branco/não-branco) de ter 4 ou + anos de escolaridade, sobre a popul. tot. com 10 anos de idade ou +	2,0 (0,3)	2,1 (0,3)	2,0 (0,4)
- Probabil. (branco/não-branco) de ter 12 ou + anos de escolaridade, sobre a popul. tot. com 10 anos de idade ou +	5,9 (2,5)	7,0 (2,4)	3,9 (1,1)
- Média de anos de escolaridade para a a popul. total c/ 10 anos de idade ou mais	5,4 (0,4)	5,5 (0,3)	5,3 (0,4)
Número de regiões metropolitanas	74	48	26

(*) Maiorias brancas ocorreram no "sul" do Brasil (regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul); maiorias não-brancas, no "norte" (regiões Norte e Nordeste).

(**) As variáveis dependentes se referem aos homens empregados, com idade igual ou superior a 10 anos; as independentes se referem à população total (homens e mulheres), com os demais critérios indicados.

Obs.: Os números entre parênteses são desvios-padrão.

ria branca e com maioria não-branca. Além de propiciar a obtenção de um grupo baseado em composição racial, essa divisão fornece uma distinção geográfica Norte-Sul¹⁰ e ilustra as notórias diferenças regionais do Brasil, tanto em termos de industrialização como de composição racial (Merrick e Graham, 1979; Evans, 1979).

Os escores de diferença líquida indicam maiores desigualdades em toda a distribuição ocupacional em lugares onde os brancos são maioria – no Sul. Para os brancos, a probabilidade de estar em empregos gerenciais/profissões liberais é muito superior nas regiões metropolitanas com maioria branca; para os não-brancos, ao contrário, a probabilidade de estar num emprego administrativo e em empregos manuais especializados (contra não-especializados) é apenas ligeiramente superior em áreas de maioria não-branca.

Em áreas de maioria branca, 24,4% da mão-de-obra estão empregados no setor manufatureiro, contra apenas 13,3% em áreas de maioria não-branca, mesmo quando os desvios-padrão revelam que a industrialização varia substancialmente na área de maioria branca (13,6%) e é uniformemente subdesenvolvida na área com maioria não-branca (4,4%). As pessoas não-brancas constituem uma média de 21,5% da população das áreas com maioria branca e 67% nas áreas com maioria não-branca. As médias das outras variáveis independentes são aproximadamente semelhantes por região, com uma exceção: no Sul, predominantemente branco, os brancos têm sete vezes mais probabilidade do que os não-brancos de completar 12 ou mais anos de escolaridade; no Norte, apenas 3,9 mais. Esses dados são coerentes

com o fato de que, no que diz respeito à desigualdade racial, as diferenças entre Norte e Sul são especialmente grandes no nível ocupacional superior.

Desigualdade entre as 75 regiões metropolitanas

Antes de examinar os padrões de desigualdade por meio de análise multivariada, analisamos os escores de cada uma das 75 regiões metropolitanas (incluindo Blumenau, que depois é eliminada). Os escores de diferença líquida e as probabilidades para cada região metropolitana são mostrados na Tabela 3. Salvador, sendo a capital nacional da desigualdade racial e da cultura afro-brasileira, e a região metropolitana têm o mais alto nível de desigualdade, medido em toda a distribuição ocupacional (38,7%), ao passo que Teresina apresenta um nível um pouco inferior (36%), Blumenau tem, de longe, o nível mais reduzido de desigualdade (7,6%), notavelmente baixo, sugerindo que sua minúscula população não-branca não tem um perfil ocupacional muito diferente da população branca. Além de Blumenau, as outras regiões metropolitanas com níveis relativamente baixos de desigualdade são Joinville (10,3%), Caruaru (13,9%), Imperatriz (14,6%) e Santarém (16,7%).

Assim, escores gerais de desigualdade baixos e altos são encontrados em áreas predominantemente não-brancas, com exceção de Blumenau e Joinville. Estas últimas duas se destacam por terem as menores populações não-brancas das 75 regiões consideradas e por terem sido majoritariamente povoadas por imigrantes alemães.

TABELA 3

Diferença líquida e probabilidades para 75 regiões metropolitanas com população superior a 100 mil habitantes, Brasil - 1980

REGIÃO URBANA	PROBABIL. DA PROPORÇÃO BRANCO/Ñ-BRANCO EM:			
	DIFERENÇA LÍQUIDA	GERENCIAL/ PROFIS. LIB.	ADMINISTR.	MANUAL ESPECIAL.*
São Paulo	27,1	7,6	3,2	1,5
Rio de Janeiro	28,9	7,2	3,4	1,4
Belo Horizonte	30,5	5,9	3,7	1,5
Porto Alegre	25	6,9	2,7	1,5
Recife	30	5,5	3,2	1,5
Salvador	38,7	7,4	4,6	1,6
Fortaleza	24,8	3,8	2,6	1,4
Curitiba	28,4	5,5	3,1	1,7
Brasília	30	5,3	3,1	1,4
Belém	26,6	4,2	2,7	1,4
Santos	28,9	8,2	3,5	1,6
Goiânia	18,4	2,6	2,1	1,3
Campinas	30	8,5	3,7	1,7
Vitória	26,4	4,5	2,7	1,6
Manaus	21,8	3,5	2,2	1,4
João Pessoa	30,1	4,8	3,1	1,5
Natal	21,4	3,3	2,2	1,3
São José dos Campos	21	6,5	2,6	1,4
Teresina	36	5	3,7	2,1
Maceió	28,8	4,7	3,1	1,5
Pelotas-Rio Grande	24,6	7	3	1,5
Sorocaba	25	6,7	2,9	1,7
Barra Mansa-Volta Redonda	20,3	5,3	2,7	1,4
Ribeirão Preto	32,5	8,5	3,9	1,7
Juiz de Fora	32,6	6,8	4,2	1,7
Florianópolis	28	6,1	2,8	1,6
Aracaju	31,4	4,3	3,3	1,8

(*) Probabilidade de estar em ocupações manuais especializadas apenas sobre o número de trabalhadores manuais.

Continua

Continuação

TABELA 3

REGIÃO URBANA	PROBABIL. DA PROPORÇÃO BRANCA/Ñ-BRANCA EM:			
	DIFERENÇA LÍQUIDA	GERENCIAL/ PROFIS. LIB.	ADMINISTR.	MANUAL ESPECIAL.*
Campo Grande	22,2	3,3	2,3	1,4
Campos	23,5	4,2	2,9	1,6
Cuiabá	24,8	3	2,5	1,6
Ipatatinga	21,2	3,6	2,6	1,6
Londrina	28,9	6,4	3,2	1,6
São Luís	27,5	4,3	2,9	1,4
Feira de Santana	27,5	3,1	2,8	2,1
Uberlândia	24,6	3,3	2,9	1,6
Campina Grande	21,3	2,9	2,1	1,6
Joinville	10,3	3	1,7	1,1
Itabuna	27,8	3,6	2,9	1,7
Campos	27,2	3,9	3,2	1,7
Caxias do Sul	28,2	10,8	4	1,7
Crato-Juazeiro	20,1	3	2,4	1,1
Petrolina	22,7	3,1	2,1	1,8
Guaratinguetá	23,9	4	2,9	1,4
Taubaté	18,5	5,8	3,1	1,2
Americana	24,9	6,5	3,1	1,8
Porto Velho	22,1	3,1	2,3	1,5
Santarém	16,7	1,9	1,9	1,5
Imperatriz	14,6	2,6	1,8	1,3
Mossoró	21,9	3,1	2,4	1,5
Caruaru	13,9	2,2	1,6	1,4
Vitória da Conquista	20,6	2,9	2,3	1,4
Uberlândia	29,2	5,4	3,3	1,9
Governador Valladares	23,7	3,6	2,4	1,6
Montes Claros	17,6	2,4	2,2	1,3
Divinópolis	16,6	4,8	2,9	1,1
Nova Friburgo	22	5,6	3,4	1,2

(*) Probabilidade de estar em ocupações manuais especializadas apenas sobre o número de trabalhadores manuais.

Continua

Continuação

TABELA 3

REGIÃO URBANA	PROBABIL. DA PROPORÇÃO BRANCA/N-BRANCA EM:			
	DIFERENÇA LÍQUIDA	GERENCIAL/ PROFIS. LIB.	ADMINISTR.	MANUAL ESPECIAL.*
Piracicaba	32,2	8,6	3,8	2,1
São José do Rio Preto	28,6	4,9	3	1,8
Bauru	32,4	6,9	3,7	1,9
Limeira	27,8	3,5	4,3	1,7
Franca	23,1	3,8	3,2	1,6
Presidente Prudente	26,3	4,7	2,7	1,7
Araçatuba	25,4	4,1	2,7	1,7
Marília	28,6	6,2	3,5	1,5
São Carlos	27,2	8	3,9	1,5
Rio Claro	32	8,4	3,8	2
Araraquara	26,7	5,1	3,3	1,6
Foz do Iguaçu	24,8	4,9	2,3	1,9
Ponta Grossa	23,6	3,5	2,8	1,6
Maringá	27,5	4,1	2,7	1,9
Cascavel	26,2	4,4	2,4	2
Blumenau	7,6	2,1	2	0,8
Lajes	27,1	5,2	3,5	1,7
Passo Fundo	30,7	8,9	3,4	1,9
Santa Maria	32,1	8,8	3,4	2,1

(*) Probabilidade de estar em ocupações manuais especializadas apenas sobre o número de trabalhadores manuais.

Em termos de acesso a cargos de classe média, a maior desigualdade racial é encontrada em regiões metropolitanas dos quatro estados do Sul, isto é, Caxias do Sul (10,8%), com um destacado primeiro lugar, seguida por Passo Fundo (8,9%), Santa Maria (8,8%), Piracicaba (8,6%), Ribeirão Preto (8,5%) e Campinas (8,5%). Com exceção de Blumenau (2,1%), as regiões metropolitanas que apresentam a mais baixa desigualdade no ápice tendem a estar ou no Nordeste ou perto: Santarém (1,9%), Caruaru (2,2%), Montes Claros (2,4%) e Im-

peratriz (2,6%). Nas duas outras medidas de probabilidade, há menor variação de uma região metropolitana para outra. A desigualdade racial no acesso aos empregos não-manuais em geral é maior em Salvador (4,6%) e mais reduzida em Caruaru (1,6%). A desigualdade no trabalho manual especializado apresenta variação particularmente reduzida, decrescendo de 2,1% em Feira de Santana, Teresina e Piracicaba a apenas 0,8% em Blumenau, o que indica que nesta cidade, entre os trabalhadores manuais, os não-brancos são mais repre-

sentados que os brancos em trabalhos qualificados.

A desigualdade geral especialmente elevada de Salvador representa nitidamente um acúmulo de grande desigualdade em todos os níveis, em particular no ápice e no nível intermediário, ao passo que Teresina apresenta níveis moderados de desigualdade no ápice, em comparação a outras cidades, porém níveis elevados de desigualdade na base. As regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro ficam ligeiramente acima da média em termos de desigualdade racial, mas têm uma desigualdade especialmente elevada no ápice. Para examinar padrões de desigualdade entre as áreas metropolitanas, as próximas duas seções analisam a correlação entre desigualdade e as variáveis independentes.

Explicação da diferença líquida

A Tabela 4 apresenta os resultados da regressão para diferenças líquidas em ocupações entre brancos e não-brancos. Os coeficientes de industrialização (% no setor manufatureiro) são negativos e estatisticamente significantes em todos os modelos, o que apóia a visão convencional de que o aumento do desenvolvimento industrial leva à redução da desigualdade racial nas ocupações. Entretanto, os coeficientes são pequenos, o que indica que a diferença líquida entre uma área altamente industrializada, com cerca de 35% de sua mão-de-obra empregada no setor manufatureiro, e uma área pouco industrializada, com cerca de 10% de sua mão-de-obra empregada no mesmo setor, seria de apenas 3 a 5 pontos –

aproximadamente 12% a 20% da diferença líquida média –, acarretando uma pequena modificação da desigualdade ao longo de toda a distribuição ocupacional. A localização no estado de São Paulo eleva a diferença líquida em mais de 5 pontos, mas em apenas 2,5 pontos quando a educação é controlada.

A introdução da porcentagem de não-brancos nos Modelos 2 e 4 não influencia a direção nem o significado estatístico da industrialização, sugerindo que os efeitos das variáveis sobre a desigualdade são independentes. Além disso, uma porcentagem maior de população não-branca reduz a desigualdade, mas só no Modelo 2, que não tem controle para a educação. Quando as diferenças educacionais são controladas, o efeito da porcentagem de população não-branca desaparece, sugerindo que seu efeito funciona basicamente através da educação.

Quando as diferenças educacionais são controladas (Modelos 3 e 4), a relação entre industrialização e desigualdade permanece forte e, na verdade, se acentua, como indica o fato de que os erros padrões caem para a metade. Assim, a industrialização tem efeito negativo direto sobre a desigualdade no mercado de trabalho. Entretanto, o controle da educação reduz a magnitude desse coeficiente, sugerindo que a industrialização também aumenta a desigualdade do mercado de trabalho via educação formal. Finalmente, a melhora de R^2 com a introdução das variáveis de controle para educação demonstra que a maior parte da variação da desigualdade nas diferentes regiões metropolitanas pode ser atribuída a variações na educação.

TABELA 4

Coefficientes OLS para regressões de diferenças líquidas ocupacionais em variáveis independentes selecionadas: 74 regiões metropolitanas do Brasil – 1980

VARIÁVEL INDEPENDENTE	MODELOS			
	1	2	3	4
Porcentagem na manufatura	-0,135* (0,059)	-0,159** (0,059)	-0,120** (0,027)	-0,115** (0,028)
Estado de São Paulo	5,275** (1,670)	5,181** (1,636)	2,592** (0,719)	2,536** (0,721)
Probabilidade de ser migrante	3,565 (2,702)	6,887* (3,384)	5,841** (1,182)	5,294** (1,308)
Porcentagem de não-branco (raiz quadrada)	–	-0,768* (0,384)	–	0,176 (0,181)
Probabilidade de ter 4 ou mais anos de escolaridade	–	–	8,036** (1,011)	7,930** (1,017)
Probabilidade de ter 12 ou mais anos de escolaridade	–	–	0,877** (0,159)	0,910** (0,163)
Média de anos de escolaridade	–	–	4,111** (0,656)	4,355** (0,703)
Intercepção	23,174	25,323	-22,580	-24,450
R ²	0,163	0,209	0,862	0,864

(*) $p < 0,05$.

(**) $p < 0,01$ (testes com duas conclusões).

Observação: Os números entre parênteses são os erros-padrão.

Probabilidades

A Tabela 5 apresenta resultados de regressão para as probabilidades de branco/não-branco em cada grupo ocupacional. No Modelo 1, a porcentagem no setor manufatureiro é associada à maior desigualdade em nível de gerência/profissional liberal, mas com menor desigualdade em nível manual. Ambas as relações são estatisticamente significativas. Uma tendência semelhante aparece nos Modelos 2 a 4, embora só os coeficientes referentes aos trabalhadores manuais sejam estatisticamente significativos.

Contudo, apesar da falta de significado estatístico nos níveis superiores, a magnitude dos coeficientes sugere que o efeito da industrialização para a desigualdade no nível gerencial/profissional liberal pode ter sido mais que o dobro de seu efeito relativamente aos trabalhadores manuais. Concluo que a industrialização afeta claramente o acesso aos principais grupos ocupacionais: o efeito parece ser negativo no ápice, enquanto é obviamente positivo na base. Finalmente, a industrialização não tem praticamente efeito algum no que diz respeito às barreiras raciais para empregos não-manuais.¹¹

Uma análise em separado de um modelo que incluía variáveis representando a porcentagem da mão-de-obra empregada em ocupações tipo gerência/profissional liberal e a porcentagem de trabalhadores manuais em ocupações especializadas não produziu praticamente nenhum efeito (valores de $t < 1,0$) em modelos que previam as probabilidades de estar em cada uma dessas ocupações. Em outras palavras, as variações nas probabilidades ou o acesso a um grupo

ocupacional não podem ser explicados pelas variações nos tamanhos dos grupos ocupacionais. Isso sugere que a extensão da discriminação racial pode ser atribuída mais diretamente à industrialização.

O fato de uma região metropolitana ser do estado de São Paulo é significativo e está positivamente associado à desigualdade racial em todos os níveis em quase todas as 12 regressões (salvo duas).¹² As exceções ocorrem no ápice da estrutura ocupacional quando a educação é controlada (Modelos 3 e 4), sugerindo que, em São Paulo, a vantagem dos brancos nos níveis elevados se deve basicamente ao acesso desigual à educação universitária.¹³ A diminuição da desigualdade em nível de gerente/profissional liberal parece explicar a grande redução da desigualdade em toda a distribuição ocupacional, que também ocorreu quando foram usados controles para a educação. Como se esperava, as variáveis educacionais explicam a maioria das diferenças nos dois níveis ocupacionais mais elevados, mas são instrumentos menos importantes de previsão quanto aos trabalhadores manuais. É interessante observar que a regressão do Modelo 4 para ocupações manuais especializadas mostra menos desigualdade racial onde a média educacional é mais elevada, sugerindo que uma melhora na educação em geral só oferece vantagens aos não-brancos no nível em que a maioria dos não-brancos está empregada.

Não fica claro o motivo pelo qual as regiões metropolitanas do estado de São Paulo apresentam maior desigualdade racial que outras partes do Brasil, mas a diferença pode ser decorrente do decréscimo dos lucros da industrialização relativamente precoce do estado, ou da imigração européia

TABELA 5

Coefficientes OLS para regressões de brancos/não-brancos estarem em grupos selecionados por variáveis independentes selecionadas: 74 regiões metropolitanas do Brasil - 1980

VARIÁVEL INDEPENDENTE	MODELO 1			MODELO 2			MODELO 3			MODELO 4		
	Gerencial/ Profiss. liberal	Adminis- trativo	Manual especiali- zado ^a	Gerencial/ Profiss. liberal	Adminis- trativo	Manual especiali- zado ^a	Gerencial/ Profiss. liberal	Adminis- trativo	Manual especiali- zado ^a	Gerencial/ Profiss. liberal	Adminis- trativo	Manual especiali- zado ^a
Porcent. na manufatura	0,055* (0,025)	0,006 (0,007)	-0,006* (0,003)	0,040 (0,024)	0,003 (0,007)	-0,008** (0,003)	0,026 (0,017)	0,005 (0,004)	-0,006* (0,002)	0,022 (0,017)	0,005 (0,004)	-0,008** (0,002)
Estado de São Paulo	1,506* (0,717)	0,615** (0,205)	0,174* (0,081)	0,601** (0,198)	1,450* (0,682)	0,169* (0,078)	0,249 (0,456)	0,268** (0,097)	0,148* (0,070)	0,278 (0,458)	0,268** (0,098)	0,156* (0,067)
Probab. de ser migrante	-0,711 (1,160)	0,417 (0,331)	-0,021 (0,131)	0,935 (1,242)	0,813* (0,361)	0,138 (0,142)	1,155 (0,740)	0,788** (0,160)	-0,014 (0,112)	1,474 (0,828)	0,789** (0,178)	0,164 (0,122)
Porcent. de não-branco (raiz quadrada)	-	-	-	-0,111** (0,046)	-0,462** (0,160)	-0,045* (0,018)	-	-	-	-0,099 (0,114)	-0,000 (0,025)	-0,050** (0,017)
Probab. de ter 4 ou mais anos de escolaridade	-	-	-	-	-	-	-	0,764** (0,137)	0,424** (0,082)	-	0,764** (0,139)	0,419** (0,078)
Probab. de ter 12 ou mais anos de escolaridade	-	-	-	-	-	-	0,772** (0,082)	0,148** (0,022)	-	0,758** (0,084)	0,148** (0,022)	-
Média de anos de escolaridade	-	-	-	-	-	-	1,169** (0,413)	0,416** (0,089)	-0,086 (0,065)	1,037* (0,441)	0,416** (0,096)	-0,160* (0,066)
Intercepção	4,506	2,209	1,687	5,799	2,521	1,811	-7,376	-2,728	1,282	-6,272	-2,725	1,850
R ²	0,306	0,162	0,104	0,381	0,226	0,175	0,745	0,832	0,356	0,748	0,832	0,433

(*) $p < 0,05$. (**) $p < 0,01$ (testes com duas conclusões).

(a) Refere-se à probabilidade de estar em ocupações manuais especializadas sobre todas as ocupações manuais (especializadas ou não).
Observação: Os números entre parênteses são os erros-padrão.

maciça para São Paulo, que o afetou mais que a qualquer outro estado. Dado que em São Paulo os afro-brasileiros foram sistematicamente excluídos da concorrência no mercado de trabalho, a desigualdade racial pode ter-se acentuado no estado em relação a outras áreas (Andrews, 1991).¹⁴

Os coeficientes negativos e estatisticamente significativos da raiz quadrada da porcentagem de não-brancos no Modelo 2 indicam que a desigualdade é reduzida em todos os níveis ocupacionais, mas particularmente entre os empregados administrativos. Assim, também, a transformação quadrática, mais adequada que uma medida linear, revela que a taxa de redução é especialmente grande quando a porcentagem de não-brancos é baixa e diminui à medida que esta aumenta. Esses resultados só se confirmam quando a educação não é controlada, o que é coerente com os resultados dos escores de diferença líquida (Tabela 3). Isso sugere que ocorre efeito de fila em educação — que as oportunidades educacionais para os não-brancos aumentam à medida que aumenta a porcentagem de não-brancos na população.¹⁵

Quando a educação é controlada (Modelo 4), os efeitos positivos de uma porcentagem relativamente mais elevada de não-brancos se restringem apenas ao nível dos trabalhadores manuais (isto é, o efeito da porcentagem de não-brancos opera via educação). O acesso a ocupações manuais especializadas é maior para os não-brancos nos lugares onde reside maior número de não-brancos, mesmo quando a educação é controlada, sugerindo que, com o aumento da porcentagem de não-brancos, estes passam de empregos não-especializados para ocupações especializadas. No entan-

tos, a redução correspondente na porcentagem de brancos pode significar, simetricamente, que os brancos também estão deixando empregos manuais especializados. Essa observação é compatível com a constatação de que a desigualdade racial em toda a distribuição ocupacional não está relacionada com a porcentagem de não-brancos, como demonstram os resultados dos escores de diferença líquida (Modelo 4, Tabela 3).

Finalmente, as regiões metropolitanas onde há maior número médio de anos de escolaridade apresentam maior desigualdade racial em todos os grupos ocupacionais. Entretanto, existe uma correlação positiva entre a variável escolaridade e a desigualdade no nível ocupacional superior; no nível dos trabalhadores manuais, contudo, essa correlação é negativa, embora em menor grau.¹⁶ Assim, a expansão da educação no Brasil parece oferecer mais benefícios ocupacionais aos brancos em relação aos não-brancos, nos níveis administrativos, do que aos não-brancos em relação aos brancos, no nível dos empregos manuais. Além disso, os coeficientes ordem-zero revelam que o número médio de anos de escolaridade não está correlacionado com a porcentagem no setor manufatureiro nem com a probabilidade de ter escolaridade até a quarta série ou até o fim do segundo grau, sugerindo que o efeito da expansão educacional sobre a desigualdade é independente dos níveis locais de industrialização e desigualdade educacional.

Discussão

A industrialização reduz, mantém e até aumenta a desigualdade racial no Brasil,

dependendo do nível da estrutura ocupacional analisada. Assim, a expectativa de que a industrialização ou reduzisse (Fernandes, 1965; Bastide, 1965; Van den Bergh, 1967; Souza, 1968) ou mantivesse (Blumer, 1965; Ianni, [1970] 1987; Hasenbalg, 1979) a desigualdade racial é apenas parcialmente correta. Estudos anteriores não levaram em conta o fato de que, assim como outros processos estruturais, a industrialização pode afetar a desigualdade racial ou étnica de formas bem diferentes nas diversas sociedades e nas várias classes da mesma sociedade. A relação entre industrialização e desigualdade racial depende, em grande medida, dos significados sociais dados à raça numa sociedade particular e os benefícios potenciais que a desigualdade proporciona ao grupo dominante quando essa sociedade se industrializa.

Especificamente, a análise dos empregados de sexo masculino em 74 regiões metropolitanas do Brasil demonstra que a industrialização está associada ao decréscimo da desigualdade racial em toda a distribuição ocupacional e na parte inferior da estrutura ocupacional. Por outro lado, os resultados também mostram que as áreas industrializadas apresentam maior desigualdade racial no ápice da estrutura ocupacional do que as áreas menos industrializadas, embora os resultados deste estudo não sejam significativos nesse ponto. Além disso, a magnitude dos efeitos no ápice é nitidamente superior à dos efeitos na base. A relação negativa entre industrialização e desigualdade em toda a distribuição ocupacional é induzida pelos resultados referentes aos trabalhadores manuais, porque a maioria dos empregos no Brasil é manual (esses resultados se mantêm com ou sem controles

para educação, sugerindo que os efeitos da industrialização sobre o mercado de trabalho são tanto diretos como indiretos, via sistema educacional).

É interessante observar que o desenvolvimento educacional, não relacionado com a industrialização, influencia da mesma maneira a desigualdade ocupacional. Uma média mais elevada de anos de escolaridade beneficia desproporcionalmente os brancos em relação aos não-brancos, aumentando a desigualdade nos níveis gerencial/profissional liberal e administrativo, embora reduza ligeiramente a desigualdade nas ocupações manuais especializadas. Essas constatações são corroboradas por análises independentes de regiões de maioria não-branca (Norte) e de maioria branca (Sul). Assim, as evidências apontadas por este estudo são coerentes: no Brasil, o desenvolvimento – seja ele medido pela industrialização ou pela extensão da educação, analisado para o país todo ou isoladamente para o Norte e o Sul – aumentou nitidamente as desigualdades raciais nas ocupações tipo profissão liberal e administrativa, reduzindo-as nas ocupações manuais especializadas.

Os dados a favor da visão convencional no que diz respeito às ocupações manuais – de que a industrialização reduz a desigualdade – podem existir porque os trabalhadores brancos não se opuseram sistematicamente à entrada de não-brancos na classe operária industrial (Hasenbalg, 1979; Andrews, 1991). Desde 1930, na verdade, um movimento sindical dominado por brancos muitas vezes percebeu a unidade racial como chave para sua sobrevivência (Andrews, 1991). Houve tentativas de dividir o movimento sindical em função de raças, mas com pouco sucesso (Maram, 1977).

A constatação de que a industrialização só reduz a desigualdade na base da estrutura ocupacional também é coerente com as conclusões anteriores sobre segregação residencial – de que, no Brasil, o racismo aumenta com a renda (Telles, 1992) e de que as atitudes raciais negativas são claramente menos intensas entre os brancos pobres do que entre os brancos de classe média no Brasil inteiro (Ianni, [1970] 1987, p. 65). Correlativamente, muitos brancos brasileiros parecem aceitar negros e pardos até em empregos manuais altamente especializados, mas muitas vezes se sentem incomodados com sua presença em cargos administrativos.

A classe média mais recente de regiões industrializadas apresenta proporção menor de afro-brasileiros do que a classe média mais antiga de regiões menos industrializadas. Os dados revelam que o efeito negativo da industrialização sobre a desigualdade racial nesse nível não pode ser atribuído apenas à desigualdade racial na educação.

As razões para não empregar ou promover não-brancos a altos cargos podem ter passado do preconceito de empregadores individuais ao racismo institucionalizado, despersonalizado. As empresas afirmam que o fato de contratar não-brancos para cargos elevados fere a reputação da empresa e que os empregados brancos não querem ter supervisores não-brancos (Hasenbalg, 1979; Andrews, 1991). Por outro lado, a aversão pessoal que os empregados têm por trabalhar em contato estreito com não-brancos continua a ser uma razão para não contratar não-brancos para cargos administrativos, mesmo em áreas altamente industrializadas (Andrews, 1991). Não é uma surpresa o fato de que a classe média

branca se sinta mais incomodada com a presença de não-brancos do que a classe operária branca, dado o contato inter-racial bastante amplo no nível social inferior e a quase inexistência de classe média afro-brasileira (Telles, 1992). A ineficiência desse sistema de racismo pode ser tolerada no Brasil devido às margens de lucro excepcionalmente altas de sua indústria manufatureira (Braga e Rossi, 1986).

O fortalecimento das barreiras raciais ao emprego de classe média pode remodelar as normas e valores relativos ao “lugar dos negros” (conforme a expressão brasileira), normas que, em si, tendem a reforçar e até aumentar a desigualdade em certos níveis ocupacionais. O fato de os afro-brasileiros não estarem representados na classe média muitas vezes é percebido como normal pelos euro-brasileiros. Além disso, os brancos muitas vezes não percebem essas divisões como resultantes do racismo, em grande medida por causa da tão arraigada ideologia da democracia racial (Degler, [1971] 1986; Hanchard, a ser publicado). Os afro-brasileiros, por sua vez, podem internalizar a idéia de que o trabalho manual é o “seu lugar”, podendo, assim, reduzir suas aspirações e evitar a humilhação da discriminação ao não competir por empregos administrativos/profissionais liberais.

Alguns autores argumentaram que, dado que a industrialização proporciona maiores oportunidades aos não-brancos no mercado de trabalho, a competitividade racial aumenta, bem como o racismo branco (Bastide e Van den Berghe, 1957; Bastide, 1965; Van den Berghe, 1967). As evidências produzidas por este estudo apóiam parcialmente essa reivindicação em torno do mercado de trabalho, mas não confirmam o

aumento do racismo nas relações interpessoais. Enquanto a desigualdade no mercado de trabalho pode declinar com o aumento da industrialização, as evidências mostram que as barreiras interpessoais entre grupos raciais, medidas por casamentos mistos e segregação racial, não são afetadas pela industrialização (Telles, 1992 e 1993).

A identificação racial no Brasil pode ser condicionada por região e classe. O limite que separa brancos e não-brancos pode variar conforme a região, pois os brancos dos lugares que receberam imigração européia maciça têm mais probabilidades de ser de origem puramente européia do que os brancos de lugares com pouca imigração européia e séculos de miscigenação.

Entretanto, como a raça é socialmente definida, as construções locais de raça, ao menos em termos da dicotomia branco *versus* não-branco, são mais válidas do que os indicadores mais universais baseados em cor ou fenótipo. A influência da classe sobre a identificação racial pode ser mais problemática para este estudo, na mediada em que a mobilidade ascendente pode ter um efeito de "branqueamento". Não é nada claro até que ponto isso ocorre e como varia por região, pois as evidências disponíveis tendem a se basear em comunidades pequenas e isoladas (Hutchinson, 1957; Harris, 1964; Kottack, 1967). No entanto, não há indicações de que esse efeito varie em função dos níveis locais de industrialização, de forma que não é provável que as

variações da medida em que a classe afeta a identificação racial modifiquem a relação entre industrialização e desigualdade.

Conclusão

A desigualdade racial em geral permanece alta no Brasil todo, embora tenha diminuído com a industrialização. Não é provável que o desenvolvimento econômico, por maior que seja, modifique substancialmente a situação e que ele manterá ou aumentará a desigualdade no nível ocupacional administrativo. Pareceria que só uma intervenção direta do Estado poderia realmente modificar a ordem racial.

Entretanto, a falsa percepção de que o racismo no Brasil é apenas um problema menor e de que todo reconhecimento jurídico de raça na verdade criará um problema racial fez com que se evitasse de maneira persistente a questão racial. O Estado brasileiro nada faz para proteger seus cidadãos contra o racismo, permitindo que os empregadores discriminem à vontade sem medo de conseqüências legais, o que conduz à manutenção do baixo *status* dos não-brancos. A ideologia brasileira da democracia racial e a idéia de que a industrialização reduzirá as desigualdades raciais, quando essas desigualdades são reconhecidas, são fatores que dão poucos motivos de otimismo.

APÊNDICE

Correlações entre variáveis: 74 regiões metropolitanas do Brasil - 1980

VARIÁVEL	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
VARIÁVEIS DEPENDENTES											
(1) Diferença líquida	1,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(2) Probabilidade (branco/não-branco de ser gerente/profis. liberal	0,504	1,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(3) Probabil. (branco/não-branco) de ser administrativo	0,808	0,723	1,000	-	-	-	-	-	-	-	-
(4) Probabil. (branco/não-branco) de ser manual especializado entre todos os manuais	0,652	0,401	0,315	1,000	-	-	-	-	-	-	-
VARIÁVEIS INDEPENDENTES											
(5) Porcentagem na manufatura	-0,205	0,474	0,230	-0,128	1,000	-	-	-	-	-	-
(6) Estado de São Paulo	0,167	0,483	0,376	0,188	0,511	1,000	-	-	-	-	-
(7) Probabilidade de ser migrante	0,092	-0,440	-0,166	-0,058	-0,597	-0,659	1,000	-	-	-	-
(8) Porcentagem de não-branco (raiz quadrada)	-0,070	-0,328	-0,540	-0,203	-0,532	-0,484	0,675	1,000	-	-	-
(9) Probabilidade de ter 4 ou mais anos de escolaridade	0,773	0,453	0,711	0,525	-0,037	-0,103	-0,041	0,096	1,000	-	-
(10) Probabilidade de ter 12 ou mais anos de escolaridade	0,465	0,839	0,731	0,335	0,546	-0,587	0,476	0,564	0,476	1,000	-
(11) Média de anos de escolaridade	0,572	0,293	0,451	0,077	-0,163	-0,231	0,279	0,154	0,279	0,154	1,000

NOTAS

● Agradeço, pelos comentários, a Liza Catanzarite, Vilmar Faria, Ana Maria Goldani, Antônio Sérgio Guimarães, Michael Hanchard, David Lopez, Peggy Lovell, Bill Mason e aos revisores anônimos da *American Sociological Review*. Para contato, enviar correspondência para Edward E. Telles, Department of Sociology, 264 Haines Hall, University of California-Los Angeles, Los Angeles, CA90024-1551.

1. O argumento de Fernandes sobre as deficiências sociais herdadas da escravidão foi repetidamente questionado (Hasenbalg, 1979; Andrews, 1991), o que, contudo, não diminui o valor de seu argumento central sobre os efeitos do desenvolvimento industrial.

2. A visão de Blumer talvez seja uma generalização a partir de um conhecimento profundo do Brasil. Suas idéias são apresentadas numa compilação de textos do autor datados do início da década de sessenta, a maioria dos quais para a Unesco no Brasil (Blumer, 1990, p. ix). Na ocasião, a Unesco estava patrocinando a série mais intensiva de estudos sobre as relações raciais brasileiras já realizada até então (por exemplo, Bastide, 1965; Harris, 1964; Fernandes, 1965; Ianni, [1970] 1987; Van den Berghe, 1967).

3. Em 1980, a idéia de democracia racial ainda era muito aceita. Entretanto, a consciência da situação dos afro-brasileiros aumentou muito após 1985, com o fim dos governos militares, e especialmente em 1988, com os eventos nacionais que marcaram os cem anos da abolição (Andrews, 1991; Hanchard, a ser publicado).

4. As 74 áreas incluem 26 regiões metropolitanas com maioria numérica não-branca e 48 regiões metropolitanas com maioria numérica branca (ver Tabela 3). Eliminei uma região metropolitana com população superior a 100 mil habitantes: Blumenau. A análise de regressão identificou Blumenau como um caso à parte; a região tem níveis excepcionalmente baixos de desigualdade, aparentemente devido a seu percentual muito reduzido de população não-branca (2%), sugerindo ou erro aleatório decorrente de amostra pequena ou de peculiaridades muitas vezes encontradas numa população desse tamanho.

5. Há um grande número de categorias raciais, sobretudo no Nordeste, mais antigo e com maior mescla racial (Hutchinson, 1957; Harris, 1964; Degler, [1971] 1986), o que é evidenciado por uma forte correlação negativa (-0,68), em todas as 74 regiões metropolitanas, entre a porcentagem de não-brancos e a porcentagem da população não-branca que se identifica como negra.

6. Considerei os vendedores ambulantes como trabalhadores manuais não-especializados, não como trabalhadores do setor de vendas.

7. Dois revisores da *American Sociological Review* sugeriram-me que usasse uma variável *dummy* para regiões metropolitanas do estado de São Paulo. Não há controles para o *continuum* de cores, urbanização e imigração porque seu acréscimo ao modelo multivariado quase não muda nada. Para o *continuum* de cores, pensei em incluir a porcentagem de população não-branca que se identifica como *preta*, mas não obtive resultados estatisticamente significativos, o que sugere que esse indicador ou não capta a real extensão do *continuum* racial no conjunto das regiões, ou que os pretos e pardos não diferem muito no que diz respeito ao *status* ocupacional. A urbanização foi operacionalizada com três variáveis (% de migrantes, taxa de crescimento recente e tamanho da população), mas sem efeito significativo quanto à desigualdade. A causa disso pode ter sido que as hipóteses formuladas quanto ao efeito que a urbanização teria sobre a desigualdade se referem à transição entre viver em áreas rurais ou cidades pequenas e em grandes cidades, e não à variação das taxas de urbanização das grandes cidades. Por fim, usei a porcenta-

gem de população com idade igual ou superior a 60 anos nascida na Itália, em Portugal, Espanha e/ou Alemanha para estimar o efeito da imigração européia no início do século, pois não havia dados disponíveis sobre genealogia nem etnicidade. Nenhum desses indicadores – separados ou agregados – produziu efeitos significativos.

8. Uma função curva na qual o percentual de não-brancos foi modelado separadamente para áreas com maioria branca e maioria não-branca (Greene, 1990) proporcionou uma adequação ligeiramente melhor dos dados, mas não alterou os resultados relativos à industrialização.

9. Blalock (1967, p. 145, 169-71), muitíssimo associado a essa posição, caracterizou o Brasil como uma sociedade em que os não-brancos constituem uma “pura” ameaça econômica ou de medo da concorrência (e não uma ameaça política) aos brancos. No Brasil, ele esperaria uma relação positiva e não-linear, com um declive sempre decrescente, entre a população de minoria relativa e a desigualdade.

10. Todas as regiões metropolitanas com maioria branca estão situadas nos nove estados mais meridionais (nas regiões oficiais brasileiras Sul e Sudeste e um estado do Centro-Oeste), ao passo que quase todas as regiões de maioria não-branca estão nos estados setentrionais (Nordeste e Norte e dois estados do Centro-Oeste). As exceções são três regiões metropolitanas dos estados do Sul, porém próximos geograficamente dos estados do Norte.

11. A relação entre industrialização e desigualdade em todas as 74 regiões metropolitanas é baseada em análises isoladas que fiz para as regiões Norte e Sul (o autor dispõe dos dados e os fornecerá a pedido). Essa coerência notável por região dá uma força especial aos resultados.

12. O fato de omitir São Paulo dos modelos apresentados nas Tabelas 3 e 4 não influenciou, de maneira geral, a magnitude nem a significação estatística dos coeficientes que representam a industrialização, exceto no Modelo 1, em que o coeficiente só foi significativo para prever probabilidades em ocupações manuais especializadas.

13. As duas maiores universidades do estado de São Paulo – a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – são as melhores do Brasil. Entre seus estudantes há um número reduzido de negros e mulatos, muitos deles originários de países africanos.

14. Devido à correlação modesta ($r = 0,526$), substituí a variável para o estado de São Paulo pela variável de imigração antes descrita. Com a substituição, os resultados da regressão mostraram que os lugares com elevada imigração européia só apresentavam maior desigualdade geral e maior desigualdade nos dois níveis superiores quando a educação não era controlada. Não houve relação entre educação e desigualdade nesses níveis quando a educação foi controlada, o que sugere que a imigração pode ter induzido desigualdades especialmente grandes na educação, talvez no período que se seguiu imediatamente à imigração. Em 1980, as desigualdades no mercado de trabalho não eram mais significativamente maiores em lugares com maior imigração européia quando o efeito da desigualdade educacional era mantido constante.

15. Esses resultados para a educação parecem ser induzidos pelas grandes diferenças entre o Norte e o Sul no que diz respeito à composição racial, mas não são visíveis nos âmbitos limitados de composição racial de áreas dentro do Norte ou do Sul. É interessante notar que há uma exceção no Norte quando se controla a educação, dando a entender que os brancos só percebem ameaça em função do número de não-brancos quando estes constituem a maioria da população

16. Esses resultados também se baseiam em análises separadas das regiões Norte e Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George Reid (1991). *Black and White workers in São Paulo, Brasil: 1888-1988*. Madison, WI, University of Wisconsin.
- AZEVEDO, Thales de (1953). *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, Unesco.
- BAER, Werner (1979). *The Brazilian economy: its growth and development*. Columbus, OH, Grid.
- BASTIDE, Roger (1965). "The development of race relations in Brazil". In: *Industrialization and race relations*, edited by G. Hunter. London, Oxford University.
- BASTIDE, Roger and VAN DEN BERGHE, Pierre (1957). "Stereotypes, norms, and interracial behavior in São Paulo, Brazil". *American Sociological Review* (22):689-94.
- BLALOCK, Hubert M. (1967). *Toward a theory of minority-group relations*. New York, Capricorn Books.
- BLUMER, Herbert (1965). "Industrialization and race relations". *Industrialization and race relations*. Edited by G. Hunter. London, Oxford University, p. 220-53.
- (1990). *Industrialization as an agent of social change: a critical analysis*. Hawthorne, NY, Aldine de Gruyter.
- BRAGA, Helson C. e ROSSI, José W. (1986). "Mensuração da eficiência técnica na indústria brasileira: 1980". *Revista Brasileira de Economia* (40):89-118.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (1983). *Preconceito racial no Brasil-Colônia*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- CASTRO, Cláudio Moura (1985). *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTRO, Nadya Araújo e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (1992). "Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho: examinando a indústria moderna em Salvador". Paper apresentado no encontro da Latin American Studies Association, 24-27 de setembro, Los Angeles.
- DEGLER, Carl N. ([1971] 1986). *Neither Black nor White: slavery and race relations in Brazil and the United States*. Madison, WI, University of Wisconsin.
- DURHAM, Eunice Ribeiro e SCHWARTZMAN, Simon (1989). "Situação e perspectivas do ensino superior no Brasil: os resultados de um seminário". São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior.
- DURKHEIM, Émile ([1893] 1964). *The division of labor in society*. New York, Free Press.
- ECCLES, Peter R. (1991). "Culpados até prova em contrário: os negros, a lei e os direitos humanos no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos* (20):135-63.
- EVANS, Peter (1979). *Dependent development: the alliance of multinational, state and local capital in Brazil*. Princeton, NJ, Princeton University.
- FARLEY, Reynolds and ALLEN, Walter (1987). *The color line and the quality of life in America*. New York, Oxford University.
- FERNANDES, Florestan (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus Editora.
- (1969). *The negro in Brazilian society*. New York, Columbia University.
- (1979). "The negro in Brazilian society. Twenty-five years later". In: *Brazil: anthropological perspectives*. Edited by M. Margolis and W. Carter. New York, Columbia University, Chap. 5.

- FOSSETT, Mark A. (1984). "City differences in racial occupational differentiation: a note on the use of the odds ratios". *Demography* (21):655-66.
- FRANKLIN, R. and RESNICK, S. (1973). "The structure of racial discrimination". In: *Economics: mainstream readings and radical critiques*. Edited by D. Mermelstein. New York, Random House, p. 311-19.
- FRISBIE, W. Parker and NEIDERT, Lisa J. (1977). "Inequality and the relative size of minority populations: a comparative analysis". *American Journal of Sociology* (82):1007-30.
- GALLE, Omer; FOSSETT, Mark; and BURR, Jeffrey (1988). "Racial occupational inequality in U.S. metropolitan areas, 1950-1980". Austin, Texas Population Research Center, University of Texas (Paper n. 10-10).
- GLENN, Norval (1964). "The relative size of the Negro population and Negro occupational status". *Social Forces* (43):42-49
- GREENE, William H. (1990). *Econometric analysis*. New York, Mac Millan.
- HALLER, Archibald O. (1982). "A socioeconomic regionalization of Brazil". *Geographic Review* (72):450-64.
- HANCHARD, Michael George (a ser publicado). *Orpheus and power: the movimento negro in Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton, Princeton University.
- HARRIS, Marvin (1964). *Patterns of race in the Americas*. New York, Walker and Company.
- HASENBALG, Carlos (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- HUTCHINSON, Harry William (1957). *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle, WA, University of Washington.
- IANNI, Octavio ([1970] 1987). *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- JORGE, Angela Figueiras; IZHAKI, Fânia Goltsman; OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria; e COSTA, Tereza Cristina N. Araújo (1984). "Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil". *Anais: Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, p. 77-110.
- KOTTACK, Conrad P. (1967). "Race relations in a Brazilian fishing village". *Luso-Brazilian Review* (4):35-52.
- LIEBERSON, Stanley (1975). "Rank-sum comparisons between groups". In *Sociological methodology 1976*. Edited by David Heise. San Francisco, Josey-Bass, p. 276-91.
- (1980). *A piece of the pie: Blacks and White immigrants since 1880*. Berkeley, University of California.
- LOVELL, Peggy (1989). "Income and racial inequality in Brazil". Ph.D. dissertation. University of Florida, Department of Sociology, Gainesville, FL.
- MARAM, Sheldon (1977). "Labor and the left in Brazil, 1890-1921: a movement aborted". *Hispanic American Historical Review* 57(2):254-72.
- MERRICK, Thomas W. and GRAHAM, Douglas H. (1979). *Population and economic development in Brazil: 1800 to the present*. Baltimore, Johns Hopkins University.

- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria; e COSTA, Tereza Cristina N. Araújo (1983). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- SCHWARTZ, Stuart (1992). *Slaves, peasants and rebels: reconsidering Brazilian slavery*. Urbana, IL, University of Illinois.
- SEMYONOV, Moshe; HOYT, Danny R.; and SCOTT, Richard I. (1984a). "Place, race and differential occupational opportunities". *Demography* (21):259-70.
- (1984b). "The place of odds ratios in the study of place, race, and differential occupational opportunities". *Demography* (21):667-76.
- SILVA, Nelson do Valle (1985). "Updating the cost of not being White in Brazil". In: *Race, class and power in Brazil*. Edited by P. M. Fontaine. Los Angeles, UCLA, Center for Afro-American Studies, Chap. 4.
- SKIDMORE, Thomas E. (1974). *Black into White: race and national in Brazilian thought*. New York, Oxford University.
- SOUZA, Amaury de (1968). "Racial inequalities in Brazil, 1940-1950". Cambridge, MA., Department of Sociology, Massachusetts Institute of Technology, *paper inédito*.
- TELLES, Edward E. (1992). "Residential segregation by skin color in Brazil". *American Sociological Review* (57):186-97.
- (1993). "Racial distance and region in Brazil: the case of marriage among Color groups". *Latin American Research Review* (28):141-62.
- TIENDA, Marta and LII, Ding-Tzann (1987). "Minority concentration and earnings inequality: Blacks, Hispanics, and Asians compared". *American Journal of Sociology* (93):141-65.
- TURNER, Ralph (1951). "The relative position of the Negro male in the labor force of large American cities." *American Sociological Review* (16):524-29.
- VAN DEN BERGHE, Pierre (1967). *Race and racism*. New York, Wiley.
- VETTER, David (1988). *Indicadores sociais*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- WILSON, William Julius (1978). *The declining significance of race*. Chicago, University of Chicago.
- WOOD, Charles (1991). "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". In *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Edited by Peggy A. Lovell. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, p. 93-113.

SUMMARY

Industrialization and racial inequality in employment: the Brazilian example

In Brazil, the relationship between industrialization and racial inequality has been central to the discussion of post-Abolition race relations because the country has had high levels of racial ine-

quality along with rapid but uneven industrialization.

I examine how racial inequality in occupations varies with levels of industrialization across 74

Brazilian metropolitan areas in 1980. I find that industrialized areas have lower occupational inequality overall and especially in blue-collar occupations; but at higher occupational levels, racial inequality is either greater or is unaffected by industrialization. These results persist despite controls for the percent nonwhite in the population and educational inequality.

Thus, this study supports the conventional

view that race loses salience to class as industrial development increases, but only for blue-collar occupations; inequality at the white-collar level is unaffected or even increases with industrialization. Increased educational opportunity has effects on inequality similar to those of industrialization. Implications for Brazilian race relations are discussed.

RÉSUMÉ

Industrialisation et inégalité raciale face à l'emploi: l'exemple brésilien

Au Brésil, l'étude des relations inter raciales qui ont suivi l'abolition de l'esclavage, implique nécessairement l'établissement d'un rapport entre industrialisation et inégalité raciale. En effet, le pays a connu des niveaux élevés d'inégalité raciale tout au long d'une industrialisation rapide mais inégale.

L'auteur analyse les variations de l'inégalité raciale face à l'emploi dans 74 grandes régions urbaines brésiliennes en 1980 tout en les confrontant au niveau d'industrialisation de chacune de ces régions. Il observe que les régions urbanisées présentent dans l'ensemble des niveaux d'inégalité occupationnelle plus bas que les autres, surtout en ce qui concerne les occupations manuelles. Toutefois, à mesure que le niveau occupationnel s'élève, les inégalités raciales s'accroissent ou alors ne

sont pas affectées par l'industrialisation. Ces résultats persistent même après la réalisation de contrôles concernant le pourcentage de non-blancs parmi la population et l'inégalité éducationnelle.

C'est pourquoi cette étude adopte le point de vue traditionnel selon lequel plus le développement industriel augmente, plus la classe sociale acquiert d'importance par rapport à la race dans les emplois non spécialisés. Dans les emplois de niveau administratif, l'inégalité n'est pas affectée et peut même augmenter avec l'industrialisation. Les effets de l'augmentation des chances éducationnelles sur l'inégalité sont semblables à ceux de l'industrialisation. L'article analyse les implications de cette étude pour les relations raciales au Brésil.

**ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES
RACIAIS NO BRASIL
- CADASTRO DA PRODUÇÃO
INTELECTUAL (1970-1990)**

**Um importante instrumento
de pesquisa para os estudiosos.**



**São cerca de 2.500
referências classificadas
tematicamente, com
destaque para teses
de mestrado e doutorado.**

**À VENDA
NO CEAA (US\$ 10.00)
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10/501
TEL. 221-3536
FAX (021)507-1155**

Cor e mobilidade social no Brasil*

Elisa L. Caillaux**

**Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo e Relações Raciais nos Países da Diáspora Africana, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos em abril de 1992. Recebido para publicação em abril de 1992.*

***Pesquisadora do IBGE.*

A mobilidade social no Brasil é extensa do ponto de vista dos padrões de mobilidade ocupacional. Na década de setenta, são significativas as proporções de filhos que experimentaram uma mobilidade ascendente ou permaneceram nas mesmas ocupações de seus pais. Nos anos oitenta, há um aumento da mobilidade total, mas é a mobilidade descendente a que mais cresce em termos relativos.

Nos dois períodos estudados, a abertura de melhores oportunidades beneficia os grupos sociais segundo o critério cor, ou seja, são os homens e mulheres brancos os primeiros a usufruírem da ascensão ocupacional. No entanto, a clivagem da mobilidade descendente obedece, principalmente, à divisão dos grupos por sexo, atingindo primeiro as mulheres e depois os homens. Entretanto, para se avaliar o grau de abertura da sociedade brasileira é necessário distinguir a mobilidade decorrente de fatores conjunturais (circular) daquela inerente à estrutura social.

A tendência de aumento da mobilidade circular é influenciada pelo comportamento dos homens brancos e, secundariamente, pelo comportamento dos homens pretos e pardos. Para as mulheres brancas, pretas e pardas, tanto em 1976 quanto em 1988, a maior mobilidade é de tipo estrutural. Nesse sentido, a sociedade brasileira experimenta o seguinte paradoxo: se o crescimento da mobilidade circular significa o alcance de patamares razoáveis de desenvolvimento, o crescimento da mobilidade descendente reflete a estagnação do crescimento e consolidação da crise econômica.

Palavras-chave: mobilidades social, ocupacional, circular, ascendente, descendente; branco(a), preto(a), pardo(a); crescimento econômico, crise econômica.

O estudo da mobilidade social permite considerar o nível de fluidez do sistema social como consequência das transformações históricas e econômicas ocorridas no país. Mais especificamente, a mobilidade social é decorrência dos efeitos de racionalização envolvidos no processo de desenvolvimento socioeconômico, que enfraquece a distribuição rígida de papéis na estrutura social.

Paralelamente, aspectos não-econômicos – culturais, demográficos e sociais – influenciam o processo de mobilidade. Os meios de comunicação de massa, as taxas de fecundidade e de mortalidade, os processos migratórios, as políticas sociais, por exemplo, podem afetar a estrutura de demanda ocupacional e aumentar as oportunidades educacionais, com impacto na dinâmica e na flexibilidade da estrutura social.

Levando-se em conta a complexidade do tema e as inúmeras formas possíveis de se organizarem as informações estatísticas disponíveis, foi necessário selecionar alguns aspectos mais gerais da evolução da mobilidade social no Brasil. Assim, este trabalho prioriza a mobilidade ocupacional intergeracional, com o objetivo de analisar a diferenciação dos ganhos alcançados por grupos sociais específicos.

A análise da mobilidade ocupacional se baseou nas informações estatísticas para chefes e cônjuges de domicílios contidas nos suplementos de 1976 e 1988 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).¹ As principais variáveis utilizadas nas duas PNADs e seus suplementos foram a ocupação do entrevistado na data da pesquisa, a ocupação do pai desses chefes e cônjuges, a escolaridade do entrevistado medida pelo número de anos de estudo, seus rendimentos segundo o número de sa-

lários mínimos nos dois períodos, o sexo e a cor.

As ocupações dos pais e dos filhos foram classificadas em nove grupos ocupacionais,² obedecendo aos seguintes critérios:

1) diferenças nos processos de mobilidade das atividades rurais em comparação com as urbanas;

2) prestígio diferenciado das atividades manuais e não-manuais; e

3) complexidade do treinamento necessário para o desempenho das ocupações.

Finalmente, cabe ressaltar que na comparação entre 1976 e 1988 foram utilizados, para classificar as ocupações, os códigos ocupacionais do Censo Demográfico de 1980, mais abrangente que os do Censo de 1970. Dessa forma, a classificação aqui apresentada se distingue da de outros trabalhos sobre mobilidade social sem, no entanto, perder a semelhança e a essência necessárias às comparações com esses diferentes estudos.

Mobilidade ocupacional intergeracional

O estudo da mobilidade ocupacional intergeracional consiste em verificar se a ocupação do filho está vinculada àquela de seu pai em um dado momento e em que medida transformações econômicas estruturais passam a ter maior interferência no processo de preenchimento das ocupações, provocando alterações na estrutura de estratificação social do país.

Inicialmente, a diferença no padrão de mobilidade, entre 1976 e 1988, será examinada segundo as informações referentes à ocupação dos pais e à ocupação atual dos entrevistados, organizadas em nove grupos ocupacionais, conforme a classificação descrita na nota 2.

Os números na diagonal principal das tabelas de mobilidade expressam a quantidade de filhos que se mantêm nas mesmas ocupações de seus pais. Os números acima da diagonal indicam a extensão da mobilidade ascendente, enquanto a mobilidade descendente é dada pelos números daqueles abaixo da diagonal principal.

De acordo com a Tabela 1, em 1976 41,5% dos entrevistados permaneceram nas mesmas ocupações de seus pais. A mobilidade ocupacional total (58,5%), no entanto, significou, para a maior parte dos filhos, uma experiência de mobilidade ascendente (44%).

TABELA 1

**Mobilidade ocupacional intergeracional
Brasil, 1976 e 1988 (%)**

TIPO DE MOBILIDADE	1976	1988
Ascendente	44	50,74
Imobilidade	41,45	25,44
Descendente	14,54	23,78

Fonte: Suplemento PNAD 1976 e 1988, IBGE/DPE/Deiso.

Esse quadro se modifica, significativamente, em 1988. A imobilidade dá lugar ao aumento da mobilidade ocupacional, que passa a representar 74,5% dos casos. No entanto, é preciso salientar que é a mobilidade descendente a que mais cresce em termos relativos, representando aumento de 64% em comparação a 1976.

A mobilidade ocupacional, no entanto, difere segundo algumas características de grupos sociais específicos. Pode-se observar que, em 1976 (Tabela 2), tanto homens brancos (60,9%) quanto mulheres brancas (67,8%) são os que apresentam maior mobilidade, com predominância da mobilidade ascendente. Para os pretos e pardos, a estrutura ocupacional é mais rígida, pois nesse caso as mulheres e, principalmente, os homens permanecem nos mesmos grupos ocupacionais de seus pais (42% e 49%, respectivamente).

Com o aumento da mobilidade total e a rearticulação da estrutura ocupacional verificada em 1988, os grupos sociais estudados seguem, em proporções diferentes, a tendência geral observada para o Brasil. Na Tabela 3, verifica-se que a mobilidade ascendente, embora predomine em todos os grupos, é mais significativa para homens e mulheres brancos (54% e 51%, respectiva-

TABELA 2

**Mobilidade ocupacional intergeracional por sexo, segundo a cor
Brasil, 1976 (%)**

TIPO DE MOBILIDADE	HOMEM BR	HOMEM PR/PD	MULHER BR	MULHER PR/PD
Ascendente	46,87	39,29	45,55	41,94
Imobilidade	39,06	48,54	32,23	41,90
Descendente	14,04	12,20	22,20	16,15

Fonte: Suplemento PNAD 1976, IBGE/DPE/Deiso.

TABELA 3

**Mobilidade ocupacional intergeracional por sexo, segundo a cor
Brasil, 1988 (%)**

TIPOS DE MOBILIDADE	HOMEM BR	HOMEM PR/PD	MULHER BR	MULHER PR/PD
Ascendente	53,95	46,80	51,01	48,26
Imobilidade	28,15	32,72	16,27	16,36
Descendente	17,88	20,44	32,71	35,36

Fonte: Suplemento PNAD 1988, IBGE/DPE/Deiso.

mente), seguidos das mulheres e homens pretos e pardos (48% e 47%, respectivamente). Em contrapartida, a mobilidade descendente apresenta hierarquia distinta na qual as mulheres pretas e pardas constituem as maiores proporções (35,4%), seguidas das mulheres brancas (32,7%), dos homens pretos e pardos (20,4%) e dos homens brancos (17,9%).

Em síntese, nos dois períodos observados, a abertura de melhores oportunidades beneficia sobretudo os grupos sociais segundo o critério cor, ou seja, são os homens e mulheres brancos os primeiros a usufruírem da ascensão ocupacional. No entanto, a clivagem da mobilidade descendente obedece, principalmente, à divisão dos grupos por sexo, atingindo primeiro as mulheres e depois os homens.

Entretanto, se o aumento da mobilidade em 1988 demonstra maior flexibilidade da estrutura social, o crescimento da mobilidade descendente em relação ao período anterior significa um simultâneo menor dinamismo no mercado de trabalho e conseqüente queda na ascensão social.

A mobilidade ocupacional pode ser analisada através de dois tipos distintos: a mobilidade estrutural e a mobilidade circular ou por troca. A mobilidade estrutural é

característica dos estágios iniciais de desenvolvimento, quando o crescimento econômico propicia a abertura de novas ocupações e diversificação do mercado do trabalho. A mobilidade circular, por sua vez, tende a aumentar quando a sociedade atinge patamares razoáveis de desenvolvimento, tornando a competência e a capacidade profissionais fatores cruciais em um mercado de trabalho mais competitivo. Os dois tipos de mobilidade, no entanto, não são excludentes, coexistindo em graus distintos segundo as características do desenvolvimento em um determinado momento.

A diferença percentual entre os marginais da tabela de mobilidade indica os efeitos estruturais e a mobilidade circular é dada pela diferença entre a mobilidade total e a estrutural. Na Tabela 4 verifica-se que no Brasil, em 1976, já começa a existir aumento relativo da mobilidade circular (51%) em relação à mobilidade total. Em 1988, essa tendência continua, representando pequeno avanço em direção à mobilidade circular (54%).

A tendência de aumento da mobilidade circular para o Brasil é influenciada pelo comportamento dos homens brancos e, secundariamente, pelos homens pretos e pardos, nos dois períodos considerados, pois

TABELA 4

Mobilidade ocupacional, 1976 e 1988 (%)

GRUPOS SOCIAIS	TOTAL		ESTRUTURAL		CIRCULAR	
	1976	1988	1976	1988	1976	1988
Brasil	58,54	74,52	28,70	34,24	29,84	40,28
Homem branco	60,91	71,83	29,30	31,24	31,61	40,59
Homem preto/pardo	51,49	67,24	25,59	27,07	25,90	40,17
Mulher branca	67,75	83,72	36,87	43,50	30,88	40,22
Mulher preta/parda	58,09	83,62	34,33	48,78	23,76	34,84

para as mulheres brancas, pretas e pardas, tanto em 1976 quanto em 1988, a maior mobilidade é de tipo estrutural.

A diferença da estrutura ocupacional, entre 1976 e 1988, e o desempenho de grupos sociais específicos podem ser explicados pela interferência de vários fatores. Entretanto, será destacado o papel de dois processos principais que afetam a mobilidade ocupacional:

1) o desenvolvimento socioeconômico ocorrido no Brasil desde o início do século, em especial o esvaziamento das atividades rurais, o crescimento acelerado da urbanização e o início e posterior consolidação da industrialização brasileira; e

2) o papel da discriminação por sexo e cor, que cria desigualdades quando da inserção no mercado e no interior do próprio mercado de trabalho, tanto em relação às oportunidades educacionais e de treinamento quanto em relação aos rendimentos.

A seguir, será analisada a influência desses fatores na evolução da mobilidade ocupacional no Brasil.

Mobilidade ocupacional e desenvolvimento econômico

As modificações ocorridas nos padrões de mobilidade ocupacional refletem as

transformações econômicas pelas quais passou a sociedade brasileira. O país experimenta intenso processo de urbanização, com a população rural decrescendo desde 69% (1940) até 44% (1970). Esse processo se intensifica ainda mais na década de oitenta, ocasião em que apenas 32% da população total permaneciam no campo.

As mudanças no eixo econômico, em que as atividades rurais perdem prestígio para as ocupações urbanas, se refletem na evolução quantitativa do emprego. As atividades rurais, que em 1940 empregavam 65,9% da população economicamente ativa, absorvem em 1980 apenas 29,3% da mão-de-obra. Entre as atividades urbanas na década de quarenta, o setor serviço empregava 23,7% da população economicamente ativa e a indústria era responsável por apenas 10,4% dos empregos. Em 1980, ambos os setores passam por um crescimento expressivo: o setor serviço absorve 45,8% da mão-de-obra, enquanto a indústria passa a empregar 24,9% dos trabalhadores urbanos.

Paralelamente às mudanças na evolução do emprego, a população economicamente ativa passa por transformações na sua composição a partir de meados deste século. Embora a participação da mão-de-obra masculina seja predominante em todos os

TABELA 5

Evolução das ocupações rurais e urbanas por sexo e cor
Brasil, 1976 e 1988 (%)

CHEFES E CÔNJUGES	RURAL		URBANA					
			TOTAL		MANUAL		NÃO-MANUAL	
	1976	1988	1976	1988	1976	1988	1976	1988
Homem branco	33	23	67	77	42	39	25	38
Homem preto/pardo	46	35	54	65	41	42	13	23
Mulher branca	23	12	77	88	49	51	28	37
Mulher preta/parda	40	20	60	80	44	55	16	25

períodos, a incorporação da mulher na força de trabalho é crescente. Em 1950, as mulheres representavam 15% da população economicamente ativa e em 1970 eram 21%, passando para 27% em 1980.

Dentro do quadro geral de mudanças econômicas, pode-se observar que, nas tabelas de mobilidade de 1976 e 1988, filhos de trabalhadores rurais, por exemplo, estão empregados em sua maioria em ocupações urbanas, sendo menos afetados pelas influências de suas origens do que pelas transformações estruturais.

Agregando-se os grupos ocupacionais em atividades rurais e atividades urbanas manuais e não-manuais,³ verifica-se que, na distribuição proporcional do marginal inferior, a abertura de novas ocupações cria oportunidades distintas para grupos sociais específicos. Já em 1976 está consolidada a queda do prestígio das atividades rurais. São os brancos os primeiros a abandonarem as atividades rurais em direção às ocupações urbanas. Nas ocupações urbanas, a presença dos brancos é bem superior à dos pretos e pardos nas atividades não-manuais. Em 1988, o êxodo rural se intensifica ainda mais. No entanto, o padrão de mobilidade ocupacional dos grupos sociais, se-

gundo o sexo e a cor, mantém-se o mesmo do período anterior, conforme se pode verificar na Tabela 5.

O processo de urbanização tem impacto fundamental no perfil da mobilidade ocupacional. Entretanto, é importante qualificar a direção dos grupos no preenchimento das atividades urbanas. Nesse sentido, deve-se analisar as tabelas de mobilidade segundo o fluxo de saída dos indivíduos a partir de uma dada origem.⁴

Entre os resultados mais marcantes, verifica-se que, do total de filhos(as) de trabalhadores rurais em 1976, 51% se encontram em posições superiores à posição de seus pais e, em 1988, essa proporção aumenta de forma ainda mais significativa, atingindo 78% dos entrevistados.

Entretanto, esse fenômeno não se apresenta uniformemente para todos os grupos sociais. Nos dois períodos analisados, as mulheres e homens brancos superam em proporções maiores as mulheres e homens pretos e pardos. Para todos os grupos, os caminhos percorridos em direção a ocupações de maior prestígio são relativamente curtos.

A seguir serão destacados alguns exemplos dos fluxos de saída dos grupos ocupa-

cionais de origem e como se comportam homens e mulheres segundo o critério da cor.

Os homens brancos filhos de trabalhadores rurais se deslocam, principalmente, para as ocupações na indústria tradicional (22,9% em 1976 e 29,8% em 1988). Secundariamente, em 1976, eles se deslocam para as ocupações na indústria moderna (6,3%) e para atividades de rotina (6,2%). Em 1988, a indústria tradicional continua sendo o setor principal para onde se dirigem os filhos de trabalhadores rurais (29,8%); no entanto, as ocupações no serviço manual urbano passam a arregimentar parte da mão-de-obra vinda do campo (11,8%). Aumenta a procura pelas atividades de rotina (8,5%) e pelas atividades técnicas administrativas urbanas (4%), enquanto a oportunidade de ocupações na indústria tradicional permanece relativamente estável (6,8%) em comparação ao período anterior.

O comportamento dos homens pretos e pardos é semelhante ao fluxo de saída das ocupações rurais dos homens brancos, diferindo, basicamente, em termos proporcionais. Em 1976, 20,9% vão para a indústria tradicional, 3,7% para a indústria moderna e 5,7% para as atividades de rotina. Em 1988, além da indústria tradicional (24,4%), os serviços manuais urbanos passam a ter expressão (11,1%), assim como as ocupações de rotina (7,5%).

O padrão de migração das mulheres filhas de trabalhadores rurais para as cidades difere um pouco do padrão dos homens. Embora, proporcionalmente, elas sejam as primeiras a abandonar as atividades rurais, o final do caminho percorrido é mais curto, em termos de prestígio, que o dos homens. Elas se dirigem, fundamentalmente, para o setor de serviços manuais urbanos, no qual predomina o emprego doméstico (em 1976, 23,7% de mulheres brancas e 22,9% de pretas e pardas; em 1988, 38,5% de mu-

lheres brancas e 42,4% de pretas e pardas).

As atividades na indústria tradicional também atuam como atração da mão-de-obra feminina vinda do campo. Em 1976, 20,7% das mulheres brancas vão para essas atividades e 23,4% em 1988. Em proporções mais baixas, esse também é o caminho das mulheres pretas e pardas (14,8% em 1976 e 16,1% em 1988).

Outra característica divergente das mulheres em relação aos homens é sua maior procura pelas atividades de rotina e, praticamente, sua ausência na indústria moderna (em 1976, 9,7% de mulheres brancas e 7,14% de mulheres pretas e pardas; em 1988, 12,6% de mulheres brancas e 11,3% de mulheres pretas e pardas em ocupações de rotina).

Considerando-se, por outro lado, a probabilidade de filhos(as) de trabalhadores rurais percorrerem caminhos mais longos em direção a grupos ocupacionais de maior prestígio, verifica-se que não só é baixa essa probabilidade, como a cor passa a ser o fator interveniente mais forte que o sexo. A proporção de brancos que atingem as ocupações liberais e de alta administração é, significativamente, maior que a de pretos e pardos.

Entretanto, o crescimento relativo de ocupações de maior prestígio nesse grupo, entre os dois períodos, é maior para as mulheres do que para os homens. Para as mulheres o crescimento é de 100% enquanto para os homens pretos e pardos atinge 75%. Já os homens brancos são os que menos crescem (36%),⁵ conforme a Tabela 6.

Em relação à mobilidade ocupacional descendente, a tendência geral é percorrer caminhos curtos. Filhos(as) de pais em atividades manuais na indústria tradicional, por exemplo, tendem a se deslocar, em maiores proporções, para as atividades de serviço manual urbano. De 1976 a 1988 os

TABELA 6

Filhos de pais em atividades rurais manuais no grupo ocupacional profiss. liberal e na alta administração (%)

	1976	1988
Homem branco	1,4	1,9
Mulher branca	0,8	1,6
Homem preto/pardo	0,4	0,7
Mulher preta/parda	0,3	0,6

homens experimentam mobilidade descendente, proporcionalmente menor que as mulheres, as quais apresentam aumento relativo de ingresso nessas atividades (17% de mulheres brancas e 36% de mulheres pretas e pardas), como se pode ver na Tabela 7.

Entretanto, é importante observar que a mobilidade ocupacional intergeracional, estudada em um dado momento no tempo, engloba tanto pais que ainda estão no mercado de trabalho no mesmo momento que seus filhos quanto pais que já saíram do mercado. Portanto, trata-se de uma população de ampla faixa de idade que começa a trabalhar e cuja trajetória de carreira se dá

TABELA 7

Filhos de pais em atividades manuais na indústria tradicional no grupo ocupacional serviço manual urbano (%)

	1976	1988
Homem branco	9,2	10,1
Mulher branca	27	31,6
Homem preto/pardo	13,1	12,4
Mulher preta/parda	32,5	43,1

em diferentes períodos, os quais podem corresponder a distintas fases de desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, com diferentes oportunidades de mobilidade ocupacional.

A seguir, será analisada a interferência da educação e dos rendimentos como critérios que permeiam a entrada dos indivíduos nos grupos ocupacionais, controlados pelas variáveis sexo e cor.

Desigualdade educacional e de rendimentos

Ao analisar a diferença de oportunidades entre os grupos sociais segundo o sexo e a cor, é fundamental levar em consideração dois fatores altamente correlacionados com o preenchimento das ocupações: o nível educacional e/ou o treinamento necessários para o exercício das ocupações e o nível de rendimento correspondente a cada grupo ocupacional.

A diferença de oportunidades entre os grupos sociais específicos pode se dar de duas formas distintas, embora não necessariamente excludentes: a discriminação antes da entrada no mercado de trabalho e a discriminação no mercado de trabalho. No primeiro caso, a discriminação pode ser estabelecida pela diferença de educação e treinamento e pela oportunidade de emprego. Já para se constatar a existência de discriminação no mercado, é necessário mostrar que algumas pessoas são diferenciadas por estigmas que não afetam a sua capacidade e que, no entanto, recebem menores salários do que outras que não têm maior capacidade mas não são estigmatizadas.

Na Tabela 8, referente aos anos de estudo, observa-se que, de 1976 para 1988, a tendência geral é de aumento na escolaridade, segundo o número médio de anos de estudo, em todos os grupos ocupacionais.

TABELA 8

**Grupos ocupacionais por anos de estudo, segundo sexo e cor
Brasil, 1976 e 1988 (%)**

GRUPOS OCUPACIONAIS	HOMEM BR		HOMEM PR/PD		MULHER BR		MULHER PR/PD	
	1976	1988	1976	1988	1976	1988	1976	1988
Rural manual	1,7	1,9	0,8	1,0	1,7	2,5	0,6	0,9
Téc./Adm. e prop. rural	3,1	3,2	1,8	1,3	2,0	2,7	2,3	0,8
Serv. manual urbano	3,4	4,5	2,5	3,3	3,6	4,5	2,3	3,3
Ind. tradicional	4,4	4,5	3,0	3,5	6,7	7,2	3,7	5,7
Ind. moderna	4,5	5,6	4,2	4,8	3,5	4,4	11,0	5,8
Rotina (n-manual urb.)	5,4	6,4	3,7	4,9	6,9	7,4	4,2	5,1
Téc./Adm. urbano	8,3	9,8	6,7	8,3	9,5	11,4	6,5	10,3
Prof. lib./Alta adm.	12,1	13,4	10,3	11,3	13,3	13,8	12,3	12,6
Prop. ind., com., serv.	5,9	7,5	3,5	4,5	4,9	7,5	2,6	4,1

Entretanto, a expansão do ensino no Brasil continua funcionando de forma discriminatória, tendo os pretos e pardos menos oportunidades de treinamento que os brancos, o que reforça a desigualdade da competição antes da entrada no mercado de trabalho. Isso sem levar em consideração a diferença na qualidade do ensino, que varia regionalmente e entre as escolas da rede pública e particular, aumentando ainda mais a diferença de oportunidades para os grupos menos privilegiados.

O critério cor como divisor principal do acesso à educação guarda, internamente, diferenças entre homens e mulheres. Entre os brancos, as mulheres têm em média, nos diversos grupos ocupacionais, mais anos de estudos que os homens brancos. O mesmo acontece em relação às mulheres pretas e pardas que têm escolaridade superior aos homens pretos e pardos, tanto em 1976 quanto no geral, em proporções ainda maiores, em 1988.

A comparação entre os anos de estudo e os rendimentos (Tabela 9) nos dois perío-

dos demonstra que nem sempre o aumento da educação corresponde a um aumento nos rendimentos, seja por conta de mecanismos internos ao mercado de trabalho — oferta e procura de emprego —, seja devido a mecanismos não-econômicos que interferem nessa relação.

Se as mulheres brancas têm mais anos de estudos que os homens brancos e as mulheres pretas e pardas superam os homens pretos e pardos no nível de instrução na maioria dos grupos ocupacionais, poder-se-ia esperar que os rendimentos correspondessem ao grau de treinamento observado. No entanto, nos dois períodos considerados, a clivagem dos rendimentos auferidos obedece à divisão dos entrevistados por sexo. Os homens brancos e em seguida os homens pretos e pardos são os que têm rendimentos mais altos do que as mulheres em quase todos os grupos ocupacionais.

Entre os grupos ocupacionais segundo a cor dos entrevistados, observa-se que os homens pretos e pardos, as mulheres brancas e as mulheres pretas e pardas, mesmo

TABELA 9

**Grupos ocupacionais por renda em salário mínimo*, segundo sexo e cor
Brasil, 1976 e 1988 (%)**

GRUPOS OCUPACIONAIS	HOMEM BR		HOMEM PR/PD		MULHER BR		MULHER PR/PD	
	1976	1988	1976	1988	1976	1988	1976	1988
Rural manual	1,7	1,3	1,0	1,1	0,7	0,8	0,5	0,5
Téc./Adm. e prop. rural	6,3	3,5	3,2	1,8	2,3	2,9	3,9	0,8
Serv. manual urbano	3,0	3,1	1,6	2,1	1,3	1,4	0,8	1,0
Ind. tradicional	5,1	3,7	2,3	2,7	1,8	2,1	0,9	1,3
Ind. moderna	5,2	5,1	3,1	3,8	1,6	3,0	3,1	2,4
Rotina (n-manual urb.)	3,1	4,5	2,0	2,9	2,4	3,1	1,4	1,7
Téc./Adm. urbano	9,2	9,4	4,9	6,2	5,6	7,0	2,0	4,4
Prof. lib./Alta adm.	13,6	17,8	9,2	10,7	8,6	8,5	5,2	5,6
Prop. ind., com., serv.	9,3	10,2	3,9	5,6	5,0	5,4	3,4	3,2

(*) S.M.: valor do salário mínimo: Cr\$ 768,00 em 1976 e Cr\$ 18,960,00 em 1978.

tendo um aumento no número médio de salários mínimos em 1988, em nenhum dos grupos ocupacionais chegam a atingir os salários dos homens brancos em 1976.

Nos serviços manuais urbanos, por exemplo, embora a população ocupada tenha um nível de instrução mais alto em 1988, os salários permanecem relativamente estáveis, comparados aos de 1976. Parte desse fato se deve à maior oferta de mão-de-obra que se desloca do campo para as cidades e tende, em um primeiro momento, a preencher as atividades urbanas de menor prestígio.

No setor industrial, por sua vez, é provável que o crescimento das pressões do movimento sindical dos anos oitenta explique o aumento salarial de mulheres brancas, de homens e mulheres pretos e pardos e a conseqüente aproximação de seus rendimentos com os dos homens brancos.

No grupo ocupacional de atividades técnicas e administrativas, por outro lado, ao aumento nos anos de estudo em 1988 cor-

respondeu um aumento proporcional nos rendimentos médios para todos os grupos sociais.

Já para os profissionais liberais e ocupações na alta administração, o aumento semelhante nos anos de estudo de homens e mulheres segundo a cor significou uma ampliação ainda maior na diferença salarial existente entre os homens brancos e os demais grupos.

Em síntese, a discriminação antes da entrada no mercado de trabalho se dá em relação ao menor acesso à educação para a população de pretos e pardos. Entretanto, uma vez no mercado de trabalho, o número de anos de estudos se torna relativo, pois não explica o diferencial de rendimentos dentro de um mesmo grupo ocupacional. Se o treinamento qualifica pessoas para o preenchimento de determinada ocupação, os rendimentos correspondentes ao exercício dela obedecem, também, à lógica da discriminação por sexo e cor.

Considerações finais

A estrutura ocupacional no Brasil, em 1976 e 1988, reflete as transformações econômicas ocorridas no país – a intensificação do processo de urbanização e de industrialização corre paralela ao desenvolvimento das atividades nos serviços dos centros urbanos. A diversificação da produção, por sua vez, propicia a abertura de novas ocupações e oportunidades para a população que entra no mercado, relaxando, assim, a influência de sua origem socioeconômica dentro de um quadro de maior fluidez do sistema social.

A análise da estrutura ocupacional entre os dois períodos demonstrou aumento da mobilidade, prevalecendo a mobilidade ascendente para os brancos em proporções maiores do que para pretos e pardos. Já o crescimento da mobilidade descendente afetou mais as mulheres do que os homens.

No Brasil, foi observada a tendência de crescimento da mobilidade circular. Entretanto, o aumento desse tipo de mobilidade contém um paradoxo: se, por um lado, significa o alcance de patamares razoáveis de desenvolvimento, por outro, com a mobilidade descendente crescendo, há indícios de estagnação do crescimento e consolidação da crise econômica.

Os dois tipos de mobilidade atingiram, diferentemente, os grupos sociais específicos. Os efeitos das mudanças estruturais continuaram presentes, afetando, principalmente, as mulheres que passaram a ter ingressos mais sistemático no mercado de trabalho. Os homens, por sua vez, já tendo-se beneficiado da abertura de novas oportunidades em épocas anteriores, nos períodos estudados, caracterizaram-se pela mobilidade de tipo circular, fazendo parte de um mercado mais desenvolvido e competitivo.

NOTAS

● Agradeço a colaboração de Marco Antonio Alexandre e de Maria de Fátima Lobo, não lhes cabendo, no entanto, responsabilidades por eventuais falhas deste trabalho.

1. Para o ano de 1976, foi montado um arquivo de chefes e cônjuges ocupados, de forma a tornar as informações compatíveis com os dados de 1988. O arquivo de 1976 é composto de 24.604.338 pessoas, sendo 83,7% de chefes e 16,3% de cônjuges. Em 1988, o arquivo estudado é composto de 74,8% de chefes e 25,2% de cônjuges, num total de 34.073.523 pessoas ocupadas.

2. A – Rural Manual; B – Técnica e Administrativa Rural e Proprietário Rural; C – Serviço Manual Urbano; D – Indústria Tradicional; E – Indústria Moderna; F – Rotina (serviço não-manual urbano); G – Técnica e Administrativa Urbana; H – Profissional Liberal e Alta Administração; I – Proprietário na Indústria, Comércio e Serviço.

3. As atividades rurais correspondem aos grupos ocupacionais A e B; as atividades urbanas manuais correspondem aos grupos C, D e E; e as atividades urbanas não-manuais aos grupos F, G, H e I.

4. O fluxo de saída das ocupações é calculado igualando-se os totais das linhas, tornando cada grupo ocupacional em proporções idênticas. Ou seja, dos filhos de pai em posição A, por exemplo, quantos permanecem na mesma posição ou se deslocam para outras.

5. Considerando-se, evidentemente, a base em termos absolutos no início do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1991). Rio de Janeiro, IBGE, v. 51.
- BACHA, Edmar e KLEIN, Herbert S. (org). (1986). *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BILL, David; HALLER, Archibald; KELLEY, Jonathan; OLSON, Mary; PASTORE, José (1985). "Class, class origin, regional socioeconomic development and the status attainment of Brazilian men". *Research in Social Stratification and Mobility*, 4:89-127.
- BROWN, Henry Phelps (1977). *The inequality of pay*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- CEPAL (1986). *Transición estructural, movilidad ocupacional y crisis social en América Latina - 1960-1983*. Nov. LC/R 547.
- CHERKAQUI, Mohamed (1988). "Mobilité sociale et équité". *Revue Française de Sociologie*, XXIX(2). Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, Avr/Juin.
- DUNCAN, Otis Dudley (1968). "Methodological issues in the analysis of social mobility". In: SMELSER, Neil and LIPSET, Seymour Martin. *Social structure and mobility in economic development*. 2nd ed. Chicago, ALDINE.
- ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL (1987). *Série Estatísticas Retrospectivas*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 3.
- GRUSKY, David and HAUSER, Robert (1984). "Comparative social mobility revisited: models of convergence and divergence in 16 countries". *American Sociological Review*, 49:19-38, Feb.
- HALLER, Max; KONIG, Wolfgang; KRAUSE, Peter; KURZ, Karin (1985). "Patterns of career mobility and structural positions in advanced capitalist societies: a comparison of men in Austria, France, and the United States". *American Sociological Review*, 50:579-603, Oct.
- HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle (1988). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice.
- HAUSER, Robert and GRUSKY, David (1988). "Cross-national variation in occupational distributions, relative mobility chances, and intergenerational shifts in occupational distributions". *American Sociological Review*, 53:723-41, Oct.
- PASTORE, José e ZYLBERSTAJAN, Hélio (1991). "Mobilidade social". Trabalho apresentado no IV Fórum Nacional, em novembro de 1991, Rio de Janeiro.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS de 1988 (1990). *Corpo Básico, Tabulações Especiais*. Rio de Janeiro, IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS DE 1976 (1978). *Corpo Básico, Tabulações Especiais*. Rio de Janeiro, IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1978). *Boletim Especial, 1976, Tabulações Especiais*. Rio de Janeiro, IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1990). *Participação Político-Social - 1988: Brasil e Grandes Regiões*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, Suplemento.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1990). *Participação Político-Social - 1988, Tabulações Especiais*. Rio de Janeiro, IBGE, Suplemento.

- REES, Albert (1979). *The economics of work and pay*. 2nd ed. New York, Harper & Row.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (coord.); MONTEIRO, Violeta; CAILLAUX, Ana Maria Lustosa (1990). *Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice.
- SILVA, Nelson do Valle (1979). "As duas faces da mobilidade". *Revista Dados*, nº 21, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SÍNTESE DE INDICADORES DA PESQUISA BÁSICA DA PNAD DE 1981 A 1989 (1990). Rio de Janeiro, IBGE.
- SLOMCZYNSKI, Kazimierz and KRAUZE, Tadeusz (1987). "Cross-national similarity in social mobility patterns: a direct test of the Featherman-Jones-Hauser hypothesis". *American Sociological Review*, v. 52, p. 598-611, Oct.
- YAMAGUCHI, Kazuo (1987). "Models for comparing mobility tables: toward parsimony and substance". *American Sociological Review*, 52:482-94, Aug.

SUMMARY

Color and social mobility in Brazil (1976 and 1988)

Social mobility in Brazil is extensive when considering patterns of occupational mobility. In terms of labor, we call attention to the distinction between the mobility and opportunities for men and women, and for Whites and Blacks/Mulatos.

In the 70's, a significant number of people experienced upward mobility or maintained the same occupations as their parents. In the 80's, there was an increase in total mobility, however, in comparison with 1976; while downward mobility increased most in relative terms.

In the two periods studied, the opening-up of better opportunities benefitted social groups according to racial criteria, meaning that white men and women were the first to enjoy occupational ascension. However, the splintering of downward mobility follows, basically, a sexual division, affecting women first and men later.

Nevertheless, in order to evaluate the degree of opening in Brazilian society, it is necessary to distinguish mobility resulting from situational (circular) factors from that inherent in social structure.

In both the periods in question, the tendency toward increasing circular mobility is based first on the behavior of White men, and secondly, on that of Black and Mulato men. White, Black and Mulato women, both in 1976 as in 1988, show greater mobility of the structural type.

In this respect, Brazilian society shows the following paradox: if, on the one hand, increasing circular mobility means the attaining of reasonable levels of development, on the other, the increase of downward mobility reflects the stagnation of growth and the solidifying of the economic crisis.

RÉSUMÉ

Mobilité sociale et couleur au Brésil: 1976 et 1988

La mobilité sociale est étendue au Brésil si on s'en tient aux indices de mobilité occupationnelle. Ce travail met en relief la distinction de la mobilité ainsi que les opportunités qui s'offrent aux

hommes et aux femmes, d'une part, aux blancs et aux noirs/mulâtres, de l'autre.

Au cours des années 70, la proportion de sujets ayant bénéficié d'une mobilité ascendante ou

ayant conservé la même occupation que leurs parents est importante. Mais si les années 80 entraînent une augmentation de la mobilité totale, il n'en est pas moins vrai que par rapport à 1976, c'est la mobilité ascendante qui croît le plus en termes relatifs.

Au cours des deux périodes étudiées, le surgissement de meilleures opportunités bénéficie les groupes sociaux selon le critère de la couleur. En effet, les hommes et les femmes blancs sont les premiers à jouir d'une ascension occupationnelle. Mais le clivage de la mobilité descendante obéit essentiellement à la division des groupes par sexe, atteignant en premier lieu les femmes et ensuite les hommes.

Toutefois, si on veut évaluer le degré d'ouverture de la société brésilienne, il faut distinguer la mobilité qui découle de facteurs conjoncturels

(mobilité circulaire) de celle liée à la structure sociale.

Au cours des deux périodes considérées, l'augmentation tendancielle de la mobilité circulaire au Brésil est influencée en premier lieu par le comportement des hommes blancs et en second lieu par celle des hommes noirs et mulâtres. En ce qui concerne les femmes blanches, noires et mulâtres, aussi bien en 1976 qu'en 1988, leur mobilité est plutôt de type structurel.

Dans ce sens, la société brésilienne se voit placée devant un paradoxe: si, d'un côté, l'augmentation de la mobilité circulaire signifie qu'on a atteint un niveau raisonnable de développement, l'augmentation de la mobilité descendante, en revanche, reflète la stagnation de la croissance et la consolidation de la crise économique.

Uma nota sobre "raça social" no Brasil*

Nelson do Valle Silva**

*Recebido para publicação em maio de 1994.

**Pesquisador titular do LNCC-CNPq e professor do IUPERJ.

Discute-se o conceito de raça social e de sua utilização na análise da identidade racial no Brasil. Em particular, ressaltam-se a associação entre a forma em que os indivíduos são classificados quanto à sua cor e suas características socioeconômicas.

Empiricamente compara-se a autoclassificação de cor com a cor atribuída pelo investigador e com dados obtidos em pesquisa realizada em São Paulo em 1986. Constatam-se que as discrepâncias entre as duas classificações não podem ser atribuíveis à fluidez entre as categorias de cor utilizadas. Mostra-se, então, que essas discrepâncias parecem estar, de fato, associadas a características socioeconômicas. Discute-se as implicações desse fato para os estudos de desigualdades raciais.

Palavras-chave: raça; raça social; identidade racial; desigualdade racial; cor; classificação e autoclassificação de cor; características socioeconômicas.

A leitura da produção acadêmica recente de sociólogos norte-americanos especializados em relações raciais tem revelado que ela passa atualmente por um processo que poderíamos chamar de "a redescoberta da raça social". Como se sabe, nos Estados Unidos se desenvolveu, ao longo do tempo, uma concepção de raça de base estritamente biológica e genética. Sua principal característica é o que M. Harris denomina "regra de hipodescendência": não só a descendência determina a que grupo racial o indivíduo pertence – entre um par de grupos definidos numa relação de superordinação-subordinação –, como também se um indivíduo tem um ancestral direto, por parte de mãe ou de pai, que tenha sido membro do grupo subordinado, pertencendo então esse indivíduo igualmente ao grupo subordinado (Harris e Kotak, 1963, p. 207).

Assim, em princípio, na sociedade norte-americana, basta o indivíduo ter um ancestral negro para ser classificado como negro, independentemente de suas características físicas aparentes. Esse tipo de regra, que nem sempre se constitui na norma da sociedade norte-americana (cf. Skidmore, 1992), obviamente reflete e reproduz uma rígida classificação racial dicotômica: o indivíduo ou é branco ou é negro, sem possibilidades intermediárias, sem ambigüidades.

É claro que a situação concreta é bem mais complexa, como demonstram as notórias dificuldades encontradas pelo organismo responsável pelo censo norte-americano em elaborar um quesito adequado para classificar a sua população, dificuldades grandemente ampliadas pelo fato de se pretender distinguir simultaneamente numa mesma classificação as características raciais e a etnia dos indivíduos. Não espanta

que, nos dois últimos censos, cerca de 40% dos chamados hispânicos rejeitassem as categorias raciais de base branca e negra, classificando-se como "outra". A interpretação mais difundida para esse padrão de resposta – além da possibilidade de que um defeito de construção no quesito censitário tenha induzido esse tipo de resposta – é que os hispânicos que responderam assim são, de fato, mulatos ou mestiços que recusam a identificação dicotômica a eles imposta.

A aplicação do esquema dicotômico à análise de certos aspectos das relações raciais nos Estados Unidos tem mostrado algumas deficiências. Vários estudos clássicos apontaram para o fato de que, no passado, os negros de posição socioeconômica e *status* mais elevados tendiam a ter a pele mais clara do que os demais negros e que, portanto, a cor da pele era um critério importante na estratificação interna da comunidade negra (e.g. Myrdal, 1944; Dollard, 1957). Essa diferenciação teria raízes no período escravista, em que os escravos filhos de pais brancos recebiam tratamento privilegiado em relação aos demais escravos e que, após o período escravista, as relações de parentesco com brancos deram a esses mulatos vantagens na obtenção de educação e no acesso a ocupações de mais *status* (Frazier, 1957). A posição privilegiada dos mulatos na comunidade negra se manteria por pelo menos 50 anos após a emancipação, através dos mecanismos usuais da estratificação social: vantagens transmitidas aos filhos, contato com a parentela branca, casamento preferencial com cônjuge com a pele a mais clara possível.

Durante o período mais recente, particularmente durante os anos sessenta e setenta – período de agudização da consciência e do conflito racial, do *black is beautiful* e, não menos significativo, de claras melhorias nas oportunidades socioeconômicas

desfrutadas pelos negros, levando a uma forte expansão de uma classe média negra —, o estigma associado a uma pele mais escura parece ter diminuído dentro da comunidade negra e a questão da cor da pele na formação da identidade racial e na obtenção de privilégio socioeconômico submergiu no turbilhão do movimento dos direitos civis e do nacionalismo negro.

Apesar disso, estudos recentes continuam a apontar para a relevância do tom da pele na determinação da posição dos indivíduos na hierarquia social. Por exemplo, Keith e Hening (1991) analisaram dados do *National Survey of Black Americans* relativos aos anos 1979-1980 e concluíram que o tom da pele continua a ser um preditor significativo de fatores como nível educacional, *status* ocupacional e rendimentos entre negros nos Estados Unidos. E ressalte-se que o tom da pele parece ser mais importante e significativo na determinação da posição socioeconômica dos indivíduos do que as características de origem familiar como, por exemplo, o *status* socioeconômico dos pais. O que leva os autores a afirmarem que

virtualmente todos os nossos achados se mostram paralelos àqueles que ocorreram antes do movimento pelos direitos civis. Esses fatos sugerem que os efeitos do tom da pele são não só curiosidades históricas de um legado de escravidão e racismo, mas mecanismos atuais que influenciam quem obtém o que na América. (Keith e Hening, 1991, p. 777.)

Com isso, é escusado dizer que o tom da pele constitui também fator importante na estratificação interna de outros grupos raciais/étnicos nesse país para o caso dos chicanos (veja-se Telles e Murguía, 1990).

Um complicador adicional desse quadro é o fato de existirem indícios de que a rejei-

ção dos hispânicos ao quesito censitário ocorre não exatamente por serem eles mulatos ou mestiços. Pesquisas feitas entre essas minorias indicam que a identidade social dos chamados latinos depende de um conjunto amplo de características, além da carga genética e da aparência física, que inclui a classe social, a linguagem, o local de socialização e, mesmo, variações fenotípicas na própria família. Além disso, essa identidade latina é influenciada por interpretações tanto subjetivas quanto externas por parte do interlocutor. Ou seja, fatores situacionais e interacionais têm papel significativo na configuração dessa identidade (Rodríguez, Castro, Garcia e Torres, 1991; Rodrigues e Cordero-Guzman, 1992). Tal quadro tem sido interpretado como indicativo da importação de um cálculo racial alienígena típico da América Latina e que vem crescendo de significância conforme aumenta o contingente de latinos na sociedade norte-americana.

Na América Latina, de um modo geral, desenvolveu-se um conceito de raça mais baseado nas características fenotípicas e socioeconômicas do indivíduo, em vez da definição genética implícita na regra de hipodescendência norte-americana. Ao sul do Rio Grande, raça seria melhor definida como “raça social”, dado que se refere a um grupo de pessoas que é julgada como similar em sua natureza essencial socialmente definida, do que resulta as relações raciais serem mais relações de estrutura social do que de raça geneticamente concebida (Wagley, 1965). Daí, resulta também que a definição racial latina se fundamenta num espectro de categorias, distinguindo-se diversas gradações de cor, tonalidade e forma na aparência física das pessoas. E, nesse contexto, o caso provavelmente mais estudado e discutido é o brasileiro, que vem despertando o interesse dos estudiosos na área de relações raciais há várias décadas.

Identidade racial no Brasil

Os estudos sobre a identidade racial brasileira tiveram grande impulso a partir das pesquisas patrocinadas pela Unesco durante os anos cinquenta. A característica que mais chamava a atenção dos pesquisadores nesse período era, certamente, a extrema miscigenação, com a identidade racial no Brasil sendo marcada pela inexistência de distinções fortes entre categorias raciais, conforme indicado pela existência de uma miríade de termos raciais, cada qual referente a uma combinação fenotípica particular.

Assim, diversos estudos conduzidos em diferentes áreas do país sistematicamente apontaram para a existência de múltiplos termos para os tipos raciais. Wagley (1953) encontrou cinco termos na comunidade amazônica por ele estudada; Pierson (1951) encontrou também cinco termos numa comunidade paulista e 20 na Bahia, próximo do valor relatado por Hutchinson (1957), que também estudou uma comunidade baiana e encontrou 21 termos.

A pesquisa mais detalhada a esse respeito foi realizada por Harris e Kotak na aldeia de pescadores de Arembepe, também na Bahia. Utilizando uma série de desenhos de rostos que apresentavam variações de textura de cabelo, cor de cabelo, forma de nariz e lábios, bem como cor da pele, esses pesquisadores chegaram a uma nomenclatura racial que abrange nada menos do que 40 termos diferentes (Harris e Kotak, 1963; Harris, 1964).

No entanto, o fato mais notável no cálculo racial brasileiro não é, certamente, a multiplicidade de termos raciais, mas a indeterminação, subjetividade e dependência contextual de sua aplicação. Assim, Kotak (1967) relata haver concordância quanto aos termos polares branco e preto, mas ampla discordância quanto aos termos refe-

rentes a tipos intermediários. Por exemplo, enquanto metade da comunidade de Arembepe classificou "moreno-claro" como um tipo mais caucasóide do que "mulato-claro", a outra metade inverteu a ordenação entre esses termos (Harris e Kotak, 1963, p. 204). Além disso, um mesmo indivíduo pode ser referido através de nada menos que 13 termos raciais diferentes e, ainda mais indeterminante, os informantes se mostraram capazes de mudar sua resposta de uma entrevista para outra.

Contudo, mais importante para os nossos propósitos aqui é o fato de que a identidade racial no Brasil não parece depender apenas da aparência física da pessoa ou das definições que cada informante tem a respeito de cada termo racial. De fato, a identificação racial brasileira é, em certa medida, influenciada pela posição socioeconômica tanto do informante quanto da pessoa que está sendo classificada. De um modo geral, dada uma certa combinação fenotípica, quanto maior a posição socioeconômica do indivíduo no momento da classificação, mais próxima do branco será a categoria utilizada para classificá-lo. Ou seja, em concordância com as expressões populares "o dinheiro embranquece" ou "negro rico é branco, branco pobre é negro". Resumindo suas observações sobre o cálculo racial brasileiro, Harris e Kotak observam que

se procuramos especificar as condições sob as quais um termo racial será aplicado a um dado indivíduo, devemos estar preparados para desenvolver um cálculo cognitivo altamente complexo no qual a aparência física real do sujeito é apenas um dos componentes relevantes. Mas estamos inclinados a acreditar que pode nunca ser possível formular esse cálculo. O uso de termos raciais varia de indivíduo a indivíduo, de lugar a lugar, de tempo a tempo, de teste a teste, de ob-

servador a observador. (Harris e Kotak, 1963, p. 204-5. Comentários similares em Harris, 1964, p. 23 e 27.)

Como se sabe, o censo brasileiro tem tradicionalmente incluído – exceção para o ano de 1970 – um quesito para capturar a composição racial da população. Embora com pequenas variações ao longo do tempo, o IBGE tem utilizado para esse fim uma classificação de natureza demográfica simplificada, com quatro categorias possíveis: branco, preto, pardo e amarelo. Harris, apoiado nos resultados das pesquisas patrocinadas pela Unesco e na sua experiência pessoal em Arembépe, critica acidentalmente as estatísticas oficiais brasileiras:

(...) a tentativa do IBGE de coletar estatísticas raciais em termos de três categorias – branco, pardo e preto – na esperança de aumentar a objetividade de seus dados representa uma lamentável capitulação a conceitos não-brasileiros de identidade racial. Todo o procedimento obscurece o que é mais distintivo a respeito de relações raciais no Brasil em comparação com outros sistemas inter-raciais, a saber, a plethora de termos raciais e a ambigüidade abstrata e referencial rodeando sua aplicação,

e conclui,

(...) os esforços dos recenseadores serviriam muito melhor aos interesses das ciências sociais se fossem dedicados a maximizar alguns tipos de ingredientes subjetivos nos relatórios; isto é, se a cada respondente fosse dada uma escolha não-restrita entre todos os termos raciais localmente correntes e se todos esses termos fossem registrados e submetidos a processamento estatístico. (Harris, 1964, p. 22.)

A pesquisa sobre identidade racial foi retomada por Harris (1970), que sistematizou a coleta e ampliou o espectro de respondentes para cobrir as mais diversas localizações no país, além de submeter os dados a um tratamento estatístico mais apurado. Um resultado importante alcançado foi a impossibilidade de posicionar os termos “moreno” e “mulato” não-ambiguamente no eixo branco-preto. Observa o autor que, “no momento, parece como se os brasileiros pudessem chamar quase qualquer combinação de características faciais pelos termos ‘moreno’ ou ‘mulato’ com uma frequência alta mas sem padrão” (Harris, 1970, p. 2). Esse parece ser, sem dúvida, um aspecto básico do cálculo da identidade racial no Brasil, expressão mais forte de sua ambigüidade característica.

Uma contribuição importante à elucidação do problema da identidade racial brasileira é a de Sanjek (1971). Nesse caso, a vila de pescadores analisada é Sítio, também na Bahia. Sanjek obteve 116 termos utilizados para designar tipos raciais. Submetendo seus dados a uma análise componencial, de natureza quantitativa, Sanjek é capaz de mostrar que, apesar de encontrar considerável ambigüidade, conforme o esperado, considerando-se os resultados das pesquisas anteriores, uma porção pequena (mais precisamente, dez termos) desse total de 116 forma o mapa cognitivo da maioria dos informantes e organiza a massa desse domínio. As principais características discriminantes no cálculo racial parecem ser a cor da pele e a forma do cabelo, sendo que o termo “moreno” novamente se evidencia como uma expressão vazada de ambigüidade, aplicável a quase qualquer conjunto de características faciais. A única circunstância em que esse termo parece não se aplicar é com a combinação pele escura e cabelo encaracolado, caso em que o termo adequado não-ambiguamente é “preto”.

Sanjek estendeu sua análise a respondentes de pouca idade na tentativa de capturar a forma de aquisição do vocabulário designativo de tipos raciais. Os resultados reforçam a conclusão de que cor de pele e forma de cabelo são as principais variáveis discriminantes. Sugerem adicionalmente que a discriminação branco/preto é a primeira a ser apreendida e que o termo "moreno" somente mais tarde, no processo de desenvolvimento infantil, é que aparece como organizador do domínio. A discriminação pela forma do cabelo também parece ser apreendida mais tardiamente, do que resulta que o vocabulário racial também tende a crescer acompanhando o desenvolvimento das crianças (Sanjek, 1971, p. 1138-39).

Doze anos após a sua publicação, as sugestões críticas de Harris foram devidamente acatadas pelo IBGE. Em 1976, como parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, foram incluídas duas questões que tinham como objetivo verificar em que medida as categorias censitárias se diferenciam do vocabulário racial utilizado pelo povo brasileiro.

A primeira questão, aberta, permitia ao informante que expressasse sua cor em seus próprios termos; apenas após ter sido essa questão respondida é que foi feita a segunda questão. Restringindo-se as opções às tradicionais categorias demográficas dos censos, pedia-se que o informante enquadrasse a si mesmo numa delas. Conforme seria de esperar, a primeira questão provocou mais de uma centena de respostas diferentes. Apesar disso, as categorias censitárias cobriram cerca de 57% das respostas espontâneas, que, somadas a outras três respostas tradicionais também frequentes – a saber, morena (34%), clara (3%) e morena-clara (3%) –, dão conta de cerca de 97% das respostas espontâneas. Mais importante, comparando-se as respostas aos dois

quesitos, a maioria das pessoas que se declararam inicialmente morenas se autoclassificou como parda na questão fechada. Assim, embora os quesitos censitários não expressem a riqueza do vocabulário brasileiro e retirem o seu eminente caráter de ambigüidade, esses quesitos parecem capturar aproximadamente a forma com que a maioria dos brasileiros se vê racialmente (Oliveira, Porcaro e Costa, 1981).

Alter 'versus' autoclassificação

A questão da identidade racial brasileira foi retomada recentemente em um importante projeto de pesquisa ainda em curso em Salvador, Bahia (Sansone, 1992 e 1993). Examinando diferenças geracionais na identificação de cor, Sansone lança mão não só da autoclassificação dos respondentes, como a coteja com a opinião do próprio pesquisador quanto à categoria de cor adequada à classificação do entrevistado. O quadro que emerge é, num certo sentido, familiar: a situação e o tipo de conversa afetam a terminologia de cor empregada; a terminologia de cor é também altamente subjetiva; uma mesma pessoa pode ser definida de maneiras diferentes, seja em documentos oficiais (como a certidão de nascimento) ou na vida privada; uma forte preferência somática para o branco, embora nem sempre explícita. Relativamente à questão da dependência da identidade racial em relação às outras características socioeconômicas e culturais, observa o referido pesquisador:

No CdA e, em medida menor, em Camaçari, nota-se uma situação relativamente boa em termos de renda e (...) desemprego e nível escolar daqueles que se autodefinem pardos/mulatos. Isso pode ser explicado pelo fato de muitos dos

negros que estão ascendendo socialmente se declararem pardos, mulatos ou mesmo morenos (...). O declarar-se mais claro esvazia a categoria preto/negro de muitas pessoas com renda e nível educacional melhores e faz com que as categorias pardo/mulato, e também moreno, se aproximem da categoria branco em termos de renda e nível educacional. Na categoria preto/negro – e como veremos, em particular, entre aqueles que se autodeclararam pretos –, encontram-se assim desproporcionalmente analfabetos e pessoas de renda baixíssima. (...) (Sansone, 1993, p. 86.)

Generalizando, os negros autodeclarados são jovens, escolarizados e desempregados. Então, quem são aqueles que se autodeclararam pretos? Em sua grande maioria trata-se dos negros mais pobres. Os negros que não querem se definir como “negros” e têm uma condição um pouco melhor tendem a se autodefinir como “escuras” ou, mais ainda, como “pardos” ou “morenos”. Algo parecido acontece com os mestiços: aqueles com uma condição melhor na rua tendem mais a se autodefinir como brancos. Nesse sentido, o termo preto forma uma categoria-resto que contém os mais escuros “sem jeito” – aqueles negros com renda, escolaridade e status baixos demais para se aventurarem no jogo dos códigos da cor e do status. Nem sempre os “pretos” são mais escuros ou negróides do que “pardos” ou “escuras”. (...)

Concluindo, a autodeclaração de cor define grupos de indivíduos (os pretos, pardos, negros, morenos, brancos etc.) com características sociais e culturais similares. Dito de outra maneira, o termo com o qual as pessoas indicam a própria cor demonstra também uma particular posição social e postura cultural. (Sansone, 1993, p. 88.)

O ponto que gostaria de reter aqui é que essa rica análise da “raça social” conforme vivenciada pelo povo brasileiro foi possível porque o pesquisador cotejou a autoclassificação de cor dos respondentes com a opinião informada e treinada do próprio pesquisador. Ou seja, comparou uma avaliação mais subjetiva do entrevistado com uma avaliação mais objetiva (do ponto de vista fenotípico) do entrevistador.

De fato, as observações feitas por todas as pesquisas que lidaram com essa mesma questão tiveram por base, implícita ou explicitamente (como o fazem Sansone e os pesquisadores norte-americanos que tratam da estratificação interna das minorias raciais/étnicas nos Estados Unidos), uma classificação mais ou menos objetiva de caracteres fenotípicos, com a cor da pele parecendo ser o discriminador mais usual. Assim, a questão que se coloca não é tanto se a classificação censitária utilizada nos dados oficiais do IBGE obscurece a pleora de termos raciais e a ambigüidade abstrata e referencial em torno de sua aplicação – afinal, dado que a classificação censitária é também uma autoclassificação e a evidência empírica aponta para uma certa consistência entre as respostas às formas aberta e fechada de autoclassificação –, mas sim ao quadro que se obteria caso tivéssemos, ao invés de uma autoclassificação racial, um critério mais objetivo de categorizar a população brasileira.

Observe-se que as implicações aqui não são triviais. Os últimos anos viram acumular evidências de significativas diferenças raciais nas chances de vida dos brasileiros (e.g. Silva, 1978; Silva, 1985; Duwyer e Webster, 1988; Lovell, 1989; Wood e Lovell, 1992), todas elas baseadas nos dados oficiais do IBGE: ou seja, em autoclassificação de cor restrita às categorias censitárias/demográficas. Mas, se as observações dos pesquisadores que têm trabalhado a

questão da identidade racial brasileira, de Wagley a Sansone, são corretas e socialmente significativas, então o quadro que hoje temos sobre as diferenças socioeconômicas entre os grupos de cor pode ter sido pintado em cores excessivamente fortes.

O ponto é simples: se a própria (auto)classificação de cor está contaminada pela situação socioeconômica do respondente, então as correlações encontradas entre cor e situação socioeconômica são mais elevadas do que se obteria caso o critério de classificação fosse mais biologicamente objetivo (aliás, esse parece ser o motivo que levou à eliminação da categoria "moreno" no quesito censitário). O problema, no entanto, é que não dispomos de qualquer avaliação quantitativa daquilo que poderíamos chamar de "efeito embranquecimento". Na próxima seção, tentarei fazer uma avaliação, preliminar e precária, desse efeito com base naquilo que acreditamos ser os únicos dados quantitativos atualmente disponíveis que permitem um cotejo entre a autotranscrição de cor e uma classificação feita pelo entrevistador.

Evidências empíricas

No segundo semestre de 1986, num esforço cooperativo entre o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Iesp) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), sob a coordenação geral de Amaury de Souza, foi realizado um *survey* na capital de São Paulo sobre a temática geral das identidades coletivas (sob a denominação formal de "As eleições de 1986 em São Paulo"), cobrindo as questões da identidade racial, de gênero, de classe e partidária. As entrevistas foram realizadas pelo Instituto Gallup, cobrindo uma amostra inicial de 573 entrevistados.

Para cada dimensão das identidades sociais, foi elaborado um questionário bastante detalhado. No caso da identidade racial, instruiu-se os entrevistadores para que, antes de iniciarem a entrevista, anotassem a cor do entrevistado, classificada entre as seguintes opções: (1) branco; (2) preta; (3) amarela (ou oriental); e (4) parda (moreno ou mulato). Foi feito um treinamento específico dos entrevistadores, de forma que se tentasse obter o máximo de consistência intersubjetiva e se minimizassem os possíveis vieses ocasionados pela possível interferência de fatores extrínsecos.

Mais adiante, no corpo do questionário, foi incluído um bloco de questões relativas à identidade racial que se iniciava pelo seguinte quesito: "Vamos falar agora sobre sua vida. Entre branco, preto, oriental e mulato, como o(a) Sr.(a.) classificaria a sua cor?". Observe-se que essa questão tem um formato quase idêntico aos dos censos e PNADs, com a diferença estando na substituição da categoria pardo pela de mulato. Ainda assim, uma parcela significativa de respondentes optou por classificar sua cor como morena, tendo essa categoria sido então codificada como uma categoria adicional àquelas indicadas na própria questão. O bloco de questões destinadas à análise da identidade de classe fornece um conjunto amplo de mensurações sobre a posição socioeconômica dos indivíduos, o que nos permitirá examinar a questão do "efeito embranquecimento".

O cotejo entre a atribuição de cor por parte do entrevistador e a forma de autotranscrição por parte do respondente está apresentado na Tabela 1. Observe-se que, conforme indicado pelos marginais, o principal efeito da atribuição de cor pelo entrevistador relativamente à autotranscrição é o aumento de indivíduos classificados como brancos e a correspondente diminuição nas

TABELA 1

Autoclassificação de cor por atribuição de cor – São Paulo, 1986
Frequências relativas

ATRIBUIÇÃO DE COR	AUTOCLASSIFICAÇÃO DE COR						TOTAL
	BRANCA	MOR.	MUL.	PRETA	OUTRA/S.I.	ORIENTAL	
Branca	78,9	13,0	4,9	1,2	1,2	0,7	100% (408)
Parda	11,3	30,6	37,9	15,3	4,8	0,0	100% (124)
Preta	18,5	3,7	25,9	48,1	3,7	0,0	100% (27)
Amarela	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100% (14)
Total	59,5 (341)	16,1 (92)	12,9 (74)	6,4 (37)	2,1 (12)	3,0 (17)	100% (573)

demais categorias. De fato, enquanto 60% dos entrevistados se classificaram como brancos, a percentagem de brancos no julgamento dos entrevistadores atinge 71%.

Comparando-se as respostas nas duas classificações, observamos que cerca de 70% dos entrevistados se classificaram na mesma categoria a eles atribuídas pelo entrevistador. Obviamente, permanece o problema da consistência da resposta daqueles que se autotransformaram como morenos. Se admitirmos que essa é uma resposta ambígua, mas que é basicamente compatível tanto com a atribuição de branco quanto com a de pardo, então o nível de consistência entre atribuição e autotransformação de cor se eleva para 85% das respostas. Isso implica dizer, inversamente, que entre 15% e 30% dos entrevistados se identificam como pertencentes a uma categoria de cor diferente daquela que um observador externo o classificaria.

Parte dessa discrepância, sem dúvida, se dá por diferença de percepção das linhas

divisoras que separam as categorias raciais, dado que o cálculo racial brasileiro é, como vimos, baseado nas características fenotípicas dos indivíduos, das quais as mais discriminadoras parecem ser o tom da pele e a forma do cabelo. Assim, se considerarmos as respostas em categorias adjacentes na atribuição de cor (isto é, considerarmos como plausível que um indivíduo classificado como branco ou como preto se autotransformasse como mulato, ou que um indivíduo classificado como pardo tanto possa se classificar como branco ou como preto), então cerca de 96% dos indivíduos se enquadrariam no espectro de plausibilidade desse cálculo de identidade racial.

Evidentemente, o problema que se coloca diz respeito aos 4% restantes, que deram respostas implausíveis, tais como indivíduos que têm cor atribuída branca e se autotransformam de pretos, e vice-versa. É claro que, em termos de número de observações, esses casos idiossincráticos constituem pequena minoria (cerca de 25 observações, ao todo),

eventualmente originada em erros de compreensão, de codificação de respostas e ampliadas por flutuações puramente amostrais. Aceitando esses argumentos, poderíamos parar por aqui. No entanto, a possibilidade de um "efeito branqueamento", isto é, a de que as discrepâncias entre cor atribuída e cor autopercebida possam estar relacionadas com a situação socioeconômica dos indivíduos, nos leva a aprofundar nossa análise examinando, em termos de variáveis indicadoras da posição social, quem são os indivíduos que dão informações discrepantes, comparadas com os que nos fornecem informações consistentes, e se o nível da discrepância na classificação de cor está relacionado com seu nível socioeconômico. As informações para essa análise estão apresentadas nas Tabelas 2 e 3.

Na primeira linha da Tabela 2, temos relacionados os resultados da análise da variância simples (ANOVA) para a variável "anos de escolaridade", segundo a autoclassificação de cor para aqueles cuja cor atribuída pelo entrevistador é branca. Em primeiro lugar, note-se que as diferenças no nível de escolaridade são altamente sig-

nificativas (conforme indicado por uma razão-F de 7,28). Adicionalmente, note-se que a média de escolaridade para o total desse grupo de cor atribuída branca é de 8,33 anos. Comparando-se agora com as médias de cada categoria de autoclassificação, vemos que aqueles que se classificaram consistentemente como brancos têm quase nove anos de escolaridade, ao passo que aqueles que inconsistentemente se autodefiniram como pretos têm apenas cinco anos de escolaridade. Coerentemente, aqueles que se autodefiniram como mulatos apresentam um nível de escolaridade intermediário perto de sete anos. É importante que se note também que aqueles que apresentam um nível de escolaridade mais baixo são os que se autoclassificaram com a categoria ambígua "morenos".

A segunda linha traz análise semelhante para aqueles cuja cor atribuída pelo entrevistador era parda. O quadro é coerente com o anterior, com diferenças altamente significativas: pardos se autoclassificando como pretos com nível educacional bem abaixo da média do grupo (3,5 anos de escolaridade apenas *versus* uma média geral de 5,9 anos); e aqueles que se autoclassifi-

TABELA 2

Análise da variância de anos de escolaridade e autoclassificação de cor por atribuição de cor - São Paulo, 1986

ATRIB. DE COR	MÉDIAS DE ANOS DE ESCOLARIDADE						ANOVA				
	AUTOCLASSIFICAÇÃO DE COR						TOTAL	N	F	Sig	Eta ²
	BR	MOR.	MUL.	PR	OUTRA/SI	ORIENT.					
Branca	8,98	4,30	6,91	5,02	-	9,35	8,33	346	7,28	0,00	0,079
Parda	9,64	5,61	5,96	3,54	-	-	5,94	91	4,8	0,01	0,126
Preta	12,71	-	8,86	6,49	-	-	7,95	29	4,22	0,01	0,408
Amarela	-	-	-	-	-	12,24	12,24	14	-	-	-

TABELA 3

Análise da variância de log renda familiar e autotransclassificação de cor por atribuição de cor – São Paulo, 1986

ATRIB. DE COR	MÉDIAS DE LN RENDA FAMILIAR						ANOVA				
	AUTOTRANSCLASSIFICAÇÃO DE COR						TOTAL	N	F	Sig	Eta ²
	BR	MOR.	MÉL.	PR	OUTRA/SI	ORIENT.					
Branca	9,06	8,51	8,60	8,06	-	8,81	8,96	346	5,098	0,001	0,056
Parda	8,67	8,66	8,57	8,35	-	-	8,58	91	0,737	0,533	0,025
Preta	9,09	-	8,53	8,51	-	-	8,58	29	1,761	0,169	0,223
Amarela	-	-	-	-	-	9,22	9,22	14	-	-	-

cam como brancos com educação bem acima da média (de fato, com mais educação do que os próprios indivíduos consistentemente classificados como brancos).

Diferenças também altamente significativas aparecem quando analisamos os indivíduos com cor atribuída preta. Enquanto aqueles que consistentemente se classificaram como pretos apresentam nível médio de escolaridade de cerca de 6,5 anos, aqueles que se identificaram como mulatos têm quase nove anos e os que inconsistentemente se classificaram como brancos têm nada menos que 12,7 anos de estudo completos, quase quatro anos a mais do que os brancos consistentes.

Na Tabela 3, essa mesma análise é refeita, tomando-se agora como variável dependente o logaritmo (natural) dos rendimentos individuais. Os resultados são totalmente coerentes com os vistos para a variável "escolaridade", sendo possivelmente a única discrepância o fato de que as diferenças de rendimentos entre os grupos de autotransclassificação para aqueles de cor atribuída parda e preta não são significativas nos níveis convencionais. No entanto, os valores das médias para essas categorias

apresentam um padrão essencialmente coerente com a análise anterior.

V – Conclusão

Os resultados obtidos são absolutamente compatíveis com a idéia de um "efeito embranquecimento", parecendo explicar em larga medida as discrepâncias observadas entre a atribuição de cor por parte do entrevistador – provavelmente mais próxima das características fenotípicas individuais – e a auto-identificação de cor. Coerentemente, indivíduos classificados como pretos pelo entrevistador quanto mais "embranquecem" sua cor, tanto maior sua posição socioeconômica, sendo as diferenças entre classificações extremas muito elevadas. Similarmemente, indivíduos com cor atribuída parda, quando *embranquecem*, apresentam também melhor nível social e, inversamente, quando *escurecem*, em relação à cor atribuída, apresentam posição social muito mais baixa. Esse é também o caso dos "brancos" atribuídos que *escurecem* seus próprios olhos.

Assim, cabe indagar em que medida o tomar-se a autotransclassificação de cor, como é

TABELA 4

Análise das variâncias de escolaridade e renda familiar por classificação de cor e por atribuição de cor – São Paulo, 1986

CLASSIF. DE COR	MÉDIAS		ATRIB. DE COR	MÉDIAS	
	ESCOLAR.	Ln RENDA		ESCOLAR.	Ln RENDA
Branco	9,06	9,04	Branca	8,39	8,96
Morena	4,84	8,58	Parda	5,89	8,58
Mulata	6,62	8,57	Preta	7,95	8,58
Preta	5,10	8,37	Amarela	12,24	9,22
Outra/S.I.	0,00	6,88	F	8,744	6,606
Oriental	11,80	9,16	Sig	0,000	0,000
F	13,428	9,026	Eta ²	0,052	0,040
Sig	0,000	0,000			
Eta ²	0,124	0,087			

feito nas análises baseadas em dados oficiais tipo censo e PNADs, afeta os resultados relativamente a se tomar como classificação de cor algo mais próximo e menos contaminado pela própria situação socioeconômica dos indivíduos. Como uma tentativa de responder a essa questão, apresento na Tabela 4 os resultados das análises da variância (ANOVA) das variáveis "anos de escolaridade" e (logaritmos de) "rendimentos", tomando-se uma e outra classificação de cor. Daí, duas conclusões:

1) Considerando o poder explicativo da variável "cor" sobre as variáveis dependentes, conforme indicado pela proporção de variância explicada (*Eta*²), observamos uma redução muito acentuada no poder explicativo quando mudamos da autoclassificação de cor para a cor atribuída pelo entrevistador. Na verdade, o poder explicativo cai para menos da metade. Assim, enquanto a autoclassificação de cor explica 2,4% da variação no nível da escolaridade e 8,7% na variação do rendimento, os valores

correspondentes, quando se utiliza a cor atribuída, caem para 5,2% e 4%, respectivamente.

2) As diferenças entre categorias de cor na atribuição pelo entrevistador, embora com poder explicativo diminuído pela relativamente maior heterogeneidade interna de cada categoria de cor, permanecem altamente significativas.

Em outras palavras, as correlações obtidas entre cor e situação socioeconômica podem de fato estar inflacionadas pela utilização da autoclassificação de cor, relativamente ao que se obteria caso dispuséssemos de uma medida mais *objetiva*, mais fenotípica das características raciais dos indivíduos. A razão fundamental desse viés parece residir na natureza social do cálculo da identidade racial brasileira. As evidências aqui coletadas apóiam a idéia de que, no Brasil, não só o dinheiro *embranquece*, como, inversamente, a pobreza também *escurece*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOLLARD, John (1957). *Caste and class in a Southern Town*. New York, Doubleday.
- DWYER, J and WEBSTER, P. L. (1988). "Income differentials and racial discrimination in Brazil". s.n.t. 21 p.
- FRAZIER, Franklin (1957). *The Black bourgeoisie*. New York, Free Press.
- HARRIS, Marvin (1964). "Racial identity in Brazil". *Luso-Brazilian Review*, 1(2):21-8, Dec.
- (1970). *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HARRIS, Marvin and KOTAK, Conrad (1963). "The structural significance of Brazilian racial categories". *Sociologia*, XXV(3):203-8, Sept.
- HUTCHINSON, Hany W. (1957). *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle, Univ. of Washington Press.
- KEITH, Verna M. and HENING, Cedric (1991). "Skin tone and stratification in the Black community". *American Journal of Sociology*, 97(3):760-78, Nov.
- LOVELL, Peggy A. (1989). "Racial inequality and the Brazilian labor market". Dissertação de doutorado não-publicada. University of Florida, Gainesville.
- MYRDAL, Gunnar (1944). *An American dilemma*. New York, Hayer & Row.
- OLIVEIRA, L. E. G.; PORCARO, Rosa Maria; COSTA, T. C. N. A. (1981). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- PIERSON, Donald (1951). *Negroes in Brazil*. Chicago, Univ. of Chicago Press.
- RODRIGUEZ, Clara and CORDERO-GUZMAN, Hector (1992). "Placing race in context". *Ethnic and racial studies*, 5(4), Oct.
- RODRIGUEZ, Clara E.; CASTRO, Aida; GAMA, Oscar; and TORRES, Analisa (1991). "Latino racial identity: in the eye of the beholder?" *Latino Studies Journal*. (Sep.).
- SANJEK, Roger (1971). "Brazilian racial terms: some aspects of meaning and learning". *American Anthropologist*, vol. 73, p. 1126-43.
- SANSONE, LÍVIO (1992). "Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões)". *Estudos Afro-Asiáticos* (23):143-73.
- (1993). "Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferenças de geração". *Estudos Afro-Asiáticos* (25):73-98, dezembro de 1993.
- SILVA, N. V. (1978). "Black-White income differentials: Brazil, 1960". Dissertação de doutorado não-publicada. University of Michigan, Ann Arbor.
- (1985). "Updating the cost not being White in Brazil". In FONTAINE, P. M. (ed). *Race, class and power in Brazil*. Univ. of California Press, p. 42-55.
- SKIDMORE, Thomas (1992). *Bi-racialismo nos Estados Unidos vs. Multi-racialismo no Brasil. Ainda é válido o contraste?*
- TELLES, Edward and MURGUIA, E. (1990). "Phenotypic discrimination and income differences among Mexican Americans". *Social Science Quarterly*, 7(4).
- WAGLEY, Charles (1953). *Amazon town, a study of man in the tropics*. New York, MacMillan.
- (1965). "On the concept of social race in the Americas". In HEALTH, D. B. and ADAMS, R. N. (eds.). *Contemporary cultures and societies of Latin America: a reader in social anthropology of Middle and South America and the Caribbean*. New York, Randon House.
- WOOD, Charles and LOVELL, Peggy A. (1992). "Racial inequality and child mortality in Brazil". *Social Forces*, 70(3):703-24, Marc.

SUMMARY

A note on social race in Brazil

We discuss here the concept of "social race" and its utilization in the analysis of racial identity in Brazil. In particular, we call attention to the association between the way in which individuals are classified as to their color, and to their socio-economic characteristics.

Empirically, we compare self-qualification as to color and the qualification given by the resear-

cher, with data from a study in São Paulo in 1986. We can see that the discrepancies between the two classifications cannot be attributed to the fluid nature of the color categories utilized. We thus show that these discrepancies seem to be, in fact, related to socio-economic characteristics. We discuss the implications of this fact for the study of racial inequalities.

RÉSUMÉ

Une note sur la race sociale au Brésil

Cet article étudie le concept de "race sociale" et son utilisation en vue de l'analyse de l'identité raciale au Brésil. Il met tout particulièrement en relief la forme selon laquelle les individus sont classés en fonction de leur couleur et de leurs caractéristiques socioéconomiques.

L'auteur compare de façon empirique la façon dont les gens se classent eux-mêmes en fonction de leur couleur avec la couleur attribuée par la re-

cherche à partir de données obtenues au cours d'une investigation réalisée à São Paulo en 1986. Il constate que les discordances entre les deux classement ne peuvent être attribuées à la fluidité entre les catégories de couleur utilisées. Il montre alors que ces discordances semblent devoir être en réalité associées à des caractéristiques socio-économiques. Il analyse les implications de ce fait pour les études concernant les inégalités raciales.

Humor negro*

Luiz Carlos R. Sant'Ana**

**Pesquisa financiada pelo V Concurso Nacional de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Recebido para publicação em novembro de 1993.*

***Historiador, pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (Ciec).*

O presente artigo origina-se da monografia inintitulada "Humor negro – Discriminação racial nos programas humorísticos da televisão brasileira: um estudo comparado". Aqui, reproduzimos os capítulos da monografia que analisam episódios dos programas Os Trapalhões e Programa legal, ambos da Rede Globo de Televisão, exibidos no segundo semestre de 1991.

No primeiro caso, dos Trapalhões, após um exercício de desmembramento analítico da enunciação acerca do negro pelo teleprograma, propõe-se que essa fala dispersa ("representações particulares") subsuma sob a égide de uma imagem reagrupadora que se estrutura a partir da marca distintiva da "raça", ou melhor, sobre o seu "signo" mais marcante, a cor. Essa distinção é, ademais, de ordem pejorativa e qualifica aquela imagem como animalizada, coisificada, caricatural, estereotipada e antiestética.

Já no Programa legal, comparativamente, essa imagem é ambígua, posto que nele se aponta para a possibilidade de verdadeiras inversões valorativas, para uma expressão positiva da estética negra. Isso se dá, dentre outros mecanismos analisados, pelo deslocamento do objeto risível: dos estereótipos comumente atribuídos aos negros para as próprias regras e/ou comportamentos expressivos dos termos de nossa convivência racial. Contudo, o próprio Programa legal não conseguiria deixar de ser transpassado pelas regras das quais ri e, nesse sentido, também não consegue deixar de rir da cor. Daí sua ambigüidade.

Palavras-chave: humor, riso; raça; cor; fala; enunciação.

Este trabalho é parte da monografia “Humor negro – Discriminação racial nos programas humorísticos da televisão brasileira: um estudo comparado”, na qual realizamos algumas reflexões sobre a imagem do negro produzida/reproduzida em episódios de três tele-humorísticos da Rede Globo de Televisão – *Os Trapalhões*, o *Programa legal* e *Dóris para maiores* –, exibidos no segundo semestre de 1991.

Neste artigo, porém, nos atemos aos dois primeiros teleprogramas. Do *Programa legal*, da média de oito episódios veiculados, seis deles foram considerados para análise. No que concerne a *Os Trapalhões*, a amostra é quantitativamente maior – 15 programas –, embora seja percentualmente inferior ao primeiro, já que ele era transmitido semanalmente, enquanto o *Programa legal* levava cerca de um mês entre uma e outra aparição na tela.

A apreensão da *fala* desses programas foi levada a cabo através da tomada de notas a partir da observação direta e/ou por intermédio de gravação em vídeo. Esse último procedimento resultou no registro do equivalente a, aproximadamente, 11 horas de exibição ininterrupta de material em VHS.

‘Limpa primeiro!’

Ao iniciarmos – com o estudo sobre *Os Trapalhões* – nossa análise textual dos tele-humorísticos globais, advertimos que partimos necessariamente para um exercício solitário, dada a inexistência de trabalhos desse tipo. Fonseca (1991) constituiu a única referência bibliográfica que encontramos a tratar especificamente da piada, da sátira, do dito popular, do chamamento

ofensivo e pejorativo enquanto instrumentos ideológicos de dominação branca. A própria produção reflexiva sobre o negro em geral na TV, em qualquer tipo de programação, é ainda bastante restrita.¹

Na análise da imagem do negro que é produzida/reproduzida por *Os Trapalhões*, não cabe aqui perdermos muito tempo com apresentações ou descrições desse programa, ou ainda de seus três comediantes principais, Manfred Sant’Anna (“Dedê”), Antônio Carlos Bernardes Gomes (“Mussum”) e o incontestável líder do grupo, Renato Aragão (“Didi”). Aliás, doravante iremos chamá-los apenas pelos nomes de seus personagens, uma vez que é com suas falas que nos ocupamos e não com as opiniões ou posicionamentos dos atores.

É de se observar, no entanto, o enorme sucesso do grupo, o qual comemorou 25 anos de atuação conjunta em julho de 1991, quando contava, à época, com um índice de audiência médio de 35 pontos. A fórmula original do programa, por assim dizer, remonta a 1967, com *Os adoráveis Trapalhões*, da extinta rede de televisão Excelsior e de cuja formação participavam Renato Aragão, Ivon Curi, Ted Boy Marino e Wanderley Cardoso.²

Relativamente a sua estruturação, o programa se caracteriza pela encenação de quadros situacionais de desenvolvimento cômico desconectados uns dos outros. Esses “quadros situacionais”, como o estamos denominando, são variáveis, embora se verifique a constante recorrência a alguns deles.³ Além disso, apresentam também “ambientes” (ou cenários, por convenção) habituais que duram certo tempo, por certa fase do programa. Esse é o caso dos episódios que transcorrem num hotel, no qual todos os protagonistas exercem sempre as mesmas funções.

Análise textual

Em primeiro lugar, submeteremos a enunciação "programática" em questão – no que concerne a uma possível imagem do negro operada nesse texto – a um desmembramento classificatório. Em seguida, reagruparemos os blocos construídos em separado e veremos as possibilidades interpretativas de que dispomos. A propósito, a "fala" destacada como potencialmente indicativa da imagem do negro com a qual se estaria operando remete, invariavelmente, às referências aos personagens negros, ou seja, a Mussum, em particular, assim como a outros personagens coadjuvantes do elenco permanente do programa, como "Tião Macalé" e "Lafond".

No levantamento proposto, destacamos quatro "blocos" agrupadores no processo de decomposição ao qual submetemos os dados coletados:

a) *nominações* – utilizadas na referência a Mussum e/ou a outros personagens negros;

b) *associações* – remetem às associações de tais personagens a animais ou objetos de cor preta; e

c) *construções visuais* e d) *alusões críticas* – ambas igualmente direcionadas àqueles três personagens.

Para cada um desses agrupamentos arrolamos uma série de exemplos extraídos a partir da observação sistemática dos programas. O resultado foi, resumindo, que pudemos dispor de um maior número de referências sob a legenda do primeiro bloco, nominações. O número de referências decresce conforme se passa do segundo para o terceiro bloco convencionalizado e deste para o quarto.

Sob a rubrica de nominações encontramos expressões tais como "cara preta" (em 28.4 e 5.5.91); "morcegão" (16.6.91); "crioulinha", "mulatinha" ou "neguinha" –

referências duplamente jocosas a Mussum (24.11.91 e 3.11.91); "negão" (28.7, 13.10 e 8.12.91); "pé-de-rodo" (27.7.91); "prezinho feio" (10.11.91); "escurinho" (8.12.91) etc.

No tocante às associações que relacionam os mesmos personagens a objetos ou animais de cor preta, a distinção, em comparação ao grupo anterior, é que nesse caso o personagem não é diretamente chamado pelo nome do objeto ou animal de cor preta, mas é relacionado a estes de forma inequívoca – o pé do Mussum é associado a um pé-de-pato (2.6.91), a sua língua a um "black tie" (27.7.91), e ele como um todo a um "toco" (tronco) de árvore preta (7.7.91), a macacos (21 e 27.7, 10 e 24.11 e 8.12.91) etc.

Quanto às construções visuais, poderíamos exemplificá-las com o quadro do programa em que a transformação do personagem Didi em Mussum é operada por confuso gênio da lâmpada. A imagem é caricata e o personagem acaba por surgir com uma bunda e lábios enormes, pintados de preto (em 5.5.91). Outro exemplo é novamente dado pelo "transvestimento" de brancos (Didi, Dedé e outros) em negros, dessa vez para comporem um cenário que por um bom tempo abria o programa, comportava vinhetas musicalizadas e também alguns "quadros situacionais". As figuras desse ambiente remetiam-se à imagem corrente das gangues ou de grupos de jovens negros (principalmente) que curtem *rap*, andam nas ruas com aparelhos de som estéreo gigantescos, roupas extravagantes etc. (em 5. e 2.6.91), ou o caso de um quadro situacional singular no qual Tião Macalé passa por um tratamento de beleza (7.7.91).

A alusão crítica (verbalizada) fica por conta de uma única referência que remete a um outro traço fenotípico do personagem negro mais visado. Trata-se da jocosa men-

ção ao "narizinho" do Mussum, conforme provocação de um de seus companheiros (julho de 1991).

a) Observações sobre o papel dos códigos televisivos

Nominações e alusões críticas se apóiam no eixo do som, vertente verbal, "subcódigo lingüístico" (conf. terminologia de Eco, 1987, p. 374-5), assim como as associações, embora estas se utilizem da imagem como auxiliar da enunciação. Nesse caso, a imagem é chamada para sugerir a relação que está-se propondo, ademais, através da verbalização mesma: "Mussum, teu pé cresceu?" – pergunta Didi, enquanto a câmara mostra o personagem negro calçando um pé-de-pato (2.6.91).

É dessa forma que a maior parte das associações é realizada, de modo que a câmara, ao "apontar" o objeto de associação, torna redundante – desnecessária – a explícita verbalização.

As construções visuais obviamente se apóiam no eixo da imagem e, na maior parte dos exemplos citados, em um "subcódigo estético" (Eco, 1987, p. 374-5). A regra de composição desse subcódigo, tal como o operacionalizamos aqui, é muito simples. Dá-se pela associação (correspondência) de um significado antiestético – feio, reprovável e, por isso mesmo, como veremos, risível – a todo significante indicativo de caracteres fenotípicos do negro, fundamentalmente (mas não exclusivamente) a cor da pele. Sob essa regra, a caricatura – que se caracteriza exatamente pelo exagero dos traços julgados como mais expressivos – se configura como recurso dos mais adequados. Esse é o caso da transformação do Didi em Mussum pelo tal gênio da lâmpada. É também o caso, igualmente mencionado, do "transvestimento" de

brancos em negros. Em ambos os exemplos há um apelo cômico visual direto, seja com base nos traços raciais do personagem negro referido, seja sobre um "tipo" – ele próprio caricatural – de personagem negro.

As enunciações em imagem se dão, portanto, pela mera e quase direta apresentação da menção cômica (caso da caricata versão de Mussum) ou pela indicação ilustrativa, quando da associação (ademais verbalizada de forma explícita, ou sugerida de forma inequívoca) aos objetos de cor preta "apontados" pela câmara.

b) Outras observações

O quadro que envolve Tião Macalé às voltas com um tratamento de beleza quase chega a ser espantoso, não fossem alguns "atenuantes" que o dever de ofício (ater-se à fala "documental") nos compele a considerar, impedindo-nos de interpretações mais contundentes. Contudo, o valor sugestivo da *performance* é relevante e inteiramente inserível nos termos sob os quais estamos conduzindo essas nossas observações.

Num salão-de-beleza, o trio trapalhão tem de fazer dos clientes pessoas bonitas. O primeiro a entrar é... Tião Macalé. O lema do salão, escrito na parede e devidamente enquadrado pela câmara, é o seguinte: "Um visual novo ou seu dinheiro em dobro." Com a entrada do personagem negro, Dedé adverte: "Esse aí vai dar trabalho." Ao que concorda Mussum: "Muito trabalho!"

O tratamento é feito em várias etapas, animadas por um rítmico acompanhamento sonoro. Primeiro jogam-lhe um pó *branco* (talco, talvez). Utilizam-se escovões – "Limpa primeiro!", comanda Didi. Em seguida, esfregam-no freneticamente. Depois, jogam-lhe massa *branca* na cabeça. Quando a fronte já se encontra totalmente

embranquecida, lhe é direcionado um jato de um extintor que expelle gás branco sobre Macalé, que, por fim, bate em retirada.

Obviamente, Tião Macalé, mesmo na hipótese de um eventual e eficiente processo de embranquecimento – ao estilo Michael Jackson –, não seria nunca, pelos padrões de beleza vigentes, um galã televisivo. É exatamente esse aspecto (antiestético) que marca o personagem em questão. Esse seria o móvel do riso operacionalizado pelo ator e acionado a partir de um bordão acompanhado de trejeito próprio – um sorriso banguela (*Tcham!*). Em nenhum momento, porém, remete-se, no “tratamento” de beleza aqui descrito, a algum traço esteticamente “reprovável” do personagem, a não ser, talvez, à cor. Isto é, caso possamos entender a apelação por limpeza verbalizada por Didi e os produtos brancos aplicados sobre o personagem como um esforço para torná-lo mais belo pelo embranquecimento de sua pele.⁴ De qualquer forma, nunca se remetem – nos programas observados – a traços estéticos risíveis específicos em Macalé, com exceção, é claro, da cor. É a esse personagem que é imputada a associação a um “mico preto” (21 de julho) e à figura do “boi da cara preta” (28 de abril).

Todos os elementos relacionados para os quatro “blocos” constituem apelos ao riso; pressupõem comicidade em si, posto que, na maioria das vezes, os mecanismos de nomenclatura, associação, construção visual e alusão crítica são a própria “piada”. Sendo assim, e a confiar na audiência prolongada, esse é um código (regra de associações convencionadas) reconhecido e apreciado na instância decodificadora (o público) como risível.

Esse contínuo e incessante ato de referência é qualificativo – mas de uma ordem de qualificação pejorativa. O reconhecimento disso se escreve – via texto de *Os Trapalhões* – assim: “Quero morrer preto

se for mentira...” (Mussum, programas de 12.5, 7 e 21.7 e 17.11). Ou ainda conforme outra frase repetida há anos pelo mesmo Mussum: “Negão é o teu passado” (7 e 28.7.91).

Em ambos os casos, podemos constatar a fórmula trapalhona do dizer sobre o reconhecimento da carga negativa atribuída ao “signo” da cor e da conseqüente auto-negação do negro, atitude defensiva muito típica e que se relaciona diretamente com a “fragmentação da identidade racial dos não-brancos” (Hasenbalg, 1979, p. 238). Em meio a nossa “cultura racista”, que exorta o branco e condena o “diferente” à invisibilidade, a aparição do negro se torna motivo de escárnio e da necessária e perpetuadora lembrança de sua condição, o que se dá por intermédio dos mecanismos aqui desenhados. As duas construções verbais enunciadas por Mussum na repetida resposta que oferece às denominações (ligadas à cor) que lhe são impingidas constituem também – como os quatro mecanismos aqui desmembrados – a própria “piada”. E isso, seja pela indelével contradição da primeira enunciação (“Quero morrer preto se for verdade”), seja pela autonegação e intempestividade com a qual é sempre bradada a segunda (“Negão é o teu passado”).

c) Representação & imagem

Num dos textos mais famosos de Eisenstein – e sobre seu tema dileto (a montagem) –, o cineasta e teórico de cinema russo faz uma diferenciação entre representação e imagem, utilizando-se, para tanto, do exemplo de um relógio no qual “a figura geométrica formada pelos ponteiros” se constituiria numa representação que remeteria a uma imagem do tempo, um conceito de tempo (Eisenstein, 1990, p. 18).

Nesse "processo", uma dada representação "suscita" uma "imagem". Entre esses dois momentos, existiria uma "longa cadeia de representações vinculadas", as quais, contudo, "o hábito psicológico tende a reduzir a um mínimo, a fim de que apenas o início e o fim do processo sejam percebidos" (Eisenstein, 1990, p. 19).

Mencionemos, no intuito de tornar ainda mais clara essa exposição, como Eisenstein ilustra sua proposição. Considerando que (persistindo no exemplo do relógio) a "ordem de ponteiros no mostrador" indique o número cinco, "nossa imaginação" responderia a essa representação através da associação de múltiplas "cenas" ou "representações vinculadas" – "talvez o chá, o fim de uma jornada de trabalho, o começo da hora do *rush* (...), a peculiar luminosidade do final da tarde" (Eisenstein, 1990, p. 19). O cineasta russo finaliza, afirmando que a "imagem das cinco horas é composta de todas essas representações particulares".

Isso posto, Eisenstein pode chegar a uma nova distinção: à diferenciação entre "representação" e "imagem" corresponderia uma outra entre "exposição-testemunho" e "estrutura de montagem", respectivamente.

A primeira "transmite apenas informação não transformada pela arte". Seriam, "na linguagem cinematográfica, representações filmadas de um único ângulo". E a segunda, a "estrutura de montagem", se caracterizaria por diferir do "princípio de representação", posto que "constitui imagens" a partir de representações vinculadas, e por obrigar "os próprios espectadores a criar [as imagens]". No exame da "diferença" (entre "exposição-testemunho" e "estrutura de montagem"), descobrimos que "o princípio da montagem no cinema é apenas um caso particular de apli-

cação do princípio da montagem em geral, um princípio que, se entendido plenamente, ultrapassa em muito os limites da colagem de fragmentos de filme" (Eisenstein, 1990, p. 289).

Percebe-se, portanto, o alargamento da noção de montagem, que não é reduzida a um fato técnico do cinema (a colagem de pedaços de filme ou o seu correspondente televisivo – a edição), mas é entendida veiculadamente a todo um processo criativo e, no limite, artístico. Assim, haveria "montagem" na literatura, pintura, na arte dramática etc.⁵ Mas não nos detenhamos nessa discussão, registrando apenas, para nossos fins, que toda a argumentação precedente se ancora na generalidade de um princípio de montagem que não é, de forma alguma, exclusivo ao cinema.

Isso nos importa particularmente porque é o que nos permite (em Eisenstein) transpor a reflexão acima para a TV, ou melhor, para a análise dos tele-humorísticos selecionados. Para tanto, precisamos apenas pressupor algum grau de criatividade na produção final dos nossos programas de humor, não sendo necessário, inclusive, entrarmos nos méritos qualitativos de tais programas, ou em grandes discussões estéticas. Ao menos é o que nos garante Umberto Eco (1987, p. 328), que já observara que a edição na tevê se institui como "uma 'montagem', o que equivale a dizer, uma 'interpretação' e uma 'escolha'". Essa observação se dá na refutação a uma pretensa neutralidade da transmissão "televisional", válida mesmo para produções jornalísticas ou de cobertura esportiva, para as quais poderia se supor (equivocadamente) uma "fiel e incontaminada" representação, por parte da TV, "do que acontece". Eco não aceita essa concepção "rankeana"⁶ do papel do veículo, inclusive na chamada "transmissão direta". Na seqüência, Eco também

assinala o fato de, por conta da montagem, a "transmissão televisiva" conter "in nuce, as coordenadas essenciais do ato artístico".⁷

Conclusão da primeira parte

Toda essa exposição intencionava fornecer recursos teóricos adicionais para trabalharmos a imagem do negro na TV através dos elementos obtidos a partir dos tele-humorísticos selecionados. A imagem do negro que tentamos explicitar (posto que é enunciada, mas de forma menos nítida) é a que construiremos⁸ recorrendo à "cadeia de representações intermediárias" (Eisenstein, 1990, p. 19) que suscitem essa mesma imagem. Ou seja, ao aplicarmos essas noções sobre a análise textual que estamos formulando para *Os Trapalhões*, passamos a entender cada um daqueles itens agrupados em blocos como "representações particulares" que, ao serem reagrupadas, nos possibilitam a estruturação da imagem do negro com a qual se está a operar. Tratar-se-ia, no dizer de Eisenstein (1990, p. 19), de "estabelecer as conexões entre uma representação e uma imagem a ser suscitada por ela" recorrendo-se "novamente a uma cadeia de representações intermediárias que, juntas, formam a Imagem".

O reagrupamento de nossas "representações particulares" sob a égide de uma imagem unificadora se dá, não há dúvida, através da "raça", ou melhor, sob o seu "signo" mais marcante: a cor (preta). É ela que parametriza as denominações e associações na totalidade dos exemplos citados e ainda está presente, junto com os demais traços fenotípicos negróides, em todos os itens listados no bloco das construções visuais.⁹ Esses mecanismos, já o vimos, assumem o caráter de apelo cômico e o riso, por sua vez, funciona como um poderoso fator de coerção e de "correção" social.¹⁰ A cor

(preta), que é o elemento matriz a articular tais mecanismos, é também a anomalia a ser repreendida socialmente pelos mesmos. Assim, sob a licença cômica, abre-se um incrível e "lícito" espaço de atuação do preconceito, que flui livre e, o mais importante, com um desgaste mínimo ao mito da democracia racial. Afinal, tudo não passa de brincadeira.

Finalmente, as inúmeras "representações particulares" sugerem (suscitam), quando agrupadas, uma "imagem" (Eisenstein) animalizada, coisificada, caricatural, estereotipada e antiestética do negro (ver itens listados para os quatro blocos). Ademais, e combinadamente, é atribuído um caráter pejorativo aos traços fenotípicos que remetem à negritude, fundamentalmente, é claro, à cor.

Parece pois que, infelizmente, nem o "humor infantil, sem violência, dos *Trapalhões*, fugindo à vulgaridade geral"¹¹, consegue escapar aos padrões mais amplos a perpassar as relações entre brancos e negros em nossa sociedade e que, para se manterem como estão estabelecidos, demandam a prática ininterrupta de um cotidiano, e nem tanto sutil, exercício de discriminação.

'Programa legal'

O *Programa legal* surgiu em abril de 1991, sendo estrelado pela dupla Luís Fernando Guimarães e Regina Casé, ambos oriundos do grupo teatral Asdrúbal Trouxe o Trombone e do programa televisivo de humor *TV pirata*. Este – também da Rede Globo – foi o responsável, em 1988, por uma certa inovação no humor, abrindo espaço tanto para o *Programa legal* como para o programa *Dóris para maiores*.

O *TV pirata* sofreu forte oposição interna, constituindo-se no pivô de um conflito (amplamente divulgado pela imprensa) entre o humorista Chico Anysio e a emissora. O "ditador do humor global" – título jocoso com o qual o próprio Anysio viria a se auto-intitular posteriormente (*Jornal do Brasil*, de 3.5.91) – era de opinião que o programa devia ser combatido, porque o esquema usado estava errado. Ele queria "introduzir mais gente (...) e o uso de bordões" (*IstoÉ-Senhor* 1119, de 6.3.91). Ora, era exatamente na oposição a essa fórmula que o *TV pirata* encontrava sua identidade. A recusa às sugestões de Chico Anysio era, dessa forma, inevitável e foi apoiada pela diretoria da emissora.

O *Programa legal* surge alguns anos depois dessa breve querela e como um dos desdobramentos da experiência anterior, que permaneceu no ar por três anos. Seu diretor o considerava "o filho mais chique do *TV pirata*", apresentando como "elemento mais importante" a "crítica de costumes" (*Jornal do Brasil*, "TV Programa" 41, de 29.3.92), aliada à irreverência e satirização geral e inclusive a uma preocupação jornalística. Um ano após a estréia, esse perfil estava plenamente consolidado. Ao menos essa é a opinião da jornalista Marília Martins, para quem o novo programa vinha se pautando "pela resistência ao humor estereotipado, pela recusa do bordão e pela abordagem crítica de comportamentos" (*Jornal do Brasil*, "TV Programa" 50, de 30.5.92). Ainda segundo a jornalista, esse caráter crítico teria gerado pelo menos um problema de "censura interna" da emissora. Martins menciona especificamente um episódio do programa referente à cidade de Brasília, que teve de ser reestruturado "por completo, em texto e imagem". Segundo ela, haveria na emissora "modos permitidos, e outros não, de se abordar a pitoresca capital da República".

Em relação a *Os Trapalhões*, o *Programa legal* aloca-se, portanto, noutro lugar de humor, bastante distinto. É outro o público-alvo (majoritariamente infanto-juvenil, no primeiro caso), assim como são outras a concepção e a estrutura de apresentação.

Análise textual

O *Programa legal* se estrutura sempre sobre um tema novo, a cada episódio. No período abarcado, os temas abordados foram *heavy metal*, a cidade de Miami, a ponte aérea entre o Rio e São Paulo (e a tradicional rivalidade entre cariocas e paulistas), a Bahia, os bailes *junk* etc. Com uma abordagem que mistura cobertura jornalística – com ágeis entrevistas, fornecimento de informações, contraposições de opiniões – e *performance* humorística (ficção), os dois atores-apresentadores representam "tipos" e/ou se colocam em situações relacionadas ao assunto em pauta. Não havendo atores reconhecidamente negros no reduzidíssimo elenco, não procedemos da mesma forma como em *Os Trapalhões*.

Para o *Programa legal*, os termos do desmembramento classificatório utilizado para o primeiro dos tele-humorísticos analisados não se mostraram operatórios o suficiente. Mesmo assim, poderemos aproveitar ao menos uma das etiquetas manuseadas anteriormente, a das construções visuais. Agruparemos aí o recurso do "transvestimento" de brancos em negros, bastante acionado. Mas, antes, cabe estipularmos os nomes das legendas que criaremos especificamente para esse programa, quais sejam: positavações, explicitações e apresentações em família. Como seria de se supor, tais legendas se referem à parte da enunciação programática que alude, de alguma forma, ao negro e que, por isso mes-

mo, pode nos dizer algo acerca da imagem deste – da imagem operacionalizada pela fala em questão. A diferença em relação à decomposição realizada na primeira parte deste trabalho é que não distinguimos, nesse primeiro momento, mecanismos de riso, de apelo cômico, mas sim formas de tratamento e de abordagem da problemática racial.

● Positivações

No Brasil inteiro a coisa tá preta, mas, aqui na Bahia, isso é encarado de uma forma positiva. Aqui na Bahia, graças a Deus, a coisa tá totalmente preta. É aqui, no Olodum, que a consciência negra bate mais forte. (Regina Casé, “Bahia”, 10.12.91.)

A despeito de uma certa ambigüidade – que veremos mais tarde –, o *Programa legal* é o único tele-humorístico que associa valores positivos à negritude, satiriza o desejo de “embranquecimento” e explicita a autonegação do negro, a denúncia do racismo e a contradição que marca sua reiterada negação.

O episódio dedicado à Bahia, em 10 de dezembro de 1991, constitui nossa fonte básica para esquadrinharmos o pequeno rol de alusões positivas ao negro. Além do trecho destacado inicialmente, no qual Regina Casé apresenta o grupo Olodum às câmaras do programa, temos, num outro quadro de reportagem, a mesma Casé entrevistando um grupo de quatro compositores baianos – todos negros. Nessa oportunidade, vemos uma inversão da costumeira associação estética atribuída ao negro:

– *Você se acha lindo?*

– *É, eu tenho uma lindeza sim, todo mundo sabe* – diz um dos compositores.

Regina insiste, agora com um outro músico:

– *Todo dia, dia normal, você anda sempre assim, todo lindo?*

– *É, eu gosto de andar sempre arrumado...*

Ao conversar com Daniela Mercury – que apesar de famosa ainda não era a *pop star* quase internacional de hoje –, Casé a anuncia como uma “branca de alma negra”, no que é plenamente ratificado pela própria Mercury: “Há quem diga que eu sou a neguinha mais branquinha da Bahia.” Depois, complementa: “Um sonho meu era ser preta, pra sair no Ilê (...), porque no Ilê só sai negro.” Essa outra inversão – inversão do dito popular “Ele é um preto de alma branca” – é focalizada também em tomadas na Praia de Estela Mares, onde quatro banhistas declararam-se brancos “de alma negra”. Por fim, ao término do episódio, é montado um musical bem ao ritmo *afro*, cuja letra nos fala de uma “nação negra soberana”, com a participação de inúmeros cantores negros.

Poder-se-ia argumentar que a Bahia é um território de reconhecida identidade cultural negra e que, mesmo nas falas mais extremas do racismo, é preservado um lugar para as qualidades “positivas” do negro – tal como o bom coração e a aptidão natural à dança, à musicalidade (Vianna, 1959, principalmente p. 33-4). Mas não se trata disso. Pelas alusões citadas, não se percebe a operacionalização dos estereótipos normalmente associados ao negro. Pelo contrário. Pode-se dizer que se aponta para verdadeiras inversões valorativas, para uma expressão positiva da estética negra, da “alma negra” e – em contraposição ao desejo de embranquecimento – para a enunciação de uma aspiração de negritude. Quantas vezes se viu isso em horário no-

bre? Reformulando: quantas vezes se viu isso na TV? Na comparação com o programa anterior, o argumento é reforçado. A imagem do negro produzida/reproduzida pelos *Trapalhões* se configurava como antiestética, animalizada e coisificada e, portanto, impossível de se constituir em objeto de qualquer aspiração. Trata-se do exato oposto, ponto por ponto, do que começamos a desenhar para o *Programa legal*.

● Explicitações

Numa sociedade em que uma das regras básicas no que tange às relações raciais é a de nunca se admitir a discriminação, a exposição de certos temas e práticas correlacionadas a ela constitui tabu. As explicitações de que trata este bloco se referem muito claramente à autonegação do negro; à denúncia do preconceito e à ação contra o mesmo; e ao discurso que nega a existência do preconceito.

No episódio de 14.5.91, dedicado aos bailes *funk* do subúrbio carioca, Casé visita a casa de uma família negra de Pilares, subúrbio carioca, em busca de aulas de dança e, é claro, de depoimentos. As três irmãs com as quais Regina Casé tenta aprender alguns passos básicos sentam-se na pequena sala da residência e logo se inicia um diálogo. Num determinado momento, Regina Casé diz:

– *Uma coisa que eu acho esquisito aqui no Rio, que é difícil alguém dizer que alguém é preto. Aqui fala: Ah! Aquele rapaz moreninho... aquele rapaz...*

– *Mulatinho...* – corrige uma das irmãs.

– *Aquele rapaz escurinho...* complementa Casé.

Imediatamente um ato falho se segue e a atitude de Casé é de espanto, é uma reação:

– *Eu sou mulata, vou fazer o quê? Eu sou mulata, mas na brincadeira, porque eu sei que o meu sangue mesmo é preto, não adianta, vem lá da África, não sai, se eu lavar não vai sair, vai ficar...* – diz uma outra irmã.

– *Você queria lavar pra sair?! – pergunta Casé.*

– *Não, não, eu me orgulho da minha cor, eu me amo, eu me amo...* – retruca essa irmã.

“Eu me amo”, mas quem sou eu? “Mulata”, “pret[a]”? Tem “orgulho da cor”? Ou vai “fazer o quê?” – há melhores ilustrações para a já mencionada fragmentação da identidade racial dos não-brancos?

Luís Fernando Guimarães, no já mencionado episódio dedicado à Bahia, vai mostrar o bloco *afro Ilê Aiê*, um dos mais famosos de Salvador e que é proveniente do bairro Liberdade – um bairro majoritariamente negro. Apesar das negativas de “Vovô”, fundador do bloco, o Ilê é de participação exclusiva de negros. Durante todo o período de cobertura do Ilê, Luís Fernando Guimarães tenta – em tom de brincadeira – convencer “Vovô” e demais membros do Ilê a permitir seu ingresso no bloco. Num dado momento, as cenas do Ilê passam a ser entrecortadas por tomadas realizadas noutro lugar e noutro tempo, pois, como narra Luís Fernando, “nem só de negritude vive a Bahia”. Na praia de Estela Mares – continua –, “*jetski, surf, sofás de areia fazem a festa*” e “*quem vem aqui é o baiano branco*”. O que se segue é um diálogo entre essas duas Bahias, numa excelente edição de contraposição de falas:

– *Rapaz, nós fundamos o Ilê Aiê, nós tínhamos necessidade de fazer um bloco*

pra que a negrada tivesse uma maior participação no carnaval. Porque a participação da negrada no carnaval baiano era só como pigurriho e bedufno..., quer dizer, você só puxava a corda e carregava a alegoria – diz “Vovô”.

[Corte para a praia de Estela Mares.]

– Por incrível que pareça, não existe racismo na Bahia – diz um banhista branco.

[Corte para o Ilê.]

– Diz que o negro é feio, que o negro é ruim, o negro fede, aí a gente diz na música que o negro é cheiroso, que o negro é lindo... – contraria Vovô.

● Apresentações em família

A ausência da representação do negro junto a seus familiares é uma ocorrência bastante denunciada pelo Movimento Negro¹² e já observada, também, pelos trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, é que achamos por bem ressaltar dois momentos do *Programa legal* nos quais famílias negras aparecem em cena. O primeiro caso é o da família do subúrbio de Pilares, já mencionada, no qual o pai e a mãe das três moças que conversam com Casé também aparecem em rápidas intervenções (14.5.91). Uma segunda imagem é proveniente de famílias residentes no Vidigal, Rio de Janeiro, abordadas no episódio dedicado à rivalidade entre paulistas e cariocas (1.10.91).

● O riso no ‘Programa legal’

O que constitui piada no *Programa legal*? Já vimos que as legendas agrupatórias com as quais trabalhamos até o momento não se prestam a tanto. Nesse sentido, recorreremos a outras cenas não mencionadas anteriormente, mas que acreditamos pode-

rem ajudar a responder a essa nova pergunta. Serão em número de quatro os apelos ao riso com os quais passaremos a nos ocupar. O primeiro quadro selecionado foi extraído do episódio dedicado aos bailes *funk* (14.5.91) e corresponde a uma encenação na qual Regina Casé e Luís Fernando Guimarães estão representando, respectivamente, uma negra que vai a um salão e o seu cabeleireiro. Entediada com a sua aparência (o seu “visual”), a cliente solicita ajuda do profissional:

– Eu tava a fim de mudar o visual, radical, total.

– Sei negona, se solta comigo vai (...), me conta os teus sonhos, que eu quero realizar os teus desejos.

– Não sei, eu tava pensando numa coisa assim, meio Vera Fisher, sabe, fio reto, assim...

– Sei, meu amor, eu sou cabeleireiro, eu não sou mágico. Mas na minha opinião você deveria usar uma coisa assim, mais Diana Ross.

– Ih, sai fora Diana Ross. Meu noivo é louco pela Madona. Eu queria uma coisa bem Madona.

– Iiiih..., Madona é ruim, em minha filha.

– Ah! Então meu cabelo é ruim também, vai ficar bom então. Ah, vai, eu quero a Madona.

A essa altura, o cabeleireiro diz ter tido uma grande idéia e, na seqüência, a cliente aparece com uma enorme cabeleira loura; Adônis empresta-lhe sua própria peruca.

– Uau! Ficou demais!

– Me descabelei todo para fazer esse penteado.

– Amei, Adônis. Vou arrasar no baile.

– Vai com fé, meu amor, mas devolve amanhã.

A comparação desse quadro com o tratamento de beleza a que é submetido Tião Macalé no episódio de *Os Trapalhões* que analisamos é inevitável. E é nos marcos dessa comparação que poderemos avançar em nossas observações.

No primeiro caso (*Trapalhões*), vimos que o motivo do riso era a cor (preta). Esse era o aspecto destacado e *corrigido* pela sanção do riso. O embranquecimento ao qual Tião Macalé supostamente estaria sendo submetido se constituiria no processo pelo qual a cor era, exatamente, destacada e reprovada – por conta do seu aspecto *antiestético*.

No exemplo extraído do *Programa legal*, parece haver uma subversão (comparativamente) da ordenação dos mesmos elementos. A começar pela explicitação da associação de caracteres negativos atribuídos ao negro. O cabelo da cliente negra, ela mesma o diz, seria “ruim”; além disso, ela afirma o seu desejo de mudar o visual, elegendo modelos de louras como parâmetro, ao mesmo tempo que rejeita a opção de um modelo negro (Diana Ross) que lhe é oferecido como alternativa. É sobre a incompatibilidade e o ridículo dessa aspiração que a sugestão humorística é construída. Não sobre a cor (preta) ou sobre os aspectos fenotípicos presumivelmente risíveis do negro, *mas sim, primordialmente, sobre o próprio desejo de embranquecer*. A autonegação racial e os malabarísticos recursos de expressão dessa autonegação (a utilização do artifício da peruca, no caso) é que se constituem na piada. Vejamos um outro quadro

No *Programa legal* dedicado a Miami (3.9.1991), deparamo-nos com uma *performance* de Luís Fernando Guimarães em que, “transvestido” de negro, ele interpreta um pequeno texto em que diz:

(...) *Miami is wonderfull, Miami é uma coisa, é um paraíso (...) O que estraga isso aqui são os latinos, os brasileiros e os pretos. Agora, o pior são os americanos. Americano é muito racista. (...)*

Novamente temos uma peça cômica que remete à questão racial, mas cujo apelo ao riso não se dá pela cor ou por qualquer traço fenotípico, e sim pela visível contradição do discurso proferido pelo personagem anônimo – contradição esta que se torna risível por explicitar a incoerência da “idéia de que não somos racistas” (Santos, 1980, p. 77-80). O que se está a destacar e a expor à censura do riso aqui é a regra social de que a “discriminação racial nunca deve ser admitida” (Hasenbalg, 1979 p. 242). Essa regra é violada pela fala do personagem quando *inadvertidamente* admite, pela contradição, a sua postura racista.

Pudéssemos parar por aqui, o *Programa legal* acabaria por se definir como modelar quanto à forma de abordagem da questão racial. Rindo não da cor ou de pressupostos atributos da “raça” negra, mas sim das regras de relacionamento e valoração social a operacionalizar esse critério, o da “raça”, o *Programa legal* ocuparia um lugar de exceção em meio ao “humor negro” brasileiro. Ademais, teríamos que acrescentar a essa observação os elementos de explicitação (da autonegação do negro; da denúncia e da ação coletiva contra o preconceito), de positividade (associação de valores positivos à negritude) e de apresentações em família, conforme vimos anteriormente. E, de fato, podemos fazê-lo. O *Programa legal*, dentre os tele-humorísticos analisados no período, é o único a abdicar da instrumentalização de uma imagem totalmente estereotipada e pejorativa do negro e, portanto, o único a contribuir de modo menos importante na produção/reprodução dessa mesma imagem. Por que “de modo menos importan-

te"? Porque, apesar da validade das colocações acima, a cautela e a ressalva procedem, posto que o *Programa legal* também não consegue deixar de rir da cor.

Nesse mesmo episódio dedicado à Bahia, e na conclusão da cobertura realizada sobre o bloco afro Ilê Aiê, Luís Fernando Guimarães – que passara o tempo todo tentando convencer os membros do Ilê a permitirem o seu ingresso no bloco – aparece transvestido de negro: “Epa! Viche! Virei preto. Virei negão.” Na seqüência, Guimarães começa a dançar e a fazer trejeitos e, por último, faz um gesto com os lábios – destacando-os. Apesar do contexto incomum – Luís Fernando Guimarães quer virar negro para poder ingressar no Ilê – e do fato de que a fala que precede a transformação seja positiva em relação ao negro, não há como negar o apelo cômico, caricatural inclusive, da dita construção visual.

Um outro exemplo é o de um novo “transvestimento” de Guimarães, interpretando um adepto negro do *heavy metal* no episódio exibido em 12.11.91:

Meu grande sonho [é] fazer uma tatuagem, mas sendo afro-crioulo, quer dizer, negro, né, como eu sou, só se for tatuagem fluorescente. Mas ainda não inventaram, o que demonstra mais uma vez o preconceito contra nós, heavy metal de cor.

A cor – assim como o próprio discurso contra o preconceito – torna-se motivo de riso e, desse modo, voltamos ao velho padrão de utilização do negro como elemento risível.

Observações sobre o papel dos códigos televisivos

Tanto as três primeiras legendas agrupatórias (explicitações, positavações e

apresentações em família) quanto a maior parte dos tipos de apelo ao riso são construídas com base na verbalização. Com exceção para o “transvestimento” (construção visual), poderiam muito bem ser enunciadas – com modificações mínimas – através de outro veículo e linguagem (que incluisse a expressão verbal) sem maiores distorções ou modificações qualitativas (códicas). *Grosso modo*, as enunciações em imagem – se é que podemos falar assim – reiteram a mensagem verbalizada (como no quadro do salão de beleza de “Adônis”, onde a cessão da peruca loura não é mencionada por palavras, mas inequivocamente funciona como recurso de apoio e de ágil jocosidade à sátira do desejo de embranquecimento) ou se constituem, como no teleprograma anterior, em meras *apresentações de menções cômicas*, lidas imediatamente pela associação risível ditada pelos códigos culturais que regem as relações e valorações atribuíveis ao negro.

Tal é o caso do “transvestimento” montado sobre o motivo-riso da “raça” (negra), que associa, à caricatura visualmente construída, os trejeitos e o *swing* estereotipados, além do destaque de traços fenotípicos. Ou, numa versão mais refinada, utiliza-se o transvestimento apenas como indicação ilustrativa para a sátira do discurso que explicita o racismo e a discriminação (pensamos aqui, no quadro do *heavy-metal* “de cor”). Devemos observar ainda que, de modo mais geral, o ponto alto do humor do *Legal* (voltado ou não para a alusão a motivos-riso calcados na “raça”) se estrutura na força dramática (de representação) dos talentosos Luís Fernando Guimarães e Regina Casé, nas suas incessantes encarnações de tipos da fauna humana pertinentes ao tema do dia. Isso importa na medida em que o detalhamento, a construção das imagens (ampla acepção) de humor se dá por intermédio dessas inter-

pretações e não por um trabalho "artístico" de câmara, ao menos não de forma prioritária.

Em termos "eisensteinianos", poderíamos dizer que é na dinamicidade interpretativa desses dois jovens atores/humoristas – e não através da criativa operacionalização dos "códigos de câmara" – que se faz valer, primordialmente, o princípio da "montagem" (construção de imagens a partir de inúmeras representações vinculadas). À câmara caberia, fundamentalmente, registrar, veicular e apoiar a montagem levada a cabo pelos atores e não escrever, "ela própria", parte significativa dessa enunciação criativa. Isto vale inclusive para o *Programa legal*, cujo aproveitamento de fundo – com motivos coloridos e em movimento, num visual "jovem", ao estilo MTV – e a qualidade da edição constituem pontos importantes à configuração rítmica do programa. Esses elementos conferem ao *Legal* extrema agilidade e têm a ver, exatamente, com os chamados (por nós) "códigos de câmara". No entanto, para fins da produção/reprodução de uma imagem do negro – aspecto que nos ocupa –, esses elementos não contribuem para nenhuma nuance significativa. Nesse sentido, sendo pouco explorados, os códigos televisivos de maior grau de especificidade acabam por dizer pouco acerca da imagem por nós perseguida.

Conclusão

A resultante do elenco de representações vinculadas, vistas uma a uma, parece projetar para a operacionalização, por parte do *Programa legal*, de uma imagem do negro bem menos negativa em relação ao primeiro dos tele-humorísticos analisados. É interessante demarcarmos dois pontos pa-

razeiros que se descortinam diante da nova imagem sugerida.

Referimo-nos, por um lado, aos elementos de explicitação, posituação e apresentação em família, além dos quadros cômicos calcados na crítica humorística do desejo de embranquecimento e da atitude de autonegação. No outro extremo, colocamos os quadros cujo motivo-riso se sustentam nos atributos preconcebidos da "raça" negra. Através desse novo reagrupamento, sob dois únicos blocos, constatou-se que a denúncia (explicitação) do racismo e da discriminação racial cumpriu importante papel na gestação da nova imagem. Para torná-lo possível, teve-se de romper com a lei do silêncio e, com isso, *abrir espaço a formulações crítico-humorísticas que deslocavam o objeto risível: dos estereótipos comumente atribuídos aos negros para as próprias regras e/ou comportamentos expressivos dos termos de nossa convivência racial.*

Esse deslocamento demonstrou a possibilidade concreta de se trabalhar com humor e obter audiência, simultaneamente a uma não-adoção (fácil) da instrumentalização exclusiva de estereótipos alusivos aos negros, permitindo avançar, inclusive, para a própria crítica das regras de estabelecimento e de correspondência daqueles. Isso põe um problema ao discurso "reprodutivista" dos homens de televisão, os quais por variadas vezes fogem da responsabilidade pela produção que veiculam, transferindo para a sociedade global e para o Ibope a residência da totalidade dos seus móveis e possibilidades de suas criações, as quais supostamente se constituiriam no puro atendimento à demanda do público.

No que diz respeito ao segundo bloco, ora proposto (e que remete aos quadros cômicos sustentados nos "atributos preconcebidos da 'raça negra'"), verifica-se o ponto de contato desta última imagem do

negro – estética, positiva, afirmativa – com aquela outra mais nitidamente visível nas cenas do teleprograma anterior. Nesse momento (e não antes) é que se constata a quase impossibilidade de não se deixar transpassar pelas várias linhas de conexão aos padrões mais gerais a regularem as relações raciais em nossa sociedade. Nesse ponto, para se excluir a continuidade de

imagens estereotipadas e/ou preconceituosas, seria preciso, provavelmente, estar atuando premeditada e programadamente de forma a negá-las, reprimi-las e oferecer-lhes alternativas. Por fim, é pendendo sobre essa ambigüidade, porém tendendo mais a uma imagem afirmadora do negro, que o *Programa legal se equilibra e se mantém*.

NOTAS

1. Os principais trabalhos são os de Pereira (1967), Couceiro (1983), Silva (1987 e 1991), Hasenbalg (1982) e Velez-Subervi e Oliveira (1991). Nenhum deles se remete especificamente a peças humorísticas, sendo que o primeiro é um estudo centrado na rádio de São Paulo; o segundo pretende ser uma continuação deste, mas voltado para as empresas de televisão nesse estado; e os demais dividem suas atenções entre as telenovelas e os telecomerciais.
2. Para comentários e um breve histórico, ver *Jornal do Brasil*, "TV Programa", 1(5), de 21 julho de 1991.
3. Quadros situacionais típicos são os de satirização de cantores convidados; os quadros de brincadeiras (trotos), nos quais todos são "pegos", menos o Didi; a curta "piada" de encerramento etc.
4. O "atenuante" à sugestão interpretativa sugerida ao episódio fica por conta de um segundo cliente, branco, que passa por tratamento semelhante ao aplicado em Macalé. A diferença é que nesse segundo caso não há menção à necessidade de limpeza e acrescenta-se massas de cor laranja e verde, ao invés da exclusividade dos materiais brancos atirados sobre Macalé.
5. Os exemplos são dados a partir de trechos selecionados das obras de Maupassant, Puchkin, Da Vinci e nas dramatizações levadas a cabo por atores (Eisenstein, 1990, p. 22, 34, 24-6 e 23-4/26-7, respectivamente).
6. Alusão ao historiador alemão do séc. XIX L. Ranke e a seu mais famoso "aforisma" – de que cabe ao historiador "apenas mostrar como realmente se passou" –, representativo de toda uma concepção historiográfica já devidamente criticada pelas gerações posteriores.
7. O trecho pertinente é o seguinte: "Se é típico da arte elaborar um material bruto de experiência para fazê-lo tornar-se uma organização de dados tal que reflita a personalidade do próprio autor, a transmissão televisional contém, portanto, *in nuce* as coordenadas essenciais do ato artístico (...) em medida elementar, naturalmente (...), mas, em todo caso, ela os contém" (Eco, 1987, p. 328).
8. Explicitar e construir. Não há contradição lógica ou conceitual. Tentamos explicitar uma fala, dita "programática", e para isso construímos a inteligibilidade desta de modo sistemático, "científico". Tal inteligibilidade e formalização não existem previamente à análise; nesse sentido, são construções.
9. A última das legendas classificatórias, alusões críticas, é a única a não se regular diretamente pelo "signo" da cor (*stricto sensu*), mas é também a unidade de menor poder agrupador, registrando uma única referência em todos os programas observados.
10. "A comicidade é aquele aspecto da pessoa pelo qual ela parece uma coisa (...) exprime, pois, uma imperfeição individual ou coletiva que exige imediata correção. O riso é certo gesto social que ressalta e

reprime certo desvio especial dos homens e dos acontecimentos" (Bergson, 1987, p. 50, citado em Fonseca, 1991, p. 8).

11. *Jornal do Brasil*, "TV Programa", de 21.7.91. Palavras do insuspeito Herbert de Souza, o Betinho, num curto depoimento.

12. Em depoimento à Rádio Jornal do Brasil em 13 de maio de 1991, Januário Gárcia, ex-presidente do IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras), denunciava o Brasil idealizado fruto do desejo de embranquecimento e parametrado em padrões europeus que a tevê refletia. Nessa oportunidade, falou também sobre a ausência da representação do negro em família. Recentemente (junho-julho 1993) o Ciec (Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos), ligado à Faculdade de Comunicação da UFRJ, procedeu a um levantamento preliminar em busca de representações pictóricas – de qualquer tipo de famílias negras – no intuito de promover uma exposição. O evento foi cancelado (ao menos momentaneamente) por inexistência de material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. (s.d.) *Elementos de semiologia*. São Paulo. Cultrix.
- BERGSON, Henri (1987). *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 2ª edição.
- COHN, Gabriel (1987). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, T.A. Queiroz, editor, 5ª ed.
- COUCEIRO, Solange M. (1983). *O negro na televisão de São Paulo: um estudo das relações raciais*. São Paulo, FFLCH/USP.
- DASCAL, Marcelo (1978). "As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea". In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. São Paulo, Global Universitária.
- ECO, Umberto (1973). *O signo*. Lisboa, Ed. Presença.
- (1987). *Apocalípticos e integrados*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- EISENSTEIN, Sergei (1990). *O sentido do filme*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FONSECA, Dagoberto José (1991). "Piada, sátira, dito popular, chamamento ofensivo e pejorativo: um instrumento ideológico e contra-ideológico". Resumo para comunicação na AMPUH, Rio de Janeiro, julho.
- HASENBALG, Carlos A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- (1982). "O negro na publicidade". In: *Lugar de negro*, editado por L. Gonzáles e C. Hasenbalg. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- (1987). "O movimento negro nas vésperas do centenário". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 13. Rio de Janeiro, CEEA.
- IBEAC (1986). *A imagem do negro nos meios de comunicação – seminário*. São Paulo.
- KORNIS, Mônica Almeida (1991). "História e cinema: um debate metodológico". Rio de Janeiro, seminário interno, CPDOC/FGV, abril.
- LIMA, Luiz Costa (1982). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed.

- MAGGIE, Y. (1987). "A quem devemos servir: impressões sobre a novela das oito". In: *Textos para Discussão*, nº 11. Rio de Janeiro, URFJ/IFCS, Mestrado em Ciências Sociais.
- (1988) "Cor, hierarquia e sistema de classificação. A diferença fora do lugar". In: *Catálogo centenário da abolição*. Rio de Janeiro, Acec/Ciec/Núcleo da Cor/UFRJ.
- MEDEIROS, C. A. (1981). "Contra a síndrome do avestruz". In: *Boletim de Intercâmbio*, 2(7):18-29. Rio de Janeiro, Sesc, jul./set.
- (1982). "Os negros e a questão partidária". In: *Revista do PMDB*.
- (1988). "Negro: o outro lado da história". In: *Intercâmbio*, (1):17-30, Rio de Janeiro, Sesc, jan./abr.
- METZ, Christian (1980). *Linguagem e cinema*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- (s.d.) "O imaginário e o 'bom objeto' no cinema e em sua teoria". In: *Psicanálise e cinema*. São Paulo, Global Editora.
- PEREIRA, Carlos Alberto e MIRANDA, Ricardo (1983) *Televisão – as imagens e os sons: no ar, o Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- PEREIRA, João B. Borges (1967). *Cor, profissão e mobilidade – O negro e o rádio em São Paulo*. São Paulo, Livraria Pioneira, Ed. Edusp.
- PIGNATARI, Décio (1976). *Informação, linguagem, comunicação*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 7ª ed.
- (1984). *Signagem da televisão*. São Paulo, Brasiliense.
- PINTO, Regina Pahim (1987). "A representação do negro em livros didáticos de leitura". In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 63.
- REQUENA, Jesus G. (1985). "Un mundo descorporeizado: para una caracterización semiótica del discurso televisivo". In: *Contracampo*, nº 39. Valencia, Instituto de Cine de Rádio-TV de Valencia, Primavera-Verano.
- SANTAELLA, Lúcia (1985). *O que é semiótica*. São Paulo, Brasiliense, 3ª ed.
- SANTOS, Joel Rufino dos (1980). *O que é racismo*. São Paulo, Brasiliense, 1ª ed.
- (1987). "Livro didático: um mal necessário?". *Cadernos de Pesquisa*, nº 63, nov.
- (1988) "Invisibilidade e racismo". *Intercâmbio* (1):331-6. Rio de Janeiro, Sesc, jan./abr.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1973). *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 5ª ed.
- SILVA, Ana Célia da (1987). "Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão do 1º grau". *Caderno de Pesquisa*, nº 63, nov.
- SILVA, Denise F. da. (1987) "O negro na televisão: as identidades possíveis". Trabalho apresentado no XI Congresso Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, São Paulo.
- (1991). "O reverso do espelho: o lugar da cor na modernidade". Rio de Janeiro, UFRJ, tese de mestrado.
- SODRÉ, Muniz (1977). *O monopólio da fala*. Petrópolis, Vozes.
- (1979). "O negro e os meios de informação". *Revista de Cultura Vozes*, nº 73, abril.

— (1984). *A máquina de Narciso. Televisão, indivíduo e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Achiamé.

VELEZ-SUBERVI, Frederico A. e OLIVEIRA, Omar S. (1991). "Negros (e outras etnias) em comerciais da televisão brasileira: uma investigação exploratória". *Revista Semestral de Estudos de Comunicação*, X(17). Instituto Metodista de Ensino Superior, agosto.

VIANA, Oliveira (1959). *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.

SUMMARY

Black humor

This article is based on the author's study "Black humor – racial discrimination in Brazilian television comedies: a comparative study". Here, we have reproduced the chapters referring to the programs *Os Trapalhões* and *Programa legal*, both Globo Television productions, observed during the second half of 1991.

In the case of the first program, through an exercise of analytically breaking down the way Blacks are represented on the program, we perceive that the occasional references (isolated representations) are masked by an image which is constructed around the distinctive mark of "race", or better, by the stronger "stigma" of color. This distinction is both perjurious, and qualifies the

Black image as that of an animal, a thing, a character, a stereotype, and "non-esthetic".

Comparatively, in the *Programa legal*, there is an ambiguous image, being that on this program there is the possibility of real valorative inversions leading to a positive expression of a Black esthetic. This is because (among the several mechanisms analyzed) there is a shifting of comedic object: by laughing not at the traditional stereotypes of Blacks, but at the very norms or behaviors commonly found in our racial dealings. Nevertheless, this program was unable to escape utilizing certain "laughable" clichés, including laughing at color, therefor its ambiguity.

RÉSUMÉ

Humour noir

Cet article a pour origine un mémoire rédigé par l'auteur et qui a pour titre: "Humour noir – la discrimination raciale dans les programmes humoristiques de la télévision brésilienne: une étude comparée". Sont ici reproduits les chapitres concernant deux programmes de la chaîne Globo: *Os Trapalhões* et *Programa legal* auxquels l'auteur a assisté durant la période base de 1991 (deuxième semestre).

Dans le premier cas, après un exercice de démembrement analytique de l'énonciation concernant les noirs, l'auteur propose que cette parole dispersée (= "représentations particulières") soit considérée comme faisant partie d'une image regroupante qui se structure à partir de la marque distinctive de la "race" ou plutôt de son "signe"

le plus marquant: la couleur. Cette distinction est en outre péjorative et qualifie cette image comme étant empreinte d'animalité, chosifiée, caricaturale, stéréotypée et "anti-esthétique".

Dans le *Programa legal* par contre, cette image est ambiguë dans la mesure où s'annonce la possibilité de véritables inversions de valeur en faveur d'une expression positive de l'esthétique noire. On le constate (parmi d'autres mécanismes analysés) par le déplacement de l'objet risible: on va des stéréotypes habituellement attribués aux noirs vers les règles et/ou comportements qui expriment les termes de la cohabitation raciale brésilienne. Toutefois, même le *Programa legal* ne peut manquer d'être traversé par les règles dont il "rit" et, dans ce sens, il ne peut s'empêcher, lui aussi de rire de la couleur, d'où son ambiguïté.

Estado e destino do gueto: retraçando a linha da cor urbana na América pós-fordista*

Loic J. D. Wacquant**

**Versão revista e ampliada de "Redrawing the urban color line: the state of the ghetto in the 1980", publicado originalmente em Craig Calhoun e George Ritzer (orgs.), Social problems, New York, McGraw-Hill, 1992. Recebido para publicação em maio de 1994.*

***Professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley.*

Este artigo analisa a transformação do gueto negro norte-americano na última metade deste século como produto de uma transformação da articulação política de raça, classe e espaço na realidade objetiva e no discurso.

A primeira parte descreve três aspectos-chave dessa mudança do "gueto comunal" limitado e institucionalmente coeso dos anos cinquenta pelo hipergueto descentralizado dos anos noventa: a decadência física e o perigo; o despovoamento, a exclusão econômica e o declínio da estrutura organizacional; e a informalização da economia e de estratégias de sobrevivência.

A segunda parte mostra as quatro maiores causas da hiperguetização: a reestruturação da economia norte-americana e dos mercados de trabalho urbano; a persistência da quase total segregação residencial dos negros; o refortalecimento de uma política de bem-estar social atualmente miserável; e as políticas urbanas de "retração planejada", levando à deterioração dos serviços públicos no núcleo urbano.

Em suma, é demonstrado que o colapso virtual do gueto nos anos oitenta e suas perspectivas obscuras são os que mais contribuem para isso, não pelos trabalhos impessoais da macroeconomia ampla e das forças demográficas, mas sim pelas políticas de abandono urbano e refreamento punitivo dos negros pobres implementadas pelo Estado norte-americano desde os meados da década de setenta.

Palavras-chave: gueto, negros norte-americanos, segregação, pobreza urbana, raça e classe, política de Estado, marginalidade, subclasse.

Tentando sobreviver, tentando
[permanecer vivo
O gueto, falando sobre o gueto
Mesmo que as ruas sejam sujas, as luzes
[queimadas
Viciados morrem com um cachimbo
[na boca
Velhos colegas de escola que não estão
[indo bem
Todo dia é a mesma coisa e é a mesma
[coisa toda noite
Eu não te mataria, mano, mas mataria
[aquele idiota
Se ele chegasse perto e quisesse
[me testar
Todo dia imagino como vou morrer
A única coisa que sei é como sobreviver
(Too Short, "The ghetto", do disco *Short dog's in the house*, Zomba Recording Corp.)¹

Dos distúrbios raciais aos distúrbios silenciosos: visões cambiantes do gueto

Vinte anos depois dos levantes que acenderam o fogo da frustração e do ódio nas favelas negras das metrópoles norte-americanas, o gueto retornou à linha de frente das questões nacionais. Só que desta vez os levantes raciais que se espalharam pelas comunidades afro-norte-americanas das cidades do Norte, em desafiante revolta contra a autoridade branca, deram lugar aos "distúrbios lentos" (Curtis, 1985) dos crimes de negros contra negros, da rejeição maciça das escolas, do tráfico de drogas e da decadência social interna.²

Nos noticiários noturnos, cenas de policiais brancos lançando a violência do Estado sobre pacíficos negros em marcha pelo mero reconhecimento de seus direitos constitucionais elementares foram substituídas por relatos de tiroteios entre carros,

da questão dos sem-teto e da gravidez na adolescência. Sacerdotes negros, políticos municipais e mães preocupadas ainda fazem agitações e demonstrações, mas seus pleitos e marchas se dirigem menos ao governo do que aos traficantes e às gangues, que transformaram muitos bairros das zonas centrais das cidades em teatros de desolação e morte.

A visão de saqueadores negros e de ativistas dos Panteras Negras exigindo o vigoroso controle do destino de sua comunidade (Boskin, 1970) e navegando na crista de uma onda de orgulho e auto-afirmação raciais deu lugar a imagens da "subclasse", termo que pretende denotar um novo segmento dos pobres das minorias, pretensamente caracterizado pela deficiência comportamental e pelo desvio cultural (Auletta, 1982; Sawhill, 1989), uma ameaçadora hidra urbana personificada pelo desafiador e agressivo membro de gangue e pela dissoluta, embora passiva, "mãe previdenciária", emblemáticas figuras gêmeas cujo comportamento (auto)destrutivo se diz representar uma ameaça física, no caso de uma, e, no da outra, um ataque moral à integridade dos valores e da vida nacional norte-americanos.

A onda de movimentos sociais que energizou a comunidade negra e ajudou a acender as esperanças coletivas durante os anos sessenta (Morris, 1984: McAdam, 1981) refluíu e, com ela, o compromisso do país em combater a desigualdade racial. Isso se reflete bem na mudança da linguagem do debate público sobre o gueto. Na medida em que a "Guerra à Pobreza" de Lyndon B. Johnson foi substituída pela "Guerra à Previdência" de Ronald Reagan (Katz, 1989), a questão da conexão societal entre raça, classe e pobreza foi reformulada em termos de motivações pessoais, normas familiares e valores de grupo dos residentes

das zonas centrais, com a previdência no papel de vilão.

Os objetivos da política governamental também foram correspondentemente rebaixados. Em vez de buscar a erradicação da pobreza – o alvo otimista para o qual se deslançou o programa da Grande Sociedade em 1976, como tributo ao bicentenário nacional norte-americano – e a redução das disparidades raciais, o Estado agora se contenta em supervisionar a contenção da primeira em fragmentados enclaves minoritários (e nas prisões que foram construídas a um ritmo assombroso na última década para absorver seus ocupantes mais perturbadores da ordem) e na “negligência benigna” da segunda.

Do mesmo modo, o foro da pesquisa social mudou. Passou da linha de cor urbana para as deficiências individuais dos negros pobres; do gueto como mecanismo de dominação racial e de opressão econômica (Clark, 1965; Liebow, 1967; Rainwater, 1970) e dos impedimentos políticos e econômicos de ordem estrutural, que impedem a plena participação dos negros pobres urbanos na coletividade nacional, para as “patologias” da chamada subclasse que o habitaria e para as medidas punitivas que podem ser empregadas para minimizar suas demandas por recursos coletivos e forçá-los a participar dos segmentos periféricos de um mercado de trabalho de baixos salários que se encontra em expansão (p.e., Ricketts e Sawhill, 1988; Mead, 1989).³

Essas mudanças na representação simbólica e no tratamento político do gueto, contudo, dificilmente poderiam disfarçar o fato de que a terrível advertência da Comissão Consultiva Nacional sobre Desordens Cívicas (Kerner Commission, 1969, p. 396 e 389) se tornou realidade: “O país [caminhou] em direção a duas sociedades, separadas e desiguais”, em consequência da “crescente segregação dos negros de baixa

renda e em situação de desvantagem no interior dos guetos das maiores cidades norte-americanas”. Enquanto a classe média negra experimentou um progresso e uma expansão reais, ainda que tênues, graças principalmente aos esforços governamentais e (secundariamente) à crescente pressão jurídica sobre as grandes empresas empregadoras (Collins, 1983; Landry, 1987; Son *et al.*, 1989), a pobreza negra urbana é hoje mais intensa, mais tenaz e mais concentrada do que na década de sessenta (Wilson, 1987). E a distância econômica, social e cultural entre as minorias das zonas centrais e o restante da sociedade alcançou níveis sem precedentes na moderna história norte-americana, bem como desconhecidos em outras sociedades avançadas.

Não se trata do mesmo e velho gueto

Significaria isso, tomando emprestadas as palavras do historiador Gilbert Osofsky (1971, p. 189), que há uma “infundável e trágica permanência na vida dos negros das metrópoles”, a do “gueto persistente”, que se perpetua através do tempo sem ser afetado pelas tendências societais e por forças políticas tão momentosas quanto o desencadear da economia pós-industrial, a decretação de amplos direitos civis e da legislação de ação afirmativa, além da reorganização do espaço urbano sob as pressões gêmeas da desconcentração suburbana e da mobilização dos Centros das cidades?

Muito pelo contrário: por baixo da aparente persistência da subordinação econômica e da armadilha racial, o gueto dos anos oitenta é bem diferente daquele da década de cinquenta.

O gueto *comunal* da era do imediato pós-guerra – compacto, marcadamente confinado e compreendendo um pleno complemento de classes negras entrelaçadas

das por uma consciência coletiva unificada, uma divisão social do trabalho quase completa e agências comunitárias de base ampla voltadas à mobilização e à representação – foi substituído pelo que podemos chamar de *hipergueto* dos anos oitenta e noventa (Wacquant, 1989 e 1991), cujas configurações espacial, institucional e demográfica, posição e função estruturais na sociedade urbana são bem novas. Ademais, a separação do gueto em relação ao restante da sociedade norte-americana é apenas aparente: trata-se de um “mundo de vida” (“*life-world*”), não de um “sistema”, para usar uma distinção conceptual elaborada por Habermas (1984). Refere-se às experiências e relações concretas de seus ocupantes, não aos laços subjacentes que os ancoram firmemente ao conjunto metropolitano – como num modelo exclusionário.

Como sustentarei neste artigo, existem laços causais e funcionais profundamente assentados entre a transformação do gueto e as mudanças na estrutura da economia, da sociedade e da organização política dos Estados Unidos nas três últimas décadas.

A análise dos fatores políticos e econômicos que se combinaram para transformá-los em verdadeiros “bantustões” deméuticos revela que os guetos não são entidades sociais autônomas que contêm em si o princípio de sua própria reprodução e mudança. Ela demonstra também que a perigosa situação dos históricos “Cinturões Negros” dos Estados Unidos não é o simples resultado mecânico da desindustrialização, de movimentos demográficos ou de “desajustes” espaciais ou de habilidades com raízes em processos ecológicos. E muito menos é o produto do crescimento de uma “nova” subclasse, *in statu nascendi* ou já cristalizada num acessório “permanente” da paisagem urbana norte-americana (Loewenstein, 1985; *Chicago Tribune*, 1986; Nathan, 1987), seja ela definida por seu comporta-

mento, renda, cultura ou isolamento. Ele é o produto, em vez disso, de uma transformação da articulação política de raça, classe e espaço urbano tanto no discurso quanto na realidade objetiva.

O gueto ainda está conosco, mas é um tipo de gueto “diferente”. Sua composição interna tem mudado juntamente com seu ambiente e com os processos institucionais que simultaneamente o atrelam ao restante da sociedade norte-americana e asseguram sua localização dependente e marginal dentro desta.

Para entender essas diferenças, o que é e o que significa o gueto tanto para os de dentro quanto para os de fora, deve-se pôr de lado o discurso da “subclasse” que tem caracterizado o estágio do ressurgente debate sobre raça e pobreza na cidade (Fainstein, 1993). Em lugar disso, deve-se reconstruir as relações encadeadas entre a transformação da vida cotidiana e das relações sociais dentro do centro urbano, por um lado, e a reestruturação do sistema de forças – econômicas, raciais e políticas – que respondem pela particular configuração de casta e classe que ele materializa, por outro.

Correspondentemente, o principal foco desta análise serão os fatores *externos* que têm remodelado o território social e simbólico dentro do qual os residentes do gueto (re)definem a si mesmos e a coletividade que formam – e ela aborda a produção *interna* de sua consciência e ordem social específicas de modo apenas indireto. Essa ênfase não nasce da crença de que a determinação estrutural constitui o alfa e o ômega da formação da identidade, longe disso. Baseia-se, ao invés, em duas premissas, uma teórica e a outra empírica.

A primeira premissa é que a elucidação das condições objetivas sob as quais a identidade vem a ser construída, afirmada e disputada nas zonas centrais constitui um

pré-requisito sociológico para a análise do *Lebenswelt* vivencial do gueto e de suas formas embutidas incrustadas de práticas e significação. É nesse espaço objetivo de posições e recursos materiais e simbólicos que se radicam as estratégias empregadas pelos moradores do gueto para imaginar quem eles são e quem podem ser.

Embora eu não tenha dúvida de que tal análise permanece incompleta com a ausência do complemento de uma "perspectiva indígena" (*à maneira de Aldon Morris*) iluminando as complexidades da formação da identidade "a partir de baixo" (ou, para ser mais preciso, a partir de dentro), também creio que a celebração populista do "valor da negritude" e da riqueza da "cultura negra de oposição" (Hooks, 1992, p. 17) não oferece nem um substituto nem um ponto de partida adequado para uma vigorosa avaliação do estado e do destino do gueto no final da era fordista.

A segunda premissa desta investigação é que a realidade do gueto como lugar físico, social e simbólico na sociedade norte-americana, quer se goste disso ou não, está sendo amplamente decidida – na verdade, imposta – a partir de fora, na medida em que seus moradores se vêem crescentemente destituídos dos meios de produzir suas próprias identidades coletivas e individuais. Um breve contraste entre a origem, os usos e a carga semântica opostos dos vocábulos "soul"* e "subclasse" é instrutivo a esse respeito.

A noção de *soul*, que ganhou amplo prestígio durante a turbulência racial dos anos sessenta, foi uma "concepção popular do 'caráter nacional' próprio do negro ur-

bano de classe baixa" (Hannerz, 1968, p. 54). Produzida internamente para consumo no grupo, serviu como símbolo de solidariedade e emblema de orgulho pessoal e grupal. Em contraste, o "status de subclasse" é estabelecido totalmente a partir de fora (e de cima) e imposto a seus "membros" putativos por especialistas em produção simbólica – jornalistas, políticos, acadêmicos e peritos do governo – para fins de controle e disciplinamento (no sentido em que Foucault usa o termo) e sem a menor preocupação com a autocompreensão daqueles que são arbitrariamente agrupados nessa ficção analítica.

Enquanto o conceito popular de *soul*, como parte de um "diálogo interno do gueto" no sentido de uma reavaliação "indígena" da identidade negra (Keil, 1966), era valorizado, a expressão subclasse é um rótulo depreciativo, uma identidade que ninguém reclama, exceto para impingí-la ao outro. E é revelador do grau em que o gueto se tornou um *objeto estranho* na paisagem da sociedade norte-americana o fato de até intelectuais negros "insurgentes" como Cornel West abraçarem a linguagem da subclasse.

Três advertências preliminares

Três advertências devem ser feitas antes de se traçar um retrato das condições sociais e da vida nas zonas centrais contemporâneas, usando Chicago como caso ilustrativo.

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que o gueto não é apenas uma entidade topográfica ou uma agregação de famílias e indivíduos pobres. É também uma *forma institucional*. Ou seja, é uma concatenação particular, com base espacial, de mecanismos de *fechamento e controle etnoraciais*. Resumindo, um gueto pode ser ideal tipi-

(*) Além da "alma", *soul* significa, como neste contexto, tudo aquilo que se refere à cultura negra norte-americana, como em soul food ou soul music. (N. do T.)

camente caracterizado como uma formação socioespacial delimitada, racial e/ou culturalmente uniforme, baseada no banimento forçado de uma população negativamente tipificada – como os judeus na Europa medieval e os afro-norte-americanos nos Estados Unidos modernos – a um território reservado no qual essa população desenvolve um conjunto de instituições específicas que operam ao mesmo tempo como substituto das instituições dominantes da sociedade abrangente e como neutralizador contra elas (Wacquant, 1991).

O fato de, na maioria, os guetos terem sido *historicamente* lugares de miséria material generalizada e por vezes aguda não significa que um gueto tenha necessariamente de ser pobre – certamente, a “Bronzeville” dos anos quarenta era mais próspera que a maior parte das comunidade negras do Sul – nem que deva ser uniformemente despossuído.⁴ Não obstante a extrema decadência, muitos bairros de zonas centrais ainda contêm uma parcela de variedade ocupacional, cultural e familiar. Tampouco é o gueto totalmente desolado: em meio à desolação, persistem ilhotas espalhadas de (relativa) estabilidade social e econômica, que oferecem plataformas de lançamento, frágeis mas cruciais, para as estratégias de enfrentamento e fuga de seus moradores, e novas formas de sociabilidade se desenvolvem continuamente nas feridas do sistema fragmentado.

Em segundo lugar, deve-se resistir à tendência de tratar o gueto como um espaço estranho, ver nele apenas o que é diferente, em suma, *exorcizá-lo*, tal como os proponentes do mito intelectual da “subclasse” têm-se acostumado a fazer em suas horrorosas histórias de comportamento “anti-social”, de tão boa ressonância nas reportagens jornalísticas (de onde frequentemente são tiradas) e nos preconcei-

tos de raça e classe comuns contra os negros pobres.

Com efeito, uma superficial sociologia da sociologia mostraria que a maior parte das descrições da “subclasse” revela mais sobre a *relação* do analista com o objeto, e sobre seus preconceitos de raça e classe, seus medos e fantasias, do que sobre seu objeto putativo. E mais: que as representações das “áreas de subclasse” trazem a marca distintiva do olhar pretensamente “neutro” (ou seja, dominante) lançado sobre elas, a distância, por analistas que, com muita frequência, raramente puseram o pé lá.⁵ Os habitantes do gueto não são um ramo distinto de homeus e mulheres necessitados de uma denominação especial. São pessoas comuns tentando ganhar a vida e melhorar a sorte o mais que podem sob as condições incomumente opressivas e depressivas a eles impostas. Embora seus códigos de conduta e padrões culturais possam, do ponto de vista de um seguro observador de fora, parecer peculiares, quixotescos ou mesmo “aberrantes” (palavra tão frequentemente reiterada ao se falar sobre o gueto que se tornou praticamente oxímora com ele), a uma observação mais próxima eles revelam obedecer a uma racionalidade social que se alimenta de experiências passadas e se ajusta bem ao seu contexto e possibilidades socioeconômicas imediatos (Wacquant, 1992a).

A terceira advertência enfatiza, contra a premissa central da pesquisa norte-americana sobre a pobreza, que o gueto não sofre de “desorganização social” – outro conceito moralizante que seria melhor banir das ciências sociais. É, em vez disso, *diferentemente organizado* em resposta à impiedosa pressão da necessidade econômica, da insegurança social, da hostilidade racial e da estigmatização política. O gueto abrange um tipo particular de ordem social baseado na marca racial e na dualização do

espaço, "organizado em torno da intensa competição e conflito por recursos escassos", que se difunde num ambiente repleto de "predadores sociais" (Sanchez-Jankowski, 1991, p. 22 e 183-92) e politicamente constituído como inferior.

Finalmente e de modo relacionado, deve-se ter em mente que os habitantes do gueto não são parte de um grupo distinto de algum modo separado do restante da sociedade, como muitos defensores da tese da "subclasse" gostariam que acreditássemos. Pertencem, em vez disso, a frações não-habilitadas e socialmente desqualificadas da classe trabalhadora negra, em virtude de multifárias ligações conjugais e de parentesco, laços sociais, conexões culturais e processos institucionais que cruzam a alegada divisa entre eles e o restante da comunidade afro-norte-americana (Aschenbrenner, 1975; Collins, 1983, p. 370; Pettonet, 1985).⁶

Do gueto 'comunal' da década de 50 ao 'hipergueto' dos anos 80

O processo de guetização negra – da constituição e expansão iniciais à súbita fuga e desinvestimento dos brancos, seguidos de abruptos aumentos do desemprego, do crime, do atraso educacional e de outros deslocamentos sociais – é velho e bem conhecido: remonta à formação inicial do gueto como instituição de *exclusão racial* nas primeiras décadas deste século.⁷

De início, deve-se enfatizar que os negros são o único grupo que vivenciou a guetização na sociedade norte-americana. Imigrantes brancos de várias procedências periféricas (italianos, irlandeses, poloneses, judeus etc.) viveram inicialmente em *bairros étnicos* heterogêneos que, embora pudessem parecer favelas, eram temporários

e, na maior parte, estações intermediárias voluntárias no caminho da integração a uma sociedade branca composta; não eram (*pace* Wirth, 1927) guetos senão no sentido impressionista ou jornalístico. A segregação neles era apenas parcial e baseada numa mistura de classe, nacionalidade e cidadania.

O confinamento racial dos negros, por outro lado, era (e ainda é) singular no sentido de que só os afro-norte-americanos tiveram de viver em áreas "onde a segregação era praticamente total, essencialmente involuntária e também perpétua" (Philpott, 1978, p. xvi).⁸ Ademais, a segregação forçada dos negros ia além da moradia, abrangendo outras arenas institucionais básicas, da escola e do emprego aos serviços públicos e à representação política, levando ao desenvolvimento de uma estrutura social paralela sem correlativo entre os brancos.

O que distingue a guetização negra de hoje é, em primeiro lugar, ter-se tornado espacial e institucionalmente diferenciada e *descentralizada*, por assim dizer, entre um núcleo urbano decadente, embora em expansão, por um lado, e bairros-satélites de classe trabalhadora e classe média localizados na periferia das cidades e, cada vez mais, em subúrbios segregados frequentemente adjacentes ao histórico Cinturão Negro.

O segundo traço novo da guetização negra nos Estados Unidos pós-fordistas é sua escala absoluta e "a intensidade do colapso sofrido pelo centro do gueto", assim como o fato de "o ciclo ainda" operar "duas décadas depois de as leis sobre moradia justa terem sido aprovadas" (Orfield, 1985, p. 163). Com efeito, nesse mesmo período em que mudanças legais presumivelmente deveriam provocar seu melhoramento, as zonas centrais foram acometidas pela degradação física acelerada, a insegurança e a violência crescentes e níveis de exclusão

econômica e dificuldade social comparáveis apenas aos dos piores anos da Grande Depressão.

Decadência física e perigo no centro urbano

Experimente caminhar pela Rua 63, no South Side de Chicago, a um passo do *campus* da Universidade de Chicago, ao longo do que costumava ser uma das áreas comerciais mais vibrantes da cidade, e você vai testemunhar um sinistro espetáculo que se repete muitas vezes pelos guetos negros dos Estados Unidos⁹ – no Harlem ou no distrito de Brownsville no Brooklyn de Nova Iorque, em Camden, Nova Jérsei, ou no East Side de Cleveland, ou em Roxbury, Boston. Prédios abandonados, terrenos baldios cheios de detritos e lixo, calçadas danificadas, igrejas com fachadas de lojas e restos chamuscados de estabelecimentos comerciais alinham-se por quilômetros e quilômetros de bairros decadentes abandonados para apodrecer desde os anos sessenta.

Quarenta anos atrás, a Rua 63 era chamada a “Milha do Milagre” pelos comerciantes locais, que competiam por espaço e por uma fatia do bolo. Havia quase 800 estabelecimentos e nenhum terreno baldio numa área de 18 por quatro quarteirões. O bairro era animado, com ondas de pessoas vindas de outras partes da cidade, formando multidões tão densas na hora do *rush* que se era literalmente arrastado ao se sair da estação do trem elevado. Amplos restaurantes ficavam abertos noite e dia, havia nada menos que cinco bancos e seis hotéis e os cinemas, bares e salões de baile nunca pareciam esvaziar-se. Eis a descrição da rua pelo único lojista branco remanescente daquele período:

Parece Berlim depois da guerra, e isso é triste. A rua está arruinada, decadente. Setenta e cinco por cento dela estão vazios. É uma grande infelicidade, mas parece que a única coisa que cresce aqui são as lojas de bebidas alcoólicas. E elas não contribuem em nada para a comunidade: é só “compre, compre, compre!” Muito deprimente. [Suspira profundamente.] É uma área destituída de esperança, destituída de investimento. As pessoas não vêm a Woodlawn.

Agora o apelido da rua assumiu um tom irônico: é um milagre que um estabelecimento comercial sobreviva lá. Nem um único cinema, banco, clube de jazz ou loja de concertos sobreviveu à década de setenta. Depósitos de madeira, casas de pintura, garagens e pequenas manufaturas desapareceram igualmente. Menos de 90 estabelecimentos permanecem, a maioria pequenos restaurantes, salões de beleza e barbearias, lojas de roupas, comida e bebidas alcoólicas, que empregam, na melhor das hipóteses, um punhado de trabalhadores.

Talvez o fato mais significativo na vida cotidiana do gueto atual, contudo, seja a extraordinária *prevalência do perigo físico e o agudo senso de insegurança* que dominam suas ruas.¹⁰ Somente entre 1980 e 1984, os crimes graves em Chicago se multiplicaram por quatro, atingindo a espantosa taxa de 1.254 por mil habitantes. A maioria deles foi cometida por e contra habitantes do gueto. A maior parte das 849 vítimas de homicídios oficialmente registrados em Chicago no ano de 1990 foi de homens jovens afro-norte-americanos, a maioria dos quais morta a tiros em bairros pobres totalmente negros.

Com a ampla difusão das drogas e das armas de fogo, a mortalidade nas grandes zonas centrais alcançou “taxas que justifi-

cam uma consideração especial análoga à das áreas de calamidade pública": os homens de Bangladesh têm hoje maior probabilidade de viver além dos 35 anos do que seus correlativos do Harlem (McCord e Freeman, 1990). Não admira que alguns analistas da cena urbana falem amplamente dos jovens negros como "uma espécie ameaçada" (Gibbs, 1988).

A disponibilidade combinada de armas, prolongada exclusão do trabalho assalariado e difusão do tráfico de drogas modificou as regras do confronto masculino nas ruas, de forma que fornecem combustível à escalada dos crimes de morte. Um antigo líder dos Discípulos dos Gângsteres Negros pondera:

Veja, naquela época, se dois caras queriam brigar, eles deixavam eles brigarem um contra o outro. Mas agora não é mais assim: se você quer brigar comigo, eu vou descolar uma arma e atirar em você, saca o que estou dizendo? Quando você tem uma arma, essa é a primeira coisa que você pensa – nada de tratados de paz e deixa esses dois caras brigarem e resolverem seus problemas como dois homens crescidos. Agora a coisa dá medo porque esses caras, eles não têm [sua voz se eleva denotando choque], quer dizer, eles não dão valor à vida, não dão valor!

As residências são bem pouco mais seguras do que as ruas. Janelas e portas das casas ou apartamentos são comumente protegidas por pesados pórticos de metal e grades contra ladrões. As instalações públicas não são desfrutadas. Os moradores mais velhos do gueto evocam com nostalgia uma época em que costumavam dormir nos parques municipais no verão, enrolados em mosquiteiros, ou nos telhados e varandas em busca de alívio contra o calor.

Hoje em dia os parques são considerados áreas "proibidas", especialmente depois do cair da noite; alguns estão até fora dos limites para os jovens que vivem na vizinhança imediata porque se situam no território de uma gangue rival. Os ônibus da Chicago Transit Authority, que trafegam desde o Loop, no Centro, até o South Side, são escoltados por carros de uma equipe especial da polícia para impedir assaltos, mas ainda assim registram vários incidentes violentos por mês. Diversas estações de trem da CTA na linha Jackson Park foram fechadas na tentativa de reduzir o crime, ao custo de negar aos moradores locais o acesso ao transporte público. A insegurança é tão profunda que o simples abrir caminho pelo espaço público se tornou um grande dilema na vida cotidiana dos residentes das zonas centrais, como se pode atestar por este comentário de um idoso do South Side num dia ensolarado do último mês de junho:

Ah, eu odeio perceber que o calor está de volta. Quer dizer, eu de fato gosto de tempo quente, o que não gosto é das pessoas que ele traz: punks e viciados, a gente começa a ver esses caras fora dos prédios agora, nas ruas. Não é legal.

As escolas não são exceção a essa regra. Muitos estabelecimentos públicos da zona central de Chicago organizam milícias de pais que patrulham os pátios das escolas armados com bastões de beisebol enquanto as turmas estão em aula. Outros contratam policiais de folga para suplementar a segurança e usam detectores de metal para limitar o número de revólveres e outras armas em circulação nos pátios das escolas. A escola primária do South Side, situada na Rua 55, ficou por algum tempo nas manchas depois que cinco jovens foram

mortos a tiros a poucos quarteirões de distância, no espaço de um só ano. Descobriu-se que os alunos estavam "entorpecidos pelo medo" da violência das gangues que os esperam fora da escola. As crianças "dizem que temem por suas vidas quando vão para a escola", confessou um professor. "Parece que a cada ano o filho de alguém perde a vida e não consegue ultrapassar a oitava série", acrescentou a mãe de um aluno. E o diretor só podia lamentar que os seguranças da escola fossem incapazes de oferecer proteção quando os alunos saíam do estabelecimento (*Chicago Tribune*, 1990).

O gueto de hoje realmente "não é um lugar para se ser criança", como diz o título de um livro recente que compara a zona central de Chicago aos... campos de refugiados do Camboja arrasado pela guerra (Garbarino, Kostelny e Dubrow, 1991). Jovens criados nesse ambiente de violência pandêmica experimentam enormes danos emocionais e apresentam distúrbios pós-traumáticos de estresse semelhantes aos que sofrem os veteranos. Um morador de um complexo de prédios altos do South Side (cit. em Brune e Camacho, 1983, p. 13) concorda que Chicago "não é lugar para se viver com a família":

Isso aqui no alto verão é como um circo com três picadeiros. Constantemente há brigas. Houve épocas em que a gente teve que pegar as crianças e botá-las no chão do saguão, tal era o tiro-teio aqui em volta.

Aos cinco anos, praticamente todas as crianças que vivem nos grandes conjuntos habitacionais tiveram experiências em primeira mão com tiroteios ou mortes. Muitas mães optam por enviar os filhos para viver nos subúrbios ou com a família no Sul a fim de protegê-los das brutalidades do bairro.

A incidência do crime no gueto é exacerbada pelo confinamento racial do espaço nas cidades norte-americanas. Se há tanta violência do tipo "negro contra negro", não é apenas porque os afro-norte-americanos das zonas centrais sofram de extrema redundância econômica e alienação social. É também porque os homens negros anônimos se tornaram símbolos de perigo amplamente reconhecidos (Anderson, 1991, Capítulo 6), de modo que, a menos que exibam os adornos da cultura de classe média, são rotineiramente impedidos de chegar às áreas brancas, onde a cor de sua pele faz com que sejam imediatamente vistos como criminosos ou arruaceiros potenciais:

Você não pode ir à comunidade branca fazer coisa alguma, pois, quando você é visto, logo suspeitam de você e te param. Assim, você tem que caçar no seu próprio canto, pois lá você é menos notado. Você é obrigado a assaltar seu próprio povo. (Cit. em Blauner, 1989, p. 223.)

Despovoamento, exclusão econômica e colapso organizacional do gueto

No entanto, o continuado declínio físico e comercial, a crescente violência nas ruas e a ubíqua insegurança do gueto são eles próprios apenas manifestações superficiais de uma transformação mais profunda de seu tecido socioeconômico e institucional.

Em primeiro lugar, enquanto o gueto dos anos cinquenta tinha uma superpopulação como resultado do influxo de migrantes negros provenientes do Sul, desencadeado pelo boom do período de guerra e pela mecanização da agricultura nessa região, o gueto contemporâneo tem sofrido um constante despovoamento, na medida em que famílias de melhor posição econômica

se mudam em busca de ambientes mais compatíveis. Por exemplo, o miolo do South Side de Chicago perdeu quase metade de seus habitantes, na proporção em que os moradores de Oakland, Grande Boulevard e Washington Park decresceram de cerca de 200 mil em 1950 para 102 mil em 1980, caindo ainda mais para atingir uma estimativa de 63 mil em 1990, segundo recentes dados do censo.

Durante esses anos, além disso, a despeito da construção de moradias públicas de massa em altos prédios, o número de unidades habitacionais caiu de um terço devido a incêndios criminosos (frequentemente perpetrados por senhorios absentistas procurando ganhar o dinheiro do seguro) e ao abandono e destruição causados por programas de renovação urbana que derrubaram mais moradias do que construíram, de modo que a superlotação e a inadequação das habitações são ainda generalizadas no Centro da cidade.

Mas a mudança mais dramática na demografia do gueto foi o acentuado declínio da população empregada, causado por dois fatores que se reforçaram mutuamente: o contínuo êxodo de famílias negras em situação de mobilidade ascendente e o crescente desemprego dos que ficaram para trás.

Em 1950, mais de metade dos adultos que viviam no coração do Cinturão Negro de South Side estava proveitosamente empregada, taxa igual à da cidade como um todo. Chicago ainda era então um centro industrial influente e metade dos negros empregados exercia atividades *blue-collar*. Em 1980, o número de moradores que trabalhavam havia caído 77% – um número chocante –, de modo que quase três em cada quatro pessoas com mais de 16 anos estavam desempregadas.

Em 30 anos o número de operários e trabalhadores despencou de 33.808 para

4.963, o de artífices caiu de 6.564 para 1.338, enquanto o número correspondente para empregados domésticos e de serviços se reduzia de 25.181 para 5.203. E, enquanto a classe média negra da cidade se multiplicou por cinco entre 1950 e 1980, o número de trabalhadores, gerentes e profissionais *white-collar* que viviam no Centro da cidade foi cortado pela metade, de 15.341 para 7.394. Um morador de longa data de Woodlawn (que por ironia se mudou recentemente para o North Side da cidade a fim de proteger seus filhos da violência nas ruas) queixa-se do desaparecimento das famílias de melhor situação econômica de seu velho bairro do South Side:

[Costumava] ter mil professores vivendo no bairro, mas agora eles estão mudando, todo mundo está se mandando (...). Se você der uma olhada na comunidade, Louie, ela está decaindo: não tem ninguém lá. Não tem professor na Rua 63, aqui em Maryland, não tem nenhum, sacou o que eu tô dizendo? Todo mundo que tem um pouco de conhecimento, eles estão saindo. Se essas pessoas ficassem e ajudassem na reconstrução, elas poderiam reconstruir [o bairro]. Professores, policiais, bombeiros, líderes empresariais, todos são responsáveis: todo mundo está indo embora. E levando o dinheiro com eles.

Como aconteceu isso? No final da guerra, todos os negros, a despeito de seu *status* social, foram forçosamente relegados ao mesmo enclave social comprimido e não tiveram escolha, senão coexistir nele. Na medida em que fugiram em massa para os subúrbios, com as bênçãos e o apoio do governo federal, os brancos abriram áreas adjacentes para as quais famílias negras de classe média e dos estratos superiores da classe trabalhadora podiam mudar-se para

criar novos bairros que em breve se tornariam solidamente negros. A desconcentração da comunidade afro-norte-americana, por sua vez, dispersou as instituições do gueto e aumentou suas diferenciações de classe.¹¹

Simultaneamente, num esforço sistemático e autoconsciente para manter o padrão predominante de segregação racial, a cidade se assegurava de que todas as novas moradias públicas fossem construídas exclusivamente nas áreas de gueto existentes (Hirsch, 1983), onde logo somente os mais nobres tolerariam morar. Na década de setenta, então, *a linha da cor urbana tinha sido efetivamente retraçada ao longo de linha de classe* com o beneplácito do governo, com o centro histórico do Cinturão Negro contendo concentrações excessivas de desempregados e dependentes, enquanto o grosso da classe média e da classe trabalhadora negra mais estável residia em bairros segregados na periferia da cidade.

A consequência desse triplo movimento – a emigração de famílias afro-norte-americanas com emprego estável, tornada possível pela fuga dos brancos para o subúrbio, e sob o patrocínio do Estado; a aglomeração das moradias públicas nas áreas de favelas negras; a expulsão dos moradores remanescentes do gueto do mercado de trabalho assalariado – tem sido a pobreza crescente e endêmica.

Em Grand Boulevard, seção do South Side que abriga cerca de 50 mil pessoas, metade da população vivia abaixo da linha de pobreza em 1980, mais de 37% acima do número de dez anos antes, e três em cada quatro residências eram chefiadas por mães solteiras. Com a renda de uma família média abaixo de US\$ 7 mil por ano (menos de um terço do número para a cidade com um todo), muitas famílias de fato não chegavam à metade do valor que assinala a linha da pobreza. Seis em cada dez moradores ti-

nam de depender de algum tipo de assistência pública para sobreviver.

A desolação social e econômica do gueto de hoje é distintamente percebida por seus habitantes, como mostram dados do levantamento sobre a vida das famílias urbanas.¹²

Perguntados sobre quantos homens têm emprego estável no bairro, 55% dos moradores do tradicional Cinturão Negro de Chicago (que compreende o South Side e o West Side) responderam “muito poucos ou nenhum”, em comparação com 21% das áreas negras periféricas, que abrigam um misto de famílias pobres, de classe trabalhadora e de classe média. Metade também declara que a proporção de homens empregados em sua área diminuiu em relação a anos anteriores. Um em cada quatro adultos mora numa casa sem um telefone funcionando (apenas um em dez nas áreas negras afastadas) e 86% numa casa em que se alugam alojamentos (contra cerca de metade dos negros nas áreas de pouca pobreza); quase um terço reside em prédios administrados pela Chicago Housing Authority (CHA), embora esta supervisione apenas 4% do suprimento de moradias da cidade.

Fica bastante claro que o Centro da cidade contém hoje principalmente frações despossuídas do (sub)proletariado negro que são incapazes de escapar às suas sofridas condições. Se fosse possível escolher, menos de um em cada quatro moradores do gueto de Chicago permaneceria no bairro, contra quatro em dez nas áreas negras com baixo nível de pobreza. Apenas 18% classificam seu bairro como um lugar “bom ou muito bom” para se viver, em contraste com 42% nas áreas negras periféricas, e quase metade relatou que o estado das redondezas tem piorado nos últimos anos.

Não surpreende que a atividade dos gangues prevaleça mais no coração do gueto: metade de seus habitantes considera

as gangues um "grande problema" em sua área, em comparação com menos de um terço nos bairros negros com baixo nível de pobreza. Quanto ao futuro, quase um terço prevê que não haverá melhorias em seu bairro, enquanto outros 30% acreditam que ele vai continuar se deteriorando.

Assim, os atuais moradores do gueto não são apenas *individualmente mais pobres* do que seus correlativos de três décadas atrás no sentido de terem sofrido uma redução absoluta em seus padrões de vida e de a distância entre eles e o restante da sociedade ter-se ampliado – a linha de pobreza federal representava metade da renda familiar nacional média em 1960, mas somente um terço em 1980 (Beeghley, 1984, p. 355). Eles também são muito *mais pobres coletivamente* em relação a vários aspectos.

Em primeiro lugar, residem no seio de uma população esmagadoramente desprovida e em situação de mobilidade descendente ou de imobilidade e, portanto, tendem a se isolar de outros componentes da comunidade afro-norte-americana: como vimos acima, a classe média negra tem tanto deixado o Centro da cidade quanto crescido fora dele.¹³ Em segundo lugar e como consequência, eles não podem contar com o conjunto de instituições que costumava dar ao gueto sua coerência e coesão internas.

A "Metrópole Negra" de meados do século, tão admiravelmente dissecada por Drake e Cayton (1962, p. 17) era uma "cidade distinta dentro da cidade", contendo ampliada divisão do trabalho e toda a gama de classes sociais negras. A "proliferação de instituições", que fez de "Bronzeville" – como seus moradores costumavam chamá-la – a capital da América negra, possibilitava-lhe duplicar (embora em nível marcadamente inferior) a estrutura organizacional da sociedade branca mais ampla e

fornecia limitadas mas verdadeiras avenidas de mobilidade dentro de sua própria ordem interna.

Em contraste, o hipergueto do final do século tem suportado tamanho declínio organizacional que não contém nem uma ampla divisão do trabalho nem um corte longitudinal representativo das classes, nem tampouco duplicatas funcionais das instituições centrais da sociedade urbana mais ampla.

A infra-estrutura organizacional – a imprensa negra e a igreja, as lojas maçônicas e os clubes sociais, os grupos políticos, os serviços comerciais e profissionais e o "jogo de números" –, que dava ao gueto clássico dos anos cinquenta seu caráter e sua força comunais e servia como instrumento de solidariedade e mobilização coletivas, tem passado, de modo geral, por um processo de definhamento, enfraquecendo as redes de solidariedade e cooperação de âmbito municipal, típicas do gueto comunal (Mithun, 1973). E, embora no contexto de pleno emprego e prosperidade industrial trazido pela Guerra da Coréia "toda a estrutura institucional de Bronzeville [festivesse] provendo a satisfação básica de todas as 'expectativas razoáveis' compartilhadas pelas pessoas dos vários níveis de classe" (Drake e Cayton, 1962, vol. 2, p. xi), hoje em dia a prevalência do desemprego e o vácuo organizacional do hipergueto contemporâneo impedem-no de satisfazer sequer as necessidades básicas de seus moradores.

Opressivo como era, o gueto tradicional formava "um meio para os negros norte-americanos em que estes [podiam] imbuir suas vidas de significado" (*ibid.*, p. xiv) e que propiciava pertinência e orgulho. Em contraste, o gueto de hoje é um local desprezado e estigmatizante do qual quase todo mundo está tentando desesperadamente escapar, "um lugar de esperanças sustadas

e aspirações frustradas, uma cidade em cujos limites o alcance da ambição realista é sobreviver" (Monroe e Goldman, 1988, p. 251).

Malandragem e sobrevivência na economia informal

A prevalência do desemprego e do subemprego crônicos entre os moradores do gueto força-os a procurar a assistência pública. A notória inadequação da ajuda pública até mesmo para a mera sobrevivência, por seu turno, obriga-os a procurar adicionar atividades geradoras de renda não-declaradas ou indeclaráveis (Scharf, 1987, p. 20). A maioria dos residentes do gueto tem pouca opção senão conseguir "bicos", "descolar" dinheiro através de uma diversidade de esquemas ou engajar-se em vários tipos de negócios ilegais (incluindo o mais perigoso e potencialmente lucrativo de todos, a venda de drogas), a fim de "ganhar o dólar".

O crescimento da economia informal observado no cerne da maioria das grandes cidades norte-americanas pode ser atribuído diretamente à fraqueza combinada provocada pela demanda de mão-de-obra de baixa qualificação, pela desertificação econômica e organizacional do Centro da cidade e pelos fracassos da cobertura previdenciária.

As estratégias de sobrevivência variam em função dos recursos sociais, econômicos e culturais dos lares pobres, bem como de uma composição. Quando se vêem sem dinheiro, como ocorre freqüentemente com beneficiários da previdência cujo cheque de auxílio mensal é geralmente gasto dentro de uma ou duas semanas depois de recebido, uma estratégia favorita das mulheres chefes de família é pedir emprestadas pequenas quantias (de US\$ 5 a US\$ 30 na maioria

dos casos) de pais, namorados ou amigos próximos. Para muitas mulheres, as redes de parentesco são a principal, se não a única, fonte confiável de apoio financeiro em caso de emergência (Stack, 1970). Nas palavras de mãe desempregada que subsiste, com os quatro filhos, graças à previdência:¹⁴

Se eu ficar muito na pior, posso recorrer à mamãe, e mamãe me ajuda um pouco. Não pode fazer muita coisa, mas diz que, para evitar que meus filhos passem fome, ela me ajuda um pouco. De modo que de vez em quando (...) ela me ajuda por alguns dias. Quer dizer, se fica muito... eu digo a ela... eu digo a ela: "É, a gente não tem coisa nenhuma aqui." Daí ela tenta arranjar alguma coisa.

Outra opção importante é procurar comida grátis num dispensário, numa igreja ou numa agência do governo. Em 1987 mais de 70% dos adultos com idades entre 18 e 48 anos no Cinturão Negro histórico de Chicago tiveram de recorrer a essa assistência externa para se alimentar e aos parentes. As cozinhas pertencentes à igreja no South Side não conseguem atender à demanda e regularmente mandam embora famílias com fome. A desnutrição crônica é um fato da vida que é bastante visível no gueto para os que se dão ao trabalho de ver, não obstante programas do governo como selos de ajuda alimentar e a distribuição gratuita irregular de excedentes agrícolas e laticínios impróprios à comercialização.

Muitos moradores do gueto freqüentemente penhoram bens a fim de levantar a renda necessária para atravessar um período de escassez, dão pensão, vendem seus selos de ajuda alimentar ou mergulham em suas pobres poupanças, caso as tenham. Mas 82% dos adultos do gueto de Chicago

não tinham contas de poupança em meados dos anos oitenta e apenas um em cada dez possuía meios para manter uma conta corrente (Wacquant e Wilson, 1989a, p. 22). Os estabelecimentos de penhores e de troca de cheques funcionam como substitutos caros dos bancos inexistentes (ou que rejeitam os moradores do gueto, quando existem), como indica esta mãe de três filhos residente no South Side:

Eu penhoro meus anéis de noivado e pego um dinheirinho, e quando consigo algum dinheiro eu volto e pego os anéis. Agora eles estão lá. Eu podia ter voltado e apanhado eles, mas eu me esqueci deles - eu penhoro eles tanto, penhoro todo mês. O cara da loja de penhores me vê chegando, me vê, ele me conhece! É, tem sido assim já tem dois anos agora, ele sabe o que eu estou levando e começa a escrever antes mesmo de eu chegar lá. E eu pego eles de volta todo mês e penhoro todo mês. É terrível. Vinte e cinco dólares não é muito. Dá pra comprar uns cigarros quando preciso, e esse é definitivamente um hábito aqui. Isso ajuda muito, muito mesmo.

O esteio da subsistência, contudo, é fornecido pelos empregos extras e pelo comércio marginal que floresceram na última década na zona central. Alguns moradores do gueto trabalham como *baby-sitters* cuidando de filhos de vizinhos, servem-lhes de mensageiros, cortam cabelo ou gramam, consertam aparelhos elétricos, removem a neve no inverno, coletam latas de bebidas por pequenas quantias em dinheiro ou "tiram papel velho da calçada" para revendê-lo àqueles ainda menos afortunados do que eles. Outros ainda tornam-se camelôs ou vendedores ambulantes ocasionais (Jones, 1988), vendem seu sangue ou procuram trabalho por dia na esperança de con-

seguir algum tipo de emprego, como observa mãe solteira cronicamente desempregada que mora no West Side:

Eles vão ao Handy Andy. É como um emprego, você vai para o Norte e ganha US\$ 20 por dia por oito horas de trabalho ou algo assim. É o que eu fazia antes, mas não vale a pena, é só coisa temporária.

Pode-se também encontrar emprego irregular num clube noturno ilegal, dirigir um táxi "pirata", tornar-se um prático em mecânica ou um daqueles "artistas do seguro" que tentam (especialmente quando as condições do tempo são ruins) provocar um acidente de carro ou de ônibus em que se ferem deliberadamente procurando compensações monetárias. Indivíduos mais endurecidos podem cometer pequenos crimes com o propósito expresso de serem encarcerados: a cadeia é muito violenta e punitiva, mas oferece uma cama segura, três refeições por dia, certos cuidados médicos e às vezes até trabalho - todas as coisas que o mundo externo é fortemente pressionado a distribuir aos pobres da zona central.

Nesse ambiente altamente precário governado pela infundável incerteza econômica, as crianças representam recursos importantes e estão sob constante pressão para gerar renda com pouca idade. Assim, no final do inverno, meninos de oito a dez anos de idade podem ser vistos a qualquer hora do dia ou da noite nos postos de gasolina do South Side, oferecendo-se para bombear gasolina ou limpar pára-brisas por alguns trocados, ou esperando na saída de supermercados para carregar sacolas em troca de uma moeda ou de alguma comida.

A estratégia de sobrevivência do último recurso envolve ampla gama de atividades ilegais que vão do jogo e do crime com agressão, passando pelo roubo com arma

branca e a venda de mercadorias roubadas ("quentes"), até assalto a mão armada, prostituição e tráfico de drogas. Perguntado sobre o que as pessoas do bairro de Grand Boulevard fazem para sobreviver, um empacotador de 47 anos de uma companhia de postagem responde:

Roubam, empurram senhoras de idade no chão e apanham seus cheques de pensão. Como naquela estação do 'E' [trem elevado]. *Especialmente quando elas recebem seu cheque do seguro social, eles estão lá, esperando por elas, agarram as bolsas delas e tudo mais. Um bocado disso está acontecendo por aqui. (...) Eles arrombaram minha casa quando me mudei para cá, de modo que eu botei grades. Levaram meu estéreo. Mas não tenho tido problemas desde que botei as grades.*

Mãe solteira, desempregada, de 28 anos, acrescenta com franqueza:

Merda! Truques de ocasião, venda de drogas, qualquer coisa... toda e qualquer coisa. Ponha isso na cabeça: nem todo mundo é o bicho, sabe, mas toda e qualquer coisa. Eu mesma já vendi maconha. Não sou traficante, mas estou só tentando ter uma renda... Estou tentando trazer o pão para a minha mesa: tenho dois filhinhos.

Para indivíduos que são repetidamente rejeitados no mercado de trabalho ou que resistem a serem reduzidos a obter "trabalhos de escravo" sem possibilidade de ascensão, que os privam da dignidade na medida em que envolvem tarefas servis e pagam salários de fome sem incluir benefícios, as atividades subterrâneas podem se transformar facilmente num emprego por tempo integral. Para eles, o crime predató-

rio constitui uma espécie de pequeno empresariado no qual podem empregar seus únicos ativos valiosos – a força física e um conhecimento funcional do mundo das ruas (Wacquant, 1992a).

Muito da atração das gangues para os negros das zonas centrais tem a ver com o fato de as gangues serem, entre outras coisas, negócios que aumentam as chances de a pessoa economizar e oferecem um mínimo de segurança financeira (Sanchez-Jankowski, 1991, p. 40-1).

No vácuo criado pela ausência de firmas legítimas, linhas ilegais de trabalho como roubo e "depenagem" de carros, assalto e especialmente tráfico de drogas podem envolver complexas estruturas organizacionais que quase refletem as das empresas da economia oficial. Além disso, o tráfico é com frequência a única forma de negócios conhecida dos adolescentes do gueto, e uma forma que tem a virtude adicional de ser um empregador que verdadeiramente oferece "iguais oportunidades" (Williams, 1989; Sullivan, 1989, Cap. 7). Ademais, diferentemente de tantos estabelecimentos de serviços em que se trabalha por salários de fome com pouca chance de aumento, o emprego no tráfico promete recompensa imediata aos que apresentam uma boa ética de trabalho. Uma mulher de 34 anos que divide um velho e malcuidado apartamento no South Side com o irmão, um servente, está considerando essa opção de emprego pela seguinte razão:

O cara me disse: "Você ganha US\$ 250 por semana, certo" – neste bairro, ele tem um monte de gente trabalhando pra ele a US\$ 250 por semana – "e se você for boa pode ganhar US\$ 400 por semana."

Desnecessário dizer que o impacto geral da economia das drogas sobre as comuni-

dades do gueto é terrivelmente destrutivo. Se, de um lado, ajuda a solapar a disposição dos jovens para trabalhar por baixos salários, oferecendo-lhes atraentes, embora arriscadas, oportunidades econômicas alternativas¹⁵ – um habilidoso traficante do East Harlem pode conseguir salários semanais de US\$ 100 mil; um *avião* do South Side de Chicago comumente recebe vários milhares de dólares por semana –, cria, de outro, um ambiente pouco saudável com elevado risco de morte precoce, deforma as relações familiares e enfraquece seriamente a coesão social local. E causa uma violência desenfreada e um agudo declínio da segurança no bairro (Johnson *et al.*, 1990), o que por sua vez acelera a retração do mercado de trabalho assalariado e isola da economia e da sociedade regulares ainda mais os moradores do gueto.

O explosivo crescimento dessa economia subterrânea dominada pelo tráfico de drogas no nível das ruas ajuda assim a entender a ascensão da “cultura do terror”, que hoje engloba muitas ruas de zonas centrais. O antropólogo Philippe Bourgois mostrou que, nessa economia, as demonstrações rotineiras de violência são uma exigência do negócio: servem para manter a credibilidade comercial e evitam que ele seja tomado por competidores ou roubado por intrusos e usuários (ou por policiais, alguns dos quais não são os últimos a participar do tráfico). Por extensão, num universo esvaziado de seus recursos mais básicos e caracterizado pela alta densidade de predadores sociais, a confiança não é uma opção viável, de modo que todo mundo deve se proteger da violência... estando preparado para utilizá-la:

A violência das ruas das zonas centrais não se limita unicamente aos vendedores de drogas ou aos criminosos das ruas; em certa medida, todos os que

vivem no bairro e desejam manter um senso de autonomia (...) acham útil participar, ao menos passivamente, de algum espaço da cultura do terror. (Bourgois, 1989, p. 647.)

As raízes econômicas e políticas da hiperguetização

Por que motivo a decadência física e a violência interpessoal atingiram níveis tais que o espaço público se encolheu quase totalmente no gueto? Por que tantos adultos das zonas centrais se vêem desprovidos de uma base segura na economia regular e um misto de atividades subterrâneas e predatórias e do apoio estigmatizante e flagrantemente insuficiente da previdência para sobreviver? Por que as organizações públicas e privadas declinaram de modo tão acentuado no Centro das metrópoles norte-americanas? E o que explica a concentração de negros pobres nesses enclaves em processo de deterioração contínua?

As causas da *hiperguetização* das zonas centrais envolvem uma complexa e dinâmica concatenação de fatores econômicos e políticos que se desdobraram por todo o período do pós-guerra, a qual desmente a trama simplista e de curto prazo apresentada pela narrativa da “subclasse”.

A mais óbvia dessas causas, embora não necessariamente a mais poderosa, é a transformação da economia norte-americana de um sistema “fordista” fechado, integrado, centrado na fábrica, que abastecia um mercado de massa uniforme, para um sistema mais aberto, descentralizado e intensivo em serviços, montado para atender a padrões de consumo crescentemente diferenciados.

Um segundo fator, com muita frequência desprezado, é a persistência da quase completa segregação residencial dos negros

e a deliberada concentração das moradias públicas nas áreas negras mais pobres das grandes cidades, o que significa um sistema de *apartheid* urbano de facto.

O terceiro fator é a deterioração de uma previdência social já mesquinha desde meados dos anos setenta, combinada com as crises cíclicas da economia norte-americana, o que ajudou a garantir o aumento da pobreza nas zonas centrais.

Por último, é a reviravolta das políticas urbanas federais e municipais das duas últimas décadas que levou ao "encolhimento planejado" dos serviços públicos e instituições do gueto.

Para fins de clareza, apresento cada um desses fatores separadamente e *in seriatim*, embora seu pleno impacto só possa ser adequadamente avaliado levando-se em conta a interação de efeitos que emerge da mudança de sua articulação sincrônica e diacrônica.¹⁶ Concluo afirmando que, num balanço, não é tanto o funcionamento pessoal de amplas forças macroeconômicas e demográficas, mas a vontade das elites urbanas, ou seja, sua *decisão de abandonar o gueto* a essas forças, na medida em que estas foram politicamente (pré-)estruturadas, que melhor respondem por seu virtual colapso nos anos oitenta e por suas perspectivas sombrias para o restante deste século.

*Desinvestimento empresarial,
crescimento polarizado e
segmentação racial no mercado
de trabalho de baixos salários*

Em meados dos anos sessenta, sitiada pela saturação dos mercados domésticos, pela intensificação da competição internacional e das contradições internas, a economia norte-americana entrou numa fase de transição para uma nova forma de orga-

nização capitalista caracterizada pela "especialização flexível", pelo aumento da mobilidade do capital e pela redução da proteção aos assalariados (Scott e Storper, 1986; Piore e Sabel, 1984; Lash e Urry, 1988). Na medida em que o velho sistema econômico ancorado na produção industrial padronizada, no consumo de massa, em sindicatos fortes e no correspondente "contrato social" entre as grandes firmas e sua força de trabalho estável foi dando vez, progressivamente, a um novo regime baseado na preponderância das ocupações de serviços, na bifurcação do capital financeiro e industrial e na erosão das economias regionais integradas, teve lugar uma ampla reorganização dos mercados de trabalho e das estruturas salariais.

Durante esse período, uma polarizada demanda de mão-de-obra, caracterizada por um crescente hiato entre posições credenciadas e de altos salários e empregos de baixa remuneração e em horários variáveis, oferecendo poucos benefícios e nenhuma segurança, tornou-se um traço estrutural da nova economia de serviços norte-americana (Thurow, 1987; Sassen, 1991). Assim, dos 23 milhões de empregos criados entre 1970 e 1984, um total de 22 milhões foi do setor de serviços, e hoje em dia mais de três quartos de todos os empregos estão nas indústrias desse setor. Mas quase um terço de todos os empregos gerados na década de oitenta foi de tempo parcial e 75% deles preenchidos por pessoas que prefeririam trabalhar em tempo integral. Ademais, muitos desses empregos na área de serviços pagam entre US\$ 4 e US\$ 6 por hora, muito longe da taxa horária de US\$ 12 e US\$ 15, comum nas sindicalizadas indústrias de manufatura de bens duráveis. Com efeito, metade dos empregos adicionados entre 1970 e 1983 pagava menos de US\$ 8 mil por ano (Bureau of the Census, 1985, Tabela 40).

Essa mudança na estrutura dos mercados de trabalho foi ocasionada por algumas alterações inevitáveis, tecnologicamente pré-ordenadas, mas resultou de decisões de firmas norte-americanas em favor de estratégias de lucro e acumulação de curto prazo como forma de reduzir sua contabilidade e seus custos operacionais.

Um estudo relatado por Squires *et al.* (1987, p. 28) estima que a perda de dois terços dos 203.700 empregos fabris na área da Grande Chicago entre 1977 e 1981 por causa do fechamento ou "contração" de firmas se deve, de fato, ao desinvestimento empresarial, voltado à *transferência* de atividades para locais com terras de menor custo, força de trabalho mais barata e baixas taxas de sindicalização, especialmente nos estados do Sul e em países do Terceiro Mundo como o México.

Políticas federais de desregulamentação governamental (em setores como transportes e comunicações) e altas taxas de juros, juntamente com a postura *laissez-faire* do Conselho Nacional de Relações de Trabalho na última década, ajudaram nessa reorganização da força de trabalho, acentuando o declínio dos sindicatos e minando a proteção dos trabalhadores periféricos (Rosenberg, 1983). Isso pavimentou o caminho para a proliferação do trabalho contingente e da sublocação, bem como para a ressurgência do trabalho doméstico e das *sweatshops*.^{*} Esse fato foi da maior relevância para os trabalhadores urbanos pertencentes a minorias, cujos ganhos, historicamente, têm vindo mais das políticas governamentais do que da operação do mercado.

Dessas muitas forças cruzadas que têm remodelado a face dos mercados de trabalho urbanos nos últimos 30 anos, três são particularmente relevantes para o gueto porque convergiram no sentido de eliminar a função de reservatório de mão-de-obra industrial não-qualificada e barata que ele assumiu no estágio anterior da divisão racial do trabalho.

Em primeiro lugar, a *mudança setorial* para o emprego nos serviços provocou maciças reduções nas categorias ocupacionais tradicionalmente mais acessíveis aos negros e aos pobres. De modo muito semelhante a outras grandes cidades do Norte, tais como Nova Iorque, Detroit, Filadélfia e Baltimore, Chicago viu sua base manufatureira ser cortada à metade entre a década de cinquenta e o início da década de oitenta. Em 1947, a cidade tinha quase 670 mil empregos fabris, ou 70% do total da região; em 1982 esse número caíra para 277 mil, representando apenas um terço do total metropolitano (Wacquant e Wilson, 1989b).

O desaparecimento do trabalho fabril acelerou-se com o passar das décadas, crescendo dos 52 mil empregos perdidos entre 1947 e 1954 para os 269 mil no período 1967-1982. Como os negros da zona central estavam super-representados no trabalho fabril ainda no final dos anos setenta, e como além disso tendiam a se empregar nas ocupações industriais mais baixas e nas firmas menos protegidas dos setores em decadência (Stearns e Coleman, 1990), eles foram desproporcionalmente atingidos por esse reposicionamento setorial. E continuam a ser as vítimas básicas do custo da desindustrialização em Chicago: um total de 43% dos moradores do gueto, entrevistados pelo Projeto Pobreza Urbana em 1987, relatou que vários, ou a maioria, de seus amigos haviam ficado desempregados devido ao fechamento de uma fábrica nos últimos anos (contra 31% nos bairros

(*) *Estabelecimentos em que os empregados são explorados ao máximo, ganhando pouco e trabalhando muito. (N. do T.)*

negros periféricos). Uma mulher de 32 anos, mãe de três filhos, demitida dez anos antes de seu emprego como operária de linha de montagem, relata:

Apenas não há suficientes [empregos]. Antigamente havia... havia a indústria do aço e tudo mais. Mas ela foi fechada. Reagan fechou-a e levou-a para outros estados.

Em segundo lugar, a *redistribuição espacial* dos empregos, correlacionada à desaglomeração da economia urbana, também reduziu as opções do mercado de trabalho para as minorias das zonas centrais, na medida em que as empresas se mudaram das cidades centrais em busca da redução de impostos e de mão-de-obra mais barata. Apenas em 1970, enquanto seus subúrbios ganhavam empregos em todas as categorias ocupacionais, adicionando meio milhão de posições a sua folha de pagamentos, a cidade de Chicago apresentou a perda líquida de aproximadamente 90 mil empregos de escritório e vendas e 119 mil ocupações *blue-collar*. As únicas categorias em que mostrou crescimento foram as de gerentes, profissionais, técnicos e pessoal de apoio administrativo, ou seja, empregos que exigem ao menos algum grau de instrução superior (Kasarda, 1989, p. 29) e, portanto, bem longe do alcance dos moradores da zona central, insuficientemente preparados por um sistema de ensino público esface-lado.

A mudança geográfica do emprego para os subúrbios e regiões semi-rurais também afetou mais fortemente os guetos negros devido às graves deficiências do transporte público. Os negros de Chicago têm duas vezes mais probabilidade de usar o transporte público porque o custo de possuir e conduzir um automóvel está além de seus meios. Mas a rede pública de trens e ôni-

bus, dotada de poucos recursos orçamentários, foi planejada de tal modo que isola os subúrbios da zona central, de maneira que, "para todos os fins práticos, os empregos nas áreas suburbanas externas não são acessíveis por transporte público [aos moradores] da área com alto nível de desemprego" (Orfield, 1985, p. 179).

Em terceiro lugar, a mudança ocupacional para *empregos que exigem educação superior* restringiu as oportunidades de trabalho dos moradores do gueto por causa da incapacidade das instituições públicas – escolas, mas também programas públicos de treinamento e programas de empregos federais e municipais – em prepará-los para essa mudança.

Em Grand Boulevard, 65% dos adultos com 25 anos de idade ou mais têm menos de quatro anos de ensino secundário e menos de 3% completaram quatro anos de faculdade. Apenas 16% da coorte que ingressa na rede pública municipal se formam quatro anos depois com o nível médio nacional de leitura ou acima dele. No entanto, de 1970 a 1980, o número de empregos ocupados por trabalhadores da cidade com nível de instrução menor que o secundário diminuiu de quase um quinto. Em contraste, o volume de empregos que exigem algum nível de instrução superior aumentou 44% e o de empregos exigindo o diploma universitário cresceu 56% (Kasarda, 1989).

Um quarto fator fundamental para a marginalização econômica dos negros do gueto é a *continuada segmentação racial da mão-de-obra de baixos salários* (Fainstein, 1986-7; Bailey e Waldinger, 1991; Waldinger e Bailey, 1991). Nos setores manufatureiro e de serviços, a maioria dos negros está empregada em "nichos ocupacionais" específicos que apresentam elevadas concentrações de afro-norte-americanos, sendo rotineiramente excluída de outros, reservados para brancos ou mesmo para ou-

tras minorias (especialmente hispânicos). Em muitas indústrias de serviços que têm experimentado rápido crescimento do emprego, tais como restaurantes e estabelecimentos que fornecem alimentos, os negros tendem a ser segmentados nos piores empregos e mantidos em posições de início de carreira, sem possibilidade de ascensão profissional. Ademais, moradores de zonas centrais com baixo nível educacional, poucas habilidades e escassa experiência no trabalho têm sido empurrados ainda mais para as últimas posições na fila do emprego pela crescente competição das mulheres e pela "nova imigração", legal e ilegal, que inundou as grandes cidades norte-americanas de mão-de-obra barata, dócil e não-qualificada em consequência das mudanças na lei de imigração em meados dos anos sessenta (Sassen, 1989). Uma mulher divorciada de 38 anos, com dois filhos, que trabalha como caixa num hotel do South Side, queixa-se:

*Gente de mais, empregos de menos.
Mil pessoas se candidatam a cem empregos.
As máquinas e computadores estão
tomando um monte de empregos.*

Assim, em meio à nova ordem pós-industrial, o aumento do número de posições não-qualificadas e de serviços e a decadência das manufaturas têm deslocado profundamente os negros das zonas centrais, na medida em que os empregadores se voltaram para outras fontes de mão-de-obra flexível, menos inclinadas a resistir ou protestar contra condições de trabalho superexploratórias e instáveis. E, como as zonas centrais se tornaram cada vez mais associadas de perto, na mente do público, ao crime, à depravação e à ilegalidade, o simples fato de morar no gueto se tornou uma desvantagem adicional, um signo que alguns empregadores utilizam para separar os

"bons" (instruídos, de classe média) dos "maus" negros e para excluir os habitantes dos guetos do *pool* de candidatos. Uma enfermeira de 41 anos, moradora do West Side, mostra seu descontentamento:

Eu tenho procurado empregos, e tenho amigos que têm procurado empregos, e perguntaram a eles qual o bairro [em que eles moram]. E tão logo vêem seu endereço, eles dizem: "Caramba, você mora nessa área!", sabe como é.

O estigma vinculado a morar no gueto é outra barreira que os negros das zonas centrais devem superar na busca de um emprego: "Acho que se você tem um endereço decente, isso ajuda muito", diz uma mãe desempregada de 37 anos, moradora do South Side. "Quando se candidata a empregos, eles vêem que você não é do coração do gueto."¹⁷

No todo, a polarização da estrutura ocupacional e de salários, a decadência dos empregos e o endurecimento da segmentação racial na base do mercado de trabalho têm reduzido efetivamente as opções de trabalho dos negros do gueto, empurrando um número maior deles para o único setor de emprego a que eles têm pronto acesso: a economia informal irregular das zonas centrais.

A segregação racial e a concentração da pobreza negra via políticas de habitação

Mas as mudanças econômicas estruturais por si só dificilmente poderiam ser responsabilizadas pela acumulação de deslocamentos sociais no gueto. A segregação racial é a variável interveniente crucial que explica de que modo os negros pobres têm sido excluídos das novas oportunidades de

emprego abertas pela economia de serviços descentralizada e impedidos de buscar a mobilidade social através da mobilidade espacial.

A continuada segregação residencial dos negros pobres nas zonas centrais é fundamental para o declínio do gueto, pois, em paralelo com a suburbanização dos brancos (e, de modo crescente nos últimos anos, dos negros de classe média), ela reforça uma distribuição das oportunidades de emprego, das chances escolares, da riqueza tributável e da influência política que os priva de todo apoio ao melhoramento socioeconômico (Orfield, 1985). Opera, assim, à maneira de um "efeito multiplicador" que concentra a miséria no Centro da cidade. Como recentes estudos sobre as zonas centrais têm tendido a negligenciar a questão de raça, tal qual ocorre quando o "gueto" é confusamente igualado a uma área de alta pobreza sem relação com sua composição populacional e institucional (p.e., Jargowsky e Bane, 1991), não é demais reafirmar que a *perpetuação do gueto é acima de tudo uma expansão da persistência da linha da cor urbana*.

Embora tenha eleito um prefeito negro em 1982, Chicago goza do duvidoso privilégio de ser a metrópole mais racialmente segregada dos Estados Unidos. Em 1980, mais de dois terços do 1,2 milhão de negros da cidade viviam em áreas 95% negras. O índice de segregação pouco mudou desde a década de cinquenta – chegou mesmo a aumentar de 89 em 1970 para 92 em 1980 (de um máximo de 100), na medida em que a proporção de negros residindo em áreas totalmente negras cresceu ligeiramente.¹⁸ O "índice de exposição", outra medida de segregação comumente usada, revela que a típica pessoa negra da cidade vive num quarteirão que é 4,5% branco (embora os brancos constituam perto de metade da população da cidade), enquanto o quarteirão

do morador branco típico é menos de 2,6% negro.

Os afro-norte-americanos são virtualmente tão separados de outros grupos em termos residenciais – inclusive dos hispânicos, cujas áreas de moradia tendem a funcionar como "zonas amortecedoras" entre os bairros negros e brancos (Squires *et al.*, 1987, p. 111) – como se vivessem num regime de *apartheid* legal. Além disso, os negros são o único grupo a sofrer uma separação racial tão intensa, pois as famílias de ascendência hispânica e oriental exibem níveis de segregação comparativamente moderados a baixos. Assim, nas 30 maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos, latinos e asiáticos têm maior probabilidade de compartilhar residência com brancos do que com seu próprio grupo,¹⁹ enquanto a possibilidade de contato branco-negro com base na residência raramente excede a 5% (Massey e Denton, 1987).

É importante enfatizar que o singular isolamento residencial dos afro-norte-americanos não é uma expressão de afinidade e escolha étnicas, pois tanto em princípio como na conduta os negros preferem majoritariamente viver em bairros racialmente mistos (Streitweiser e Goodman, 1983; Farley *et al.*, 1978). Nem se deve a diferenças de renda entre famílias negras e brancas. Se fosse esse o caso, a expansão da classe média negra desde a década de sessenta teria sido acompanhada de um notável decréscimo de separação racial.

Na verdade, se a população afro-norte-americana fosse distribuída num mercado residencial cego para a cor, orientado estritamente pela renda, a percentagem de negros por área censitária em Chicago variaria de um mínimo de 10% a um máximo de 27% (Berry, 1979, p. 9). Diferentemente dos outros grupos da sociedade norte-americana, os afro-norte-americanos

que ascendem na hierarquia de classe não experimentam uma redução do ostracismo.

A linha da cor é resultado, em primeiro lugar, da persistente *dualização do mercado residencial segundo linhas raciais* (Farley, 1973; Berry, 1979). A orientação racial forçada por agentes de vendas e alugueis, assim como o comportamento tendencioso no financiamento de hipotecas e a obstrução informal dos brancos no processo de procura de moradias – tudo isso tolerado pela reticência do Congresso e do governo federal em aplicar as leis de habitação justa existentes –, ainda prevalece em grandes cidades como Chicago (Schlay, 1987; Yinger, 1987).

Os negros que tentam mudar-se para fora do território que lhes é reservado enfrentam reticência e constrangimento, quando não hostilidade aberta e resistência violenta. Embora uma considerável maioria dos brancos concorde quanto ao princípio de que as pessoas têm o direito de morar onde quer que desejem, esse é um direito que eles continuam a reservar para si mesmos: a maioria dos brancos se recusa a viver num bairro que contenha mais que uma pequena percentagem de negros e poucos deles apóiam as leis municipais destinadas a implementar esse princípio (Massey e Gross, 1991).²⁰

Uma segunda causa importante da continuada segregação racial são as *políticas de habitação e renovação urbana* implementadas pelos governos federal e municipais desde a década de cinquenta, que intencionalmente capturaram e atulharam os afro-norte-americanos pobres nas áreas totalmente negras mais pobres dos Centros das cidades. A miopia histórica do debate contemporâneo sobre a “subclasse” não deveria obscurecer o fato de que a fragmentação do gueto de hoje é o parafuso de uma espiral descendente cujo ímpeto inicial foi dado cerca de cinco décadas atrás pelas po-

líticas habitacionais de Washington.²¹ Como mostra Kenneth Jackson (1985, p. 219) em sua abalada história da suburbanização norte-americana, desde a Lei Wagner-Steagall de 1973, que estabeleceu a responsabilidade do governo em financiar moradias de baixo custo, até o presente,

o resultado, se não o intento, do programa de habitação pública nos Estados Unidos [tem sido] segregar as raças, concentrar os desprivilegiados nas zonas centrais e reforçar a imagem dos subúrbios como lugar de refúgio para os problemas de raça, crime e pobreza.

A abordagem do Estado para resolver as tensões de raça e classe na luta por espaço e recursos urbanos escassos no período do pós-guerra foi, de fato, em duas direções. De um lado, o governo federal subscreveu a maciça concessão de subsídios a moradias de classe média nos subúrbios através de uma combinação de incentivos fiscais, garantias federais às hipotecas e construção de auto-estradas, enquanto posturas municipais de zoneamento e restrições raciais aplicadas ou “toleradas” pela Agência Federal de Habitação asseguravam que somente brancos pudessem mudar-se para fora da cidade. Até 1949, era política oficial da AFH se recusar a segurar qualquer habitação dessegregada e, até 1962, a agência não exigia garantias não-discriminatórias de candidatos a empréstimos. Até hoje, a legislação de habitação justa votada pelo Congresso em 1968 não ganhou um aparato voltado para a sua aplicação. O Departamento de Justiça não tem processado mais que um punhado de casos por ano em todo o país e chegou a reduzir os pedidos de compensação sob a administração Reagan.

Por outro lado, o Estado também embarcou num esquema de financiamento pú-

blico a moradias de baixo custo, mas com duas grandes diferenças. Em primeiro lugar, em agudo contraste com as construções nos subúrbios brancos de classe média, a assistência para moradias de negros e pobres foi notavelmente sovina: de 1937 a 1968, dez milhões de unidades privadas para pessoas de média e alta renda afloraram com o apoio da AFH, enquanto apenas 800 mil unidades públicas, de construção apressada e barata, foram erigidas com subsídios habitacionais federais (Kerner Commission, 1989, p. 474). Em segundo lugar, como às municipalidades se concedeu o poder de arbitrio sobre construir ou não habitações públicas e onde localizá-las, os projetos federais reforçaram invariavelmente a segregação, na medida em que as localidades brancas periféricas se recusavam a criar agências de habitação pública e os bairros brancos das cidades resistiam ferozmente à penetração de negros em seu território.

De fato, em Chicago, a violência racial branca, por baixo, e a manipulação política dos brancos, por cima, convergiram para restringir a localização das moradias da Chicago Housing Authority exclusivamente ao território circunscrito pelos limites do gueto, "desse modo fixando e institucionalizando suas fronteiras como nunca antes" (Hirsch, 1983, p. 409). Quase todas as moradias públicas desenvolvidas nas décadas de cinquenta e sessenta situavam-se inteiramente dentro ou nas vizinhanças imediatas dos tradicionais Cinturões Negros do South Side e do West Side. Já em 1981, 95% de todas as unidades familiares alugadas pela Chicago Housing Authority eram ocupadas por negros. Em vez de construir moradias de baixa densidade em terras mais baratas e menos congestionadas fora das áreas centrais, como fizeram os países da Europa Ocidental, o governo norte-americano patrocinou o lançamento,

abaixo do custo, de prédios altos e ordinários nos bairros mais atingidos pela pobreza, transformando as moradias públicas em favelas construídas e sustentadas pelo governo federal.

Já em 1968 a Kerner Commission (1989, p. 474) apontava que "os programas federais de habitação" estavam concentrando "os segmentos mais empobrecidos e dependentes da população em guetos das zonas centrais onde já existia "um hiato fundamental entre as necessidades da população e os recursos públicos para enfrentá-las". Esse hiato só fez aumentar nas duas décadas seguintes, na medida em que os fundos para habitação pública se esgotaram e a cidade deixou de construir e até de manter as unidades da CHA, depois de ser considerada culpada de discriminação racial e obrigada judicialmente à construir moradias públicas espalhadas em bairros racialmente mistos.

Até hoje os Estados Unidos continuam sendo o único país industrializado do mundo sem um financiamento público significativo a habitações para pessoas de baixa renda, apesar do fato óbvio de que empreiteiras privadas não vão construir para os pobres – em 1980, as habitações de propriedade pública representavam apenas 1% do mercado norte-americano de moradias, em comparação com cerca de 46% na Inglaterra e 37% na França. São também a única nação avançada a gerar um "gueto vertical" imposto pelo Estado, duplamente segregado com base em raça e classe.²²

Se os negros pobres estão de tal modo concentrados no hipergueto dos anos oitenta, portanto, é primeiramente porque a tolerância do governo com a permanente e gritante segmentação racial do mercado habitacional torna mais difícil para eles mudar-se do Centro das cidades, aumentando artificialmente o custo da casa própria e dos aluguéis nos bairros afro-norte-

americanos periféricos; e, em segundo lugar, porque as moradias para pessoas de baixa renda, inadequadas e inferiores, que o Estado construiu foram deliberadamente colocadas lá.

A redução do miserável estado de bem-estar norte-americano

O recuo do estado de bem-estar durante as décadas de setenta e oitenta é outra importante causa política da contínua deterioração das oportunidades de vida dos moradores do gueto. Ao contrário da popular retórica neoconservadora (Murray, 1984), as duas últimas décadas não foram um período de expansão e generosidade da previdência, mas de retração geral.

Com efeito, o programa Ajuda a Famílias com Filhos Dependentes se tornou cada vez menos proveitoso para as famílias pobres desde 1970 por deixar de indexar os benefícios à inflação e por insuficiência de fundos: os desembolsos do programa atingiram o pico de 1,6% do orçamento federal em 1973 e têm declinado continuamente desde então. Não apenas a ajuda pública foi racionada através de restrições jurídicas e burocráticas à qualificação (Susser e Kreniske, 1987; Axinn e Stern, 1988), como o poder de compra do benefício médio da previdência sofreu corte substancial.

Segundo um estudo do Centro de Orçamento e Prioridades Políticas de Washington, D.C. (relatado no *Chicago Tribune* de 16 de agosto de 1990, p. 20), o valor real do dólar do benefício médio em dinheiro às famílias no programa de ajuda pública do Estado de Illinois diminuiu pelo menos 50% desde 1970. Atualmente, uma família de três pessoas no programa da AFFD recebe, na melhor das hipóteses, um máximo de US\$ 645 por mês, incluindo selos de ajuda alimentar, quantia meramente igual ao...

aluguel de um apartamento quarto-e-sala médio em Chicago.

Em consequência de alterações programáticas e de redução nos gastos desde meados dos anos setenta, os benefícios do governo em dinheiro deixaram de representar o papel compensatório que desempenhavam na década anterior, quando a pobreza entre os negros do gueto estava decrescendo lentamente.

Com base numa detalhada análise das taxas de "efetividade" dos programas de bem-estar social do governo, ou seja, sua capacidade de manter os benefícios acima da linha de pobreza, Axinn e Stern (1988, p. 102) afirmam que "a explosão da pobreza na cidade central resultou muito mais da redução da efetividade do programa do que do colapso econômico".

Com efeito, a taxa de efetividade dos programas governamentais é mais baixa nas cidades centrais, onde eles também se reduziram substancialmente com o passar do tempo: em 1983, 29,9% de suas famílias, em nível nacional, eram pobres antes de receber o benefício e 18,4% depois, para uma taxa de efetividade de 38%, em comparação com uma taxa de 50% em 1973, quando os números correspondentes da pobreza eram 27,5% e 14%. Se os programas públicos tivessem mantido sua limitada efetividade dos anos setenta, teriam amortecido os efeitos da desindustrialização e do crescimento econômico polarizado, de modo que a taxa de pobreza nas cidades teria crescido somente um ponto percentual, de 14% para 15%.

As economistas Rebecca Blank e Maria Hanratty (1991) demonstraram que, se os Estados Unidos adotassem o sistema canadense de medidas de benefício contra a pobreza, a taxa de pobreza para famílias oniparentais iria decrescer de 43% para algo entre 2% e 16%, dependendo de uma série de suposições sobre taxas de participação e

suprimento de mão-de-obra. Uma genuína política de bem-estar social iria, com efeito, quase erradicar a pobreza entre as famílias chefiadas por mulheres, que hoje em dia representam a esmagadora maioria dos pobres do gueto.

Aqueles aliados do mercado de trabalho também foram adversamente afetados pelas *ampliadas insuficiências do seguro social*. Em teoria, o programa padrão para o seguro-desemprego é destinado a atender às necessidades cíclicas e fornece 26 semanas de cobertura com cerca de 40% dos salários anteriores. Entretanto, em face da persistente e maciça falta de empregos desde meados dos anos setenta, o sistema tem implodido. A atuação dos *lobbies* empresariais e a preocupação política com a redução de custos conspiraram para produzir um severo estreitamento dos critérios de qualificação e multiplicaram os obstáculos administrativos à entrega dos benefícios. Em consequência, a percentagem de desempregados atendidos, em nível nacional, declinou de 50% par 30% do total entre 1975 e 1985.

Uma vez mais, esse declínio foi particularmente pronunciado nas grandes cidades e especialmente prejudicial às minorias das zonas centrais, que, sendo confinadas aos segmentos mais baixos do mercado de trabalho secundário, apresentam maior propensão a ter contratos de trabalho de curto prazo e freqüentes mudanças de empregador. De fato, a maioria dos moradores do gueto empregados de modo intermitente raramente se qualifica para os benefícios do desemprego ao ser despedido.

As políticas fiscais dos governos federal e estaduais também aumentaram a angústia do gueto. As adversas repercussões das políticas de impostos federais de Reagan sobre os pobres estão amplamente documentadas; menos conhecido é o fato de que muitos estados desenvolveram esquemas de

impostos que pioram ainda mais a já precária posição das famílias de baixa renda. Segundo números compilados pelo grupo de defesa Vozes para as Crianças de Illinois, centenas de milhares dessas famílias gastam, nesse estado, substancial porção de suas minguadas rendas em impostos estaduais. Illinois tem a segunda carga fiscal mais pesada para os pobres, combinando-se a estadual e as municipais, perdendo apenas para Kentucky. Em resultado, os 20% mais pobres das famílias do estado pagam quase 11% de sua renda anual em impostos estaduais e municipais, o dobro da percentagem paga pelo 1% mais rico. A preponderância das evidências indica assim que a negligência dos órgãos públicos, e não a emergência de uma "subclasse", explica a crescente pobreza e exclusão nos Centros das cidades.

*Sacrificando a zona central:
o 'encolhimento planejado' e
a marginalidade política do gueto*

A negligência do setor público não se limita à política de bem-estar social, mas se estende a toda a gama de serviços urbanos. Nas décadas de cinquenta e sessenta, a constante expansão da economia criou um contexto favorável aos movimentos de oposição, e as demandas dos negros por uma partilha menos desigual dos recursos urbanos foram parcialmente atendidas pela expansão dos programas federais e locais. A retração econômica dos anos setenta e o crescimento polarizado da década de oitenta, em contraste, forneceram combustível para uma ampla reação política e empresarial contra os esforços do setor público para melhorar as zonas centrais.²³

No nível federal, a partir da esmagadora reeleição de Nixon em 1973, o governo efetuou uma súbita *reviravolta nas políticas*

urbanas que praticamente anulou e até reverteu os modestos ganhos obtidos pela Guerra à Pobreza. Os fundos para moradias públicas foram congelados e mais tarde substituídos por verbas federais controladas pelas elites locais, que as redirecionaram em benefício da indústria imobiliária e dos proprietários de imóveis. Toda uma série de programas compensatórios destinados a manter viáveis as instituições das zonas centrais, originalmente estabelecidos sob o guarda-chuva da Grande Sociedade, foi sucessivamente congelada, cortada e eliminada.

Na década de oitenta, os recursos federais continuaram a minguar com a extinção do programa de treinamento para emprego da LAET (Lei Abrangente de Emprego e Treinamento), da Partilha de Rendas Gerais (*General Revenue Sharing*) e dos Subsídios ao Desenvolvimento Urbano. Na medida em que as máquinas urbanas e os partidos locais foram afastados da política nacional e se tornaram eleitoralmente menos relevantes, o sistema de subsídios intergovernamentais que amortecia as agruras dos pobres urbanos por sobre as fronteiras políticas foi desarticulado. O isolamento político das cidades, por sua vez, reforçou-lhes o papel de empreendedores em vez de fornecedores de serviços sociais, fragmentando ainda mais a base de renda sobre a qual assenta o financiamento das instituições públicas (Weir, 1991).

Em âmbito local, uma coalizão de empresas, bancos e interesses comerciais usou a crise fiscal das cidades para pressionar pelo desmantelamento dos programas sociais que sustentavam os moradores do gueto e seus vizinhos. A eles se juntaram planejadores urbanos que viam na redução dos serviços municipais um meio eficiente de obrigar os pobres a sair das áreas designadas para revitalização. O resultado foi o que o historiador Robert Fisher (1984)

chamou de *encolhimento planejado* ou "triagem" dos bairros de zonas centrais: o corte seletivo de serviços públicos como escolas, bibliotecas, clínicas, delegacias de polícia e postos de bombeiros, destinado a forçar os pobres a deixar o Centro da cidade e liberar recursos para novos projetos de desenvolvimento, voltados para empresas e para a classe média, em outros bairros.

Assim, em Chicago, desde meados dos anos setenta, a localização de instalações públicas e investimentos de infra-estrutura, assim como as decisões sobre limpeza de terras e deduções de impostos, tem servido cada vez mais para atrair e reforçar o capital privado e para desenvolver um novo Centro da cidade, dedicado a serviços financeiros, administrativos e de classe média. Essa mudança na orientação dos recursos fez com que apenas gotas de investimento público flussem para os bairros de gueto do West Side e do South Side, abandonando-os à estase e à decrepitude (Squires *et al.*, 1987).

Poucas organizações são mais reveladoras do grau de abandono institucional sofrido pelo gueto de Chicago do que as escolas públicas. Pois elas, com efeito, foram reduzidas a instalações de *detenção*, em vez de educacionais, que servem mais para capturar os pobres do que para lhes abrir uma válvula de escape para fora do gueto.

As escolas públicas são rigidamente estratificadas tanto por raça quanto por renda, com a segregação racial inalterada e a segregação por classe aumentando desde a década de sessenta. As crianças da zona central de hoje freqüentam aulas em estabelecimentos cujo corpo discente é, em geral, inteiramente composto por membros de minorias, enquanto 80% provêm de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza. São instruídas nas mais velhas instala-

ções, na maioria congestionadas, em turmas maiores dirigidas por professores treinados nas faculdades de menor seletividade e com menos orientadores do que as escolas suburbanas ou do que as escolas privadas da cidade.

Por exemplo, dos 601 alunos que frequentavam a Escola Julia Lathrop, no West Side, em 1985, todos eles negros, 592 qualificaram-se para o café da manhã e o almoço grátis. Naquele ano, fazia duas décadas que a escola não tinha biblioteca (os alunos eram deixados mofando no refeitório) e também não havia Associação de Pais e Mestres. Muitas das janelas estavam lacradas com madeira ou quebradas e as paredes, cobertas de pichações; a quadra de basquete não tinha cestas e o *playground* estava cheio de vidro quebrado. Seus professores vêm de fora e raramente se aventuram pela comunidade por medo do crime. Com efeito, é difícil conseguir professores substitutos, uma vez que estes descubram a localização e a condição da escola: "Quando vêem o prédio e o bairro", lamenta o diretor, "eles tocam o carro em frente. Você não consegue nem táxi para trazê-lo aqui" (*Chicago Tribune*, 1986, p. 151-2).

O segregado sistema de ginásios públicos da cidade alimenta uma rede de faculdades públicas comunitárias que também se definem por raça e pobreza. E com as taxas de desistência pairando bem acima de 50% (contra 2,5% nos subúrbios) e três em cada quatro escolas desequipadas para preparar os alunos para o ingresso numa faculdade que requeira um nível razoável de escolaridade, a educação superior está fora do reino do possível para a massa de adolescentes do gueto. Isso leva Gary Orfield (1985, p. 175) a insistir em que eles enfrentam

um ambiente de oportunidades educacionais separadas e desiguais que continua por toda a sua escolarização. Po-

der-se-ia facilmente afirmar que suas experiências educacionais não se destinam a, e não podem, prepará-los para funcionar na mesma sociedade e na mesma economia.

Como servem a uma população que as autoridades consideram pouco relevante, as escolas do gueto também estão na linha de frente dos cortes orçamentários periodicamente impostos por um Conselho de Educação em perpétuas dificuldades financeiras. No verão de 1991, o superintendente escolar de Chicago anunciou planos de fechar 16 escolas para tentar reduzir um esperado déficit de US\$ 200 milhões: 14 delas ficavam em bairros negros pobres (*Chicago Tribune*, 5 de julho de 1991). E as escolas paroquiais já não são capazes de preencher o hiato criado pelo colapso da educação pública: apenas um ano antes a arquidiocese de Chicago revelara planos de fechar 17 estabelecimentos, 11 deles em bairros negros pobres, devido a graves dificuldades financeiras.

A degradação das escolas públicas talvez só seja igualada pela das instalações públicas de saúde. Em 1990, o comissário de Saúde interino de Chicago reconheceu publicamente que o sistema de saúde pública da cidade era "um não-sistema", que era "insuficiente" e estava "perto do colapso total" (*Chicago Tribune*, 16 janeiro de 1990). Em função de minguidos e tardios reembolsos do Medicaid, uma dúzia de clínicas e hospitais da zona central foi à falência nas duas últimas décadas. Em 1987 o Hospital Provident, o mais antigo hospital negro do país, fundado quase cem anos atrás, fechou as portas, deixando o South Side praticamente sem uma instalação hospitalar acessível aos pobres. Quatro anos depois, o governo municipal ainda está por cumprir a promessa de recolocá-lo em operação.

Além do excessivamente sobrecarregado Hospital do Condado de Cook, nenhum centro de saúde privado da área de Chicago oferece cuidados pré-natais a mulheres desprovidas de seguro-saúde. O "dumping perinatal" dos pacientes do gueto é também prática de rotina: mulheres pobres sem seguro-saúde e com tendência a gravidez de alto risco são regularmente recusadas por hospitais privados, que não hesitam em violar a lei, transferindo-as para o Hospital do Condado de Cook mesmo durante os trabalhos de parto (*Chicago Tribune*, 1989).

Os moradores da zona central não exigem tratamento médico *high-tech*, mas apenas cuidados básicos, como a vacinação de crianças, testes de Papanicolau para mulheres, exames de pressão e colesterol, e enfermeiras para visitar pacientes pobres. Em consequência desse colapso dos serviços médicos, enquanto a taxa de mortalidade infantil para brancos no Estado de Illinois era de 9,3 por mil nascimentos em 1985, o número para negros era de 21,4 por mil (*Statistical Abstract of the United States*, Tabela 116). E em muitas áreas de gueto essa taxa chegou acima de 3%, ultrapassando a de países do Terceiro Mundo como a Costa Rica ou o Mali. A cada ano mais de mil nascituros morrem no gueto de Chicago e outros três mil nascem com problemas no cérebro e outras moléstias neurológicas graves.

Uma pormenorizada pesquisa ecológica e médica realizada na cidade de Nova Iorque a respeito do padrão sinérgico do aumento da desigualdade no atendimento de saúde, morte violenta e desabrigo, difusão da AIDS e abuso de drogas estabeleceu uma relação causal direta entre a desertificação urbana e a desintegração social dos bairros de gueto, por um lado, e as reduções nos serviços municipais como controle de incêndios, proteção policial e sanea-

mento a níveis bem abaixo dos necessários para manter a densidade da população urbana, por outro (Wallace e Wallace, 1990). Onde quer que serviços municipais tenham sido cortados ou extintos, as taxas de morbidade e incúria social aumentaram, desencadeando um ciclo auto-realimentador de decadência urbana e violência mortal, empurrando bairros inteiros a uma espiral de deterioração.

O sistema previdenciário também interage com os senhorios para agravar as condições de vida dos moradores do gueto e contribui indiretamente para a abundância de moradias de baixo padrão. Sabendo que seus inquilinos constituem uma clientela cativa, os senhorios das favelas – incluindo as autoridades de habitação pública – cobram aluguéis elevados e negligenciam os reparos e serviços necessários, enquanto recebem o aluguel total de apartamentos que apenas beneficiários da previdência pensariam em ocupar (Susser e Kresnik, 1987, p. 57).

Assim, muitos prédios residenciais públicos em Chicago estão literalmente desmoronando e quase todos apresentam inúmeras violações dos códigos habitacionais do município. São comumente infestados de baratas, ratos e larvas. Conjuntos habitacionais de altos prédios como os Henry Horner Home, no West Side, ou o Cabrini Green, no Near North-Side, não têm *halls* de entrada nem guardas de segurança, os elevadores estão quebrados, as paredes, cobertas de pichações e as escadas, que não têm luzes, fedem a urina. Os apartamentos do primeiro andar estão geralmente abandonados e lacrados com madeira por falta de segurança. A maioria das unidades do conjunto Henry Horner não vê uma camada de tinta desde 1970 e seu estado de abandono é tal que em junho de 1991 a Guilda das Mães de Henry Horner entrou

com um processo contra a Chicago Housing Authority por promover a "demolição de fato" do conjunto: quase metade das 1.760 unidades do complexo estava vaga por falta de fundos para renová-las ou limpá-las para fins de aluguel.

O colapso das instituições públicas no Centro das cidades e a promovida marginalidade da população do gueto são, portanto, criação de uma política que fragmentou a esfera pública, enfraqueceu a capacidade política dos negros (Fainstein e Fainstein, 1989) e estimulou o êxodo para o setor privado de todos aqueles que poderiam se dar a esse luxo, deixando as frações mais pobres da classe trabalhadora afro-norte-americana apodrecer no purgatório social do hipergueto.

Notas conclusivas

Alejandro Portes (1972, p. 286, grifos adicionados) observa num famoso artigo sobre os cortiços da América Latina que "o grave erro das teorias sobre a favela urbana tem sido transformar condições sociológicas em traços psicológicos e imputar às vítimas as características distorcidas de seus algozes". Essa é uma caracterização adequada do recente debate acadêmico e de políticas sobre o gueto nos Estados Unidos. Ao enfatizar estritamente as presumidas deficiências comportamentais e culturais dos moradores das zonas centrais ou o impacto agregado da consolidação de uma ordem econômica pós-industrial sem prestar a devida atenção às estruturas históricas da desigualdade racial e de classe, da separação espacial e da (in)ação governamental que as filtra ou amplia, os recentes estudos da chamada "subclasse" têm ocultado as raízes políticas da situação do gueto e con-

tribuído para aumentar a estigmatização e o isolamento político de seus moradores.

Não há espaço aqui para abordar as numerosas incongruências analíticas, as sérias falhas empíricas e os perigos políticos do conceito *demi-savant* de "subclasse",²⁴ incluindo sua instabilidade e heterogeneidade internas, que tornam possível retraçar suas fronteiras ao bel-prazer para ajustar os interesses ideológicos à mão; seu essencialismo, que permite escorregar do substantivo para a substância, da mensuração para a realidade, levando a tomar erroneamente um *artefato estatístico* por um verdadeiro grupo social; suas amplas conotações morais negativas e seu circuito falsamente desracializado, que permite aos que o empregam falar sobre raça sem aparentar fazê-lo. É suficiente, à guisa de conclusão, enfatizar sua embutida propensão a isolar o gueto das estruturas sociopolíticas mais amplas da dominação de casta e classe de que ele é, ao mesmo tempo, produto e mecanismo central.

Ao reviver e modernizar a secular noção de que a pobreza urbana é o resultado dos vícios pessoais e patologias coletivas dos pobres, a retórica da "subclasse" deu um verniz de legitimidade científica aos temores da classe média em relação ao subproletariado negro e obstruiu uma análise acurada, com base histórica, das mudanças da articulação política entre segregação racial, desigualdade de classe e desleixo do Estado nas cidades norte-americanas. Ela tem distraído a atenção quanto aos arranjos institucionais em matéria de educação, habitação, previdência social, transporte e serviços humanos e de saúde que perpetuam a concentração de negros desempregados e subempregados no Centro das cidades. Ao deixar de relacionar o estado do gueto ao colapso do setor público, ela abolveu as opções urbanísticas habitacionais

e educacionais dos governos federal e locais, tanto democratas quanto republicanos, desde meados dos anos setenta.

No entanto, é essa política de abandono e confinamento punitivo dos negros pobres que explica por que, um século depois de sua criação e duas décadas após a abortada

e mal denominada "Guerra à Pobreza", o gueto norte-americano permanece, para tomar de empréstimo uma frase do prefácio ao *Kerner Commission Report* (1989, p. XX), de 1968, "a personificação da vergonha nacional, de seu mais profundo fracasso e de seu maior desafio".

NOTAS

1. "The ghetto", de Leroy Hutson, Donna Hathaway, Al Eaton e Todd Shaw, *copyright* 1990, Don Pow Music; administrado por Peer International Music corporation, todos os direitos reservados; reproduzido com permissão.

2. Essas linhas foram escritas antes dos eventos da área Central-Sul de Los Angeles, em abril de 1992, mas o quase completo desaparecimento destes do debate público apenas algumas semanas depois de sua explosão não me encoraja a revisar essa afirmação introdutória. De fato, o mais notável sobre essa erupção da violência urbana parcialmente baseada em raça é como ela foi profundamente assimilada a imagens e discursos preexistentes sobre o gueto (a ponto de desfigurá-la, pois isso apagou sua composição multiétnica, assim como sua dimensão de classe) e como foi pequeno o impacto que teve sobre a discussão acadêmica e de políticas públicas a respeito do nexo de raça, classe e Estado na cidade – como se não tivesse sido mais que um "reality show", ainda que particularmente chocante e ameaçador (Wacquant, 1993b).

3. Assim, a pesquisa sobre "pobreza urbana" na última década se fixou nos temas da família, da previdência e do desvio (particularmente nas áreas da sexualidade e do crime), ao custo de negligenciar, se não ofuscar, tanto as crescentes disparidades de classe e a divisão racial da sociedade norte-americana quanto as mudanças de poder político que propiciaram uma série de políticas públicas (em educação, moradia, saúde, desenvolvimento urbano, justiça etc.) responsáveis pela redução das oportunidades de vida nas zonas centrais. As questões de estrutura familiar, raça e pobreza se tornaram virtualmente confundidas (Zinn, 1989), como se uma relação causal necessária operasse entre elas. Da mesma forma, as questões de raça e declínio urbano se tornaram profundamente entrelaçadas, a ponto de o termo "urbano" se transformar em eufemismo para negros pobres e outras categorias étnorraciais dominadas (Franklin, 1991, Capítulo 4).

4. Inversamente, nem todas as áreas de baixa renda são guetos, ainda que extremamente decadentes – pensem nas decadentes cidades industriais brancas do desindustrializado Meio-Oeste, como Pontiac e Michigan, nos condados rurais do delta do Mississipi, nas reservas indígenas ou em partes inteiras dos Estados Unidos na década de trinta. Chamar de gueto uma área que exiba alto grau de concentração de pobreza não é apenas arbitrário (qual é o ponto de partida adequado e qual a unidade de medida?) – é roubar ao termo o significado histórico e esvaziá-lo de seus conteúdos sociológicos, evitando assim a investigação dos mecanismos e critérios precisos pelos quais opera a exclusão (discussões com Martin Sanchez-Jankowski ajudaram-me a esclarecer essa questão).

5. Talvez fosse necessário, para produzir essa estranha formação discursiva – amplamente composta de moralismos e invocações das políticas públicas empiricamente adereçadas, cuja função básica é isolar e abrigar a sociedade "abrangente" da ameaça e da contaminação dos negros pobres, afastando-os dela simbolicamente –, que os proponentes da mitologia da subclasse primeiro se afastassem do gueto a fim de "teorizar" a respeito dele de longe e de cima, e apenas através do reconfortante neutralizador de seu burocrático aparato de pesquisa. Um exemplo: é notável (e infelizmente bem típico) que, dos 27 autores que contribuíram para a extravagantemente financiada e divulgada coletânea de comunicações de con-

ferência com o suave título *The urban underclass* [A subclasse urbana] (Jencks e Peterson, 1991), apenas um tenha realizado observações amplas e de primeira mão dentro do gueto.

6. Num original – embora, lamentavelmente, muitas vezes ignorado – estudo analítico de rede, Melvin Oliver (1988) fornece um retrato sugestivo da comunidade afro-norte-americana urbana como conjuntos de laços interpessoais que contradizem diretamente sua representação comum como um antro de desafiliação e patologias sociais. Em particular, ele descobriu que os moradores do histórico gueto de Watts, em Los Angeles, e da área segregada mais nova e de classe média de Crenshaw-Baldwin Hills apresentam redes bem similares (caracterizadas por tamanho, contexto relacional, distribuição espacial, densidade, capilaridade e reciprocidade) e que os laços extralocais com os parentes prevalecem igualmente em ambas as áreas.
7. Ver Spear (1967), Philpott (1978) e Drake e Cayton (1962, vol. 1), para o caso do gueto de Chicago, e Kusmer (1986) e Franklin (1980) para uma panorâmica mais ampla sobre a urbanização negra. Não é possível dar aqui um tratamento adequado das raízes históricas da trajetória do gueto sombrio na *longue durée* do seu tempo de existência. É suficiente apontar que, embora suas causas motoras se situem fora dele, a transformação do gueto é, como ocorre com toda forma social, mediada em parte por sua estrutura interna, de modo que a plena resolução de sua evolução recente deve começar um século atrás, nas décadas de sua incubação.
8. Por exemplo, em 1930, numa época em que o gueto totalmente negro do South Side de Chicago já abrigava mais de 90% da população afro-norte-americana da cidade, a “Pequena Irlanda” de Chicago era uma miscelânea de 25 “nacionalidades” composta de apenas um terço de irlandeses e contendo menos 3% dos moradores de ascendência irlandesa da cidade (Philpott, 1978, p. 171-2).
9. A menos que indicado de outra forma, as citações de entrevistas e observações de primeira mão são do trabalho de campo que realizei no South Side de Chicago em 1988-1991, no curso de um estudo etnográfico da cultura e economia do boxe profissional no gueto.
10. A violência é um aspecto da vida do gueto que é difícil discutir sem evocar de imediato as imagens propositalmente sangrentas – e muitas vezes grosseiramente enganosas – das descrições estereotipadas feitas pelos meios de comunicação sobre o crime e a ilegalidade que se tornaram a marca do discurso político e intelectual da “subclasse”. No entanto, com base no meu trabalho de campo etnográfico sobre o South Side de Chicago, sinto que qualquer relato sobre o gueto deve começar com essa violência em função de sua acuidade vivencial e das ramificações enormemente dilaceradoras nas vidas dos que são por ela apanhados. Ao mesmo tempo, quero insistir, mesmo que apenas por prolepse, em primeiro lugar que a violência das zonas centrais é, em suas formas e organização, bem diferente do que revelam os relatos jornalísticos, de certa forma menos horrorosa e, de outras, muito pior, em particular devido à sua rotina e ao seu caráter socialmente entrópico. Em segundo lugar, essa destrutiva violência “vinda de baixo” deve ser analisada não como uma expressão de “patologia”, mas como função do grau de penetração e do modo de regulação desse território pelo Estado – uma resposta a vários tipos de violência “vindos de cima” e um produto colateral do abandono político das instituições públicas no Centro da cidade (Wacquant, 1993b). Em outro trabalho (ver Wacquant, 1992a), tentei oferecer um relato mais matizado, a partir de dentro, do impacto da insegurança sistêmica sobre a textura da vida cotidiana no gueto, tal como vista pelos olhos e pelas estratégias de sobrevivência de uma prostituta profissional que trabalha nas ruas do South Side de Chicago.
11. Sem dúvida, essa diferenciação de classe tem existido, de forma mais ou menos acentuada, desde as origens do Cinturão Negro: este nunca foi o compacto *gemeinschaftliche* por vezes invocado por analistas nostálgicos de uma “idade de ouro” do gueto que nunca existiu. Embora brutal, a divisão de castas imposta pelos brancos jamais obliterou clivagens internas ao longo das linhas de classe (em parte convergente com persistentes diferenças de cor da pele) entre os afro-norte-americanos, como se pode ver, por exemplo, na difusão das “igrejas com fachadas de lojas” em face da velha-guarda das igrejas batistas e metodistas na década de vinte (Spear, 1967, Cap. 9), ou na bifurcação do “jook continuuurt” e do “complexo comercial urbano” no reino da dança e do entretenimento (Hazzard-Gordon, 1990).

12. Esse levantamento foi conduzido como parte do Projeto Pobreza Urbana e Estrutura Familiar (dirigido por William Julius Wilson) da Universidade de Chicago. Consiste numa amostragem aleatória de múltiplo estágio dos moradores dos bairros pobres de Chicago (definidos, segundo o censo, como contendo pelo menos 20% de pobres em 1980). O levantamento cobriu 1.184 negros, com taxa de conclusão em torno de 80%, um terço dos quais vivia no South Side e no West Side da cidade. Registra-se, com gratidão, o apoio financeiro da Fundação Ford, da Carnegie Corporation, do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, do Instituto de Pesquisas sobre a Pobreza, da Fundação Joyce, da Fundação Lloyd A. Fry, da Fundação Rockefeller, da Fundação Spencer, da Fundação William T. Grant, do Fundo de Caridade Woods e do Chicago Community Trust a essa pesquisa.
13. O fato de um número crescente de negros de classe média nunca ter experimentado a vida do gueto em primeira mão (embora, tendo em geral vivido em áreas totalmente negras, profundamente segregadas, estejam plenamente familiarizados com práticas racistas discriminatórias e outras) tende a afetar os processos de formação da identidade negra, individual e coletiva. O significado que os negros de classe média atribuem a uma série de expressões idiomáticas e símbolos expressivos (p.e., gêneros musicais, penteados, códigos de vestimenta, comportamentos linguísticos) tem probabilidade de mudar quando a exposição a eles vem do saber familiar ou de fontes secundárias como a educação formal e os veículos populares, e não através de sua imersão nativa.
14. Os trechos de entrevistas desta seção foram extraídos de dados coletados como parte do Projeto Pobreza Urbana e Estrutura Familiar (ver nota 10).
15. Mas até tais empregos de baixos salários são mais frequentemente indisponíveis: outro contraste entre a economia monetária e a economia informal ou ilegal das ruas é que esta última oferece constantemente alguma oportunidade de "ação" e de renda (especialmente desde que teve início a expansão da distribuição em massa das drogas), enquanto aquela se esgota periodicamente. De modo que a relação convencional entre esses dois setores de atividade pode ser revertida: o emprego oficial é visto como irregular e inafiançável, enquanto as atividades subterrâneas, tomadas coletivamente, parecem regulares e seguras: "Você sempre pode descolar alguma coisa no fundo do beco e arranjar dinheiro na rua, Louie: sempre."
16. Assim, por exemplo, a segregação racial, embora nominalmente constante durante o período do pós-guerra, opera de formas variáveis, tanto à maneira de um "acelerador" keynesiano, ampliando o efeito das mudanças econômicas externas, quanto como precondição política, que permite a redução dos serviços públicos no Centro das cidades.
17. Os dois estigmas que os moradores do gueto carregam no mercado de trabalho (e em qualquer outro lugar), o da cor da pele e aquele associado a morar num lugar vilipendiado, visto publicamente como epítome e centro de reprodução da "patologia social", não são, obviamente, independentes entre si. Mas não se confundem em sua natureza nem são idênticos em seus efeitos. É impossível para quase todos os afro-norte-americanos eliminar as marcas raciais, mas a significação destas pode ao menos ser invertida e revalorizada a partir de dentro (de acordo com o paradigma "Negro é lindo"). A nódoa residencial pode, em muitas situações, ser limpa com o emprego de técnicas adequadas de dissimulação de aparência. Mas ter de esconder de estranhos (inclusive de outros negros) o local de moradia, especialmente quando esses estranhos são agentes oficiais de instituições dominantes como firmas, escolas ou repartições governamentais – que muitas vezes têm meios de descobri-lo em algum ponto –, reativa constantemente o senso de indignidade social, e não há forma de reverter o valor simbólico de se morar no gueto (poucos hoje em dia poderiam efetivamente advogar que "morar no gueto é lindo"). Para uma análise mais detalhada da lógica da estigmatização territorial e de seu impacto desintegrativo sobre a estrutura das relações sociais no gueto, ver Wacquant (1993a).
18. O índice de segregação é 100 quando os grupos raciais estão totalmente separados (ou seja, quando todos os quarteirões da cidade são racialmente homogêneos, seja 100% negros ou 100% brancos) e zero quando cada quarteirão tem a mesma composição branco-negro da cidade como um todo. Outras medidas de segregação resultam no mesmo padrão e revelam que os afro-norte-americanos são singulares na

América urbana por sofrerem uma extrema segregação, simultaneamente, em todas as dimensões possíveis: desigualdade, isolamento, enfeixamento, centralização e concentração (Massey e Denton, 1989).

19. Evidentemente, essas populações não são elas mesmas homogêneas a esse respeito. A categoria "latino", por exemplo, compõe-se de diferentes correntes etnonacionais e migracionais que enfrentam variáveis condições de ingresso e incorporação ao espaço social e físico dos Estados Unidos. A integração de cubanos, mexicanos e porto-riquenhos difere notavelmente, a situação destes últimos sendo mais próximo da dos afro-norte-americanos devido ao pronunciado antagonismo que encontram com base na cor da pele – embora, novamente, a comunidade urbana porto-riquenha não seja toda da mesma estratificação, como foi mostrado no retrato que Padilla (1987) fez da "Puerto Rican Chicago" e na descrição do "Rainbow People" por Rodríguez (1989, esp. Cap. 3).

20. Levantamento realizado em Detroit em meados dos anos setenta revelou que 42% dos brancos já se sentiriam desconfortáveis num bairro que abrigasse apenas um quinto de negros e que metade dos brancos entrevistados relutaria em se mudar para uma área como essa.

21. A maioria das teorias da "subclasse" remonta somente aos anos setenta e enfatiza essa década como a de sua suposta "emergência", em grande parte porque esses dados censitários sobre taxas de pobreza e variáveis associadas não estão prontamente disponíveis para anos anteriores.

22. Devido ao rápido encolhimento dos fundos federais, para não mencionar a desavergonhada pilhagem dos cofres públicos por altos funcionários federais e municipais, a maioria das grandes cidades é não apenas financeiramente incapaz de assegurar a conservação de sua já insuficiente provisão de moradias para pessoas de baixa renda. Suas omissas burocracias, em muitos casos, perderam todo o controle sobre a administração cotidiana de suas propriedades. A derradeira hipocrisia, e o coroamento da situação de abandono, consiste então em propor (como o fez o secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Bush, Jack Kemp) que os inquilinos de moradias públicas fossem "promovidos" a proprietários de residências tão degradadas e inseguras que as autoridades públicas não conseguem controlá-las, salvo por meio de ocupações semimilitares que pisoteiam os direitos civis básicos dos inquilinos, como se fez na reação moldada pela mídia à série de assassinatos no infame conjunto Cabrini Green, em Chicago, no inverno de 1992.

23. Faz-se necessária aqui uma análise plena dessa reação, de suas raízes sociais e de sua imagética, de suas mediações políticas e de seu impacto diferencial sobre os vários programas e burocracias do Estado que servem (ou controlam) os diversos componentes da população do gueto. Remeto o leitor ao fascinante relato de George Lipsitz (1989, Cap. 8) sobre seus infícios na cidade de St. Louis para um estudo de caso e a Edsall e Edsall (1991) para um sugestivo exame do nexos entre "raça, direitos e impostos".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Elijah (1991). *Streetwise: race, class, and changer in an urban Community*. Chicago, The University of Chicago Press.
- ASCHENBRENNER, Joice (1975). *Lifelines: Black families in Chicago*. Prospect Heights, Waveland Press.
- AULETTA, Ken (1982). *The underclass*. New York, Vintage.
- AXINN, June e STERN, Mark J. (1988). *Poverty and dependency: old problems in a new world*. Lexington, Lexington Books.
- BAILEY, Thomas and WALDINGER, Roger (1991). "The changing ethnic racial division of labor". In: *Dual city: restructuring New York*. Org. por John H. Mollenkopf e Manuel Castells. New York, Russel Sage Foundation, p. 43-78.

- BEEGHLEY, Leonard (1984). "Illusion and reality in the measurement of poverty". *Social Problems* (31):322-3.
- BERRY, Brian J. L. (1979). *The open housing question: race and housing in Chicago, 1966-1976*. Cambridge, Mass. Ballinger.
- BLANK, Rebecca M. and HANRATTY, Maria J. (1991). "Responding to need: a comparison of social safety nets in the United States and Canada". Center of Urban Affairs and Policy Research, Working Paper, Northwestern University.
- BLAUNER, Robert (1989). *Black lives, White lives: three decades of race relations in America*. Berkeley, University of California Press.
- BOSKIN, Joseph (1970). "The revolt of the urban ghettos, 1964-1967". In: *Roots of rebellion: the evolution of Black politics and protest since world war II*. Org. por Richard P. Young. New York, Harper and Row, p. 309-27.
- BOURGOIS, Philippe (1989). "In search of Horatio Alger: culture and ideology in the crack economy". *Contemporary Drug Problems* (inverno), p. 619-49.
- BRUNE, Tom and CAMACHO, Eduardo (1983). *A special report: race and poverty in Chicago*. Chicago, The Chicago Reporter e Center for Community Research and Assistance.
- BUREAU OF THE CENSUS (1985). *Current population reports*. Series P-60, n° 146. Washington, D. C., Government Printing Office.
- CHICAGO TRIBUNE (equipe do) (1986). *The American millstone: an examination of the nation's permanent underclass*. Chicago, Contemporary Books.
- CHICAGO TRIBUNE (1989). "High-risk pregnancies dumped on County Hospital, study finds". 24 de janeiro.
- CHICAGO TRIBUNE (1990). "School lets out, fear rushes in: gangs terrorize area after classes". 24 de janeiro.
- CLARK, Kenneth B. (1965). *Dark ghetto: dilemmas of social power*. New York, Harper.
- COLLINS, Sharon M. (1983). "The making of the Black middle class". *Social Problems* (30-4):369-82.
- CURTIS, Lynn A. (1985). *American violence and public policy*. New Haven, Yale University Press.
- DRAKE, St. Clair and CAYTON, Horace R. ([1945] 1962). *Black metropolis: a study of negro life in a Northern City*. 2 vols, ed. rev. e amp. New York, Harper and Row.
- EDSALL, Thomas Byrne and EDSALL, Mary D. (1991). *Clain reaction*. New York, Norton.
- FAINSTEIN, Norman (1986-87). "The underclass/mismatch hypothesis as an explanation for Black economic deprivation". *Politics and Society* (15-4):403-52.
- (1993). "Race, class, and segregation: discourses about African-Americans". *International Journal of Urban and Regional Research* (17-3):384-403.
- FAINSTEIN, Susan S. and FAINSTEIN, I. Norman (1989). "The racial dimension in urban political economy". *Urban Affairs Quarterly* (25-2):187-99.
- FARLEY, Reynolds; SCHUMAN, Howard; BIANCHI, Suzanne; COSALANTO, Diane, and HATCETT, Shirley (1978). "'Chocolate city, vanilla suburbs': will the trend toward racially separate communities continue?" *Social Science Research*, n° 7.
- FISHER, Robert (1984) *Let the people decide: neighborhood organizing in America*. Boston, Twayne.

- FOLEY, Donald (1973). "Institutional and contextual factors affecting the housing choices of minority residents". In: *Segregation in residential areas*. Org. por Amos H. Hawley e Vincent P. Rock. Washington, National Academy of Sciences, p. 185-47.
- FRANKLIN, John Hope (1980). *From slavery to freedom: a history of negro Americans*. New York, Knopf, 5ª ed.
- FRANKLIN, Raymond S. (1991). *Shadows of race and class*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- GANS, Herbert H. (1991). "The dangers of the underclass: its harmfulness as a planning concept". In: *People, plans and policies: essays on poverty, racism, and other national urban problems*. New York, Columbia University Press, p. 328-43.
- GARBARINO, James; KOSTELNY, Kathleen; and DUBROW, Nancy (1991). *No place to be a child*. Lexington, Lexington Books.
- GIBBS, Jewelle Taylor (org.) (1988) *Young, Black and male in America: an endangered species*. New York, Auburn House Publishing Company.
- HABERMAS, Jürgen ([1981] 1984). *The theory of communicative action*. Vol. 1: *Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon Press.
- HANNERZ, Ulf (1968). "The rhetoric of soul: identification in negro society". *Race* (9-4):453-65.
- HAZZARD-GORDON, Katrina (1990). *Jookin': the rise of social dance formations in African culture*. Filadélfia, Temple University Press.
- HIRSCH, Arnold (1983). *Making the second ghetto: race and housing in Chicago, 1940-1960*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HOOKS, Bell (1992). "Loving blackness as political resistance". In: *Black looks: race and representation*. Boston, South End Press, p. 9-20.
- JACKSON, Kenneth T (1985). *Crabgrass frontier: the suburbanization of the United States*. Oxford, Oxford University Press.
- JARGOWSKI, Paul A. and JO BANE, Mary (1991). "Ghetto poverty in the United States, 1970-1980". In: *The urban underclass*. Org. por Christopher Jencks Paul E. Peterson. Washington, D.C., The Brookings Institution, p. 235-73.
- JENCKS, Christopher and PETERSON, Paul E. (orgs.) (1991). *The urban underclass*. Washington, D.C., The Brookings Institution.
- JOHNSON, Bruce; WILLIAMS, Terry; DEI, Kojo A.; and SANABRIA, Harry (1990) "Drug abuse in the inner city: impact on hard-drug users and the community". In: *Drugs and crime*. Org. por Michael Tonry e James Q. Wilson. Chicago, The University of Chicago Press, p. 9-67.
- JONES, Yvonne V. (1988). "Street peddlers as entrepreneurs: economic adaptation to an urban areas". *Urban Anthropology* (17):143-70.
- KASARDA, John D. (1989). "Urban industrial transition and the underclass". *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (501): 26-47.
- KATZ, Michael B. (1989). *The undeserving poor. From the War on Poverty to the war on welfare*. New York, Pantheon.
- KEIL, Charles (1966). *Urban blues*. Chicago, The University Press.

- KERNER COMMISSION ([1968] 1989). *The Kerner Report. The 1968 Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders*. New York, Pantheon.
- KUSMER, Kenneth B. (1986). "The Black urban experience in American History". In: *The state of Afro-American history: past, present, and future*. Org. por Darlene Clark Hine. Baton Rouge e Londres, Louisiana State University Press, p. 91-135.
- LANDRY, Bart (1987). *The new Black middle class*. Berkeley, University of California Press.
- LASH, Scott and URRY, John (1988). *The end of organized capitalism*. Madison, University of Wisconsin Press.
- LIEBOW, Elliot (1967). *Talby's corner: a study of negro streetcorner men*. Boston, Little, Brown and Co.
- LIPSITZ, George (1989). *A life in the struggle: Ivory Perry and the culture of opposition*. Filadelfia, Temple University Press.
- LOEWENSTEIN, Gaither (1985). "The new underclass: a contemporary sociological dilemma". *The Sociological Quarterly* (26-1):35-48.
- McADAM, Doug (1981). *Political process and the development of Black insurgency*. Chicago, The University of Chicago Press.
- MCCORD, C. and FREEMAN, H. (1990). "Excess mortality in Harlem". *New England Journal of Medicine* (322-2):173-7.
- MARKS, Carole (1991). "The urban underclass". *Annual Review of Sociology* (17):445-66.
- MASSEY, Douglas and DENTON, Nancy A. (1987). "Trends in residential segregation of Blacks, Hispanics, and Asians". *American Sociological Review* (52):802-25.
- (1989). "Hypersegregation in U.S. metropolitan areas: Black and Hispanic segregation among five dimensions". *Demography* (26-3):373-91.
- MASSEY, Douglas and DENTON, Nancy A. (1987). "Trends in residential segregation of Blacks, Hispanics, and Asians". *American Sociological Review* (52):802-25.
- MASSEY, Douglas S.; CONDRAM, Gretchen A. and DENTON, Nancy (1987). "The effect of residential segregation on Black social and economic well-being". *Social Forces* (66):46-67.
- MEAD, Lawrence (1989). "The logic of workfare: the underclass and work policy". *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (501):156-69.
- MITHUN, Jacqueline S. (1973). "Cooperation and solidarity as survival necessities in a Black urban community". *Urban Anthropology* (2-1):25-34.
- MONROE, Sylvester and GOLDMAN, Peter (1988). *Brothers: Black and poor - a true story of courage and survival*. New York, William Morrow.
- MORRIS, Aldon (1984). *The origins of the civil rights movement: Black communities organizing for change*. New York, Free Press.
- MURRAY, Charles (1984). *Losing ground: American social policy, 1950-1980*. New York, Basic Books.
- NATHAN, Richard P. (1987). "Will the underclass always be with us?" *Society* (24-3):57-62.
- OLIVER, Melvin (1988). "The urban Black community as network: toward a social network perspective". *The Sociological Quarterly* (29-4):623-45.

- OSOFSKY, Gilbert (1971). "The enduring ghetto". In: *Harlem: the making of a ghetto - negro. New York, 1890-1930*. New York, Harper, 2ª ed., p. 189-201.
- ORFIELD, Gary (1985). "Ghettoization and its alternatives". In: *The new urban reality*. Org. por Paul Peterson. Washington, D.C., The Brookings Institution, p. 161-93.
- PADILLA, Felix (1987). *Puerto Rican Chicago*. Notre Dame, University of Notre Dame Press.
- PETONNET, Colette (1985). "La paleur noire. Couleur et culture aux Etats-Unis". *L'Homme* (97-8):171-87.
- PHILPOTT, Thomas Lee (1978). *The slum and the ghetto: neighborhood deterioration and middle-class reform, Chicago 1880-1930*. New York, Oxford University Press.
- PIORE, Michael J. and SABEL, Charles F. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York, Basic Books.
- PORTES, Alejandro (1972). "The rationality of the slum: an essay on interpretive sociology". *Comparative Studies in Society and History* (14).
- RAINWATER, Lee (1970). *Behind ghetto walls*. Chicago, Aldine.
- RICKETTS, Erol R. e SAWHILL, Isabel V. (1988). "Defining and measuring the underclass". *Journal of Policy Analysis and Management* (7):316-25.
- RICKETTS, Erol (1989). "A broader understating required (reply to Steinberg)". *New Politics* (2-4).
- RODRÍGUEZ, Clara (1989). *Puerto Ricans: born in the USA*. Boston, Unwin Hyman.
- ROSENBERG, Sam (1983). "Reagan social policy and labor force restructuring". *Cambridge Journal of Economics* (9):179-86.
- RUGGLES, Patricia and MARTON, William P. (1986). "Measuring the size and characteristics of the underclass: how much do we know?" The Urban Institute, mimeo.
- SANCHEZ-JANKOWSKI, Martín (1991). *Islands in the street: gangs in urban American society*. Berkeley, University of California Press.
- SASSEN, Saskia (1989). "America's 'immigration problem'". *World Policy* (6):811-32.
- (1991). "Internationalization, informalization, and economic polarization in New York City's economy". In: *Dual city: restructuring New York*. Org. por John H. Mollenkopf e Manuel Castells. New York, Russell Sage Foundation, p. 79-102.
- SAWHILL, Isabel V. (1989). "The underclass: an overview". *The Public Interest* (96):3-15.
- SCHARF, Jagna Wojcika (1987). "The underground economy of a poor neighborhood". In: *Cities of the United States: studies in urban anthropology*. Org. por Leith Mullings. New York, Columbia University Press, p. 19-50.
- SCHLAY, Anne B. (1987). "Credit on color: segregation, racial transition, and housing-credit flows". In: *Fair housing in Metropolitan Chicago: perspectives after two decades*. Chicago, The Chicago Area Fair Housing Alliance, p. 109-88.
- SCOTT, Allen J. and STORPER, Michael (orgs.) (1986). *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*. Boston, Allen and Unwin.

- SON, In Soo; MODEL, Suzanne W.; and FISHER, Gene A. (1989). "Polarization and progress in the Black community: earnings and status gains for young Black males in the era of affirmative action". *Sociological Forum* (4-3):309-27.
- SPEAR, Allan H. (1967). *Black Chicago: the making of a negro ghetto, 1890-1920*. Chicago, The University of Chicago Press.
- SQUIRES, Gregory D.; BENNETT, Larry; McCOURT, Kathleen; and NYDEN, Philip (1987). *Chicago: race, class, and the response to urban decline*. Filadelfia, Temple University Press.
- STACK, Carol (1970). "The Kindred of Viola Jackson: residence and family organization of an urban Black American family". In: *Afro-American anthropology: contemporary perspectives*. Org. por Norman E. Whitten e John F. Szwed. The Free Press, p. 303-11.
- STEARNS, Linda Brewster and COLEMAN, Charlotte Wilkinson (1990). "Industrial and local labor market structures and Black male employment in the manufacturing sector". *Social Science Quarterly* (71-2):285-98.
- STREITWEISER, Mary and GOODMAN Jr., John (1983). "A survey on recent research on race and residential location". *Population Research and Policy Review* (2):253-83.
- SULLIVAN, Mercer L. (1989). "Getting paid". *Youth crime and work in the inner city*. Ithaca, Cornell University Press.
- SUSSER, Ida and KRENISKE, John (1987). "The welfare trap: a public policy for deprivation". In: *Cities of the United States: studies in urban anthropology*. Org. por Leith Mullings. New York, Columbia University Press, p. 51-68.
- THUROW, Lester (1987). "A surge in inequality". *Scientific American* (256-5):30-7.
- TROTTER, William Joe, Jr. (1993). "Blacks in the urban North: the 'underclass question' in historical perspective". In: *The "underclass" debate: views from history*. Org. por Michael B. Katz. Princeton, Princeton University Press, p. 55-81.
- WACQUANT, Loic J. D. (1989). "The ghetto, the state, and the new capitalist economy". *Dissent* (outono), p. 508-20.
- (1991). "What makes a ghetto? Notes toward a comparative analysis of modes of urban exclusion". Comunicação apresentada à conferência MSH/Russell Sage sobre o tema Poverty, Immigration and Urban Marginality in Advanced Societies, Paris, Maison Suger, 10-11 de maio de 1991.
- (1992a). "'The Zone'. Le metier de 'hustler' dans le ghetto noir américain". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (92):38-58.
- (1992b). "Decivilisation et demonisation: la mutation du ghetto noir américain". In: *L'Amérique des français*. Org. por Christine Faure e Tom Bishop. Paris, Editions François Bourin, p. 103-25.
- (1993a). "Urban outcasts: stigma and division in the Black American ghetto and the French urban periphery". *International Journal of Urban and Regional Research* (17-3):366-83.
- (1993b). "Morning in America, dusk in the dark ghetto: the new 'civil war' in the American city". *Revue Française d'Etudes Américaines* (no prelo).
- WACQUANT, Loic J. D. and WILSON, William Julius (1989a). "The cost of racial and class exclusion in the inner city". *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (50-1):8-25.

- (1989b). "Poverty, joblessness and the social transformation of the inner city". In: *Welfare policy for the 1990s*. Org. por David Ellwood e Phoebe Collingham. Cambridge, Mass., Harvard University Press, p. 70-102.
- WALDINGER, Roger and BAILEY, Thomas (1991). "The continuing significance of race: racial conflict and racial discrimination in construction". *Politics and Society* (19-3):391-324.
- WALLACE, Rodrick and WALLACE, Deborah (1990). "Origins of public health collapse in New York City: the dynamics of planned shrinkage, contagious urban decay and social disintegration". *Bulletin of the New York Academy of Science* (66-5):391-434.
- WEIR, Margaret (1991). "Urban political isolation and the politics of marginality in the United States". Comunicação apresentada à Conferência de Trabalho sobre Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbana, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 9-11 de maio.
- WILLIAMS, Terry (1989). *Cocaine Kids*. Reading, Addison-Wesley.
- WILSON, William Julius (1987). *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago, The University of Chicago Press.
- WIRTH, Louis (1927). "The ghetto". *American Journal of Sociology* (33):57-71.
- YINGER, John (1987). "The racial dimension of urban housing markets in the 1980s". In: *Divided neighborhoods: changing patterns of racial segregation*. Org. por Gary Tobin. Beverly Hills, Sage, p. 43-67.
- ZINN, Maxine Baca (1989). "Family, race, and poverty in the eighties". *Signs: Journal of Women in Culture and Society* (14-4):856-74.

SUMMARY

The state and fate of the ghetto: redrawing the urban color line in postfordist America

This article analyzes the transformation of the Black American ghetto over the past half-century as the product of a transformation of the political articulation of race, class, and space in discourse and objective reality.

The first part describes three key aspects of the shift from the bounded and institutionally cohesive "communal ghetto" of the 1950s to the decentralized "hyperghetto" of the 1990s: physical decay and danger; depopulation, economic exclusion, and the waning of the local organizational fabric; and the informalization of the economy and strategies of survival.

The second part surveys four major causes of hyperghettoization: the restructuring of the Ameri-

can economy and urban labor markets, the persistence of the near-total residential segregation of Blacks, the retrenchment of an already miserly welfare state, and urban policies of "planned shrinkage" leading to the crumbling of public services in the urban core.

On balance, it is argued that the virtual collapse of the ghetto in the 1980s and its gloomy prospects are best accounted for, not by the impersonal workings of broad macroeconomic and demographic forces, but by policies of urban abandonment and punitive containment of the Black poor implemented by the American state since the mid-70s.

RÉSUMÉ

L'état et le destin du ghetto: un nouveau tracé de la ligne de couleur urbaine dans l'Amérique post-fordiste

Cet article analyse la transformation survenue dans les ghettos noirs américains au cours de la deuxième moitié de ce siècle. L'auteur y voit le produit de la transformation de l'articulation politique de race, de classe et d'espace qui se manifeste aussi bien dans la réalité objective que dans le discours. La première partie décrit trois aspects-clé de cette évolution qui va du "ghetto communal" limité et cohérent du point de vue institutionnel, tel qu'on pouvait le voir au cours des années 50, vers l'*hyperghetto* décentralisé des années 90: la décadence physique et la montée du danger, le dépeuplement, l'exclusion économique, le déclin de la structure organisationnelle locale, l'avancée de l'économie informelle et des stratégies de survie. La deuxième partie montre les quatre principales

causes de la formation des *hyperghettos*: la restructuration de l'économie urbaine et du marché urbain du travail; la persistance d'une ségrégation résidentielle presque totale des noirs; le renforcement de politiques sociales de misère et les politiques urbaines de "retrait planifié" qui ont entraîné la détérioration des services publics du noyau urbain. En résumé, l'article montre que c'est la faillite virtuelle du ghetto au cours des années 80 et ses perspectives obscures qui ont le plus contribué à cet état de choses en raison non pas des travaux de la macro économie étendue et des forces démographiques mais des politiques d'abandon urbain et de contention punitives des noirs pauvres que l'Etat américain a mis en oeuvre à partir de la moitié des années 70.

PERIODICA ISLAMICA

AN INTERNATIONAL CONTENTS JOURNAL

■ Editor-in Chief: Dr. Munawar A. Anees ■ Consulting Editor: Zafar Abbas Malik (Islamic Art Foundation, London)

Periodica Islamica is an international contents journal. In its quarterly issues it reproduces tables of contents from a wide variety of serials, periodicals and other recurring publications worldwide. These primary publications are selected for indexing by *Periodica Islamica* on the basis of their significance for religious, cultural, socioeconomic and political affairs of the Muslim world.

Periodica Islamica is the premiere source of reference for all multi-disciplinary discourses on the world of Islam. Browsing through an issue of *Periodica Islamica* is like visiting your library 100 times over. Four times a year, in a highly compact format, it delivers indispensable information on a broad spectrum of disciplines explicitly or implicitly related to Islamic issues.

If you want to know the Muslim world better, you need to know *Periodica Islamica* better.

The publication is of highest quality and I am delighted with it.

WILLIAM E. (BILL) BURT
EPPING, NEW SOUTH WALES, AUSTRALIA

Periodica Islamica is a most valuable addition to our reference collection... Those of us who have no access to electronic retrieval systems are grateful to you for providing this service, particularly at this reasonable rate. Congratulations on a well-produced journal.

WOLFGANG BEHN
UNION CATALOGUE OF ISLAMIC PUBLICATIONS,
STAATSBIBLIOTHEK PREUSSISCHER KULTURBESITZ,
BERLIN, GERMANY

We highly appreciate your valuable initiative.
SALEHA SULTANA
BANGLADESH INSTITUTE OF INTERNATIONAL AND
STRATEGIC STUDIES, DHAKA, BANGLADESH

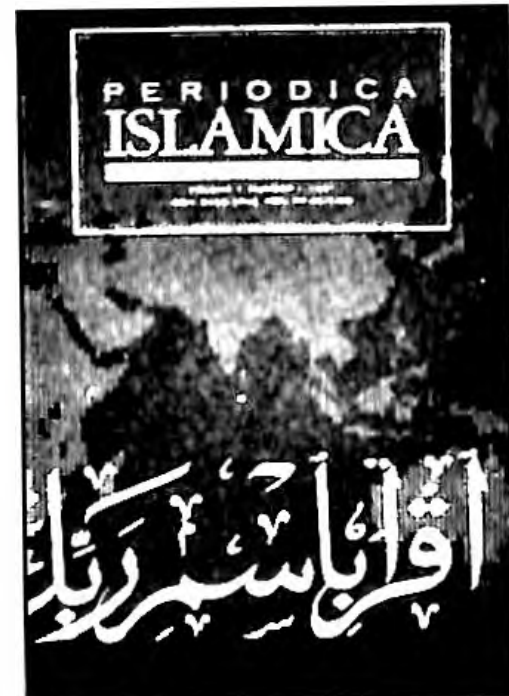
Subscribe to **PERIODICA ISLAMICA**
and discover the wide world of Islamic literature.



Periodica Islamica, Berita Publishing,
22 Jalan Liku, 59100 Kuala Lumpur,
Malaysia.

Periodica Islamica - a landmark in constructive Muslim participation in world affairs. I congratulate you on such a superbly produced journal.

AHMAD MURAD MERICAN
MARA INSTITUTE OF TECHNOLOGY, SHAH ALAM,
MALAYSIA



I deeply appreciate your noble endeavours in bringing out this important journal.

MOHAMMAD SALAHUDDIN
ARABIA, JEDDAH, KINGDOM OF SAUDI ARABIA

Annual subscription rates:

Individual US\$ 40.00

Institution US\$100.00

PLACE YOUR ORDER NOW

BY
PHONE



(+60-3) 282-5286

BY
FAX



(+60-3) 282-1605

BY
MAIL



Mail this completed order form to
Periodica Islamica

Name.....

Address.....

Bank Draft/International Money Order



Coupons

Exp. _____ Signature _____

Brasil-Estados Unidos: um diálogo que forja nossa identidade racial*

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães**

*Recebido para publicação em maio de 1994.

**Professor do Departamento de
Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

David J. Hellwig (ed.). *African-American reflections on Brazil's racial paradise*. Philadelphia, Temple University Press, 1992, 258 p.

David Hellwig, professor de estudos interdisciplinares na St. Cloud State University, Minesota, reúne nesse livro 27 artigos de autoria de afro-americanos que relatam e refletem sobre suas experiências e vivências no Brasil. Os artigos foram originalmente publicados em revistas ou jornais norte-americanos entre 1905 e 1988. O autor acompanha, desse modo, a mudança de atitude, de percepção e de interesses dos negros norte-americanos em relação ao Brasil neste século, principalmente no que se refere à construção, propagação e desmistificação do mito da democracia racial brasileira. O livro está organizado em três partes, seguindo a evolução cronológica da percepção dos autores: Parte I – The myth affirmed (1910-1940); Parte II – The myth debated (1940-1965); e Parte III – The myth rejected (1965-1988).

O livro é aberto com a reprodução de um artigo do nº 9 do *Colored American Magazine*, de agosto de 1905, p. 406-7, que relata o incidente ocorrido em 24 de junho desse ano com alguns marujos brasileiros que, inadvertidamente (por não se considerarem negros), entram num bar elegante (para brancos) em Norfolk, Virginia, e são furiosamente rechaçados. A reação da revista norte-americana é reveladora. Do episódio, destaca dois fatos – os sul-americanos são civilizados e descendentes da brava gente ibérica, mas são certamente negros – e retira uma conclusão – os negros em geral são civilizados, mas tratados infamemente pelos anglo-saxões.

Seguem-no três comentários ao artigo que o presidente eleito dos Estados Unidos, Col. Roosevelt, publicou em *Outlook*, nº 116, de 21 de fe-

vereiro de 1914, p. 409-11. Nesse artigo, já conhecido do público brasileiro através de uma referência feita por Thomas Skidmore (1976), Roosevelt sintetiza a tese do embranquecimento, tal como ouvida de um político brasileiro:

Vocês nos Estados Unidos estão mantendo os negros como um elemento inteiramente isolado, e não os estão tratando de modo a inspirar-lhes auto-respeito. Eles permanecerão um elemento ameaçador na civilização norte-americana, uma ameaça permanente e às vezes crescente. Entre nós, brasileiros, a questão tende a desaparecer e ser absorvida. Dentro de um século não haverá mais negros no Brasil, enquanto vocês terão 20 ou 30 milhões deles. Vocês terão então um problema real e muito inconveniente, enquanto para nós o problema, em sua fase mais ameaçadora, terá desaparecido. (Pág. 24.)

É curioso que os três comentários, inclusive aquele assinado por W. E. B. Du Bois, pareçam simpáticos à política brasileira de embranquecimento, ainda quando demonstrem oposição a Roosevelt. Essa simpatia nos leva à conclusão, como sugere Hellwig, de que os norte-americanos, brancos e negros, foram co-autores ativos do mito da democracia racial.

Os artigos restantes dessa Parte I só fazem solidificar essa conclusão. É impressionante como todos os visitantes afro-norte-americanos deixam de perceber não apenas a existência de uma barreira de cor, a *color line* – que eles equacionam com segregação institucionalizada –, mas também sinais evidentes (nos nossos dias) de discriminação racial. Apenas para citar um deles, leiamos estas palavras de E. R. James (em “Brazil as I found it”, publicado no *Chicago Defender*, de 4 de junho de 1921):

Esforcei-me ao máximo para encontrar algum indício de preconceito entre os brasileiros, abri bem os olhos e os ouvidos e saí do meu caminho para investigar. Mas não fui capaz de encontrá-lo. Não existe lá. Não existe socialmente, não existe economicamente, não existe politicamente. Não existe sob forma nenhuma. (...) Cada qual tem a posição que é capaz de ocupar, independentemente de raça ou cor. Os brasileiros têm capitães e generais de cor no seu Exército e na sua Marinha, tiveram um presidente de cor e têm atualmente governadores e senadores de cor. (Pág. 49.)

De onde vem tamanha miopia? Obviamente, tal percepção estava fundada sobre valores, parâmetros e interesses historicamente específicos. Quais eram eles? Notemos, primeiro, que o parâmetro de comparação era a América segregada, das leis Jim Crow, e que o objetivo fundamental do movimento negro norte-americano, naquele momento, era denunciar o caráter inumano (não-natural) e antidemocrático (de casta) daquele sistema de relações raciais. Mais que as desigualdades raciais ou mesmo o preconceito racial, era a segregação racial que importava denunciar. Esse objetivo será, mais tarde, nos anos quarenta, sistematizado pelas ciências sociais norte-americanas, através de expoentes como Donald Pierson e E. Franklin Frazier, dando coerência discursiva ao “mito da democracia racial”.

A democracia racial brasileira, mais que um mito conveniente para norte-americanos (brancos e negros) e para brasileiros (brancos), foi um mito necessário para chamar a atenção dos norte-americanos em geral para o fato de que sua ordem racial (erigida sobre a idéia de que os negros não eram culturalmente assimiláveis, que a miscigenação destruiria a civilização norte-

americana e que o ódio racial era um sentimento inato) não era a única possível. No dizer de Hellwig (1991):

O mito do Brasil como um paraíso racial deu esperanças a um futuro no qual ex-escravos pudessem viver em paz e igualdade com seus ex-senhores. (...) Em certo sentido, o Brasil, assim como o Egito e a Etiópia, ajudou os negros norte-americanos a sobreviverem num ambiente material e simbolicamente hostil. (Pág. 91.)

Em segundo lugar, esses escritos temporões estão destituídos de uma categoria-chave para o entendimento das relações raciais de modo comparativo: a idéia de que existem diferentes sistemas de classificação racial. Algo que só aparecerá mais tarde, nos anos cinquenta, nos trabalhos de Marvin Harris (1967), Oracy Nogueira (1954) e outros. Até então, a idéia norte-americana de *raça* (hipodescendência) era tão "natural" para os viajantes dos Estados Unidos que estes ou não conseguiam distinguir os negros brasileiros ou não davam a devida importância às distinções nativas. Ou seja, era como se a *raça* continuasse a ser, ao fim e ao cabo, um conceito "natural", "objetivo", "biológico", "evidente". Para que o racismo brasileiro fosse plenamente reconhecido, faltava-lhes uma conceituação realmente sociológica da *raça*, como aliás falta a muitas análises científicas ainda hoje.

Em terceiro lugar, encontra-se nesses escritos um antiafricanismo latente que torna as idéias de assimilação e embranquecimento muito atraentes. Tal antiafricanismo era responsável pelo obscurecimento da situação dos *negroes* realmente pretos, isto é, aqueles que eram tratados como tal no Brasil e cuja situação era legitimada por valores ao mesmo tempo eurocêntricos e

individualistas. Os destituídos de capital, seja financeiro, seja cultural, não tinham legitimidade para postular igualdade de tratamento e de oportunidades. O individualismo no tratamento da questão negra, geralmente perseguida por *mulattoes* americanos, que se percebem e são percebidos como *negroes* na América, mas são elegantemente tratados no Brasil, segundo nossa rebuscada etiqueta racial, traz consigo a rejeição da herança cultural africana.

Robert S. Abbot (em "My trip through South America", publicado no *Chicago Defender*, de 4 de agosto a 27 de outubro de 1923), por exemplo, deixa claro que o principal objetivo de sua viagem fora

observar, num sentido amplo, as oportunidades industriais, comerciais e sociais para o crescente grupo de negros norte-americanos ilustrados, que apenas recentemente começaram a olhar para o continente sul-americano, antes de tudo, como a resposta mais provável e segura para a solução de seus problemas individuais. (Grifos meus.)

A boa vontade de Abbot, por exemplo, era tão grande que, mesmo tendo necessitado da pressão de políticos em Washington para conseguir um visto brasileiro, e mesmo tendo sido submetido a vexames pela gerência do Lloyd, preferiu acreditar no discurso oficial da democracia racial e na sedutora etiqueta com que foi tratado no Brasil.

Apenas na década de quarenta os norte-americanos começam a reconhecer o racismo brasileiro e, mesmo assim, aqueles que o perceberam – jornalistas, viajantes (mas não os cientistas sociais) – foram alvo de um processo severo de desqualificação. O artigo de Ollie Stewart, "The color line in South America's largest republic", publicado originalmente no *Baltimore Afro-Ameri-*

can, 22 de junho e 6 e 27 de julho de 1940, abre magistralmente a Parte II da coletânea editada por Hellwig. Depois de perambular pelo Rio de Janeiro de táxi à cata de um hotel decente, sendo sucessivamente recusado, Stewart encontra finalmente abrigo num bordel. Comenta, depois, com ironia: "Talvez eu seja preto demais mesmo para a tolerância brasileira", numa referência óbvia ao bom tratamento reservado aos seus compatriotas mais claros.

Em seu artigo de 29 de junho de 1949 ("In U.S.A. It's Jim, Crow; in Brasil 'Run Around'"), Stewart descobre uma outra função do Brasil (para o negro norte-americano):

O Brasil me abriu os olhos. Segregação, discriminação e táticas jim crow não são coisas relativas a lugares. Não se pode evitá-las fugindo de um lugar para outro. Elas estão incubadas, se alimentam e florescem da capacidade dos negros em suportá-las.

No entanto, mesmo o bravo e realista Stewart se deixa seduzir pelos mitos, principalmente se se trata da Bahia, um lugar que ele não visitou:

A Bahia está no norte do Brasil, e muitos me disseram que é um lugar muito diferente do sul, em torno do Rio. Não há problemas de cor na Bahia porque lá a maior parte do povo é de cor e controla praticamente a região. (Pág. 105.)

Mas, ao final, prevalece seu realismo. Devemos a ele a frase que marca a mudança de percepção e de atitude dos negros norte-americanos com relação a si mesmos e ao Brasil:

O meu veredicto é: prefiro ser de cor nos Estados Unidos. Ao menos lá eu sei

contra o que lutar. Meus filhos poderão ir à universidade. E todas as mulatas de pele clara não morrem de vontade de se casar com brancos e terem filhos com eles. (...) Essa viagem me convenceu de que os norte-americanos de cor estão mais avançados que qualquer outro povo de cor que conheço. Os brasileiros têm mais oportunidades apenas porque estão mais atrasados. (Pág. 108.)

A mesma percepção que guiou Stewart encontrou eco em W. E. B. Du Bois, que, em carta a Edward Weeks, Atlanta, Geórgia, de 2 de outubro de 1941 (*The correspondence of W. E. B. Du Bois*, Vol II, Selections, 1933-1944, ed. by Herbert Aptheker, Amhest, University of Massachusetts Press, 1976, 304-5), acusa, pela primeira vez, o antiafricanismo e o racismo implícitos no pensamento brasileiro. Vale a pena citá-lo fartamente, posto que suas idéias não encontraram ressonância nos estudos afro-brasileiros da época, influenciados pelo pensamento de Parsons e Frazier, sob a tutela teórica de Park e da chamada Escola de Chicago:

Pretendemos ver durante muito tempo na América do Sul uma solução possível no amalgamento gradual entre brancos, índios e negros. Mas tal amalgamento não significa nenhum decréscimo de poder e de prestígio dos brancos em relação aos índios, aos negros e aos mestiços, mas, ao contrário, a inclusão, no chamado grupo branco, de uma infiltração considerável de sangue negro, ao mesmo tempo que mantém as barreiras sociais, a exploração econômica e a marginalidade política do sangue negro enquanto tal. (Pág. 119.)

E, apesar dos fatos, nenhum brasileiro ou venezuelano ousa se orgulhar de seus ancestrais negros. (...) Se quisermos

quebrar barreiras e, com grande custo em riqueza e esforço, elevar gradualmente essa classe deprimida ao nível de cultura de que ela é capaz, precisamos compreender francamente que isso não significa no futuro conviver com a dominação branca; de fato, isso deve ser o começo do fim dessa dominação. (Pág. 119-20.)

Somente duas décadas depois essas idéias ganharão amplo trânsito entre intelectuais negros nos Estados Unidos. No Brasil, apesar das denúncias da Frente Negra Brasileira nos anos quarenta, a função conservadora da "democracia racial" apenas se mostrará meridianamente clara quando encampada como ideologia oficial pelo regime militar, no final dos anos sessenta. Nos Estados Unidos, ao contrário, serão a busca de uma solução coletiva para o racismo e o fortalecimento do movimento negro de massas que sepultarão "o mito do paraíso racial". A rejeição do assimilacionismo de Park e a crise de legitimidade da escola funcionalista foi seguida pela emergência do pan-africanismo como movimento cultural e pela crítica marxista à sociedade de classes. Como diz Hellwig em sua introdução:

Os negros norte-americanos passaram a perceber na sociedade brasileira, ao invés de um modelo para emulação, as contradições e os perigos para as pessoas de cor que lhes eram familiar. De fato, o mito do paraíso começou a dar lugar a cenários sombrios. Alguns negros temeram que, à medida que os Estados Unidos destruissem Jim Crow e que o comportamento e atitude dos brancos mudassem no sentido de uma maior aceitação, os Estados Unidos poderiam tornar-se como o Brasil, onde, apesar da inexistência de violência ra-

cial e de discriminação explícitas e da aceitação de casamentos mistos, falta ainda hoje aos afro-brasileiros, enquanto grupo, orgulho em sua africanidade tanto quanto lhes faltam riqueza, poder e posição. (Pág. xiii.)

Também a Parte III tem a sua abertura magistral. Dessa vez, Hellwig nos põe diante das reflexões de Angela M. Gilman, "From Roxbury to Rio - and back in a hurry", publicado originalmente no *Journal of Black Poetry 1* (Winter-Spring 1970), p. 8-12. Como estudante de pós-graduação, Gilman havia lido Florestan Fernandes (1965) e entendido a formação e o modo operandis de nossa ordem racial; como negra norte-americana, fora educada nos valores da africanidade e do movimento negro de massas. Pôde assim compreender imediatamente o âmago do racismo brasileiro:

Por que as pessoas acham que a opressão física e legal é necessariamente mais destrutiva que a opressão psicocultural? Em ambas as instâncias, trata-se da destruição de um povo e de sua humanidade (Pág. 174.)

Sua percepção aguçada lhe permitiu observar duas características fundamentais de nosso racismo. Em primeiro lugar, o fato de que os grupos de cor são definidos, em última instância, pela cor e não por outros atributos sociais, econômicos ou culturais. Em segundo, o fato de que, sustentando a percepção da cor, está uma refinada consciência racial. Tomemos, como exemplo da primeira característica, esta frase:

O que nos leva à definição de "negro" no Brasil é confusa, sem dúvida. Mas, com ou sem dinheiro, trata-se de

uma cor: educação e classe social entram em sua definição como elementos suplementares. A cor permanece o indicador definitivo, apesar de todos os rumores em contrário. (Pág. 176.)

Como exemplo da segunda característica, podemos citar os comentários de Gilman à anedota sobre o prefeito negro que, depois de eleito, virou *branco*, "simplesmente porque não poderia haver prefeitos pretos":

Eles ouvem algo parecido com a anedota acima e pensam que há mais mobilidade e/ou equidade para os negros brasileiros. Mas o que realmente está em questão nessa história? Negro é tão negativo que os brasileiros preferem mudar a caracterização do prefeito para um positivo – branco. (Pág. 176.)

No restante dos artigos, encontramos outros ecos das observações acuradas que Florestan Fernandes sistematizou pela primeira vez na tese escrita para concorrer à cátedra de sociologia na Universidade de São Paulo e que foram depois aprofundadas por diversos autores, entre os quais se destaca um texto que Anani Dzidzinyeno (1971) publicou na Inglaterra.

Cleveland Donald, Jr., por exemplo, em "Equality in Brazil: confronting reality", publicado originalmente em *Black World*, 22 de novembro de 1972, p. 23-4, nos diz, sobre a etiqueta das relações raciais no Brasil, que:

O brasileiro branco enfatiza indevidamente a demonstração simbólica da falta de preconceito. Se um negro está por perto – mesmo (ou preferencialmente) se se trata de um serviçal –, o branco certamente dará abraços e beijos fraternais para demonstrar afeto. Ainda que

usados para reforçar o argumento de inexistência do preconceito, a estratificação brasileira e a distância social retiram o significado pretendido desses gestos, deixando-os como simples expressão de etiqueta social, paternalismo e condescendência. (Pág. 203.)

Sua definição do racismo brasileiro é ao mesmo tempo acurada e cruel. Permitam-me, pois, citá-lo longamente:

Entretanto, porque os aspectos africanos de sua personalidade são desenfaturados e eventualmente erradicados, esse processo de assimilação de fato depura-o de suas características raciais identificáveis, isto é, de seus traços físicos e de sua herança cultural. Conseqüentemente, os afro-brasileiros sabem que a assimilação brasileira jamais aceitou o africano – apenas o branco numa pele negra. Por outro lado, a realidade, em contraste com o mito, ensinou ao afro-brasileiro que a pele negra jamais cobriu um homem branco. Ele entendeu o que sob o nosso sistema de segregação é um pressuposto: em nenhuma circunstância ele será tolerado como um igual. (Pág. 209.)

Por uma razão, ser negro no Brasil é muito mais pejorativo, perigoso e desconfortável que nos Estados Unidos. (...) Aqueles chamados "negros" no Brasil encontram fechadas todas as possibilidades de avanço, enquanto nos Estados Unidos os negros têm freqüentemente tido oportunidades e encontrado algum contentamento psicológico quando afirmam sua negritude. De fato, pouco importa se um mulato brasileiro não é negro; muito mais importante é o fato de que ele jamais é branco. (Pág. 212.)

Essa amargura norte-americana com a situação dos irmãos de cor brasileiros cedeu

lugar, todavia, nos dias que correm, a uma grande admiração pela pujança com que a africanidade passa a ser reivindicada entre nós. Depois do movimento carioca do *black soul* nos anos sessenta (quando a influência afro-americana se fez evidente), a influência caribenha dos anos oitenta e uma volta às raízes da cultura afro-brasileira transformaram a Bahia numa meca cultural negra que não passou despercebida aos *African-Americans*.

Hellwig fecha sua coletânea justamente com um artigo de Rachel Jackson Christmas, "In harmony with Brazil's African pulse", publicado originalmente no *The New York Times*, de 20 de novembro de 1988. Nesse artigo, vê-se em elaboração não um novo mito, mas a profunda vontade afro-americana de buscar em outros povos negros do Caribe e da América do Sul algo da africanidade perdida durante a dura luta pela emancipação: formas religiosas, formas de se vestir e pentear, enfim, o jeito africano de ser. Nas suas palavras:

A acolhedora profusão de penteados naturais que vimos na Bahia foi uma indicação da consciência saudável que começou a brotar. Essa tendência fez-me suportar mais facilmente os males socio-políticos do país, inclusive a pobreza massiva. (...) Ainda que, num certo sentido, a vibrante cultura brasileira tenha me lembrado a primeira visita à África, não cheguei mais perto do conhecimento das paisagens, das línguas e das tribos de meus antepassados. Mas andando pelas ruas da Bahia me revelou um pouco, em vívido technicolor, o modo como meu passado me moldou. (Pág. 257-8.)

Esperemos que o livro de Hellwig esteja brevemente disponível em português. Sua coletânea revela de modo agradável e erudito o quanto da nossa formação racial foi e está sendo construída em diálogo com nossos colegas e irmãos norte-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DZIDZINYENO, Anani (1971). *The position of Blacks in Brazilian society*. London.
- FERNANDES, Florestan (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 2 vols.
- HARRIS, Marvin (1967). *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (edição americana: *Patterns of race in the Americas*. New York, Walker, 1964).
- HELLWIG, David J. (1991). "E. Franklin Frazier's Brasil". *Western Journal of Black Studies*, (15):87-94, Summer 1991.
- NOGUEIRA, O. (1954). "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem - Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. São Paulo, agosto de 1954, vol. I.
- SKIDMORE, T. E. (1976). *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.



O Brasil e a China: a cooperação em ciência e tecnologia em perspectiva histórica*

Paulo Roberto de Almeida**

*Recebido para publicação em maio de 1994.

**Cientista político e diplomata na Embaixada do Brasil em Paris.

Quais as possibilidades e condicionamentos da cooperação entre o Brasil e a China no terreno da ciência e da tecnologia? Quais as bases de uma política nacional de desenvolvimento nessa área? Quais são as razões da preeminência ocidental nesse setor? O meio ambiente internacional é favorável à transferência de tecnologia ou o desenvolvimento tecnológico deve assentar, prioritariamente, em bases autônomas, notadamente a formação de recursos humanos?

O texto discute esses diferentes problemas a partir de uma digressão histórica sobre a natureza do desenvolvimento e os requisitos sociais do progresso tecnológico, registrando em primeiro lugar as contribuições da China para o progresso científico da humanidade e analisando em seguida as razões do domínio ocidental a partir da Renascença. O Ocidente foi capaz de estabelecer e manter um "modo inventivo" de produção cujas bases fundamentais são dadas pela disseminação do progresso técnico e a incorporação da ciência básica pela indústria.

O desenvolvimento econômico e tecnológico depende de fatores sociais, culturais, institucionais, econômicos e propriamente científicos que estão intimamente ligados a uma correta política de formação profissional, tanto no nível da educação de massa como no do aperfeiçoamento técnico sistemático em níveis mais avançados da graduação. A política de educação desempenha o papel verdadeiramente estratégico nos programas de desenvolvimento nacional. O Brasil e a China realizam grandes esforços nesse sentido, mas muito ainda resta por fazer, sobretudo levando-se em conta as atuais restrições à difusão irrestrita da ciência e da tecnologia e as novas orientações que se desenharam no campo da proteção à propriedade intelectual.

Palavras-chave: Brasil; China; ciência; tecnologia; propriedade intelectual; transferência de tecnologia; cooperação.

Tornou-se lugar-comum hoje em dia afirmar o primado da ciência e da tecnologia como fatores de produção: elas seriam tão ou mais importantes no processo produtivo contemporâneo quanto os recursos naturais, os equipamentos industriais ou a própria mão-de-obra. Já se disse que o cenário emergente do séc. XXI será marcado não necessariamente por uma divisão entre ricos e pobres, mas entre os que dominam o conhecimento especializado e aqueles que não o dominam. O saber, não o ter, será o critério distintivo das sociedades no próximo milênio.

A ciência e a tecnologia são importantes não apenas para as políticas nacionais de desenvolvimento, mas igualmente e sobretudo enquanto elementos de primeiro plano na trama atual das relações internacionais. É sob o marco dessas alavancas essenciais ao desenvolvimento do Brasil e da China e é sobre a base desses dois elementos-chave ao progresso econômico e social que se deve assentar uma fração significativa do relacionamento bilateral entre os dois países nos próximos anos.

A China e o Brasil são seguramente muito diferentes hoje do que eram num passado ainda recente: a produção agrícola e industrial, em que pese a diferença de estruturas econômicas, conheceu saltos fantásticos; as fontes de energia continuaram a se desenvolver; novos meios de transportes integram hoje regiões antes isoladas; sistemas modernos de comunicações passaram a alcançar comunidades distantes; e os benefícios da saúde e da educação puderam ser estendidos a um número maior de pessoas. A despeito da forte expansão demográfica experimentada pelos dois países nos últimos 20 anos, o Produto Bruto por habitante cresceu praticamente 300% desde a década de sessenta. Essas realizações são ainda mais admiráveis em países de dimensões continentais como o Brasil e a China, onde

as diversidades regionais são por vezes tão marcadas quanto as diferenças climáticas.

O desenvolvimento não é, entretanto, uma estrada uniforme ou desprovida de obstáculos. A experiência histórica de muitos países em desenvolvimento nas últimas décadas tem demonstrado que, apesar da aceleração do crescimento e dos inegáveis avanços na construção da base industrial, tende a persistir certa coexistência de métodos diversos de produção e de distribuição, assim como diferenças técnicas por vezes surpreendentes na forma de o homem se relacionar com o meio natural. Mesmo nações de relativo avanço industrial como o Brasil e a China vêem conviver, lado a lado, a energia nuclear e o carro de bois, o satélite de comunicações e o fogão a lenha.

Somos, assim, levados a constatar que altas taxas de crescimento econômico ou a rápida mutação na base produtiva material não são suficientes para garantir a transformação equilibrada de todos os setores da sociedade. O processo de desenvolvimento é, por sua própria natureza, desigual, trazendo soluções inovadoras a velhos problemas, mas introduzindo ao mesmo tempo novas dificuldades sem fornecer respostas suscetíveis de serem implementadas no curto prazo. Enquanto ele aproxima o computador de populações semi-alfabetizadas e a linguagem informatizada da cultura oral, o desenvolvimento gera, de contínuo, novas desigualdades econômicas e sociais.

No entanto, os países em desenvolvimento não podem esperar pela homogeneização completa de suas estruturas sociais para enfrentar o grande desafio do progresso científico e tecnológico. Num mundo interdependente, cada vez mais dominado por fluxos transnacionais de comércio de bens e serviços, os esforços nacionais de desenvolvimento devem ser levados a cabo simultaneamente em todas as frentes, se

não quisermos que a distância entre nossos países e aqueles mais avançados continue a se aprofundar.

Não se conhecem receitas simples para o desenvolvimento e não existem atalhos fáceis no caminho que deve conduzir à plenitude da moderna sociedade industrial. Mesmo acreditando-se na possibilidade de ser encontrada uma fórmula supostamente salvadora, é altamente duvidoso que se consiga transplantar experiências bem-sucedidas num determinado contexto, como o da Europa e dos Estados Unidos, por exemplo, para outros povos e outras culturas tão diferentes como o Brasil e a China.

A despeito da distância cultural entre os respectivos povos, das experiências históricas diversas, ou das diferenças existentes entre os respectivos sistemas econômicos e políticos, o Brasil e a China partilham da vontade comum de avançar o mais rapidamente possível em direção ao século XXI. Um mesmo elemento será instrumental nessa grande tarefa do desenvolvimento, qualquer que seja o caminho escolhido em cada país: trata-se do caráter universal da ciência e da tecnologia.

A China, país de velha civilização e de cultura milenar, já brindou a humanidade com um número significativo de descobertas e invenções. A fascinação exercida no Ocidente medieval e renascentista pela China imperial não era devida apenas às fabulosas riquezas de Cathai, que sempre atraíram mercadores corajosos e aventureiros intrépidos, mas resultava igualmente de procedimentos técnicos extraordinários e produtos misteriosos que encantavam povos europeus ainda rudes e tecnologicamente pouco desenvolvidos.

Não há exagero em se afirmar que a China foi, durante muito tempo, uma espécie de paradigma da inventividade humana e, até o século XV pelo menos, ela de-

monstrou ser muito mais eficiente do que as sociedades européias na aplicação do conhecimento do meio ambiente às necessidades práticas do homem.

Foi do Império do Meio que a Europa medieval herdou grande parte de seus conhecimentos e técnicas científicas: as três maiores inovações dos primórdios da era moderna – a bússola, a pólvora e a imprensa – são originárias da China. Assimiladas, no momento oportuno, por outros povos em terras distantes, algumas dessas contribuições chinesas ao patrimônio comum da humanidade permitiram, por exemplo, que regiões antes desconhecidas fossem incorporadas ao arco civilizacional então existente, como aliás é o caso do próprio Brasil e do Novo Mundo em geral.

A ciência moderna, isto é, a bagagem de conhecimentos acumulada pelo homem sobre a vida e os processos naturais desde o século XVI, deve muito à admirável história da ciência e da tecnologia chinesas. O Ocidente retribuiria em parte o legado herdado da China, notadamente através dessa figura extraordinária que foi o jesuíta italiano Mateo Ricci, que, autorizado a se instalar na corte imperial em 1601, ensinou aos letrados chineses os fundamentos do método experimental. Ricci deu cursos de matemática e de astronomia; traduziu em chinês os *Elementos*, de Euclides; ajudou a reformar o calendário; e transmitiu a então nascente tecnologia ocidental: fundição de canhões, relógios solares, mapas geográficos etc. Estava lançada a cooperação científica entre sistemas sociais diferentes.

Seria um erro pretender separar a produção científica das condições sociais que presidem à sua elaboração. As descobertas e inovações técnicas introduzidas numa determinada sociedade em certas etapas de seu desenvolvimento histórico não são apenas o resultado do trabalho de homens geniais ou de sábios isolados em seus labora-

tórios. Elas são, antes de mais nada, o produto e a expressão de uma cultura e de uma sociedade e não deixam de refletir um sistema de valores inserido num processo social que favorece o espírito inventivo e o esforço criativo.

O desenvolvimento econômico e tecnológico de uma dada sociedade não pode assim ser exercido num vácuo social. Ele depende de fatores sociais, culturais, institucionais, econômicos e propriamente científicos. Estes últimos estão intimamente ligados a uma correta política de formação profissional, tanto na educação de massa como no aperfeiçoamento técnico sistemático em níveis mais avançados de graduação. A política de educação desempenha, portanto, o papel verdadeiramente estratégico nos programas de desenvolvimento nacional. O Brasil e a China empreendem esforços extraordinários nesse sentido, mas deve-se reconhecer que ainda resta um longo caminho a percorrer.

Se os países da Europa ocidental puderam exercer, durante os últimos quatro séculos e até uma data ainda recente, uma hegemonia incontestável sobre as demais regiões do planeta foi porque eles conseguiram estabelecer um verdadeiro "sistema de crescimento", sustentado por um constante processo de inovação, seja no que concerne aos meios de produção, seja na confecção dos instrumentos propriamente militares de dominação.

Esse modo inventivo de produção, que permitiu o desencadear da Revolução Industrial e das revoluções científicas que lhe são associadas, só se tornou possível a partir de uma sólida base de conhecimentos técnicos difundidos em círculos cada vez mais amplos da população. O triunfo histórico do que se convencionou chamar de "racionalismo ocidental" pode ser em grande parte atribuído à notável expansão das oportunidades educacionais, permitida

pela consolidação dos Estados nacionais nos séculos XVII e XVIII. E foi a racionalidade científica que possibilitou o dinamismo social, a competitividade econômica, a eficiência industrial, a *performance* militar, a dominação política, enfim, das potências ocidentais.

O sucesso histórico do modelo econômico ocidental já foi explicado pela dominação externa de outros povos e sociedades, seguida da conseqüente extração de seus recursos produtivos. Mas, essa explicação *esquece*, muitas vezes, de dizer que nenhum poder imperial se sustenta sem uma adequada base econômica de natureza propriamente interna, isto é, sem a manutenção de taxas relativamente elevadas e constantes de produtividade. Assim, ao lado dos fatores específicos ligados à organização social do trabalho nesse sistema produtivo, é preciso mencionar a difusão de um conhecimento técnico de base, largamente facilitada pela ampliação da rede escolar nas diversas sociedades que se modernizaram nesse período. Por outro lado, nenhum outro processo social foi tão responsável pelo desenvolvimento contínuo das forças produtivas nessas sociedades como a disseminação da inovação técnica no nível da unidade de produção.

Finalmente, a afirmação e o sucesso continuado desse modo inventivo de produção só se tornaram possíveis graças à institucionalização da pesquisa técnico-científica, não mais em escala apenas industrial, mas já no âmbito dos laboratórios especializados. Hoje em dia, o sistema industrial passou a depender, cada vez mais, de uma infra-estrutura de conhecimentos e de procedimentos técnicos especializados que estão estreitamente ligados ao progresso da ciência experimental, sob a forma de pesquisa e desenvolvimento. A interação entre o sistema produtivo e o complexo científico-tecnológico nos países desenvol-

vidos alcança hoje todos os ramos do conhecimento humano e seus efeitos se estendem igualmente a todas as esferas da atividade econômica.

Os países que, como a China e o Brasil, aspiram oferecer a suas populações todos os benefícios do sistema industrial moderno, inclusive participando do comércio mundial de bens e serviços, devem igualmente dominar todas as etapas do processo de elaboração do conhecimento técnico-científico. O progresso tecnológico não pode ser simplesmente importado: ou ele permeia todas as fases da formação dos recursos humanos num determinado país, ou ele será sempre uma cópia servil de produtos estrangeiros sem se estender ao próprio processo de produção.

O processo histórico da industrialização tradicional, até meados deste século pelo menos, demonstrou que a difusão internacional da tecnologia disponível atuou como importante fator de recuperação para as sociedades que chegaram tardiamente à etapa da modernização. A vantagem comparativa de muitas dessas experiências nacionais de industrialização tardia se constituiu justamente na possibilidade de se beneficiar dos exemplos e dos conhecimentos produzidos pelos pioneiros para o estabelecimento de sistemas produtivos mais modernos e mais eficientes. Tal foi o caso, entre outros, da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão, desde o último quartel do século passado, e tal parece ser o itinerário, hoje, dos assim chamados "novos países industriais". Tudo indicaria que outras sociedades poderiam também reproduzir a experiência desses antecessores, à condição evidentemente de dispor dos recursos materiais e humanos e dos fatores sociais e institucionais para sustentar o esforço industrializador.

Apesar de o mundo hoje ter-se tornado ainda mais interdependente do que há um

século, com o incremento do intercâmbio global e a interpenetração dos mercados, a repetição das *performances* dos atuais países avançados tende, contudo, a ficar mais difícil para países como os nossos e pode ser mesmo inconcebível para a grande maioria dos atuais países em desenvolvimento.

Dois razões explicam a descontinuidade histórica no processo de recuperação tecnológica e sua possível não-operatividade atual para muitos países de desenvolvimento relativamente tardio: a complexidade intrínseca das novas tecnologias e a tendência a cercear a difusão do conhecimento tecnológico. Tratemos mais detidamente dessas duas questões.

Até finais do século passado, as grandes inovações técnicas da revolução industrial podiam ser consideradas como fazendo parte de um estoque comum de conhecimentos colocado à disposição dos países engajados na corrida da industrialização. A incorporação dessas tecnologias ao sistema produtivo industrial não dependia, ou pelo menos não tanto como atualmente, de um pessoal altamente qualificado dedicado integralmente a atividades de pesquisa e desenvolvimento em nível de laboratório. Mesmo o volume de recursos financeiros e de meios materiais para a implementação das inovações técnicas não significava uma barreira intransponível para a maior parte dos países integrados ao sistema econômico mundial.

Esse antigo modelo de desenvolvimento industrial estava associado a uma fase ainda elementar da relação entre o homem e o mundo natural; tratava-se da transformação de elementos materiais existentes através da utilização da energia em suas diversas formas: a energia térmica, os combustíveis fósseis, a eletricidade.

A atual etapa de desenvolvimento industrial, ao contrário, dá maior importância

à produção e à manipulação da informação, atribuindo menor peso relativo à energia e à matéria. O novo sistema industrial se baseia no desenvolvimento de forças produtivas cada vez mais exigentes em elementos imateriais e crescentemente poupadores de matérias brutas e energia.

O próprio surgimento da energia nuclear – antes mesmo da atual revolução da informação – significou uma transformação fundamental da relação entre as sociedades e o conhecimento tecnológico. A capacidade científica e técnica, associada à possibilidade de utilização da energia nuclear (necessariamente concentrada em reduzido número de países), representou, na verdade, o estabelecimento de uma nova relação de forças entre as nações, muito mais do que a pólvora o havia feito nos albores da era moderna. Os países pioneiros na tecnologia nuclear pretenderam mesmo congelar em seu exclusivo benefício a relação de forças então criada, situação evidentemente inaceitável para países como os nossos, que não se pretendem fechar a nenhuma das conquistas da civilização moderna.

Seja no setor nuclear, seja no das tecnologias de ponta, as inovações tendem a surgir como resultado de enormes investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A intensificação crescente da utilização de capital na pesquisa científica operacional parece ser uma característica permanente do atual modelo de industrialização e de desenvolvimento econômico. A desigualdade assim introduzida, em escala mundial, entre os países que podem se permitir desenvolver pesquisa científica e explorar industrialmente os sistemas técnicos dela derivados e os demais países, designados como meros usuários dessas novas tecnologias, pode significar o surgimento de nova espécie de dominação, menos brutal talvez do que a antiga forma de exploração colo-

nial direta, mas provavelmente mais insidiosa e aguda.

A intensidade tecnológica das indústrias de ponta bem como o enorme volume de recursos financeiros que elas supõem parecem, pois, atuar como uma barreira à difusão universal das novas tecnologias e sua extensão a países relativamente carentes em capital e em recursos humanos. Mesmo alguns países desenvolvidos, mas de menor poder relativo, têm por vezes dificuldades em encontrar fontes adequadas de financiamento para a pesquisa e desenvolvimento nesses novos campos. Daí a associação e a cooperação em projetos de pesquisas entre diversos países, como é o caso dos programas Eureka e Esprit no nível da Comunidade Econômica Européia.

Os países em desenvolvimento que, como o Brasil e a China, pretendem dominar todos os aspectos da produção e utilização das novas tecnologias são assim obrigados a operar uma igualmente formidável concentração de recursos em pesquisa e desenvolvimento. As limitações financeiras e de capital humano que ainda marcam o esforço industrializador nesses países parecem impor, quase naturalmente, a necessidade de cooperação científica e tecnológica e a busca de associações privilegiadas, mobilizando as melhores capacidades técnicas de cada país em setores selecionados de pesquisa e desenvolvimento.

A complexidade dos sistemas técnicos contemporâneos tornou a inovação tarefa essencialmente coletiva. O inventor isolado, se ainda existe, está cada vez mais raramente associado a novas fronteiras do conhecimento humano. Contrariamente à utilização da energia para a transformação da matéria, como se fazia nas fases anteriores da revolução industrial, a elaboração, a transferência, o tratamento e utilização da informação, que passaram a caracterizar o cenário tecnológico deste final de século,

superam as possibilidades do pesquisador isolado. Mais ainda, a pesquisa científica e a inovação técnica se tornaram tão solidárias uma da outra que as antigas distinções entre pesquisa fundamental e pesquisa operacional tendem a se diluir. A evolução tecnológica depende tanto do laboratório como da fábrica, da universidade como da empresa, dos cientistas e administradores individuais como do Estado. O reconhecimento dessa simbiose torna, assim, ainda mais imperativa a necessidade de cooperação entre países que partilham da mesma preocupação quanto aos rumos do desenvolvimento tecnológico futuro da humanidade.

Que dizer, por outro lado, do caráter universal da ciência e da tecnologia, dessa capacidade da racionalidade científica de romper as barreiras linguísticas e as fronteiras políticas dos Estados soberanos?

Os pesquisadores engajados na produção de ciência e na sua aplicação aos problemas práticos enfrentados pelas sociedades sempre se identificaram como pertencentes a uma mesma comunidade de interesses, dotada fundamentalmente de uma mesma visão do mundo no que se refere ao objeto de seus esforços: o intercâmbio dos resultados respectivos das pesquisas engajadas como forma de melhor servir à causa do progresso e do desenvolvimento dos povos. O próprio trabalho científico foi sempre concebido como independente de opções políticas ou de preocupações econômicas, voltado primordialmente para as necessidades da humanidade como um todo.

Cabe, no entanto, interrogar-se sobre a significação dessa "universalização da ciência" em face da estrutura atual da pesquisa científica em nível mundial e das tendências visíveis quanto à possibilidade de difusão irrestrita dos conhecimentos produzidos pelos cientistas. Essa questão está evidentemente ligada ao segundo fator identifica-

do como um dos obstáculos atuais à recuperação do atraso tecnológico motivado por processos industrializadores relativamente tardios: a restrição que se manifesta em alguns círculos à difusão dos conhecimentos elaborados nos laboratórios financiados pelo setor público. Em outros termos, pretende-se que o universal deixe de ser universal.

Tradicionalmente, a cooperação nos meios científicos se faz não apenas através do intercâmbio de informações durante colóquios e seminários e da divulgação das pesquisas em periódicos e publicações especializados, mas também por meio do acesso dos cientistas aos laboratórios de seus colegas, sobretudo aqueles dos centros mais avançados. O desenvolvimento extraordinário da informática e da telemática, por outro lado, significa que um número cada vez maior de cientistas trabalhando nos lugares mais distantes do planeta poderia, em princípio, passar a ter acesso imediato ao estoque mundial de conhecimentos científicos. Estaríamos, assim, no limiar de uma verdadeira revolução cultural, desta vez reproduzindo em escala planetária o fenômeno de expansão cultural que a difusão da imprensa representou para a Europa do século XV.

Entretanto, não é isso o que está ocorrendo em escala mundial. Atualmente, as restrições de natureza política ou ideológica já observadas no passado tendem a ser reforçadas, quando não superadas, por considerações de natureza econômica ou comercial. Não se deve por certo esquecer que a pesquisa científica e tecnológica apresenta custos cada vez mais elevados e que os resultados obtidos constituem, em alguns casos, "bens econômicos" dotados de valor de mercado. Mas, o cerceamento exagerado dos fluxos de informação científica pode agir em detrimento das próprias políticas nacionais de desenvolvimento tecnológico,

já que a restrição ao intercâmbio transfronteiriço de dados tende a diminuir os insumos colocados à disposição dos pesquisadores.

Esse fenômeno é ainda agravado pela nova orientação, de caráter igualmente restritivo, que se pretende imprimir à proteção da propriedade intelectual, já objeto de difíceis negociações nos organismos internacionais com sede em Genebra. A legítima proteção que passa a ser concedida aos novos campos do conhecimento humano — na informática ou na biotecnologia, entre outros exemplos — deveria normalmente ter como contrapartida o estabelecimento de um necessário equilíbrio entre os direitos dos detentores das invenções e seus deveres para com a sociedade que lhes confere o monopólio de exploração sobre os produtos e processos por eles criados. Não é, contudo, a opinião de alguns representantes dos setores engajados comercialmente nas pesquisas ligadas aos novos campos: avançando o argumento da “confidencialidade” da inovação tecnológica, eles não pretendem compensar a concessão de direitos exclusivos de utilização com a indispensável divulgação do conhecimento produzido. O que se busca, na verdade, é legitimar no plano multilateral o princípio do “segredo comercial”, como se esse conceito devesse necessariamente passar do plano das relações contratuais entre empresas privadas para o nível das relações entre Estados.

Uma parte significativa da pesquisa e desenvolvimento no campo das novas tecnologias — pelo menos aquela que apresenta incidência direta para os sistemas produtivos — é hoje conduzida pelas grandes empresas transnacionais, que também são responsáveis pela chamada transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Essa transferência não se dá, no entanto, diretamente, como o conceito poderia deixar supor, mas preferencialmente

numa relação de matriz a filial, que nada mais constitui senão um fluxo interno à própria empresa. Os países em desenvolvimento recebem, assim, produtos e processos cujos custos já estão em grande parte amortizados, sem se beneficiar do acesso ao *know-how*, que lhes permitiria uma produção autônoma. Em outros termos, há mais transporte do que transferência de tecnologia.

A eventual instalação de laboratórios das empresas transnacionais em países em desenvolvimento não está dirigida para a pesquisa nos setores tecnológicos mais avançados, mas se destina fundamentalmente a adaptar e explorar nos mercados locais setores de baixa ou média intensidade tecnológica. A produção local de bens de alta tecnologia, quando ocorre, visa se beneficiar de menores custos relativos, em materiais ou mão-de-obra, tendência já algo em recuo dada a automação crescente das unidades de produção nos países mais desenvolvidos.

O fato, assim, de aceitar novas regras de proteção à propriedade intelectual — na verdade, a extensão dos monopólios de importação e exploração local sem a contrapartida da divulgação — pode resultar no congelamento de uma relação de forças já bastante desigual para os países em desenvolvimento. Países que, como o Brasil e a China, possuem a capacidade de digerir, reproduzir e transformar tecnologia estrangeira podem ver restringidas as possibilidades de um desenvolvimento científico autônomo, consolidando-se uma nova divisão internacional do trabalho que não atende a seus mais legítimos interesses nacionais. O dever de conceder proteção adequada a técnicas e procedimentos inéditos de fabricação não pode ser dissociado do direito de utilizar os conhecimentos que eles pressupõem em benefício da sociedade como um todo.

Como já se disse tantas vezes, as leis que presidem à elaboração da ciência são universais, como é universal o próprio conhecimento científico. Mas não são universais todas as outras condições que servem à elaboração ou tornam operacional o conhecimento científico: pessoal qualificado, instituições de pesquisa, laboratórios, universidades, registro e circulação da informação científica. Esses elementos têm necessariamente de fazer parte do patrimônio de um país se ele pretende aceder às etapas mais avançadas dessa informação.

O Brasil e a China, por características próprias em termos de espaço, recursos naturais e população, são países em desenvolvimento que dispõem como poucos da

capacidade de dominar vasta gama de elementos do sistema técnico contemporâneo. Os dois países já se lançaram à conquista dos setores estratégicos de alta tecnologia: energia nuclear, foguetes e vetores de lançamento, indústria aeronáutica, telecomunicações, biotecnologia, microeletrônica e outros mais. Os obstáculos ao domínio completo desses sistemas não são todos de natureza técnica, mas derivam, entre outros motivos, da insuficiência dos recursos disponíveis, inclusive em termos humanos, e dos limites impostos à transmissão do conhecimento científico. A cooperação científica entre o Brasil e a China deverá contribuir para superar alguns desses obstáculos.

SUMMARY

Brazil and China – Concerning scientific and technological cooperation

What are the changes and conditions for cooperation between Brazil and China in terms of science and technology? What is the basis for a national policy for development in this area? What are the roots of western preeminence in this sector? Is the international environment favorable to the transferring of technology, or is it preferable for technological development to be established in autonomous bases, particularly in terms of human resources?

This article discusses these different problems based on an historical digression on the nature of development and the social requirements of technological progress, registering first China's contributions to Humankind's scientific progress and then looking at the reasons for western domination since the Renaissance. The West was able to establish and maintain an "inventive mode" of pro-

duction, whose fundamental bases were the dissemination of technological progress and the incorporation of basic science by industry.

Economic and technological development depend on social, cultural, institutional, economic and even scientific factors which are intimately linked to a well thought-out policy of professional training, including both the basic educational level of the population, and the systematic technical advancement in the upper educational levels. Educational policy plays a true strategic role in programs of national development. Brazil and China have made strong efforts in this respect, but there is still much to do, particularly taking into account the current restrictions on the unfettered spread of science and technology and the new orientations outlining the protection of intellectual property.

RÉSUMÉ

Le Brésil et la Chine face à la coopération en sciences et en technologie

Quelles sont les possibilités et les conditions de coopération entre le Brésil et la Chine dans le domaine de la science et de la technologie? Quelles

sont les bases d'une politique nationale de développement dans ce domaine? L'environnement international est-il favorable au transfert de tech-

nologie ou le développement technologique doit-il s'asseoir de préférence sur des bases autonomes et notamment sur la formation de ressources humaines?

Le présent texte étudie ces différents problèmes à partir d'une parenthèse historique sur la nature du développement et sur les pré requis sociaux du progrès technologique. Il fait état en premier lieu des contributions de la Chine en faveur du progrès scientifique de l'Humanité pour analyser ensuite les raisons de la domination occidentale à partir de la Renaissance. L'Occident s'est révélé capable d'établir et de maintenir un "mode inventif" de production, dont les bases fondamentales sont données par la dissémination du progrès technique et l'incorporation des données scientifiques de base par l'industrie.

Le développement économique et technologique dépend de facteurs sociaux, culturels, institutionnels, économiques et proprement scientifiques. Ces facteurs sont étroitement liés à une politique correcte de formation professionnelle, aussi bien au niveau de l'éducation de masse qu'à celui du perfectionnement technique systématique à des niveaux plus élevés. La politique éducative joue un rôle véritablement stratégique dans les programmes de développement national. Le Brésil et la Chine réalisent de grands efforts dans ce sens, mais beaucoup reste à faire, surtout si on tient compte des restrictions actuelles quant à la libre diffusion de la science et de la technologie ainsi que des nouvelles orientations qui se font jour dans le domaine de la protection de la propriété intellectuelle.

Eleições na África do Sul: uma visão de primeira mão*

Fernando Rosa Ribeiro**

**Uma versão bastante reduzida e modificada deste artigo foi publicada em Afro-Reggae Notícias, em junho de 1994. Recebido para publicação em junho de 1994.*

***Pesquisador visitante do Núcleo da Cor, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ.*

O sistema jurídico-político de dominação racializada conhecido como *apartheid*, instituído a partir de 1948 pelo Partido Nacionalista africano, recebeu seu atestado de óbito nas eleições de abril de 1994. Houve júbilo, como era de se esperar, no mundo inteiro. Cerca de cem mil observadores, jornalistas e visitantes estrangeiros invadiram a África do Sul em abril para ver, monitorar e registrar as eleições.

Falando poucos dias depois da abertura oficial do novo Parlamento sul-africano, multirracial e dominado pelo CNA (Congresso Nacional Africano), Walter Sisulu, um veterano da luta contra o *apartheid*, declarou que o mundo inteiro quer reivindicar a “revolução” sul-africana. E é o que pude verificar, observando o comportamento de estrangeiros na Cidade do Cabo.

Esses estrangeiros se ofereciam em massa para ser *peace monitors* nas eleições, observadores junto aos locais de votação ou fazer o que quer que fosse, contanto que pudessem estar imersos de algum modo no processo eleitoral. Milhares de sul-africanos e estrangeiros usaram milhões de *rands* em campanhas nacionais de *voter education* – campanhas que ensinavam a população iletrada, semiletrada e até a letrada que nunca havia votado na vida a votar, a marcar o X numa extensa lista de candidatos (19 partidos participaram das eleições). Agências e governos internacionais (por exemplo, o norte-americano) forneceram a maior parte do dinheiro para isso. A vitória contra o *apartheid* foi, portanto, uma vitória de todos: a cobertura mundial (bastante extensa) dada às eleições nos meios de comunicação mostra isso.

O *apartheid* foi um sistema incrivelmente iníquo, a luta para derrubá-lo demorou décadas e custou muito esforço e sofrimento, além da vida de muita gente. O fato de que as eleições ocorreram sem impedimentos graves (a despeito de todos os problemas que surgiram – atentados da extrema-direita, manobras de última hora, ameaças de violência, pressões) foi visto local e in-

ternacionalmente como uma vitória numa luta moral. A iniquidade pode ser derrotada, a democracia é uma realidade. O júbilo não poderia ter sido maior.

Estou no Grand Parade, um espaço amplo e vazio em frente ao imponente prédio da prefeitura da Cidade do Cabo que data da época colonial. Mandela abriu oficialmente o novo Parlamento sul-africano e agora uma multidão de milhares de pessoas se apinha no Grand Parade esperando que *Madiba* (o líder) apareça no balcão da prefeitura. Caminhei até ali de minha casa, junto com Graeme, um amigo *coloured* ("mestiço") que tomou um trem de sua *township* (uma das áreas segregadas construídas pelo governo para aqueles que não são brancos) até o Centro da cidade. Ele me contou que os negros tomaram o trem sem pagar a passagem e isso é o que muita gente faz em dias importantes como esse. O *apartheid* segregou a maioria da população em áreas muito distantes da cidade, tornando uma verdadeira viagem chegar até o Centro. Quando lhe pergunto, contudo, se pagou sua passagem, Graeme me diz que sim.

Muita gente que conheço está ali; um casal de amigos brancos me cumprimenta. "Happy New South Africa" ("Feliz Nova África do Sul"), eles me dizem. Muitas pessoas na Cidade do Cabo têm se cumprimentado assim desde que o resultado das eleições foi anunciado (com muito atraso, votos tiveram que ser contados e recontados e houve algumas fraudes e extravios de urnas, além de demoras de todo tipo).

David é um intelectual branco – um jovem historiador – que acredita, como muitos acreditam no país, que agora a África do Sul finalmente vai se construir como uma nação única e unida, na democracia e no pluralismo, onde todos – independentemente de raça, língua, sexo, afiliação étnica, orientação sexual ou religião – participarão na construção de um único país. É o

que Mandela diz à multidão, quando finalmente aparece no balcão da prefeitura, apresentado por Desmond Tutu e ovacionado por todos: negros, brancos e mestiços.

O Grand Parade agora está cheio; cerca de 20 mil pessoas estão ali. Estou bem no meio da multidão. Antes de Mandela surgir, fizeram-se apelos repetidos pelo microfone para que ninguém empurrasse ninguém, do contrário as pessoas que estão na frente poderiam morrer esmagadas contra os muros da prefeitura (o que já aconteceu antes). Graeme está nervoso, porque estão nos empurrando.

Mandela fala, pausada e claramente, com todo seu carisma, e a multidão escuta em silêncio. Quando termina, todo mundo aplaude entusiasticamente. Desmond Tutu retoma o microfone e pede à multidão que se disperse ordenadamente. As pessoas começam a caminhar em direção à estação de trem, que está às nossas costas.

À nossa esquerda está o Castle, o forte colonial holandês construído pela Companhia das Índias Orientais no século XVII para defender a feitoria do Cabo, que na época era apenas um pequeno posto de reabastecimento para os navios que iam para o Oriente ou retornavam de lá. O forte tornou-se um símbolo do colonialismo e da opressão branca (Graeme, por exemplo, não tem nenhuma simpatia pelo que é o edifício colonial mais antigo do país). O governo gastou milhões de *rands* restaurando o forte. Fui visitá-lo e me pareceu muito bonito. Graeme não quer visitá-lo; o forte representa o começo de sua opressão, ele me disse.

Hoje os militares (em sua maior parte brancos) cercaram o forte com rolos de arame farpado e há reforços de plantão nas torres e nas muralhas: eles claramente temem que a multidão lá reunida os ataque. O forte para mim simboliza a diferença entre o Brasil e a África do Sul. Penso no seu

congênere no Brasil, o forte construído no Recife também pelos holandeses – um edifício, creio, mal preservado, mas que é patrimônio nacional. Pelo menos, não acredito que seja considerado como um monumento “branco” como o “Castle” do Cabo. A herança colonial foi incorporada na tradição nacional brasileira. Na África do Sul, a herança colonial em geral é rejeitada, a não ser por grupos saudosistas de brancos. Quando não é rejeitada, ela é simplesmente ignorada e não é celebrada como no Brasil. Não seria exagero dizer que é uma mácula a ser apagada, como o *apartheid*.

Mandela prega a igualdade de todos, independentemente de suas diferenças: somos todos sul-africanos, ele diz à multidão. Nas muralhas do forte, os soldados estão de guarda, com alguns deles olhando para Mandela e para a multidão com binóculos.

Antes de a multidão se dispersar, uma figura negra vestida em roupas tradicionais africanas – de longe, parecem ser feitas de folhas secas – surge no balcão, chacoalhando numa das mãos um objeto feito de pêlos longos que parece uma espécie de espanador. Sua voz é forte e potente e o ar do Grand Parade é tomado por uma longa e enfática peroração em xhosa. Olho ao meu redor. O que está acontecendo? O homem é um *praise singer*, uma figura tradicional na cultura africana do país, uma espécie de adulator profissional, que recita elogios, um atrás do outro, a altos brados, em xhosa, uma das línguas mais importantes do país (e que é agora uma das 11 línguas oficiais da África do Sul, junto com o inglês e o *afrikaans* – as duas antigas línguas oficiais – e oito outras línguas africanas).

Um garoto negro ao meu lado, a quem me dirigi, explica-me que o *praise singer* estava cantando uma elegia sobre Mandela (é seu *praise singer* particular, que também se apresentara horas antes na abertura oficial do Parlamento, que fica logo atrás da

prefeitura, cantando e recitando no plenário elogios a Mandela e seus antepassados). O jovem segurou minhas mãos e acrescentou que o poeta xhosa também estava recitando um elogio para todos – para mim também, ele frisou, sorrindo.

Os brancos, os mestiços e os indianos sul-africanos em geral não sabem falar nenhuma língua africana: muitos negros falam inglês ou *afrikaans* mas, ao contrário do que acontece no vizinho Moçambique, como nunca houve uma política assimilacionista no país – pelo contrário, o segregacionismo sempre predominou, mesmo antes de 1948 –, quase nenhum negro fala apenas uma das duas línguas (em Moçambique há negros assimilados que não sabem falar nenhuma língua africana: só falam português).

David, meu amigo branco historiador, está aprendendo xhosa. Aprender uma língua africana praticamente virou moda na África do Sul urbana entre muitos brancos. Há uma idéia corrente de que é necessário saber uma língua africana (o xhosa é de longe a mais importante nas províncias de Cabo Ocidental e Cabo Oriental, duas das nove províncias em que o país foi redividido durante as negociações de Kempton Park, em Joanesburgo). A língua mais falada na Cidade do Cabo é, contudo, o *afrikaans* – uma língua local derivada do holandês –, devido à presença da maior população mestiça do país (que fala *afrikaans* como língua materna).

A divisão linguística simboliza a divisão do país. Em Moçambique, entende-se por língua os idiomas europeus; os vernáculos locais são “dialetos” e nunca foram sistematizados em idiomas separados como as línguas sul-africanas. Isto é, a situação moçambicana espelha a situação linguística da Europa na Idade Média: “francês”, “alemão”, “inglês”, português” não eram línguas separadas e bem delimitadas como são

hoje, mas apenas espaços lingüísticos disformes e nebulosos, sem identidade nem fronteiras próprias.

A situação sul-africana é diferente: tudo é bem delimitado na África do Sul, desde a humanidade local – que a partir do século XIX foi bem dividida em negros, brancos, mestiços e miríades de divisões menores (ingleses, holandeses, hotentotes, xhosa, zulu, soto, tsuana, venda, tsonga etc.) – até as línguas, que foram bem estudadas e sistematizadas em formas oficiais distintas (por exemplo, xhosa e zulu não são duas línguas separadas, mas apenas dois pontos de um mesmo contínuo lingüístico, como o português e o espanhol no começo da Idade Média). Nunca houve na África do Sul a idéia de uma nacionalidade comum abarcando toda a diversidade do país, como em Moçambique ou no Brasil. O *apartheid* – que representou o auge dessa política de diferenciação – pretendeu que as diferentes etnias e raças constituíssem países diferentes; daí a política das *homelands* ou territórios segregados, que o governo branco quis que fossem Estados negros independentes da África do Sul branca.

Agora, estamos todos juntos no Grand Parade, apertados no meio da multidão: negros, brancos e mestiços, xhosa, ingleses e africanos. No balcão da prefeitura, também estão todos juntos. De Klerk está ao lado de Mandela, junto com Thabo Mbeki, Desmond Tutu, a prefeita branca da Cidade do Cabo e o *praise singer*. David está emocionado: ele foi ativista da Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano e uma vez liderou uma invasão dos escritórios do Partido Nacionalista na cidade, durante um protesto que quase o levou à cadeia. Eu gosto do que estou vendo – é uma multidão sem violência, apesar dos empurrões ocasionais que deixam Graeme preocupado. Todos juntos. Contudo, contigüi-

dade espacial é uma coisa, união nacional é outra.

Há divisões, mesmo naquela multidão. Quando De Klerk surgiu no balcão e foi apresentado à multidão por Desmond Tutu, cerca de metade da multidão o vaiou e a outra metade o aplaudiu. O Partido Nacionalista de De Klerk ganhou as eleições no Cabo Ocidental, a única província onde ganhou a maioria substancial (em quase todas as outras, o CNA teve uma vitória esmagadora). Isso se deve ao apelo que o Partido Nacionalista adquiriu entre os mestiços do Cabo. Também, aparentemente, vários brancos que haviam votado até então para o Partido Democrático (um partido liberal branco) passaram a votar para o Partido Nacionalista, com medo do CNA, que é visto como partido negro por muitos brancos e mestiços, apesar de sua política oficial não-racial.

Essa vitória do Partido Nacionalista tem suas raízes na equação racial do Cabo, onde, ao contrário do resto do país, os mestiços e os brancos são a maioria da população. Essa equação provoca uma divisão – simbolizada pelas vaias e aplausos que De Klerk recebeu ao mesmo tempo no Grand Parade. Com relação aos mestiços (e aos brancos que não são “liberais”), a questão se configura de maneira problemática: como se identificar com uma nação sul-africana que agora será majoritariamente negra e africana?

Walied, um jovem eletricitista mestiço e muçulmano que mora do outro lado da minha rua, coloca a questão de maneira sucinta. Ele tinha me encontrado escrevendo na minha casa e, olhando a tela do computador, perguntou-me que língua era aquela. Eu disse que era português. Então ele me perguntou se eu era um “*portie*”, isto é, um português. Disse-lhe que era brasileiro, mas que minha língua era o português. Wa-

lied retorquiu, irônico, que ele era sul-africano e que sua língua era o xhosa.

Walied não sabe falar xhosa, e sua língua materna é o *afrikaans*. Ele considera o CNA como um partido negro. O novo ideal nacional não o entusiasma; ele não está aprendendo xhosa, como David. Walied não é um intelectual e seu preconceito é simples e puro, por assim dizer: os negros são diferentes e não há como negar esse fato, seja aprendendo xhosa ou votando para o CNA.

Muitos dos mestiços do Cabo não querem fazer parte do montão. Isto é, não querem desaparecer numa massa anônima e majoritariamente negra com a qual não se identificam e contra a qual têm preconceito. A idéia de uma nacionalidade comum, abarcando todos, não tem um apelo suficientemente forte para eles.

A abolição da diferença através de um processo político – eleições, constituição de um Estado democrático – tem algo que não convence a uma parte da população, mesmo que essa parte seja uma minoria (do ponto de vista eleitoral, pelo menos). No Natal também (embora lá a equação seja diferente: indianos, zulus e ingleses, em lugar de ingleses, africanos, mestiços e xhosa como no Cabo) o CNA perdeu as eleições, por uma estreita margem. Essa perda é devida em parte à fraude eleitoral, que no processo político de reconciliação teve de ser engolida pelo CNA, e à intimidação de eleitores em certas áreas pelo partido zulu Inkatha, que representa uma espécie de identidade zulu reelaborada (com a qual não concordam necessariamente todos os zulus).

Há também que mencionar o rei zulu – uma figura curiosa, um rei africano tradicional que tenta encontrar seu chão na política moderna –, que conta aparentemente com muito apoio popular e que recebeu na nova constituição o *status* de mo-

narca constitucional de toda a província do Natal/KwaZulu (a antiga Zululândia dos tempos coloniais), e a quem De Klerk passou secreta e ilegalmente a propriedade de extensos territórios pouco antes de deixar o poder. Essa manobra furtiva assegurou uma fonte de recursos e uma base independente para o rei Goodwill Zwelithini e assegurou também que a equação do Natal/KwaZulu (onde moram cerca de 40% da população do país) continue sendo bastante peculiar: é certamente a província mais separatista, que vai tentar (junto com o Cabo Ocidental) se aproveitar ao máximo da autonomia considerável concedida pela constituição às províncias que assim o quiserem e que não dependam de recursos do governo central (caso tanto do Cabo quanto do Natal).

A respeito da África do Sul, tive várias discussões com David, de quem alugara um quarto em sua casa durante alguns meses. Ele não gosta nem um pouco de minhas dúvidas sobre a África do Sul. Como ativista político e intelectual, ele acredita profundamente no projeto de uma nação unida.

Com o passar dos meses, compreendi que a luta contra o *apartheid* foi algo muito duro, longo e difícil, e que muita gente no país tem uma necessidade quase visceral de acreditar que as coisas, de agora em diante, vão ser realmente diferentes. As divisões entre as pessoas, artificialmente exacerbadas pelo *apartheid*, vão se tornar menos importantes e até desaparecer e o ideal de uma nacionalidade sul-africana única vai se realizar. As eleições foram muito importantes nesse sentido. Elas causaram muita ansiedade e insegurança em amplos setores da população (fossem brancos ou não). Na Cidade do Cabo, pouco antes do pleito nos dias 27, 28 e 29 de abril, a cidade parecia ter contido a respiração. Perto da rua onde eu morava, a importante Main Road dos Southern Suburbs, revendedoras de carros

usados retiraram todos os seus carros de vista, enquanto o lojista e a população se preparavam para o pior: muita gente esvaziou as prateleiras dos supermercados e fez estoques para meses, à espera de uma guerra civil.

Dias antes, houve vários atentados, especialmente em Joanesburgo, no Centro da cidade e no aeroporto, de autoria da extrema-direita branca, que pretendia intimidar a população. Postos eleitorais também foram atacados. Contudo, no dia das eleições, milhões de pessoas no país inteiro esperaram horas, um dia inteiro, para votar: todo mundo fez questão de comparecer. A população não se deixou intimidar e houve um alívio geral (a violência decresceu em todo o país, como por um passe de mágica) logo transformado em júbilo, quando os resultados foram anunciados e Mandela tomou posse. A tensão se dissipou totalmente (eu nunca tinha visto as pessoas tão relaxadas e animadas na África do Sul, país onde em geral se sente a tensão no próprio ar) e a esperança de uma Nova África do Sul literalmente embriagou muita gente.

Descobri que seria arrogância de minha parte tentar arrefecer essa embriaguez: os sul-africanos são um povo profundamente romântico (algo que observadores não notam com frequência) que, paradoxalmente ou não, vive em circunstâncias que permitem pouco romance. Isto é, a África do Sul é um país de fortes idealismos que são a contraparte da realidade duríssima e profundamente frustrante de país totalmente dividido e muito vitimizado.

Nesse sentido, o ideal da nação única, da nacionalidade comum, mais que um ideal político jurídico, é um verdadeiro sonho que congrega muitos sul-africanos em torno de uma causa comum. Nas eleições deste ano, o país se permitiu sonhar em massa e a comunidade internacional sonhou junto: as

mazelas vão ficar para trás, e nasce um Estado moderno, democrático e igualitário.

Compreendi que não poderia ser de outro modo: esse sonho *tem* que se tornar realidade. E acredito que, até certo ponto, ele vá se tornar de fato realidade. Contudo, já que tenho o privilégio de não ser sul-africano e também o privilégio dúbio de ser um pouco cínico, gostaria de apontar para algumas questões.

Primeiro, a divisão do país não é apenas algo do regime de *apartheid*. Ela está profundamente incrustada no pensamento sul-africano. David, por exemplo, que participou da luta de liberação, que conhece de cabo a rabo a história da luta política africana no país e que estuda xhosa com afinco, não tem nenhum amigo africano e quase nenhum amigo mestiço. Na Cidade do Cabo, passei várias vezes pela experiência de estar em festas e jantares onde só havia brancos, ou então só mestiços ou só negros. A imensa esmagadora maioria da população vive ainda uma vida altamente segregada: o espaço público foi dessegregado em grande medida, mas quase todos moram ainda em áreas só para uma ou outra raça e as pessoas, em sua esfera privada, em geral convivem quase exclusivamente com outros de sua raça ou etnia. Existem numerosas exceções, cada vez mais, mas a regra da separação claramente impera. David pode chegar a aprender xhosa muito bem, mas com quem ele vai usar o idioma? Com a sua faxineira semanal ou com o frentista do posto de gasolina, que são praticamente as únicas pessoas negras com quem ele tem contato direto em sua vida cotidiana?

As raças na África do Sul são algo diferente das raças no Brasil. Elas foram concebidas no pensamento como entidades completamente separadas e distintas, sem nada ou quase nada em comum. A sociedade sul-africana atual reflete esse pensamento essencialista: as diversas etnias e po-

vos, brancos, negros e mestiços, mantiveram suas culturas distintas, suas línguas próprias, suas crenças, sua visão de mundo diferente. Praticamente não houve assimilação alguma em nenhum nível. Mesmo entre os brancos, existem várias divisões muito importantes: ingleses, africanos, portugueses, italianos, judeus, gregos, alemães. São divisões mais ou menos estanques que não se misturam como seria de se esperar (embora se misturem bem mais que brancos e negros entre si). David não gosta quando levanto essa questão porque ele – como muitos outros – acha que o problema das diferenças culturais é algo artificial criado e exacerbado pelo *apartheid*. Não é politicamente correto mencionar ou frisar o fato. Contudo, na África do Sul, o problema é concreto e muito sério. O *apartheid* apenas o exacerbou, mas ele data de muito antes, da época colonial.

Claro, o projeto democrático é fundamental, mas será possível, dentro de um projeto político, legislar toda uma nova sociedade, com novos valores e um novo pensamento? Sei que a África do Sul é o país da engenharia social por excelência: em poucos outros lugares do mundo (por exemplo, países socialistas) se tentou mudar a sociedade a partir de cima em grau tão extremo como na África do Sul. Quando conversei com David e muitos outros, fico com a impressão de que, em algum nível, existe ainda um pressuposto de engenharia social no sonho democrático sul-africano. O obstáculo representado pela ideologia das diferenças intrínsecas e essencialistas vai ser talvez resolvido nas sessões plenárias do novo Parlamento.

Como antropólogo, tenho sérias dúvidas a respeito. A antropologia sul-africana fez toda uma crítica muito sofisticada da ideologia racial essencialista do país (ver os ensaios em John Sharp e Emile Boonzaier, *South african keywords: the use and abuse*

of political concepts, Cidade do Cabo, David Philip, 1987). Essa crítica é necessária e bem-vinda. Contudo, essa ideologia não vai desaparecer por um passe de mágica intelectual, assim como não vai desaparecer tampouco por conta de medidas legislativas, apesar de estas serem muito importantes. Um país não se cria apenas no âmbito da política; ele é também uma obra de imaginação, fruto de um pensamento que se desenvolve social e historicamente. Waled tem problemas em se imaginar como sul-africano cujos concidadãos são negros. Como é que o Parlamento ou o mundo acadêmico poderá resolver essa dificuldade dele? E, se essa dificuldade for ignorada – como foi em parte ignorada pelo CNA nas eleições, em prejuízo próprio –, o que vai acontecer no futuro, quando as diferenças não tiverem desaparecido do pensamento mas apenas da legislação, do aparato estatal e do que este conseguiu mudar?

É muito difícil prever o que vai acontecer. Contudo, se o passado serve de guia, a história da África do Sul pode ajudar aqui. Esta última pode ser vista como um conflito constante entre uma ideologia universalista – que enfatiza a liberdade individual e instituições democráticas – e diversas ideologias particularistas – que enfatizam tradições comunitárias e laços sociais de grupos, em detrimento do indivíduo ou cidadão. O exemplo clássico é o nacionalismo africano, que está diretamente vinculado ao *apartheid*. O nacionalismo zulu do Inkatha, as idéias dos mestiços no Cabo (que não constituem um nacionalismo em si) e os movimentos de consciência negra (que, sob a forma do Congresso Pan-Africanista, obtiveram alguns assentos no Parlamento) são outros exemplos dessas ideologias particularistas.

A esperança de pessoas como David é de que esses particularismos ou desapareçam ou então se tornem relativamente pou-

co importantes e inócuos. Eu não acredito que isso vá acontecer, como também não acredito que os particularismos ganhem a batalha e destruam completamente a idéia de um Estado democrático e comum.

O discurso terminou, as fanfarras cessaram e a multidão, como Tutu pediu, se dispersa em paz. Caminho com Graeme, procurando gente conhecida e falando com quem encontramos. A Nova África do Sul nasceu. Ela não é em absoluto idêntica à velha. Contudo, tampouco é algo muito diferente.

Muitos dos negros se dirigem à estação para tomar o trem que os levará às suas *townships* distantes e segregadas, enquanto alguns brancos e mestiços ficam por ali, conversando e vadiando. Olho o edifício imponente da prefeitura: herança colonial britânica. Do outro lado, está o forte, herança holandesa. Mais acima, os terrenos baldios do District Six, uma área racialmente mista destruída durante o *apartheid* e um lembrete internacionalmente famoso da crueldade do sistema.

Enquanto olho os soldados nas muralhas do forte, e as pessoas que ainda estão por ali, e aquelas que se dirigem à estação, e os

edifícios ao redor, fico com a impressão de estar contemplando fragmentos algo desconexos, separados por amplos espaços vazios, espaços que vão ser supostamente preenchidos a partir de agora. Trata-se de um projeto ambicioso e bonito. De um lado, há a euforia do dia – os gritos, os aplausos, as ovações, as palavras do líder, os cantos elegíacos do *praise singer*. De outro, está a fragmentação – holandeses, ingleses; negros, brancos, mestiços; colonialismo, *apartheid*, democracia. Entre os dois lados, a única ponte talvez seja a ambição.

No que me diz respeito, sinto-me compelido a respeitar a beleza deste momento de congraçamento – que é por vezes quase avassaladora – ao mesmo tempo que observo as distâncias. Sinto também que não tenho direito a dizer nada – não é meu país, não sofri nem lutei ali. Quem sou eu para jogar água no sonho (e um sonho tão importante e necessário)? Contudo, sinto que tampouco posso negar a mim mesmo minha própria percepção, como muitos estão fazendo. Creio que neste momento o caminho mais sábio é o de um silêncio respeitoso mas alerta, enquanto torcemos e esperamos.

Aos colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na *diáspora* e às realidades nacionais e das relações internacionais dos países da África e Ásia.
 - A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.
 - Serão aceitos originais com cerca de 30 laudas, datilografadas em espaço duplo e em 1ª via. Os originais, podendo ser acompanhados de disquete, deverão conter um resumo do texto, de aproximadamente uma lauda, e a qualificação acadêmica e profissional do autor.
 - Tabelas e gráficos deverão ser apresentados com as respectivas legendas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.
 - A bibliografia deverá ser apresentada observando-se a seguinte norma:
- PARA LIVRO**
- a) nome do autor; b) data da publicação c) título da obra (sublinhado); d) número da edição, se não for a primeira; e) local de publicação; f) nome da editora; g) número de páginas.
- Ex.: FERNANDES, Florestan (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel, 000 p.
- PARA ARTIGO**
- a) nome do autor; b) data da publicação c) título do artigo entre aspas; d) nome do periódico (sublinhado); e) volume, número do periódico e número de páginas; f) local de publicação.
- Ex.: IANNI, Octávio (1988). "Literatura e consciência". *Estudos Afro-Asiáticos*, (15):208-17. Rio de Janeiro.
- Com a publicação do artigo, o autor receberá dez exemplares da revista.
 - Os trabalhos devem ser enviados para:
Editoria de Estudos Afro-Asiáticos
Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10, Sala 501
20011-900 – Rio de Janeiro – RJ

Faint, illegible text on the left page of an open book. The text is arranged in several columns and appears to be a historical or scientific document. There are some small brown stains on the page.

Faint, illegible text on the right page of an open book. The text is arranged in several columns and appears to be a historical or scientific document. There are some small brown stains on the page.



Número anterior

- América afro-latina: o final do século XX ▪ Vivendo na mais perfeita desordem ▪ O 'campo negro' de Iguazu ▪ Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferenças de geração ▪ A cor do Axé. Brancos e negros no candomblé de São Paulo ▪ A roda de capoeira: o 'mundo de pernas para o ar' ▪ Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil ▪ Negros e judeus no Rio de Janeiro ▪ História e motivo em 'Saudação a Palmares', de Castro Alves ▪ O escritor angolano e a sua literatura ▪ A questão étnica e racial nas eleições angolanas ▪ O 'apartheid' e a política externa sul-africana ▪